UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Emily Gonçalves de Medeiros Ferreira

UMA HISTORIOGRAFIA DO PROCESSO BRASILEIRO DE GRAMATIZAÇÃO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM GRAMÁTICAS OITOCENTISTAS

João Pessoa – PB
2021

EMILY GONÇALVES DE MEDEIROS FERREIRA

UMA HISTORIOGRAFIA DO PROCESSO BRASILEIRO DE GRAMATIZAÇÃO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM GRAMÁTICAS OITOCENTISTAS

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira.

João Pessoa – PB
2021

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383h Ferreira, Emily Gonçalves de Medeiros.
Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas / Emily Gonçalves de Medeiros Ferreira. - João Pessoa, 2021.
232 f. : il.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Gramatização. 2. Colocação pronominal. 3. Gramáticas brasileiras. 4. Século 19. I. Vieira, Francisco Eduardo. II. Título.

UFPB/BC CDU 81'36(043)

Elaborado por Walqueline da Silva Araújo – CRB-15/514

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE EMILY GONÇALVES DE MEDEIROS FERREIRA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada "Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas", apresentada pela mestranda **EMILY GONÇALVES DE MEDEIROS FERREIRA**, graduada em Letras pela UFPB, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRA EM LINGUÍSTICA, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do Prof. Dr. José Ferrari Neto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira (PROLING/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora, da qual fizeram parte os Professores Doutores José Ferrari Neto (Examinador – PROLING/UFPB) e Olga Ferreira Coelho Sansone (Examinadora – USP). Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra à Mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação. Após isso, a Mestranda foi arguida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito **APROVADO**. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 31 de agosto de 2021.

Observações:

Devido à excelente qualidade teórica, analítica e textual da dissertação, a Banca Examinadora decidiu registrar uma menção honrosa ao trabalho e indicá-lo à concorrência de eventuais premiações no âmbito do PROLING, da UFPB e de associações e instituições diversas.

Prof(a). Dr(a). Francisco Eduardo Vieira da Silva
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a). Dr(a). José Ferrari Neto
(Examinador)

Prof(a). Dr(a) Olga Ferreira Coelho Sansone
(Examinadora)

Para Jesaías L. Ferreira Jr.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em quem e por quem vivo. Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas!

À minha família: meus pais *Sueli* e *Morais*, e meus irmãos *Suênia* e *Diego*; a *Ercules*, *Kátia*, *Jonathan* (Maninho) e *Mariana*, que também são meus. Obrigada por todo apoio, incentivo, bom ânimo e amor. Vocês são essenciais!

Em especial, ao meu querido esposo, *Jesaías*, pela cumplicidade, pelo amparo incondicional, pela alegria dos nossos dias e por acreditar em mim todas as vezes em que eu mesma não consigo.

A *Francisco Eduardo Vieira*, pela orientação rigorosa, franca e paciente não somente no desenvolvimento deste estudo, mas ao longo dos últimos cinco anos. É uma honra acompanhá-lo de perto e tê-lo como mentor na minha trajetória.

A *Carlos Alberto Faraco* e *Rubens Marques de Lucena*, pela leitura atenta desta pesquisa e pela rica interlocução quando da banca de qualificação.

A *Olga Ferreira Coelho Sansone*, *José Ferrari Neto*, *Regina Celi Mendes Pereira* e, novamente, *Carlos Alberto Faraco*, pela gentileza de terem aceitado compor a banca de defesa da dissertação.

A *Leonardo Gueiros*, em quem tenho um grande exemplo, por sempre me impulsionar a crescer, por cada diálogo e por toda a boa disposição.

A *Anderson Silva*, *Emília Querino* e *Natássia Ribeiro*, a quem eu tenho o privilégio de chamar *amigos*, por tudo o que compartilhamos durante esses anos do mestrado. Vocês tornaram esta jornada muito mais leve!

A todos os membros do grupo de pesquisa *Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas* (HGEL), pelas ricas tardes de quinta-feira.

E à *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), pela bolsa de estudos concedida durante os vinte e oito meses de pesquisa.

Acima de tudo, talvez, precisamos de um conhecimento íntimo do passado, não porque o passado tenha alguma magia em torno de si, mas porque não podemos estudar o futuro. Ainda assim, necessitamos de algo para contrapor o presente, para nos lembrar de que as pressuposições básicas têm sido muito diferentes em diferentes períodos e que muito daquilo que parece absoluto para os que não são educados é meramente modismo temporário.

Aprendizado em tempos de guerra,
de Clive Staples Lewis. 1969.

RESUMO

Esta dissertação investiga a emergência e o desenvolvimento do processo de gramatização da colocação pronominal no português em gramáticas brasileiras publicadas no correr do século 19. A pesquisa se situa no domínio da Historiografia da Linguística, aqui entendida como um empreendimento metodológica e epistemologicamente consciente de se registrar a história dos estudos sobre a linguagem (KOERNER, 1996; 2014a; 2014b; SWIGGERS, 2010; 2012; 2013; 2015; 2019). Além do próprio conceito de *gramatização* (AUROUX, 2014 [1992]), três categorias de análise norteiam a pesquisa: *retórica*, segundo o *modelo de conflitos* (MURRAY, 1994); *agenda de pesquisa* (SWIGGERS, 2013); e *camadas do conhecimento linguístico* (SWIGGERS, 2004; 2019). Para a análise, foram selecionadas como fontes primárias 16 gramáticas brasileiras publicadas no século 19, de autoria de Moraes Silva (1806; 1824); Costa Duarte (1829; 1877); Beserra (1861); Villeroy (1870); Sotero dos Reis (1871); Rabello (1872); Fr. Caneca (1876); Ernesto Carneiro Ribeiro (1881); Julio Ribeiro (1881; 1885; 1899); Pacheco & Lameira (1887); João Ribeiro (1889); e Freire da Silva (1894). As obras foram, primeiramente, examinadas em sua imanência e, posteriormente, alinhadas umas às outras a partir de uma perspectiva cronológica dos estudos gramaticográficos brasileiros que considera os oitocentos mediante três períodos: *período embrionário* (1801-1820), *período racionalista* (1821-1880) e *período "científico"* (1881-1900). Como resultados, na análise da *camada contextual*, observamos o atravessamento de diferentes perspectivas sobre a língua (oriundas da tradição greco-latina, da filosofia sensualista, de Port-Royal, da corrente histórico-comparativa, dos estudos filológicos); por outro lado, a despeito dos diferentes pressupostos assumidos pelos autores, a gramaticografia brasileira oitocentista é atravessada por um propósito pedagógico-normativo que influenciou indiretamente o desenvolvimento da abordagem da colocação pronominal. Já na *camada teórica*, identificamos, em cada *período*, uma relativa estabilidade em relação aos pressupostos que fundamentam a constituição das obras. Além disso, as mudanças ocorridas nos conceitos gerais e específicos fundamentam o processo de emergência e autonomização do tema da colocação pronominal. Quanto às camadas *técnica* e *documental*, constatamos que a constituição de regras passou a ter força especialmente no *período "científico"*, ainda que as obras de Costa Duarte (1829; 1877) e Carneiro Ribeiro (1881), de direcionamento racionalista, pontualmente normatizem o fenômeno; ademais, todas as obras que abordaram esse fenômeno linguístico como tal apresentaram como exemplos frases curtas elaboradas pelos próprios autores. Por fim, observamos que a consolidação do processo de gramatização da colocação pronominal provavelmente se deu no cerne do *período "científico"*. Tal *status*, porém, foi alcançado gradativamente: surgiu, primeiro, como um aspecto secundário a outros conceitos, passando então a ser percebido como um fenômeno da língua, até efetivamente se tornar um claro objeto da abordagem gramatical dos anos 1800 no Brasil.

Palavras-chave: gramatização; colocação pronominal; gramáticas brasileiras; século 19.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is investigate the emergence and development of the grammatization process of pronominal placement in Brazilian Portuguese in grammars published at the course of the 19th century. The research is situated within the domain of Linguistic Historiography, here understood as a methodologically and epistemologically aware achievement to register the history of language studies (KOERNER, 1996; 2014a; 2014b; SWIGGERS, 2010; 2012; 2013; 2015; 2019). In addition to the concept of *grammatization* itself (AUROUX, 2014 [1992]), three categories of analysis guide the research: *rhetoric*, according to the *conflict model* (MURRAY, 1994); *research agenda* (SWIGGERS, 2013); and *layers of linguistic knowledge* (SWIGGERS, 2004; 2019). For the analysis, 16 Brazilian grammars published in the 19th century, by Moraes Silva (1806; 1824); Costa Duarte (1829; 1877); Beserra (1861); Villeroy (1870); Sotero dos Reis (1871); Rabello (1872); Fr. Caneca (1876); Ernesto Carneiro Ribeiro (1881); Julio Ribeiro (1881; 1885; 1899); Pacheco & Lameira (1887); João Ribeiro (1889); and Freire da Silva (1894). These grammars were, firstly, examined in their immanence and, later, aligned with each other from an cronological perspective of Brazilian grammatical studies that divides the 19th century into three periods: *originating period* (1801-1820), *rationalist period* (1821-1880) and *"scientific" period* (1881-1900). As results, in the analysis of *contextual layer*, we observed the crossing of different perspectives on the language (derived from the Greco-Latin tradition, from the sensualist philosophy, from Port-Royal, from the historical-comparative current, from philological studies); on the other hand, despite the different assumptions assumed by the authors, the 19th century Brazilian grammars are crossed by a pedagogical-normative purpose that indirectly influenced the development of the pronominal placement approach. In the *theoretical layer*, in each period, we identified a relative stability in relation to the assumptions that underlie the constitution of the works. Besides, changes in general and specific concepts underlie the process of emergency and autonomy of the pronominal placement, despite the divergences assumed by the authors. As for the *technical* and *documentary layers*, we found that the constitution of rules gained strength, especially in the *"scientific" period*, even though the works of Costa Duarte (1829; 1877) and Carneiro Ribeiro (1881), from a rationalist direction, occasionally regulate the phenomenon; moreover, all the works that addressed this linguistic phenomenon presented short sentences elaborated by the authors themselves as examples. Finally, we observe that the consolidation of the pronominal placement grammatization process probably occurred in *"scientific" period*. This *status*, however, was gradually achieved: it emerged, first, as a secondary aspect to other concepts, then starting to be perceived as a language phenomenon, until it effectively became an independent object on the brazilian's grammatical approach at the 19th century.

Keywords: grammatization; pronominal placement; Brazilian grammar; 19th century.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Rede do conhecimento linguístico segundo Auroux (2014) 32
Figura 2 – Camadas (ou capas) do conhecimento linguístico 41
Figura 3 – Tabuas dos demonstrativos pessoaes em Costa Duarte (1829) 96
Figura 4 – Variações dos pronomes pessoaes segundo Villeroy (1870) 109
Figura 5 – Paradigma flexional dos pronomes substantivos ou pessoaes em Julio Ribeiro (1881) 149
Figura 6 – Equivalência entre os pronomes substantivos objectivos adverbiais e os pronomes substantivos adverbiais em Julio Ribeiro (1881) 150
Figura 7 – Declinação dos pronomes pessoaes segundo Pacheco & Lameira (1887) 163
Figura 8 – Pronomes de primeira pessoa e declinações latinas, segundo João Ribeiro (1889) 172
Figura 9 – Pronomes de segunda pessoa e declinações latinas, segundo João Ribeiro (1889) 172
Figura 10 – Pronomes de terceira pessoa e declinações latinas, segundo João Ribeiro (1889) 173
Figura 11 – Paradigma da colocação pronominal segundo Freire da Silva (1894) 182

Gráfico 1 – Perspectiva temporal da gramaticografia brasileira oitocentista do português 64
Gráfico 2 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Julio Ribeiro (1881) 154
Gráfico 3 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Julio Ribeiro (1885) 160
Gráfico 4 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Pacheco e Lameira (1887) 168
Gráfico 5 – Quantificação das normas da colocação pronominal em João Ribeiro (1889) 178
Gráfico 6 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Freire da Silva (1894) 187

Quadro 1 – Estado da arte: gramatização, colocação pronominal e língua portuguesa 15
Quadro 2 – Síntese metodológica 49
Quadro 3 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Costa Duarte (1829) 99
Quadro 4 – Paradigma pronominal na gramática de Rabello (1872) 120
Quadro 5 – Comparação de edições 129
Quadro 6 – Quadro normativo da euphonia segundo Carneiro Ribeiro (1881) 136
Quadro 7 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Julio Ribeiro (1881) 151
Quadro 8 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Julio Ribeiro (1885) 158
Quadro 9 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Pacheco & Lameira (1887) 166
Quadro 10 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo João Ribeiro (1889) 176
Quadro 11 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Freire da Silva (1894) 184
Quadro 12 – Camadas contextuais em síntese 190
Quadro 13 – Camadas teóricas em síntese 193
Quadro 14 – Camadas técnicas e documentais em síntese 198

ÍNDICE DE SIGLAS

GT	Gramática Tradicional
HGEL	Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas
HIL	História das Ideias Linguísticas
HL	Historiografia da Linguística
HSB	Historiografia da Sintaxe no Brasil
NDR	Nota de Rodapé
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS 27

2.1 O fato da *gramatização* 31

2.2 Retórica(s) e agenda de pesquisa 36

2.3 As camadas do conhecimento linguístico 40

3 ITINERÁRIOS DA PESQUISA 44

3.1 Critérios de seleção das fontes 44

3.2 As fases da pesquisa 47

3.3 Quadro metodológico: síntese 49

4 A GRAMATICOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO 19 51

4.1 O Brasil oitocentista e a produção gramatical 51

4.1.1 De Colônia a República: breve percurso 52

4.1.2 A língua nacional e as gramáticas brasileiras 55

4.1.3 Periodizações dos estudos gramaticográficos do Brasil 61

4.2 As gramáticas, os autores: considerações orientadas para o contexto 65

4.2.1. Antonio de Moraes Silva (1806; 1824) 66

4.2.2. Pe. Antonio da Costa Duarte (1829; 1877) 67

4.2.3. Manoel Soares da Silva Beserra (1861) 69

4.2.4. Frederico Ernesto Estrella Villeroy (1870) 71

4.2.5. Francisco Sotero dos Reis (1871) 71

4.2.6. Laurindo José da Silva Rabello (1872) 72

4.2.7. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1876) 73

4.2.8. Ernesto Carneiro Ribeiro (1881) 74

4.2.9. Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1881; 1885; 1899) 74

4.2.10. Manuel Pacheco da Silva Jr. & Boaventura P. Lameira de Andrade (1887) 76

4.2.11. João Ribeiro Fernandes (1889) 77

4.2.12. Augusto Freire da Silva (1894) 78

5 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS OITOCENTISTAS 81

5.1 A colocação pronominal no *período embrionário* 82

5.1.1 *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, de Moraes Silva (1806) 82

5.2 A colocação pronominal no *período racionalista* 90

5.2.1 *Grammatica Portugueza*, de Moraes Silva (1824) 91

5.2.2 *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Costa Duarte (1829) 91

5.2.3 *Grammatica Philosophica*, de Beserra (1861) 99
5.2.4 *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Villeroy (1870) 108
5.2.5 *Grammatica Portugueza*, de Sotero dos Reis (1871) 113
5.2.6 *Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Rabello (1872) 119
5.2.7 *Breve Compendio de grammatica portugueza*, de Frei Caneca (1876) 123
5.2.8 *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Costa Duarte (1877) 129
5.2.9 *Grammatica portugueza philosophica*, de Carneiro Ribeiro (1881) 133
5.3 A colocação pronominal no *período "científico"* 141
5.3.1 *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1881) 142
5.3.2 *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1885) 157
5.3.3 *Noções de Grammatica Portugueza*, de Pacheco & Lameira (1887) 161
5.3.4 *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro (1889) 169
5.3.5 *Grammatica Portugueza*, de Freire da Silva (1894) 179
5.3.6 *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1899) 188
6 RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES 189
6.1 Gramatização brasileira da colocação pronominal: mapeamentos cronológicos 190
6.2 Considerações finais 200
REFERÊNCIAS 202
APÊNDICE | Fichas Descritivas 211

1 INTRODUÇÃO

> The past is soon forgotten, and people are happy to be part of a trendy present wich holds out the promise of becoming the future.[1]
>
> *Toward a History of Modern Sociolinguistics*,
> de Konrad Koerner. 1991.

Um dos divisores de águas na distinção entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB), a posição dos clíticos pronominais na língua portuguesa tem sido um fenômeno linguístico amplamente discutido pelo menos desde o final do século 19. À época, algumas das particularidades do PB como língua materna passaram a ser incorporadas à literatura brasileira, o que desencadeou uma série de polêmicas em que se contrapunham esta variedade da língua e a lusitana, então considerada a norma-padrão a ser seguida (SCHEI, 2002).

No Brasil, esse é um tema bastante explorado pela Linguística, cujos interesses residem tanto nos aspectos gramaticais da língua materna quanto em questões normativas e gramaticográficas relacionadas a esse fenômeno. A partir das plataformas *SciELO*[2], *Periódicos CAPES*[3], *BDTD*[4] e *Google Acadêmico*[5], realizamos uma busca de trabalhos acadêmicos que versassem sobre o tema, utilizando diferentes combinações entre as seguintes expressões-chave: "clíticos pronominais"; "colocação pronominal"; "ênclise"; "gramática oitocentista"; "gramatização"; "pronome oblíquo átono"; "língua portuguesa"; "português brasileiro"; "século XIX". Dos resultados obtidos nesse primeiro levantamento, selecionamos aqueles trabalhos que se mostraram pertinentes ao nosso projeto de mestrado, adotando como critério de recorte o exame de aspectos linguísticos relacionados à nossa proposta de estudo, a saber, o processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal na língua portuguesa. Desse modo, constatamos haver pelo menos 44 textos (Quadro 1) disponíveis *online* que versam de modo central ou apresentam dados periféricos relevantes sobre a colocação pronominal na língua portuguesa e/ou sua gramatização no Brasil, a partir de aportes teórico-metodológicos diversificados. Vejamos:

---

[1] "O passado logo é esquecido, e as pessoas estão felizes em ser parte de um presente moderno que carrega a promessa de se tornar o futuro" (tradução da autora).
[2] *Scientific Electronic Library Online* (*SciELO*): https://www.scielo.org/. Último acesso: 10 jan. 2020.
[3] *Periódicos CAPES*: http://www.periodicos.capes.gov.br/. Último acesso: 10 jan. 2020.
[4] *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*: http://bdtd.ibict.br/vufind/. Último acesso: 10 jan. 2020.
[5] *Google Acadêmico*: https://scholar.google.com/. Último acesso: 10 jan. 2020.

Quadro 1 – Estado da arte: gramatização, colocação pronominal e língua portuguesa

Gênero acadêmico	**Autoria**	**Filiação institucional**	**Título**
Dissertação	Tânia Conceição Freire Lobo	Universidade de Lisboa	A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto
Dissertação	Emilio Gozze Pagotto	Universidade Estadual de Campinas	A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico
Tese	Silvia Rodrigues Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português
Artigo	Ane Schei	Universidade de Estocolmo	A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX
Artigo	Ane Schei	Universidade de São Paulo	A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea
Tese	Zenaide de Oliveira Novais Carneiro	Universidade Estadual de Campinas	Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico
Dissertação	Renata Peçanha Ozorio Alonso	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Colocação de pronomes oblíquos átonos: norma e uso
Artigo	Silvana Gurgel	Universidade de São Paulo	O período dito científico dos estudos linguísticos brasileiros na questão da colocação pronominal (1880-1920)
Tese	Cristiane Namiuti	Universidade Estadual de Campinas	Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança
Dissertação	Silvana Gurgel	Universidade de São Paulo	O período dos estudos linguísticos dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)
Dissertação	Libia Mara Silva Saraiva	Universidade Federal de Minas Gerais	A colocação dos pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico e nos inquéritos do projeto NURC: uma análise contrastiva
Tese	Cristiane Regina Tomanin	Universidade Estadual Paulista	A cristalização da nova modalidade de mesóclise no português brasileiro
Dissertação	Carla da Silva Nunes	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE
Dissertação	Ana Luiza Araújo Lopes	Universidade Estadual de Campinas	A ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu (Séc. 16 a 19)
Dissertação	Márcia Saldanha Peterson	Universidade Federal do Rio de Janeiro	A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor: uma contribuição da Sociolinguística Variacionista
Dissertação	Daniely Cassimiro de Oliveira Santos	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do português literário: um estudo segundo o conjugado “Variação-Mudança & Cliticização”
Dissertação	Maria de Fatima Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística

Dissertação	Adriana Lopes Rodrigues Coelho	Universidade Federal do Rio de Janeiro	A ordem dos clíticos pronominais: uma análise sociolinguística da escrita escolar do Rio de Janeiro
Artigo	Cristiane Namiuti	Universidade Estadual de Campinas	Ordem e clíticos: fronteamento e interpolação na diacronia do português
Dissertação	Maurício Rubnes de Carvalho Guilherme	Universidade Federal de Minas Gerais	A relação entre a colocação dos clíticos e o parâmetro *pro-drop* no português brasileiro
Artigo	Silvia Rodrigues Vieira & Cristina Marcia Monteiro de Lima Corrêa	Universidade Federal de Minas Gerais	A Ordem dos Clíticos em Complexos Verbais na Sincronia Atual: Uma Regra Variável?
Artigo	Caroline Ozório Wink, Letícia Finkenauer & Gabriel de Ávila Othero	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Quadro pronominal e colocação dos pronomes à luz de cinco gramáticas do português brasileiro
Artigo	Marli Quadros Leite	Universidade de São Paulo	A gramatização da colocação dos pronomes átonos em gramáticas portuguesas e brasileiras
Artigo	Carla da Silva Nunes & Silvia Rodrigues Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	A colocação pronominal em complexos verbais na escrita de jornais brasileiros e europeus nos séculos XIX e XX
Tese	Carla da Silva Nunes	Universidade Federal do Rio de Janeiro	A ordenação do clítico “se” em complexos verbais nas produções escritas do Brasil e de Portugal nos séculos XIX e XX segundo a perspectiva sociolinguística
Dissertação	Rubia Wildner Cardozo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	A ordem pronominal do português brasileiro atual: uma análise via Teoria da Otimidade
Artigo	Aroldo Leal de Andrade & Zenaide de Oliveira Novais Carneiro	Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual de Feira de Santana	A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes
Artigo	Olga Ferreira Coelho, Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna & Bruna Soares Polachini	Universidade de São Paulo	O português do Brasil em gramáticas do século XIX
Tese	Lucia de Almeida Ferrari	Universidade Federal de Minas Gerais	Aspectos prosódicos e sintáticos dos pronomes clíticos em português do Brasil e no vernáculo florentino
Artigo	Olga Ferreira Coelho & Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna	Universidade de São Paulo	História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX
Artigo	Diego Domingues	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	A colocação pronominal sob a perspectiva das gramáticas: tensões, contradições e propostas para o ensino
Tese	Caroline Carnielli Biazolli	Universidade Estadual Paulista	Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma

Dissertação	Thaís Santos Nóbrega Vieira Graça	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	(des)Usos do clítico em orações com verbos pronominais
Artigo	Caroline Carnielli Biazolli	Universidade Estadual Paulista	Clíticos pronominais em gêneros jornalísticos escritos das variedades europeia e brasileira do português: (re)discutindo a atuação dos fatores condicionantes linguísticos
Artigo	Ana Cláudia Fernandes Ferreira & Luciana Nogueira	Universidade do Vale do Sapucaí	A colocação dos pronomes na Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro
Artigo	Silvia Rodrigues Vieira & Cristina Marcia Monteiro de Lima Corrêa	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Colocação pronominal no Português do Brasil: a contribuição de estudos de percepção auditiva
Tese	Jéssica Tavares dos Santos	Universidade Federal Fluminense	Descrição do pronome na tradição gramatical brasileira do século XX
Dissertação	Francisco Iokleyton de Araujo Matos	Universidade Federal de Santa Catarina	Subespecificação de traços-*phi* e *clitic climbing* do lhe na escrita brasileira dos séculos XIX e XX
Dissertação	Helga Livia Aparecida Silva de Melo	Universidade Federal de Minas Gerais	Clíticos: variação da colocação pronominal no português em documento do século XVII
Artigo	Gabriel de Ávila Othero & Rubia Wildner Cardozo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	A ordem pronominal em português brasileiro: da ênclise à próclise, do clítico ao tônico (or there and back again, a word order's holiday)
Monografia	Emily Gonçalves de Medeiros	Universidade Federal da Paraíba	A abordagem da colocação pronominal em duas edições da Moderna Gramática Portuguesa, de E. Bechara (1961 e 1999): relações de (des)continuidade com a tradição gramatical do século XX
Monografia	Anderson Rany Cardoso da Silva	Universidade Estadual da Paraíba	Colocação pronominal em gramáticas contemporâneas do português
Tese	Thaís Franco de Paula	Universidade Federal de Minas Gerais	A posição dos clíticos pronominais no português sob a perspectiva dos sistemas adaptativos complexos: um estudo diacrônico
Artigo	Emily Gonçalves de Medeiros & Francisco Eduardo Vieira	Universidade Federal da Paraíba	A abordagem da colocação pronominal na *Moderna Gramática Portuguesa* (1961, 1999), de Evanildo Bechara

Fonte: Elaboração própria (2021).

O total de 44 títulos é composto por 17 artigos, 16 dissertações, nove teses e duas monografias de conclusão de cursos de graduação. O conjunto de análises realizadas por esses textos pode ser categorizado em três grupos, considerando-se os tipos de *corpora* examinados e seus respectivos recortes: (i) dados linguísticos num recorte sincrônico; (ii) dados linguísticos num recorte diacrônico; e (iii) obras gramaticais. Convém destacarmos

que alguns deles apresentam em seus resultados o tratamento de dados que se enquadram em mais de uma dessas categorias.[6]

No âmbito da análise de dados linguísticos *sincrônicos*, os trabalhos de S. R. Vieira (2002), Schei (2002; 2003), Ozorio (2006), Saraiva (2008), Peterson (2010), M. F. Vieira (2011), Rodrigues Coelho (2011), Guilherme (2012), Vieira & Corrêa (2012; 2017), Cardozo (2014), Ferrari (2015), Biazolli (2016), Graça (2016) e Melo (2017) atestam, entre outras questões, a existência de características particulares do quadro pronominal atual do PB, não apenas em relação aos (des)usos dos pronomes átonos, mas também considerando os pronomes tônicos, que muitas vezes tomam o lugar dos átonos na fala ou na escrita.

Na análise de dados linguísticos *diacrônicos*, Lobo (1992), Pagotto (1992), Carneiro (2005), Namiuti (2008; 2011), Nunes (2009; 2014), Tomanin (2009), Lopes (2010), Santos (2010), Nunes & Vieira (2013), Andrade & Carneiro (2014), Ferrari (2015), Biazolli (2016), Matos (2017), Othero & Cardozo (2017) e Paula (2019) nos fornecem um panorama da colocação dos pronomes átonos enquanto um fenômeno linguístico que sofreu alterações consideráveis ao longo do tempo, em diferentes variedades do português. Um aspecto digno de destaque diz respeito à posição mais regular desses pronomes: esses estudos demonstram que tal posto foi alternado entre a *próclise* (anterior ao verbo) e a *ênclise* (posterior ao verbo) em períodos e contextos linguísticos vários.

Como, na presente dissertação, proposta como parte do conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa "HGEL – Historiografia, Gramática e Enisno de Línguas"[7], tomamos por objeto de estudo não os dados linguísticos sobre a colocação pronominal, mas sim as ideias linguísticas discorridas e as práticas de descrição desenvolvidas sobre o tema dentro da tradição gramatical brasileira, damos destaque às pesquisas cujos resultados se enquadram na terceira categoria que apresentamos, isto é, cujo foco incide, em alguma medida, sobre o tema da colocação pronominal em *obras gramaticais*. Esse terceiro conjunto é composto por 11 dos 44 trabalhos levantados. Vejamos um breve resumo de cada um.

---

[6] Por exemplo, Ferrari (2015) e Biazolli (2016) lidam com dados linguísticos de caráter tanto sincrônico quanto diacrônico. Paula (2019), além de analisar dados linguísticos diacrônicos, considera sua abordagem em gramáticas.

[7] De modo específico, nossa pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa *HSB – Historiografia da Sintaxe no Brasil: teoria, norma e ensino* (cf. VIEIRA, 2020), em execução no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, onde o grupo está sediado. O espelho do grupo pode ser encontrado no Diretório do CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6433198070413694.

Leite (2013) aborda a gramatização da colocação pronominal em uma gramática portuguesa (Argote, 1725) e cinco brasileiras (Said Ali, 1923, 1930 [1908]; João Ribeiro, 1904, 1930 [1887]; Azeredo, 2008), a partir da metodologia proposta pela História das Ideias Linguísticas[8]. Segundo a autora, a gramática de Argote é o "texto fundador da *gramatização* da colocação dos pronomes para o português", tendo como motivação "a realização oral da língua" (LEITE, 2013, p. 130), e apenas a partir do século 19 esse fenômeno linguístico passou a ser abordado principalmente pela perspectiva sintática. A abordagem fonológica foi retomada no Brasil a partir de Said Ali (1930 [1908]), com o objetivo de evidenciar as diferenças entre o PB e o PE. Essa retomada teria desencadeado um novo processo de gramatização desse fenômeno, agora em diálogo com os usos brasileiros.

Paula (2019) realiza um estudo diacrônico sobre a sintaxe de colocação na língua portuguesa, a partir de dados de crônicas históricas e gramáticas, ambos os conjuntos de textos publicados entre os séculos 16 e 21. Fundamentada na Linguística Funcional Centrada no Uso, na Sociolinguística e nos Sistemas Adaptativos Complexos, a autora objetivou verificar se a atual tendência proclítica do PB decorre de uma inovação linguística brasileira ou de uma retenção de características do português clássico. Especificamente na questão gramaticográfica, as obras selecionadas para análise foram Barros (1540), Chorro (1659), Lima & Bacellar (1783) e Oliveira (1862), representando a gramaticografia lusitana, e a gramática de Bezerra (1861), representando o nicho brasileiro.

Na retomada da gramaticografia do português, as observações feitas pela autora sugerem, à semelhança de Leite (2013), que os primeiros vestígios de gramatização da colocação pronominal advêm do século 18. Paula (2019) propõe, ainda, que a ordem dos clíticos no PB e no PE está intimamente relacionada à atonicidade das vogais nessas variedades. Segundo a autora, a colocação dos pronomes se diferencia em Portugal e no Brasil devido a uma substituição fonético-fonológica da *próclise* pela *ênclise*, no primeiro caso, e a uma retenção da tendência proclítica do português clássico, no segundo.

Coelho, Danna & Polachini (2014), fundamentadas na Historiografia da Linguística, examinam um conjunto de dez textos gramaticais publicados ao longo do século 19, com o objetivo de identificar como a gramaticografia emergente lidou com o PB. Dentre os fatores observados pelas autoras, a questão dos pronomes, incluindo a colocação pronominal, é

[8] No contexto brasileiro, a História das Ideias Linguísticas e a Historiografia da Linguística são consideradas áreas distintas. Retomaremos essa questão no Capítulo 2, "Pressupostos teóricos".

mencionada como uma das especificidades de maior destaque do PB. Apesar disso, o PB permanecia nessas fontes numa posição marginal (de inferiorização) em relação ao PE.

Coelho & Danna (2015), também por um viés historiográfico, analisam a descrição do PB nas seções de (morfos)sintaxe das gramáticas de Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889 [1887]), Carneiro Ribeiro (1890) e Maciel (1902 [1894]), obras do século 19, considerando os níveis retórico e descritivo. Enfatizamos aqui a análise referente à colocação pronominal, em que as autoras concluem que as obras trazidas a lume adotam majoritariamente uma postura prescritivista ao apresentarem esse fenômeno da língua.

Ferreira & Nogueira (2016), na esfera da História das Ideias Linguísticas, analisam o tratamento dado à colocação pronominal na gramática de Júlio Ribeiro (1881), com o objetivo de compreender como o PB e o PE são significados pelo gramático. Em suma, as autoras afirmam que a abordagem desse objeto tende à prescrição quando "está diretamente relacionada com os efeitos da polêmica que se instaurou sobre a colocação dos pronomes naquele período da história brasileira" (FERREIRA & NOGUEIRA, 2016, p. 30) e tende à descrição quando, mesmo não coincidindo com o modelo português, esse fenômeno linguístico não foi polemizado.

Gurgel (2007; 2008), como os próprios títulos de seus trabalhos apontam, disserta sobre o período dito científico nos estudos linguísticos do Brasil (1880-1920) na questão da colocação pronominal. Ancorada na Historiografia da Linguística, a autora conclui que os estudos brasileiros sobre o tema se configuraram não apenas a partir de anseios de cunho científico, mas também pedagógico e filosófico. Esses dados, ainda segundo a autora, revelam que a colocação pronominal teve um caráter "eclético e divergente" tanto no desenvolvimento da estrutura interna da língua quanto em sua abordagem na gramaticografia brasileira.

Em Medeiros (2018) e Medeiros & Vieira (2019), contrastamos a 1ª e a 37ª edições da gramática de Bechara (1961, 1999) no tratamento dado à colocação pronominal, com o objetivo de refletirmos sobre as motivações e as implicações de cada obra frente aos seus respectivos espíritos do tempo. O estudo fundamentou-se em diretrizes da Historiografia da Linguística, tais como as fases *heurística*, *hermenêutica* e *executiva* (SWIGGERS, 2012; 2013), a noção de *retórica* (MURRAY, 1994; ALTMAN, 1998) e os conceitos de *horizonte de retrospecção* e *horizonte de projeção* (AUROUX, 1992). Observamos que, apesar das descontinuidades anunciadas no nível retórico, as quais dialogam com as demandas sociais de cada atmosfera intelectual, a obra permanece em continuidade com a gramática

tradicional no trato normativo da colocação pronominal, mantendo o viés prescritivo instaurado no fazer gramatical brasileiro.

Tavares (2017) realiza um empreendimento historiográfico acerca dos pronomes na tradição gramatical brasileira do século 20, considerando, entre outros aspectos, os pronomes átonos e sua colocação. A autora analisa as obras de Pereira (1907), Said Ali (1923), Nascentes (1937), Rocha Lima (1957), Bechara (1961), Melo (1968) e Cunha (1985). Como resultado do estudo, Tavares ressalta diversos pontos de convergência e de divergência na abordagem dos pronomes nessas gramáticas.

A pesquisa de Silva (2018) se situa no campo teórico-metodológico da Linguística Aplicada de caráter transdisciplinar. Nela, o autor examina e estabelece comparações das abordagens da colocação pronominal em dois conjuntos de gramáticas brasileiras: duas gramáticas normativas de referência (CUNHA & CINTRA, 1985; BECHARA, 1999) e três gramáticas de autoria de linguistas (MOURA NEVES, 2000; PERINI, 2010; BAGNO, 2012). Em suma, o autor aponta que as gramáticas de referência corroboram a manutenção da norma-padrão tradicional (conservando regras do PE clássico, tomando a escrita literária por exemplário e prescrevendo regras), enquanto as gramáticas contemporâneas dos linguistas representam uma nova forma de abordar os conteúdos gramaticais e defendem uma abordagem mais fiel à estrutura do PB, ainda que permaneçam em continuidade com alguns aspectos da tradição, como a organização da seção em que o tema é abordado (MOURA NEVES, 2000; PERINI, 2010) e a oposição “língua escrita *vs.* falada" (PERINI, 2010).

Domingues (2015), sem filiação explícita a um campo disciplinar do trabalho linguístico no Brasil, discorre acerca da colocação pronominal nas obras de Cegalla (2000), Cunha & Cintra (2008), Bechara (2009), Rocha Lima (2011), Azeredo (2012) e Bagno (2012), estabelecendo sua análise a partir de reflexões sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil. Ao comparar essas obras, o autor identifica posicionamentos discrepantes no tratamento dado à colocação, entre perspectivas mais tradicionais e mais contemporâneas, frisando as duas últimas obras aqui citadas como as mais adequadas ao tratamento da questão no atual ensino de língua no Brasil.

Por último, Wink, Finkenauer & Othero (2012) investigam o atual quadro pronominal do PB e suas regras de colocação de pronomes objeto à luz de uma revisão de literatura de cinco gramáticas brasileiras publicadas já no século 21: Moura Neves (2000), Luft (2002), Azeredo (2008), Castilho (2010) e Perini (2010). A pesquisa aponta que as duas

primeiras obras citadas permanecem mais fiéis à tradição; a terceira, por sua vez, representa uma proposta equilibrada entre a tradição e a linguística contemporânea; e as duas últimas trazem propostas mais inovadoras e se comprometem em descrever o quadro pronominal usado no Brasil, adotando a posição taxativa de rejeição à *ênclise* como regra geral de colocação pronominal em PB.

Para além dessa literatura, que resulta do levantamento feito nas plataformas *online*, cumpre-nos ressaltar a existência das gramáticas dos linguistas, também chamadas "gramáticas brasileiras contemporâneas do português" (VIEIRA, 2015; 2016; 2018), que representam o cenário contemporâneo frente ao tema. Algumas dessas obras foram analisadas no estado da arte levantado acima – a saber, Moura Neves (2000), Azeredo (2008; 2012), Castilho (2010), Perini (2010) e Bagno (2012). Há ainda outras dessas gramáticas que não foram analisadas nos trabalhos aqui visitados, mas que devemos mencionar: Hauy (2014), Ferrarezi & Teles (2008), Perini (2016), Vitral (2017), Azeredo (2018) e Moura Neves (2018).

A maioria dessas obras, publicadas na contemporaneidade e de autoria de linguistas, traz importantes considerações à construção de uma norma-padrão fidedigna ao PB. No entanto, os conteúdos e as discussões dessas obras têm uma perspectiva muito voltada aos especialistas (cf. FARACO & VIEIRA, 2016), e a ênfase dada à estrutura do PB não alcança univocidade: na colocação pronominal, por exemplo, enquanto autores como Azeredo (2008; 2012) e Bagno (2012) afirmam que a *próclise* é a regra principal de colocação no PB, admitindo a *ênclise* como particularidade da literatura e de determinados níveis de formalidade, outros, como Hauy (2014) e Vitral (2017), ainda apresentam a *ênclise* como regra geral, recaindo sobre a *próclise* e a *mesóclise* o lugar de particularidade. Isso desvela a ausência de um modelo de análise único do tema na gramaticografia brasileira contemporânea. Como consequência, apesar dos avanços da literatura linguística frente aos fenômenos característicos do português brasileiro contemporâneo, como a colocação pronominal, a didatização desse material de pesquisa e seu direcionamento ao consulente comum e à escola caminham a passos mais lentos, e a tradição do português clássico permanece como no comando das regras reconhecidas para o ensino e a escrita.

Em suma, a despeito de suas diferentes inclinações teórico-metodológicas, essas pesquisas nos revelam que a abordagem gramaticográfica da colocação pronominal no português pode ser caracterizada por uma série de divergências, ao longo do tempo, que perpassam, entre outras questões, a própria noção de língua portuguesa (quer considerando

uma língua lusitana e outra brasileira, quer concebendo-as como unidade) e seu aspecto normativo (num pêndulo entre os eixos descritivista e prescritivista). Além disso, a partir do texto de Leite (2013), vislumbramos o século 18 como aquele em que primeiro surge a preocupação em abordar esse fenômeno linguístico no português – que, a partir do século seguinte, se tornaria alvo de discussões e polêmicas nos estudos e na produção gramatical, especialmente no contexto brasileiro.

Ainda que essa vasta literatura sobre a colocação pronominal tenha sido desenvolvida nas últimas décadas, até o presente momento não identificamos a realização de uma pesquisa que se debruce especificamente sobre como o conceito e a abordagem gramatical da colocação pronominal do português foram concebidos no contexto brasileiro. É aí que reside a **problemática** que levantamos: *de que modo o(s) conceito(s) e a(s) norma(s) de colocação pronominal na língua portuguesa foram construídos e desenvolvidos durante seu processo de gramatização no Brasil?* Nos referimos, particularmente, ao Brasil do século 19, período marcado pelo processo de independência do país em relação a Portugal (o que gerou uma autonomia também da imprensa e da produção gramaticográfica) e anterior à consolidação do que, após a publicação da *NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira* (1959), descrevemos, prescrevemos e ensinamos como colocação pronominal.

Diante desse quadro, em nosso trabalho, buscamos as respostas para as seguintes **questões de pesquisa**:

a. a atmosfera intelectual do Brasil oitocentista e, em particular, as agendas de pesquisa dos gramáticos brasileiros trouxeram influências sobre a abordagem da colocação pronominal? De que modo?
b. que conceitos gerais e específicos fundamentam a abordagem da colocação pronominal em gramáticas brasileiras oitocentistas?
c. que metatermos e respectivas conceptualizações foram utilizados no trato da colocação pronominal ao longo do século 19?
d. de onde surgem os exemplos prototípicos adotados por essas obras e que tipo de abordagem normativa (descritiva, prescritiva/proscritiva, facultativa) eles revelam?

Salientamos a tomada das gramáticas brasileiras publicadas no século 19 como fontes primárias pelo estopim da gramatização nacional, concebida *por* brasileiros e *para* brasileiros (cf. VIEIRA, 2018; BORGES NETO, 2018). Além disso, parte da literatura revisitada se debruça sobre obras gramaticais e aponta para uma estabilidade na presença da colocação pronominal nas obras do século 20, ainda que diferenças em sua abordagem

possam ser identificadas. Enfim, nosso **objetivo geral** consistiu em *compreender a emergência e o desenvolvimento do processo de gramatização da colocação pronominal na língua portuguesa em gramáticas brasileiras oitocentistas*.

Para tanto, elencamos como **objetivos específicos**:

a. analisar os compromissos sociopolíticos assumidos pelos autores na constituição das obras;
b. caracterizar os pressupostos teóricos de cada gramática e sua relação com a abordagem da colocação pronominal;
c. identificar e sistematizar a rede conceitual e terminológica construída no tratamento da colocação pronominal nessas obras;
d. mapear e examinar o exemplário adotado na abordagem da colocação pronominal e suas implicações em relação ao tratamento normativo (descritivo, prescritivo/proscritivo, facultativo).

Nossa proposta de pesquisa se justifica por entendermos que essa problemática excede os limites estritamente internos à língua: por estar diretamente ligada à constituição de gramáticas, reflete questões relacionadas a nossas práticas de língua e linguagem. Assim, entram em jogo também fatores políticos, sociais e educacionais relacionados à língua, os quais modificam diferentes espaços da sociedade.

Nesse sentido, consoante Colombat *et al*. (2017), compreendemos que uma parte dos instrumentos de gramatização é herdada, mas a transmissão e a recepção dos conceitos e das teorias ali dispostos é um processo histórico, sobre o qual convém sermos esclarecidos. Assim, buscamos realizar uma reconstrução serial do processo de gramatização desse fenômeno linguístico, amplamente estudado por diferentes teorias na atualidade, para que, ao conhecermos suas origens, melhor compreendamos sua natureza e abordagem para a contemporaneidade.

Por fim, visualizamos possíveis impactos no ensino de gramática da contemporaneidade, com os quais essa pesquisa, embora de natureza historiográfica, pretende dialogar. A discussão acerca da colocação pronominal permanece, até os dias de hoje, problemática. Apesar dos apontamentos acerca da língua e sua relação com a escrita desde a emergência, o desenvolvimento e a legitimação da "tradição sociodiscursiva" na reflexão sobre o ensino de língua portuguesa (cf. GUEIROS, 2019) na segunda metade do século 20, o ensino de língua materna no Brasil permanece pautado no *paradigma tradicional de gramatização* (VIEIRA, 2018), sendo as gramáticas tradicionais amplamente

utilizadas por professores, por alunos, enfim, pelo consulente sem formação linguística mínima – e muitas vezes também por aqueles que a têm. O resgate a um fundamento epistêmico da normatização da língua, revelado na gramatização da colocação pronominal, nos direciona a uma postura mais crítica em relação ao processo de gramatização em si e à cultura escrita, e nos permite reconhecer e ressignificar os impactos da tradição em nossa vida e em nossa prática linguística.

Além desta "Introdução" (Capítulo 1), a presente dissertação é constituída por outros cinco capítulos.

No Capítulo 2, "Pressupostos teóricos", apresentamos a Historiografia da Linguística, disciplina em cujo esteio se empreendeu o estudo aqui relatado, segundo postulado por Koerner (1996, 2014a, 2014b) e Swiggers (2010, 2012, 2013, 2015, 2019). Este capítulo é composto, ainda, por três seções, nas quais abordamos as principais categorias selecionadas como norteadoras da nossa análise e seus respectivos autores dentro da historiografia: 2.1 "O conceito de gramatização"; 2.2 "Retórica(s) e agenda de pesquisa"; 2.3 "As camadas do conhecimento linguístico".

O Capítulo 3, "Itinerários da pesquisa", divide-se em três seções. Nestas, traçamos o percurso metodológico da pesquisa. Em 3.1 discorremos acerca dos critérios de seleção de fontes que nos levaram a estabelecer como recorte dentre as obras oitocentistas 16 gramáticas brasileiras, cujas autorias pertencem a Antonio de Moraes Silva (1806; 1824); Padre Antonio da Costa Duarte (1829; 1877); Manoel Soares da Silva Beserra (1861); Frederico Ernesto Estrella Villeroy (1870); Francisco Sotero dos Reis (1871); Laurindo José da Silva Rabello (1872); Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1876); Ernesto Carneiro Ribeiro (1881); Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1881; 1885; 1899); Manuel Pacheco da Silva Júnior & Boaventura Plácido Lameira de Andrade (1887); João Ribeiro Fernandes (1889); Augusto Freire da Silva (1894).

Em 3.2 tratamos das fases de organização da pesquisa (heurística, hermenêutica, executiva) frente aos eixos externo e interno de análise. Cada fase é abordada mediante sua relação com as categorias de análise explicitadas no capítulo primeiro (gramatização, retórica, agenda e camadas do conhecimento linguístico). O capítulo se encerra com a seção 3.3 "Quadro metodológico: síntese", em que sumarizamos os critérios de análise, apresentando-os de uma forma mais didática.

No Capítulo 4, "A gramaticografia brasileira no século 19", desenvolvemos a análise orientada para o contexto, isto é, da atmosfera intelectual de produção gramatical oitocentista

no Brasil, de forma generalizada, bem como dos pressupostos, demandas e propósitos relacionados às fontes primárias de análise, no particular. Este capítulo se divide em 4.1 “O Brasil oitocentista e a produção gramatical” e 4.2 “As gramáticas, os autores: considerações orientadas para o contexto”.

No Capítulo 5, “A colocação pronominal em gramáticas brasileiras oitocentistas”, apresentamos uma descrição interpretativa da abordagem da colocação pronominal em nossas 16 fontes primárias. Nossa análise se divide em três seções, as quais correspondem a três diferentes períodos na história da gramaticografia brasileira oitocentista. A seção 5.1 “A colocação pronominal no período embrionário” é destinada às duas primeiras décadas do século 19 (1800 e 1810). Em sequência, a seção 5.2 “A colocação pronominal no período racionalista” abriga nossas análises que compreendem desde 1820 até 1881. Finalmente, na seção 5.3 “A colocação pronominal no período ‘científico’”, nos debruçamos sobre as duas últimas décadas oitocentistas (especificamente, entre 1881 e 1900). Ao longo destas seções, examinamos cada uma das 16 fontes primárias selecionadas, observando sua conceptualização da colocação pronominal, além dos tratamentos normativos e os exemplários que pautaram a abordagem do tema.

Por último, em “Resultados e contribuições” (Capítulo 6), apontamos as principais implicações decorrentes dessa descrição interpretativa. Na seção 6.1 “Gramatização da colocação pronominal: mapeamento cronológico”, sistematizamos os principais resultados da pesquisa. O capítulo se encerra com a seção 6.2 “Considerações Finais”, na qual refletimos sobre as principais implicações desta narrativa historiográfica.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

> O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.
>
> *A revolução tecnológica da gramatização*, de Sylvain Auroux. 1992.

O que se tem compreendido por Historiografia da Linguística (HL), nos termos de Koerner (1996, 2014a, 2014b) e Swiggers (2010, 2012, 2013, 2015, 2019), corresponde a um empreendimento metodológica e epistemologicamente consciente de se registrar a história dos estudos sobre a linguagem. Enquanto tal, difere-se da História da Linguística ou da História das Ciências da Linguagem por exceder o resgate cronológico de realizações passadas, tendo como objetivo descrever, compreender e propor justificativas para a emergência, a consolidação, a transmissão e mesmo o esquecimento das teorias e crenças sobre língua e linguagem através dos tempos.

Especialmente no contexto brasileiro, a HL se distingue também da chamada História das Ideias Linguísticas (HIL) – muito embora ambas adotem como objeto de estudo o pensamento linguístico ao longo do tempo. Enquanto a primeira busca se constituir como um ramo autônomo da Linguística, dotado de uma configuração particular, a segunda procura alinhar a pesquisa historiográfica ao aparato terminológico e metodológico da Análise do Discurso de linha francesa. Em nossa pesquisa, adotamos os princípios e procedimentos próprios da HL. Porém, como explicitamos mais adiante, acolhemos alguns dos apontamentos levantados por Auroux (2014), considerado um dos principais autores da HIL pelos pesquisadores brasileiros.

De acordo com Swiggers (2019), a HL se faz uma disciplina cientificamente fundamentada e, como tal, é necessário o cumprimento de uma série de princípios, regras e condições de pesquisa que assegurem o controle dos procedimentos de investigação, a transparência na comunicação dos resultados e, consequentemente, sua verificabilidade. Entre outras, destacam-se duas competências básicas e indispensáveis por parte do pesquisador: o conhecimento da História e o conhecimento da Linguística. A bem da verdade, porém, uma historiografia orgânica requer uma boa compreensão da estreita correlação e mesmo dependência da Linguística com outras ciências humanas, como a

Filosofia, as Ciências Políticas e Sociais e a Psicologia, além do conhecimento de disciplinas como Literatura, Retórica e Lógica.

Outro aspecto que desempenha um papel crucial no trabalho historiográfico é o uso de originais, que deve atender a requisitos básicos quantitativos e qualitativos. Com relação aos quantitativos, uma pesquisa em HL deve investigar o número máximo de textos-fonte relevantes para o tema de pesquisa, cuja seleção se dá mediante critérios como acessibilidade, autoria e delimitação temporal ou geográfica. Quanto às exigências qualitativas, a pesquisa deve evitar qualquer tipo de tendência ou anacronismo injustificado, donde se faz necessário que o pesquisador estabeleça suas análises a partir de padrões de interpretação adequadamente contextualizados. Para tanto, é necessário fundamentar a leitura crítica dos originais em uma literatura secundária pertinente e bem esclarecida.

A esse respeito, pode-se dizer que a HL adota os princípios gerais do que se tem chamado *teoria fundamentada* nas Ciências Sociais, a qual foi desenvolvida por Anselm Strauss, em colaboração com Barney Glaser, e posteriormente refinada por Juliet Corbin (cf. SWIGGERS, 2019). Essa teoria é caracterizada por uma profunda preocupação em formular seus postulados a partir da adaptação de dados reais ao processo da pesquisa. Vejamos algumas propriedades da *teoria fundamentada* que fazem parte também da Historiografia, conforme apresentado por Swiggers (2019, p. 61-62):

> (i) começa com um conjunto de dados (idealmente exaustivo) (relevante para o tópico do estudo);
> (ii) aborda os dados sem vieses específicos ou, pelo menos, o historiógrafo deve controlar seus vieses e pressupostos *a priori*;
> (iii) inspira pesquisa com abertura a várias abordagens alternativas, quantitativas e qualitativas;
> (iv) desenvolve seus conceitos analíticos em estreita relação com as informações contidas no conjunto de dados, e os conceitos são adaptados, refinados e enriquecidos no processo de investigação;
> (v) segue um caminho de pesquisa intersubjetivamente controlável e garante que as atividades de pesquisa produzam resultados (nem sempre previstos) abertos à discussão;
> (vi) visa a explicações abrangentes, satisfazendo os requisitos de contextualização apropriada e de correlação de dados relevantes (no tempo e no espaço);
> (vii) contribui para um crescente corpo de conhecimento, constantemente aberto à discussão crítica.

A essas características da HL associamos as três fases de organização do próprio trabalho historiográfico elencadas por Swiggers (2012, 2013, 2015). Com relação à primeira fase, a chamada *fase heurística*, o autor nos diz que a preocupação do historiador se dirige à constituição de um *corpus* original, somado a um acervo de textos biobibliográficos.

Além disso, essa fase é responsável pelo estudo crítico da "história textual" das fontes, no que se inclui o levantamento de dados como o número de edições publicadas, assim como de traduções e comentários referentes aos originais analisados. Assim, as tarefas do historiador, na *heurística*, compreendem informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade, ler esses textos-fontes, e catalogar e contextualizar ideias, pontos de vista e terminologias.

Em seguida vem a *fase hermenêutica*, que envolve a interpretação contextualizada, a partir de categorias pré-estabelecidas, dos conteúdos expostos nos textos-fonte e no estabelecimento de relações entre textos, autores, grupos, tradições e outros. Uma análise crítica dos materiais deve ser realizada pondo em perspectiva o estágio do conhecimento linguístico sob análise e os vínculos que estabelece com estágios anteriores e posteriores – compreendendo as causas e consequências da teorização, das continuidades ou rupturas, dos apagamentos na história do fenômeno estudado. As interpretações realizadas nesta fase, de acordo com Swiggers (2013), devem estabelecer comparações, conceitos, autores e modelos.

O autor ainda faz alusão à existência de uma *metodologia geral*, em que o historiador trabalha a partir de *categorias gerais* (aquelas que estão previstas pelo aparato meta-historiográfico), e uma *metodologia específica*, em que ele lida com *categorias específicas* (aquelas que são particulares a cada pesquisa). Em nossa pesquisa, recorremos a quatro categorias desenvolvidas pela HL e que, portanto, correspondem a nossas *categorias gerais*: *gramatização*, *retórica*, *agenda de pesquisa* e *camadas do conhecimento linguístico*. Em vista dessas categorias, e mediante as singularidades de nosso objeto de estudo, estabelecemos *categorias específicas* que dialogassem com nossos objetivos, sendo elas: *clima de opinião*, *compromissos sociopolíticos*, *autopercepção*, *eixo temporal*, *tratamento normativo*, *exemplário* e *conceitos e metalinguagem*. Explicitamos os pormenores adotados na abordagem dessas categorias na exposição da nossa metodologia (Cap. 3).

A última fase do trabalho historiográfico é a chamada *fase executiva*. Esta fase é responsável pela reconstrução sistemática do passado das ideias linguísticas. Para tanto, o historiador toma três dimensões por alicerce básico: (1) a dimensão do *formato da exposição*, que pode tomar uma forma sequencial, tópica ou combinatória de narração dos fatos; (2) a dimensão da *intencionalidade do historiógrafo*, em que se pode optar por uma historiografia (meramente) taxonômica/classificadora, polêmica/apologética, teleológica ou exegético-crítica; (3) a dimensão do *programa cognitivo*, que se faz determinada pelo objeto de estudo, pela documentação disponível e pelos interesses e aspirações do historiador.

Com relação à primeira dimensão, Swiggers (2013) nos diz que a execução historiográfica é *sequencial* quando seu formato é basicamente narrativo. Já a execução *tópica* é aquela que versa sobre um tema ou um tipo de problema específico, e é nela que enquadramos a nossa pesquisa, cujo foco recai essencialmente sobre a gramatização da colocação pronominal. Por fim, a *combinatória* é centrada na atmosfera intelectual que caracteriza determinada época da história dos estudos sobre a língua(gem).

No que tange a segunda dimensão (a da intencionalidade do historiógrafo), compreendemos que esses "tipos" de historiografia surgem como consequência do propósito estabelecido por cada historiador: o *como* é tecido a partir do *o que* se deseja alcançar na pesquisa. Desse modo, uma historiografia é *taxonômica* desde que a intenção do historiógrafo seja sistematizar (identificar, descrever e classificar) as categorias e os objetos de estudo com os quais esteja lidando; é *apologética* se essa intenção for explicar, debater e/ou defender algum pensamento específico; é *teleológica* no caso de se buscar compreender as causas finais (o propósito da existência, a finalidade) das ideias linguísticas analisadas; e é *exegético-crítica* caso se objetive interpretar cuidadosa e criticamente essas ideias. A historiografia aqui pretendida apresenta características *taxonômicas*, *teleológicas* e *exegético-críticas*, uma vez que tencionamos sistematizar o processo de gramatização da colocação pronominal, compreender a finalidade de sua abordagem em cada instrumento gramatical analisado e esclarecer a construção e a progressão desse conceito na gramaticografia brasileira oitocentista.

Em relação à última dessas dimensões (a do programa congnitivo), Swiggers (2015) distingue cinco perfis de historiografia: i. uma historiografia *atomística*, que se dá como uma apresentação analítica de fatos da história dos estudos da linguagem; ii. uma historiografia *narrativa*, que relata os acontecimentos em sua sucessão cronológica; iii. uma historiografia *nocional-estrutural*, que analisa a estrutura e as abordagens desenvolvidas na história da linguística; iv. uma historiografia *arquitetônico-axiomática*, em que se descreve e analisa uma estrutura lógica de teorias e modelos a partir de axiomas; e v. uma historiografia *correlativa*, que se debruça sobre a relação entre teorias, pontos de vista e contexto sociocultural, político e institucional. Nossa pesquisa, considerando essas questões, tem um caráter essencialmente *narrativo* e *nocional-estrutural*, pois, ao contarmos a história das ideias gramaticais oitocentistas sobre a colocação pronominal, nos dirigimos à sua estruturação e abordagem na própria gênese da produção gramatical brasileira.

Afirmamos, anteriormente, que nos valemos de quatro *categorias gerais* de pesquisa, adotadas conforme postuladas nos estudos da HL: *gramatização*, *retórica*, *agenda de pesquisa* e *camadas do conhecimento linguístico*. Nas seções a seguir, apresentamos os principais pressupostos, conceitos e características de cada uma delas.

Comecemos, então, pelo fato da gramatização.

2.1 O fato da *gramatização*

Considerado um dos maiores especialistas em História das Ideias Linguísticas da contemporaneidade, Sylvain Auroux formulou, em sua obra intitulada *A revolução tecnológica da gramatização* e originalmente publicada no ano de 1992, o conceito e o fato do que chama (e aqui entendemos por) *gramatização*[9]. Por definição, a gramatização consiste no "processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário" (AUROUX, 2014, p. 65).

Na concepção de Auroux (2014), o processo de gramatização massiva se desenvolveu no Ocidente, e mais especificamente a partir da Europa, no decorrer de treze séculos da história, período marcado desde meados do século 5 até o fim do século 19. Tal processo se constitui como a *segunda revolução técnico-linguística*, sendo antecedido apenas pelo advento da escrita, que se deu por volta do ano 3.000 a.C.

É na tradição linguística greco-latina que a gramatização das línguas do mundo encontra seu berço e sustentação, e esse fato, desde então, vem trazendo consequências práticas substanciais à organização das sociedades humanas. Conforme o autor, essa revolução criou uma rede homogênea de comunicação, inicialmente centrada na Europa. "Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos linguísticos, da mesma maneira que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo" (AUROUX, 2014, p. 35).

No curso da história das ciências da linguagem, a gramática passou a descentralizar o seu interesse do acesso ao texto escrito (grego e latim, praticamente) e se desdobrar em direção ao domínio das línguas maternas. Ela se tornou "simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las" (AUROUX, 2014, p.

[9] No Brasil, a edição mais recente da obra é a terceira, de tradução de Eni Orlandi e publicada em 2014 pela Editora da UNICAMP. É a esta edição a que nos remetemos daqui em diante.

36). Em decorrência disso, têm-se o início e a iniciativa da construção de modelos que reúnam as filiações e as relações estruturais das línguas faladas no mundo.

Auroux (2014) nos conta que, de um lado, as invasões e o posterior esfacelamento do Império Romano do Ocidente desencadearam a supressão do latim enquanto língua vernácula e o surgimento das línguas neolatinas, a partir do século 7. Por outro lado, o latim foi conservado como língua administrativa, intelectual e religiosa, o que marca um fenômeno de dispersão e de unificação simultâneas. Para um europeu do século 9, afirma o autor, "o latim é antes de tudo uma segunda língua que ele deve aprender" (AUROUX, 2014, p. 43), cuja gramática deveria ser estudada, então, como parte do percurso para que ele se pudesse integrar à cultura escrita.

É nesse contexto que a gramática latina se torna antes de tudo uma técnica de aprendizagem da língua. O "fundo latino" do processo de gramatização, nos termos do autor, constitui-se como um fator de unificação teórica sem precedentes na história dos estudos linguísticos. Consideremos os esquemas abaixo (Figura 1), propostos ainda por Auroux (2014, p. 44), que ilustram a rede do conhecimento linguístico constituída no processo massivo da gramatização, em que *M* se refere à *metalinguagem*, e *G*, à *gramática*:

Figura 1 – Rede do conhecimento linguístico segundo Auroux (2014)

Fonte: Auroux (2014, p. 44).

Em [1], o autor se refere ao caso em que, originariamente, uma gramática sobre a língua latina é elaborada também em língua latina. Sua tradução para um vernáculo qualquer, como acontece em [2], é gerada a partir da mesma metalinguagem utilizada na abordagem do latim em [1]. Para fins didáticos, assumamos a língua portuguesa como sendo tal vernáculo. Nesse caso, [2] ilustraria uma gramática de língua latina escrita em português. A mesma reprodução acontece tanto em [3], quando temos uma gramática da língua portuguesa escrita em latim, como também em [4], quando se utiliza a metalinguagem em português com base latina gerada em [2] na gramatização da própria língua portuguesa. Enfim, o

esquema [5] encerra essa cadeia e desvela a propagação da “latinidade” da gramatização, graças à homogeneidade categorial e conceptual dela resultantes.

A partir da rede de conhecimento linguístico gerada por essa estrutura, em que a gramática do latim foi primeiramente empregada para fins e pedagogia linguísticos e posteriormente como uma segunda língua, a gramática se torna uma técnica geral de aprendizagem aplicável a todas as línguas. Isso porque a língua latina passa a ser um canal que atravessa essas línguas.

> De língua em língua, o processo de gramatização é efetivamente transitivo e, em seus primórdios, fortemente reversível. É assim que as gramáticas podem ser simples traduções umas das outras, ou que a gramatização de uma língua Li pode ter como ponto de partida o motivo de tornar acessível a seus locutores uma língua Lj (AUROUX, 2014, p. 45).

Consequentemente, o processo de gramatização das línguas permite não apenas a tradução de gramáticas latinas para diferentes vernáculos, num processo verticalizado, mas também que os próprios vernáculos se tornem fonte de “latinidade” uns para com os outros, de modo horizontal. Daí decorrem as inúmeras semelhanças na abordagem gramatical das mais diversas línguas ocidentais, além da própria constituição da ciência Linguística, conforme aponta o autor, o que revela também uma epistemologia de base profundamente eurocêntrica.

Nesse contexto, é natural pensarmos na abordagem gramatical do português brasileiro como oriunda daquela do português europeu, não apenas por fatores internos à estrutura da língua, que derivam da relação *matriz-descendente* entre Portugal e Brasil, mas também pelo próprio processo horizontal intrínseco à gramatização. O “fundo latino” se faz presente desde as primeiras gramáticas brasileiras, publicadas nos oitocentos, até as gramáticas brasileiras contemporâneas do português, ainda que as últimas sejam reconhecidas por sua tentativa de ruptura com a tradição gramatical classicista.

Auroux (2014) nos apresenta, ainda, dois fatores sociais propulsores da gramatização em um contexto onde já exista uma tradição linguística. O primeiro deles é a necessidade de *aprendizagem de uma língua estrangeira* – necessidade esta passiva de responder a vários interesses práticos:

> i) acesso a uma língua de administração; ii) acesso a um *corpus* de textos sagrados; iii) acesso a uma língua de cultura; iv) relações comerciais e políticas; v) viagens (expedições militares, explorações); vi) implantação/exportação de uma doutrina religiosa; vii) colonização (AUROUX, 2014, p. 50).

O segundo concerne essencialmente à *política da língua* – sendo, portanto, propenso a afetar o trato da língua materna – e pode ser reduzido a dois interesses:

> viii) organizar e regular uma língua literária; ix) desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo (AUROUX, 2014, p. 50).

Diante disso, consideramos que a gramatização dos vernáculos estabelece uma estreita relação com o processo de constituição das nações e com suas respectivas instaurações de políticas internas e externas. De fato, segundo Auroux (2014), há uma profunda transformação das relações sociais (nascimento do capital mercantil, urbanização, mobilidade social, extensão das relações sociais, entre outros) inerentes ao processo de formação das nações europeias. Sua expansão, por sua vez, acarreta disputas entre elas, o que se traduz por uma situação de conflito e competição entre as diferentes línguas.

> A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos (AUROUX, 2014, p. 53).

Não à toa a polêmica brasileira em torno da colocação pronominal, entre o final do século 19 e o início do século 20, foi perpassada por questões identitárias e pela discussão sobre se tratar de um português puro, oriundo ou distinto do lusitano. É nesse esteio que um dos fatores observados em nossa pesquisa sobre o século 19 foi o retrato da língua nas gramáticas, a fim de compreendermos *se* e *em que medida* essa percepção modifica os espaços da gramatização.

Outra grande influência para a gramatização dos vernáculos, de modo generalizado, foi o advento da imprensa. De acordo com Auroux (2014), graças à possibilidade de se multiplicar a produção de um mesmo texto e à diminuição de custos na publicação dos exemplares proporcionada pela imprensa, o fenômeno da escrita expandiu seu alcance e tomou novas proporções na cultura e na construção das sociedades. Isso gerou um grande impacto no sucesso da gramatização, e por isso a imprensa deve ser considerada como parte da mesma revolução técnico-linguística.

O autor nos conta ainda que, como outra consequência do surgimento da imprensa, a inovação teórica se tornou um valor de mercado: “[d]e um lado, recompõe-se indefinidamente o mesmo texto; do outro, é preciso fornecer aos impressores, que os

compram, produtos frescos" (AUROUX, 2014, p. 56). Nesse novo mercado, a variabilidade (sobretudo ortográfica) presente na prática manuscrita do medievo perde seu espaço, e a normalização dos vernáculos se torna uma questão de estandardização profissional.

Diante disso, a produção intelectual do texto e sua reprodução material, antes unificadas, passaram a ser compreendidas isoladamente, o que passou a fomentar a preocupação com o uso padronizado da língua pelos impressores tipográficos que trabalham com uma mesma língua. No decorrer do tempo, essa cultura escrita massificada adquiriu diferentes contornos, sendo atualmente parte fundamental nas mais diferentes áreas, como a publicitária, a jornalística, a acadêmica, a literária, entre outras.

Mediante o fato e o conceito de gramatização, Auroux (2014) nos apresenta três elementos básicos que compõem uma gramática, os quais fizeram parte de nossa análise das gramáticas brasileiras oitocentistas: a. uma categorização das unidades; b. exemplos; c. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar).

A categorização das unidades, segundo o autor, supõe duas coisas: termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada. Com relação aos termos teóricos, tem-se que são essencialmente compostos pelas partes do discurso, suas respectivas definições e propriedades. O autor cita, ainda, a presença de "termos teóricos mais globais" – como a própria aplicabilidade da noção de "palavra" – que, apesar de suas implicações no estudo da estrutura de uma língua, raramente são discutidos. A fragmentação, por sua vez, diz respeito a uma representação teórica da língua de caráter menos abstrato ou subjetivo, a qual é passível de ser considerada verdadeira ou falsa. Nossa análise, portanto, considera as diferentes unidades que se relacionam na constituição da gramatização da colocação pronominal.

No que tange a constituição do *corpus* de exemplos, Auroux (2014) nos diz que este é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, o exemplário utilizado pelos diferentes autores ao longo do tempo, caracterizado por sua estabilidade, se configura como o cerne da língua normatizada. De outro, por serem construtos teóricos, os exemplos manifestam a existência de uma realidade linguística em particular. "Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras [...], como, quando necessário, ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras" (AUROUX, 2014, p. 67). São os exemplos, então, que evidenciam o recorte da língua selecionado como protótipo para sua gramatização. Por isso,

uma das questões analisadas em nossa pesquisa foi a constituição do exemplário das gramáticas brasileiras oitocentistas na abordagem da colocação pronominal, a partir do qual pudemos identificar a que configurações da língua os autores recorriam.

Por último, as regras. De acordo com o autor, elas podem ser encaradas por um viés prescritivo (diga…, não diga…; diz-se…)[10], o qual não possui nenhum valor de verdade, ou por um viés descritivo (na língua L…, é enunciado correto; eles dizem…). Apesar do seu propósito ser, em geral, prescritivo, a gramática é uma descrição linguística na medida em que equivale a um *corpus* de afirmações e recomendações sobre a língua suscetíveis de serem mais ou menos representativas. É possível discernirmos uma abordagem mais prescritiva e uma mais descritiva, o que também procuramos analisar no que tange à história da colocação pronominal na gramaticografia brasileira oitocentista.

Cumpre-nos notar, finalmente, que essa perspectiva entende que a função de uma gramática não é descrever a língua natural nos termos adotados nos estudos linguísticos modernos, ainda que determinadas regras sejam formuladas em um caráter descritivo. É preciso concebê-la também enquanto um *instrumento linguístico*: "do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor" (AUROUX, 2014, p. 70).

Isso não significa ser absoluta a diferença entre as características orais da língua e o que se compreende na instituição da escrita. Na verdade, o conteúdo veiculado pelas gramáticas permite que os falantes da língua se apossem de novas pronúncias, relações semânticas, construções sintáticas, entre outras possibilidades supostamente previstas no sistema de sua língua natural que ampliam o seu escopo de conhecimento e uso. Assim, ao estudarmos a gramatização da colocação pronominal no português nas gramáticas brasileiras oitocentistas, consideramos que as informações contidas nessas obras correspondem a um recorte da língua que tanto descreve aspectos próprios do sistema quanto estabelece regras para seus usuários que não necessariamente contemplam toda a sua multiplicidade de fenômenos.

2.2 Retórica(s) e agenda de pesquisa

[10] O autor não diferencia a prescrição (o que *deve* ser dito) da proscrição (o que *não deve* ser dito).

Outro autor de reconhecida importância para os estudos da Historiografia da Linguística foi o sociólogo e antropólogo Stephen Murray (1950-2019), que, entre outras contribuições, apresentou um modelo representativo dos movimentos de (des)continuidade decorridos nos estudos sobre a linguagem ao longo da história. O *modelo de conflito*, proposto pelo autor em obra de 1994, surge como contraponto àquele postulado por Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962.

As elucubrações de Kuhn (1962) derivam de suas observações a respeito da dinâmica das ciências naturais. O autor parte do que chama *ciência normal*, que se refere à "pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas" (KUHN, 1962, p. 29), as quais atingem o reconhecimento e o estatuto de alicerce para determinada comunidade científica específica e seus respectivos estudos. Essa concepção está intimamente relacionada ao conceito de *paradigma*, definido pelo autor como sendo as "realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência" (KUHN, 1962, p. 12-13). Noutros termos, o *paradigma* kuhniano fornece aos cientistas os pressupostos teórico-metodológicos mais bem-sucedidos na resolução de problemas relacionados aos fenômenos estudados, e a *ciência normal* consiste justamente na articulação e no aprofundamento daquilo que já está determinado pelo paradigma vigente.

Apesar de a *ciência normal* não estar preocupada com o surgimento de novas teorias dentro dos *paradigmas*, é fato que estas não deixam de surgir constantemente. Como, então, isso ocorre? Esse questionamento é também levantado por Kuhn, que chega à seguinte reflexão:

> A descoberta começa com a consciência da anomalia, isto é, com o reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal. Segue-se então uma exploração mais ou menos ampla da área onde ocorreu a anomalia. Esse trabalho somente se encerra quando a teoria do paradigma for ajustada, de tal forma que o anômalo se tenha convertido no esperado (KUHN, 1962, p. 78).

Desse modo, compreendemos ser inevitável a constatação de fenômenos naturais ainda não abarcados pelo paradigma corrente e que o procedimento científico se dirige à realização da leitura de tais fenômenos pela cosmovisão em vigência.

Uma vez dispostas tais questões, a teoria kuhniana é proposta visando uma leitura da história das ciências que considera as mudanças decorridas ao longo do tempo em uma dinâmica de estágios recorrentes. O primeiro desses estágios corresponde justamente à

ciência normal, que se debruça sobre o *paradigma* estabelecido e aceito pela comunidade científica para a formulação e expansão de suas teorias, assim como para a resolução dos problemas em demanda. A partir do momento em que surge um problema cuja solução não pode ser abarcada pelos pressupostos teórico-metodológicos em vigor, dá-se início ao segundo estágio, *a crise*. Neste, os estudiosos se sentem impelidos a rever as bases da *ciência normal* e reformular suas premissas, desvelando novas práticas de pesquisa e abrindo portas a novos autores. Os esforços da comunidade científica em crise podem culminar no que Kuhn (1962) chama de *ciência revolucionária*, o terceiro estágio, caracterizado pela ruptura com o *paradigma* tradicionalmente aceito, desencadeando o surgimento de um novo *paradigma* e uma nova *ciência normal*.

Em suma, a filosofia e a história das ciências naturais são compreendidas pelo autor em uma progressão científica revolucionária, caracterizada por fases intercaladas e paradigmas gerados e superados ao longo do tempo.

Sendo a teoria kuhniana fundamentada na observação da dinâmica das ciências da natureza, seriam necessárias algumas adaptações na aplicação dessa leitura sobre as ciências sociais e linguísticas. É nesse contexto que Murray (1994) compreende a Linguística como desenvolvida em meio a *paradigmas coocorrentes*, não havendo teorias realmente revolucionárias. Assim, o autor propõe o seu *modelo de conflitos* a partir de uma substituição das noções de *ciência normal* e *ciência revolucionária* de Kuhn (1962) pelas noções, respectivamente, de *retórica de continuidade* e *retórica revolucionária* (esta última também chamada *de ruptura* ou *de descontinuidade*).

Apesar de, na Historiografia da Linguística, não haver discriminação entre os termos *retórica de descontinuidade*, *retórica de ruptura* e *retórica revolucionária*, acreditamos haver em seu uso três níveis distintos de um mesmo movimento: o deslocamento discursivo em relação ao(s) modelo(s) consolidado(s). O primeiro nível seria o da *descontinuidade*, em que despontam sinais de mudanças, mas a continuidade ainda permanece como núcleo do que é proposto. Já o segundo nível, da *ruptura*, indica de fato uma orientação que busca cindir pontos explícitos do que está posto. O terceiro nível, da *revolução*, aponta para um rompimento num grau acentuado, cuja proposta se refere a um paradigma essencialmente distinto do já estabelecido. Enfim, entendemos que esses termos se referem a níveis distintos de um mesmo posicionamento, que aqui optamos por chamar de *retórica de contraposição*, quando se caminha na contramão de determinada atmosfera intelectual.

Os conceitos de retórica apresentados por Murray (1994) dizem respeito à materialização enunciativa das percepções que a comunidade científica (como um todo) ou seus autores (em particular) têm sobre si mesmos e sobre sua atuação nas práticas de descoberta e difusão do conhecimento. Nesse esteio, uma *retórica de continuidade* pode ser reconhecida no discurso que se assume em dívida para com determinada tradição de pesquisa; uma *retórica de contraposição*, por sua vez, diz respeito à adoção de um posicionamento que, em níveis variáveis, desconsidera ou efetivamente se opõe ao trabalho de seus predecessores. O que entra em jogo, portanto, é a percepção que os estudiosos da linguagem têm de si mesmos, de seu objeto e sua metodologia de estudo, e de suas teorias e elucidações.

Isto posto, um dos aspectos que analisamos em nossa pesquisa foi a *retórica* despendida pelos gramáticos brasileiros oitocentistas em direção à sua autopercepção em relação à atmosfera intelectual da época e sobre suas respectivas obras. Buscamos compreender, a partir das apresentações de cada obra, como a (auto)percepção de seus autores reflete os diferentes modelos teóricos nos quais os autores se colocam. Essa construção analítica é trazida especificamente no Capítulo 4 (cf. 4.2).

À análise da retórica dos autores na apresentação de suas obras, somamos a categoria de análise *agenda de pesquisa*. Como afirma Swiggers (2013), a constituição de uma *agenda* se defronta, nos estudos linguísticos, com vários tipos de teorias, escolas de pensamento linguístico e tradições de pesquisa. Sua análise remete à compreensão das intenções ou motivações subjacentes de um indivíduo ou grupo frente às ideias de sujeitos que lhes sejam precursores ou contemporâneos. Assim, *agenda de pesquisa* e *retórica* foram aqui tomadas como categorias necessariamente complementares, as quais nos permitem reconhecer: (i) os objetivos e propósitos dos sujeitos gramáticos aliados à construção de suas respectivas obras; e (ii) os pressupostos que fundamentam essa construção, a partir do mapeamento das estratégias discursivas de marcação dos diferentes pressupostos que se relacionam à abordagem gramaticográfica e, desse modo, repercutiriam na construção do conceito e nas formas de abordagem da colocação pronominal.

Por fim, esclarecemos que, no Capítulo 5, observamos a materialização da *retórica* e da *agenda de pesquisa* dos autores em um panorama serial da abordagem normativa da colocação pronominal, ou seja, analisamos de que modo os princípios adotados pelos gramáticos no plano discursivo de apresentação de suas obras de fato se reflete no plano gramaticográfico. Desse modo, estabelecemos uma distinção entre o que os autores *se*

propõem a fazer e o que de fato *fazem*: no primeiro caso, nos valemos, à semelhança de Murray (1994), de uma perspectiva que pode ser continuísta (*retórica de continuidade*) ou contrapositiva (*retórica de descontinuidade*, *de ruptura* ou *revolucionária*); no segundo, a partir de Vieira (2015), adotamos os termos *linhas de continuidade* (quando propagado o modelo da tradição greco-latina) e *movimentos de descontinuidade* (quando houver rompimentos em um grau mais simples) ou *de ruptura* (quando houver rompimentos em um grau mais acentuado)[11].

2.3 As camadas do conhecimento linguístico

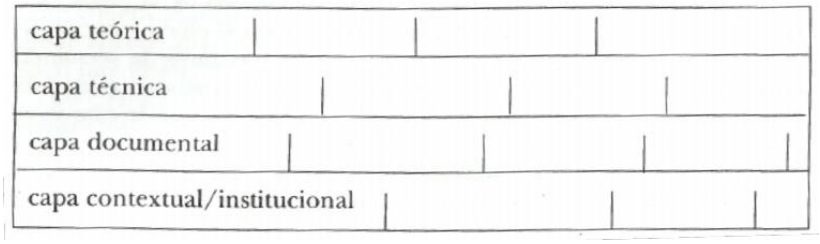
Peter Galison (1987; 1997), físico e historiador da ciência estadunidense, escreveu sobre a história evolutiva – e relativamente recente, como bem aponta Swiggers (2019) – da microfísica. O autor apresenta a proposta de estabelecer a abordagem desse conhecimento a partir de três camadas: uma *camada experimental*, que diz respeito às realizações de experimentos laboratoriais; uma *camada instrumental*, que tem como foco os equipamentos técnicos; e uma *camada teórica*, que corresponde à formulação das teorias postuladas ao longo do tempo.

Galison introduz sua discussão a partir de uma analogia bastante interessante: sua ilustração diz respeito a uma parede de tijolos. Tais tijolos não são empilhados de modo justaposto, um acima do outro, seguindo uma mesma costura; pelo contrário, cada fileira de tijolos se relaciona às demais numa sobreposição alternada, para dar sustentação à parede construída. A ciência, e nesse cenário a microfísica, seria um empreendimento intercalado, no qual diversas camadas, muitas vezes díspares, seguem seus ritmos particulares e, simultaneamente, compõem um mesmo todo.

Ancorado na metáfora proposta por Galison, Swiggers (2004; 2019) propôs, para a HL, uma dinâmica descritivo-explicativa que inclui quatro *camadas* ou *capas*:

[11] Todas as gramáticas com as quais trabalhamos, em nossa pesquisa, fazem parte da história da Gramática Tradicional (GT), herdeira da tradição greco-latina. Nesse sentido, apesar de nos ser possível encontrar uma *retórica revolucionária* na apresentação das obras, não caberia falar sobre *movimentos revolucionários* em sua constituição. Para compreender melhor a história da GT, sugerimos a leitura de Borges Neto (2018) e Vieira (2018).

Figura 2 – Camadas (ou capas) do conhecimento linguístico



Fonte: Swiggers (2004, p. 134).

A *camada teórica* corresponde à visão global da linguagem, à concepção das tarefas e do estatuto da Linguística. A *camada técnica* inclui as técnicas de análise linguística e gramatical e os métodos de apresentação dos dados. A *camada documental* corresponde à documentação linguística e filológica sobre a qual se baseia o estudo linguístico, que considera o número de línguas, tipos de fontes e de dados. Por fim, a *camada contextual/institucional* corresponde ao contexto cultural e à conjuntura institucional em cujo âmbito se dão a reflexão e a prática linguísticas.

Aos moldes de Galison (1987; 1997), Swiggers (2004; 2019) compreende a dinâmica das camadas do conhecimento linguístico em uma coextensão longitudinal que não as coloca sob o jugo de uma mesma linha. O modelo de camadas, portanto, se faz em uma *perspectiva tridimensional*. Nesse campo, cada camada é passível de sofrer profundas modificações, como rupturas ou retomadas, sem que toda a sustentação seja comprometida. É o que acontece, por exemplo, na história da tradição gramatical: ainda que, em diferentes momentos, tenha havido uma série de rupturas em determinados aspectos das camadas do conhecimento linguístico que constituem o instrumento *gramática* – como a transição do modelo teórico racionalista ao "científico", nas camadas teórica e contextual; ou a abordagem da língua portuguesa ao invés da língua latina, nas camadas documental e técnica –, a doutrina gramatical se constitui essencialmente a mesma, de modo que ainda podemos falar, no século 21, em *gramática tradicional*. Na mesma linha, Swiggers (2004; 2019) compreende que inovações podem ocorrer em uma dada camada como consequência do *status quo* que caracteriza outra, mas, em contrapartida, nem todas as mudanças (quer simples, quer complexas e suntuosas) envolvem necessariamente transformações em outras camadas.

Por essa mesma analogia, compreendemos, então, que uma *revolução científica* (que se refere ao processo vivenciado no terceiro estágio da dinâmica da história das ciências,

conforme defendida por Kuhn) aconteceria se e somente se a "parede de tijolos" fosse destruída, isto é, quando as bases sobre as quais todas as camadas se sustentam fossem individual e coletivamente derrubadas e uma estrutura inteiramente nova surgisse em seu lugar. De fato, Swiggers (2019) se refere a essa substituição generalizada como mudanças coincidentes, ou "conversões" decorridas em todas as camadas:

> [...] tais casos podem ser bastante excepcionais na história dos estudos sobre a linguagem, e isso pode ser devido ao fato de que a linguística dificilmente testemunhou casos de (a) inovação radical (e destruição/ eclipse concomitante do passado) e (b) difusão mundial de conteúdos doutrinários canônicos (SWIGGERS, 2019, p. 69).

Em suma, a dinâmica do que entendemos por Linguística enquanto disciplina científica pode estar relacionada a modificações no interior de uma única camada, na relação entre duas camadas ou, eventualmente, em toda a estrutura. Essa dinâmica, Swiggers (2019) afirma, nos permite compreender, entre outras questões, por que existem na Linguística fenômenos anacrônicos de prática teórica e descritiva, bem como por que há efeitos de "retardamento".

Esse modelo de análise, ainda que em sua gênese tenha o propósito *macro* de compreender a Linguística enquanto ciência, se torna um parâmetro aplicável a vários tipos de projetos da HL. A título de exemplo, Swiggers (2019) sugere sua replicação como ponto de partida para se compreender o lugar – se mais ou menos conservador – de um determinado estudioso frente o estatuto de cada uma das quatro camadas em seu tempo, no estudo de uma "escola", de um modelo linguístico ou de aspectos globais na história da disciplina.

Tal modelo foi por nós retomado e aplicado, juntamente aos demais conceitos abordados ao longo deste capítulo, à análise de 16 gramáticas brasileiras oitocentistas frente a questão dos clíticos pronominais. Nossa hipótese era que, analisando obras espaçadas do século 19 em cadeia, poderíamos encontrar uma série de transformações nas camadas *contextual* e *teórica* que fundamentam cada obra, em particular, graças às mudanças nos âmbitos sociopolítico (pelo processo de independência do Brasil) e intelectual (pelo desenvolvimento das perspectivas racionalista e científica); ao mesmo tempo, acreditamos que encontraríamos um processo de aprofundamento e detalhamento das camadas *técnica* e *documental* do conjunto de obras publicadas no decorrer desse período, na medida em que ideias esparsadas sobre diferentes aspectos da língua – como a questão da (a)tonicidade, a própria definição de pronome e a discriminação dos enfoques fonológico, morfológico e

sintático – contribuíram na constituição e na abordagem da colocação pronominal no português, que, por sua vez, foi gradativamente incorporada à tradição gramatical luso-brasileira e adquiriu regras, nomenclatura e exemplos prototípicos. Afinal, nessas duas últimas camadas residem a categorização e a normatização propriamente ditas do fenômeno linguístico. Desse modo, o processo de gramatização do que passou a ser entendido por colocação pronominal no Brasil seria caracterizado pela sobreposição dessas quatro camadas, estas individualmente perpassadas por (des)continuidades em diferentes momentos dos oitocentos.

Frente a seleção dessas *categorias gerais* de análise, segue-se o plano de estudo, onde apresentamos, entre outras questões, as *categorias específicas*.

3 ITINERÁRIOS DA PESQUISA

> Precisamos voltar um pouco para explicar como a cena toda parecera a tio André. A impressão que ele teve foi muito diferente daquela das crianças e do cocheiro. Pois o que você ouve e vê depende do lugar em que se coloca, como depende também de quem você é.
>
> *As crônicas de Nárnia: o sobrinho do mago*,
> de Clive Staples Lewis. 1955.

O principal objeto de estudo desta investigação diz respeito às ideias linguísticas que circunscreveram o processo de gramatização brasileira da colocação pronominal na língua portuguesa. Mediante a natureza desse objeto, esta é uma pesquisa fundamentalmente documental, bibliográfica e interpretativa, cuja análise está ancorada em quatro categorias epistemológicas da Historiografia da Linguística, conforme explicitamos no capítulo anterior (cf. Capítulo 2, 2.1. a 2.3.): *gramatização*, *retórica*, *agenda de pesquisa* e *camadas do conhecimento linguístico*.

Examinamos 16 gramáticas brasileiras oitocentistas e a escolha desse *corpus* e sua análise não se deram de modo aleatório. Antes, traçamos parâmetros para a determinação das fontes de pesquisa mais adequadas ao exame de nosso tema linguístico, bem como para a articulação dos critérios a serem aplicados nos estudos particular e serial dos dados levantados.

Neste capítulo, esclarecemos o percurso metodológico cruzado nesta investigação em suas fases heurística, hermenêutica e executiva.

3.1 Critérios de seleção das fontes

Na Historiografia da Linguística, dois tipos principais de fontes são abordados em análise: as *fontes primárias*, que consistem nos documentos originais sobre os quais o estudo se debruça, e as *fontes secundárias*, que embasam a leitura e a interpretação historiográfica daquelas. Para selecionarmos especificamente as fontes primárias do nosso estudo, que por sua vez orientariam a seleção das fontes secundárias, um conjunto de fatores foi considerado.

Antes de mais nada, é mister frisarmos que essa seleção integrou a primeira fase de nossa investigação, a *fase heurística*, nos termos de Swiggers (2004). Retomamos as etapas de nossa pesquisa relacionadas a cada uma dessas três fases mais adiante.

Conforme afirmamos, nossa investigação buscou traçar a trajetória da gramatização brasileira da colocação pronominal na língua portuguesa, isto é, o tratamento gramatical e normativo concedido aos clíticos pronominais em gramáticas brasileiras e a rede conceitual e terminológica a partir da qual sua abordagem gramaticográfica se desenvolveu. Com isto, o primeiro fator a ser considerado foi que necessariamente o nosso *corpus* seria composto por *gramáticas*.

Precisamos, portanto, estabelecer o *escopo temporal* em foco. Nosso recorte recaiu sobre as obras gramaticais publicadas ao longo do século 19, período marcado pela independência do Brasil em relação a Portugal – inclusive na imprensa gramaticográfica – e que desencadeou o processo de reconhecimento das especificidades da língua brasileira. Ainda que o debate sobre os clíticos pronominais tenha tomado força apenas no final do século em questão e, principalmente, no início do seguinte, para os propósitos desta investigação foi essencial darmos um passo mais atrás e observarmos o *horizonte de retrospecção* (AUROUX, 1992) que levantou tal debate.

Outros fatores considerados foram a *nacionalidade* dos autores e o território de *produção* das obras examinadas. Dado que nos referimos essencialmente à abordagem gramatical brasileira do português, faz parte do nosso recorte a restrição do conjunto de fontes primárias a obras gramaticais escritas *por* brasileiros e *para* brasileiros. Nosso propósito de compreender as ideias linguísticas sobre a colocação pronominal, nesse sentido, se volta aos significados imputados por esses sujeitos nacionais e à memória firmada no Brasil a respeito desse fenômeno da língua portuguesa.

Em suma, os seguintes critérios foram elencados para a seleção dos originais:

1. *Tipologia* (gramáticas);
2. *Periodização* (obras publicadas no século 19);
3. *Nacionalidade* (autores brasileiros);
4. *Local de produção* (obras produzidas no Brasil).

Após estas considerações, adentramos no segundo passo para a seleção das fontes primárias: a busca por gramáticas que se enquadrassem no cenário indicado. Nessa empreitada, tomamos conhecimento, através de um levantamento exaustivo feito por Polachini (2018), da existência de 216 gramáticas brasileiras publicadas ao longo do século 19, entre as quais figuram 127 títulos, 77 reedições e 12 gramáticas sem data de registro que foram desconsideradas nessa classificação.

Contudo, por uma questão de acesso às obras, nos detivemos em analisar gramáticas oitocentistas que fizessem parte do acervo gramaticográfico do grupo de pesquisa HGEL (UFPB/CNPq)[12], e condissessem com os critérios por nós elencados. Assim, elegemos 16 obras como fontes primárias, as quais aqui apresentamos seguindo sua ordem cronológica de publicação:

1. Moraes Silva, *Epitome da gramática de língua portugueza* (1806, 1ª ed.);
2. Moraes Silva, *Grammatica Portugueza* (1824, 1ª ed.);
3. Costa Duarte, *Compendio da grammatica portugueza* (1829, 1ª ed.);
4. Beserra, *Compendio de Grammatica Philosophica* (1861, 1ª ed.);
5. Villeroy, *Compendio da grammatica portugueza* (1870, 1ª ed.);
6. Sotero dos Reis, *Grammatica portugueza* (1871, 2ª ed.);
7. Rabello, *Compendio de grammatica da lingua portugueza* (1872, 2ª ed.);
8. Frei Caneca, *Breve compêndio de grammatica portugueza* (1876, 1ª ed.);
9. Costa Duarte, *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza* (1877, 6ª ed.);
10. Ernesto Carneiro Ribeiro, *Grammatica portugueza philosophica* (1881, 1ª ed.);
11. Julio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1881, 1ª ed.);
12. Julio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1885, 2ª ed.);
13. Pacheco & Lameira, *Noções de grammatica portugueza* (1887, 1ª ed.);
14. João Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1889, 3ª ed.);
15. Augusto Freire da Silva, *Grammatica Portugueza* (1894, 8ª ed.);
16. Julio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1899, 5ª ed.).

Graças ao seu espaçamento ao longo do século, essas obras nos forneceram um panorama geral da gramaticografia brasileira oitocentista e, consequentemente, do processo de gramatização brasileira da colocação pronominal. Além delas, outras duas obras fazem parte do acervo do grupo de pesquisa e correspondem aos critérios de seleção de fontes que elencamos: a *Grammatica elementar e methodica da lingua portuguesa*, de Paz (18??), e o *Novo Compendio Elementar da Grammatica Nacional*, de Souza (18??). Contudo, não nos foi possível acrescentá-las à nossa lista de fontes primárias, pois nosso objetivo de construir uma linha do tempo de gramatização brasileira da colocação pronominal no século 19 é prejudicado pela imprecisão de suas datas de publicação.

[12] Composto por obras físicas, transcritas e digitalizadas.

Outra questão que precisa ser esclarecida é em relação à obra de Moraes Silva (1806). Apesar de ter sido publicada em Lisboa, consideramos que, à época, ainda não havia casas impressoras no Brasil. Outrossim, o autor assinala sua localização como sendo "Engenho Novo de Moribeca em Pernambuco", o que indica que a produção da obra se deu em território brasileiro, onde também o autor nasceu e viveu a maior parte de seus anos. Diante disso, Moraes Silva (1755-1824) é aqui tomado por primeiro autor brasileiro a escrever uma gramática da língua portuguesa[13], sendo, portanto, indispensável à nossa seleção de fontes.

Da discriminação dos originais decorre a seleção das fontes secundárias, as quais deveriam discorrer sobre:

1. o Brasil do século 19;
2. a produção gramatical brasileira dos oitocentos;
3. os autores das gramáticas;
4. as fontes primárias.

Os principais achados desse conjunto de fontes são explorados no Capítulo 4, "A gramaticografia brasileira no século 19".

3.2 As fases da pesquisa

Uma vez selecionadas as fontes primárias e secundárias da pesquisa, a etapa seguinte consistiu na organização dos critérios e métodos de análise relacionados às categorias da Historiografia da Linguística já mencionadas no Capítulo 2 (2.1. a 2.3.). Essa sequência se concretizou ao longo das três *fases* de nosso empreendimento historiográfico, nos termos de Swiggers (2019): *heurística*, *hermenêutica* e *executiva*.

A primeira fase, chamada *fase heurística*, consistiu na documentação da bibliografia basilar à nossa pesquisa. Nesta, realizamos (i) a seleção, a descrição e o mapeamento das fontes primárias em fichas descritivas (cf. "Apêndice"); (ii) a seleção, a categorização e o estudo das fontes secundárias; e (iii) a organização preliminar das categorias de análise.

Um dado importante a ser destacado é que se fez necessária a leitura integral das 16 gramáticas selecionadas como fontes primárias. Isto se deu por duas razões: primeiramente, pelo fato de as gramáticas do século 19 terem uma estrutura muito mais flexível do que o

[13] Uma leitura nesse mesmo sentido foi apresentada por Cavaliere (2001) e Polachini (2018). No entanto, tal raciocínio não é consensual, havendo autores que consideram Moraes Silva um gramático português, como Nascentes (1939) e Pessoa Santos (2010).

que hoje entendemos enquanto gênero textual *gramática*. É verdade que essas obras se organizam em torno de três núcleos da língua: *fonética*, *morfologia* e *sintaxe*, conforme nomenclatura convencionada nos estudos contemporâneos. Entretanto, um mesmo fenômeno linguístico poderia ser abordado diversas vezes ao longo da obra, em cada um desses núcleos, de acordo com suas características intrínsecas, não havendo necessariamente sua concentração em um tópico específico.

A segunda razão está relacionada à natureza de nosso objeto de estudo. Considerando que a colocação dos clíticos pronominais no português brasileiro ainda estava em processo de gramatização, ao longo do século 19, inferimos a probabilidade de encontrarmos a abordagem desse fenômeno a partir de terminologias distintas em cada obra e possivelmente desconhecidas por nós, enquanto leitores do século 21. Portanto, apenas a apreciação e o mapeamento das fontes em sua completude nos permitiriam identificar todas as ocorrências da colocação pronominal e a constituição de um panorama honesto de sua gramatização.

Após a primeira fase da pesquisa, prosseguimos à *fase hermenêutica*, na qual realizamos a análise crítica e interpretativa dos dados coletados e mapeados na heurística. A organização dessa fase resulta da leitura e adaptação da metodologia aplicada por Polachini (2018) em sua tese de doutorado, *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. À semelhança do que fez a autora, nossa análise se desenvolveu em direção a dois eixos, distintos, porém, diretamente relacionados: um eixo externo, direcionado ao *contexto*, e um eixo interno, voltado ao *conteúdo*.

O primeiro tipo de análise corresponde à recuperação da atmosfera intelectual oitocentista orientada à *camada contextual* e à *agenda de pesquisa* dos gramáticos, especialmente no que tange sua *atuação profissional* e os tipos de *retórica* presentes nas obras analisadas. Para tanto, nos debruçamos sobre as seções de apresentação das fontes primárias e sobre fontes biobibliográficas que apresentassem dados relevantes relacionados a uma dessas categorias.

No segundo tipo, examinamos especificamente as outras três *camadas do conhecimento* frente a abordagem dos clíticos nas fontes primárias. Assim, os critérios utilizados para a análise dizem respeito ao levantamento da rede conceitual e terminológica (taxonomia, metatermos, definições) utilizada por cada autor em sua respectiva obra (*camada teórica*), bem como à interpretação crítica do tratamento normativo (*camada técnica*) e do exemplário (*camada documental*) concedidos à questão.

Por fim, na *fase executiva*, expomos os resultados da pesquisa. Esta fase se concretiza especialmente na narrativa historiográfica aqui materializada. De fato, nesta dissertação, buscamos efetivamente reconstituir a história do processo de gramatização brasileira dos clíticos pronominais, a partir da organização de uma *periodização* da abordagem desse fenômeno linguístico nas gramáticas, da discussão sobre as *linhas de continuidade* e os *movimentos de ruptura* durante este processo, e do estabelecimento de um *quadro de relações normativas* entre a disposição de regras e os exemplários apresentados.

3.3 Quadro metodológico: síntese

O quadro a seguir (Quadro 2) reúne sistematicamente os principais aspectos de nossa metodologia:

Quadro 2 – Síntese metodológica

<table>
<tr><th>Análise</th><th>Dados/Fontes</th><th>Camadas do conhecimento linguístico</th><th>Critérios de análise</th><th>Propósito interpretativo</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Externa
(Capítulo 4)</td><td rowspan="2">Textos biobibliográficos (fontes secundárias)</td><td rowspan="3">Camada contextual</td><td>Contexto e clima de opinião (do século 19).</td><td rowspan="3">Agendas de pesquisa dos autores.</td></tr>
<tr><td>Compromissos sociopolíticos (nas apresentações das obras).</td></tr>
<tr><td>Seções de apresentação (das fontes primárias)</td><td>Autopercepção: retórica de continuidade vs. retórica de contraposição.</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Interna
(Capítulo 5)</td><td rowspan="4">16 gramáticas brasileiras oitocentistas (acervo do grupo de pesquisa HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas)</td><td rowspan="2">Camada teórica</td><td>Eixo temporal: presença vs. ausência da abordagem do fenômeno linguístico.</td><td>Curso de (ir)regularidades na abordagem da colocação pronominal no século 19.</td></tr>
<tr><td>Conceitos e metalinguagem.</td><td>Linhas de continuidade e movimentos de ruptura.</td></tr>
<tr><td>Camada técnica</td><td>Tratamento normativo.</td><td rowspan="2">Pressupostos das relações entre disposição de regras e exemplários.</td></tr>
<tr><td>Camada documental</td><td>Exemplário.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração própria (2021), inspirado em Polachini (2018).

Como afirmamos em um momento anterior deste capítulo (cf. 3.2), nossa análise foi erguida a partir de dois eixos: um eixo externo, que lida com as questões contextuais,

externas à abordagem gramatical propriamente dita, e outro interno, que diz respeito à imanência das gramáticas e, especificamente, à gramatização brasileira dos clíticos pronominais.

A análise externa, cujos resultados são apresentados no Capítulo 4, foi realizada a partir de uma literatura biobibliográfica que nos concedeu um panorama da atmosfera política e intelectual oitocentista. Esses dados foram cruzados com o levantamento dos tipos de retórica – em continuidade ou contraposição – presentes nas fontes primárias para compreendermos o *telos* (a *razão de ser*) de cada obra, além dos compromissos assumidos pelos autores frente às necessidades de seu tempo. Para isso, realizamos uma leitura meticulosa especificamente das seções de apresentação das gramáticas, a fim de compreendermos, entre outras questões, a que consulentes os autores se dirigem, em que período da gramaticografia brasileira oitocentista essas obras são produzidas, quais os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a elaboração da obra (de orientação filosófica, científica etc.), que propostas elas trazem em si e a que tipo de retórica os autores recorrem em sua apresentação.

Quanto à análise interna, exposta mais adiante, no Capítulo 5, nos dedicamos a observar como a colocação pronominal no português foi moldada pela gramaticografia brasileira do século 19. Mapeamos, na leitura integral das fontes, desde questões teóricas mais gerais, como os conceitos de gramática e sintaxe, até a efetiva presença ou ausência da abordagem (conceito e metalinguagem) da colocação pronominal nas gramáticas ao longo do tempo, a fim de identificarmos a partir de que momento este se tornou um fenômeno consensualmente reconhecido.

Analisamos, ainda, como o tratamento normativo e os exemplos utilizados pelos autores dialogam entre si e quais pressupostos são revelados quando os autores dispõem as regras de colocação desses clíticos. Por fim, examinamos os conceitos utilizados pelos autores em suas respectivas exposições, a fim de identificarmos quais atributos linguísticos relacionados a este fenômeno são postos em evidência e firmam o que se passou a entender, no Brasil, por colocação pronominal no português.

Lembramos que o mapeamento interpretativo que sobrepõe as camadas *contextual* (Cap. 4), *técnica*, *documental* e *teórica* (Cap. 5) é retomado no último capítulo da dissertação, intitulado *Resultados e contribuições*.

4 A GRAMATICOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO 19

> Qualquer afirmação deve ser considerada no sentido em que teria sido percebida no tempo e no lugar em que foi feita.
>
> *Por que não sou um pacifista*,
> de Clive Staples Lewis. 1940.

Neste capítulo, nos dedicamos à costura da *camada contextual* de nosso conjunto de fontes primárias. Trabalhamos, ao longo de três seções, no levantamento de dados que nos permitissem identificar a autopercepção dos gramáticos e os propósitos que fundamentam a concepção das 16 gramáticas brasileiras oitocentistas sob análise.

Na seção "4.1 O Brasil oitocentista e a produção gramatical", descrevemos o panorama geral das discussões sobre a língua portuguesa e sobre a gramaticografia brasileira do século 19, mediante os aspectos sociopolíticos que circunscreveram a época. Para isso, nos valemos dos dados e das reflexões levantados por Fausto (1995), Albuquerque & Cox (1997), Gomes (2004), Faraco (2005), Carvalho (2006), Albuquerque (2007), Costa (2011), Bastos (2012), Borges Neto (2013, 2018), Coelho, Danna & Polachini (2014), Vieira (2015, 2018), Mota, Cerqueira & Azevedo (2017), entre outros.

Em seguida, na seção "4.2 As gramáticas, os autores: considerações orientadas para o contexto", nos dedicamos à retomada biobibliográfica de cada um dos gramáticos estudados, considerando, entre outras questões, sua formação, sua atuação profissional, suas principais influências e seu reconhecimento por pares. Somamos a isto as informações obtidas através de uma leitura crítica das seções de apresentação de nossas fontes primárias, a fim de descrevermos e interpretarmos os propósitos sociais das obras e a agenda de pesquisa de seus respectivos autores.

4.1 O Brasil oitocentista e a produção gramatical

Dividimos esta seção em três tópicos. No primeiro, "4.1.1 De Colônia a República: breve percurso", narramos alguns dos principais acontecimentos sociopolíticos que traçam a História do Brasil do século 19.

No segundo tópico, "4.1.2 A língua nacional e as gramáticas brasileiras", discorremos acerca dos aspectos que caracterizam uma língua nacional, da polêmica

oitocentista acerca da identidade linguística do Brasil e de suas relações com a produção gramatical brasileira.

No terceiro e último tópico, “4.1.3 Periodizações dos estudos gramaticográficos do Brasil”, apresentamos sistematicamente algumas das propostas de periodização dos estudos linguísticos que dialogam com a produção gramatical e, portanto, são ponderadas em nossa análise das agendas de pesquisa dos autores (4.3) e da imanência das obras (Capítulo 5).

4.1.1 De Colônia a República: breve percurso

O ano de 1808 marca a chegada do Príncipe Regente e da Corte portuguesa no território brasileiro e o início de profundas mudanças no curso da história de nosso país. Gomes (2004) nos conta que a fuga para o Brasil resultou da pressão sofrida, até o ano anterior, pelo conflito entre a Inglaterra, sua aliada, e Napoleão Bonaparte, o “senhor absoluto da Europa” (GOMES, 2004, p. 30). Por não conseguir subjugar a Inglaterra, Napoleão decretou um bloqueio continental em que todos os portos europeus deveriam ser fechados ao comércio britânico. No meio desse embate, D. João VI deveria ceder às exigências de Napoleão, aderindo então ao bloqueio, ou aceitar a oferta dos aliados ingleses e partir para o Brasil, trazendo consigo “a família real, a maior parte da nobreza, seus tesouros e todo o aparato do estado” (GOMES, 2004, p. 31). Como a história nos conta, o príncipe escolheu a segunda alternativa. A transferência para o Rio de Janeiro trouxe como consequência política, em 1815, a ascensão do Brasil Colônia para então Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Mais tarde, em 1822, ocorreu a sua emancipação política em relação ao reino português.

Antes da chegada da família real, os principais aspectos socioculturais do Brasil, como a literatura e a educação, dependiam daquilo que circulava ou era determinado pela matriz portuguesa. Afinal, a Colônia era uma extensão do território de Portugal, ainda que houvesse uma separação continental entre um e outro. Segundo Borges Neto (2018), além de não haver autorização para a produção nacional de livros, folhetos, jornais ou revistas, a própria pesquisa gramatical e a implementação de cursos superiores a ela voltados se faziam desnecessárias, sendo suficientes as gramáticas portuguesas. De fato, o autor nos conta que até meados do século anterior (séc. 18), a educação fora dirigida pelos padres jesuítas, que fundavam escolas, missões e seminários católicos:

> Em 1759, no contexto das reformas praticadas pelo Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias. Os colégios dos jesuítas, então, foram substituídos pelas Aulas Régias, que proviam as crianças brasileiras de formação elementar de letras e humanidades, com classes de gramática latina, grego e retórica. Mais tarde, outras disciplinas foram acrescentadas, como filosofia, economia, desenho e línguas estrangeiras (inglês e francês, particularmente). Não havia, no entanto, instituições de ensino superior no Brasil. Os brasileiros interessados em fazer cursos universitários precisavam deslocar-se a Portugal (BORGES NETO, 2018, p. 262).

Nesse contexto, é natural entendermos que havia também prestígio em torno das universidades europeias, nas quais a parcela restrita da população brasileira com acesso à escola desejava ingressar. Um dos primeiros passos que impulsionaram a mudança deste cenário foi justamente a transferência da sede do governo para o Brasil, no início do século 19, ainda que o primeiro movimento no sentido de estimular o desenvolvimento intelectual, da arte e da educação no país tenha de fato se estabelecido décadas depois, na segunda metade do mesmo século (BASTOS, 2012).

Uma vez no território brasileiro, D. João VI fora pressionado a promover a abertura dos portos ao comércio internacional, fato que repercutiu sobre aspectos desde econômicos até culturais. Ainda em setembro de 1808, a antes proibida importação e impressão de livros agora via surgir a imprensa brasileira, a partir da publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que permaneceu em circulação até o ano de 1822. Como aponta Fausto (1995, p. 125):

> A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo administrativo da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período.

De fato, o príncipe regente inaugurou a *Real Academia da Marinha* (1808), a *Real Academia Militar* (1810), o *Teatro S. João* (1813), a *Real Biblioteca* (1814), o *Jardim Botânico* e a *Escola Médico-Cirúrgica* (1813), geradas ainda nos cinco primeiros anos de sua chegada ao Brasil, além de outras instituições administrativas, científicas e culturais estabelecidas até 1821 (cf. MEIRELLES, 2013; CARVALHO, 2006). Grande parte dessas instituições foi mantida e aperfeiçoada no Primeiro e no Segundo Reinados, respectivamente dirigidos por D. Pedro I (1798-1834) e D. Pedro II (1825-1891).

A principal consequência histórica da presença da Corte portuguesa no Brasil durante o início do século 19, de acordo com Carvalho (2006), foi a preservação do país como uma unidade política e territorial, o que evitou a sua fragmentação e, consequentemente, possibilitou sua passagem do estatuto de Colônia a nação independente. Um pouco mais

tarde, no ano de 1822, temos o marco da independência do Brasil em relação a Portugal, encabeçado por D. Pedro I, inaugurando o processo de legitimação do país e, assim, uma nova fase em sua História:

> O trabalho de construção da nacionalidade [brasileira] começa com a nacionalização do monarca. Pedro I é mostrado como alguém que renuncia a Portugal e assume a nacionalidade brasileira. Nossos livros de História repetem incessantemente o episódio do Dia do Fico, em que o Príncipe afronta as Cortes Portuguesa[s], para 'fazer o bem de todos e a felicidade geral da Nação'. Na célebre representação da independência, produzida por Pedro Américo, D. Pedro, do alto de cavalo, no ponto mais elevado da colina do Ipiranga, está com a espada desembainhada, apontada para o céu, gritando 'Independência ou Morte' (FIORIN, 2008, p. 54).

O breve e conturbado reinado de D. Pedro I, ou o Primeiro Reinado (1822-1831), foi responsável pelo surgimento da primeira Constituição brasileira, no ano de 1824. Nos anos seguintes, o Brasil viu nascerem também as Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo, que, de acordo com Carvalho (2006), promoveram a formação da elite intelectual do país e, como consequência, favoreceram uma aproximação entre a língua literária e a língua falada dos escritores brasileiros. Além disso, o autor nos diz que, em 1828, os Conselhos Gerais das Províncias e o Supremo Tribunal de Justiça (hoje, Supremo Tribunal Federal) foram instituídos.

O Segundo Reinado (1840-1889) teve como governante D. Pedro II. De acordo com Carvalho (2006), esse período foi marcado pela consolidação da unidade política nacional, pelo aprimoramento da estrutura jurídica e administrativa do Estado e pela implementação ou ampliação de instituições culturais. Entre elas, o autor cita a *Academia de Música*, a *Ópera Nacional*, o *Imperial Observatório*, o *Museu Histórico Nacional*, a *Biblioteca Nacional*, a *Academia Imperial de Belas-Artes* e a *Escola Politécnica*. Tais instituições legaram à República, implantada em 1889, um grande incentivo à educação e à cultura brasileiras. Já no final do século, especificamente no ano de 1897, foi fundada a *Academia Brasileira de Letras*.

Todo o processo de desprendimento em relação à matriz lusitana teve uma influência direta sobre a língua. As percepções sobre a cultura e a literatura brasileira adquiriram novas dimensões mediante a busca por uma identidade nacional, e a língua se tornou um assunto de grande importância no embate vivido pelo povo brasileiro, principalmente para os escritores e os filólogos. Nesse período, "se acentuam as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, em que pese à alegada relusitanização do idioma após a chegada da

Corte portuguesa em 1808" (CARVALHO, 2006, p. 205). Assim, em meio a tantas transformações de cunho social, cultural e político, o século 19 viu nascer a produção gramaticográfica brasileira.

4.1.2 A língua nacional e as gramáticas brasileiras

As primeiras gramáticas brasileiras do português consideravam, de algum modo, e enfatizavam as particularidades do PB frente ao PE, pois a língua se tornou um símbolo da nacionalidade (cf. ORLANDI & GUIMARÃES, 2001; COSTA, 2011). Desse modo, a constituição da identidade nacional brasileira se relaciona diretamente à identidade de sua língua nacional.

O construto *nação* conforme entendido na contemporaneidade teve a sua gênese em meados do século 18, obtendo sua consolidação a partir do século 19. Thiesse (1999) esclarece que uma identidade nacional é construída a partir de um conjunto de elementos simbólicos e materiais, entre os quais destacamos: uma *história*, que determina a ancestralidade do povo e marca sua continuidade; uma *série de heróis*, representantes das virtudes nacionais; e uma *língua*. Nesse contexto, compreendemos que a *história* da nação brasileira começa desde seu estatuto de Colônia, o que determina sua herança e seus antecessores, até culminar em sua emancipação, que de fato marca sua identidade; D. Pedro I se destaca como um dos principais *heróis* oitocentistas, ao se tornar, como vimos, a figura nacionalizada do monarca; e o PB, ao ter suas características frente a frente às do PE, assume um lugar de suma importância na construção da *língua* nacional.

A língua nacional diz respeito não à multiplicidade que constitui a língua falada pelos cidadãos nacionais, mas sim àquela que desempenha funções tanto práticas quanto simbólicas no contexto social, político e cultural da nação. No primeiro caso, ela se torna uma ferramenta essencial ao gerenciamento da nação, na medida em que é utilizada na administração, na economia, nos poderes legislativo e judiciário, no ensino e na produção literária e científica. No segundo caso, ela é fundida à própria nação, tornando-se uma manifestação do espírito do povo e do tempo ao expressar sua cultura, seus princípios e seus valores.

Nesse sentido, a criação de uma língua nacional está relacionada à escolha de um dialeto como língua padrão (seja por sua motivação econômica e social, seja pela majoritariedade dos usos) e à constituição da norma gramatical (FIORIN, 2008). A história

da gramatização se torna também a história de sucessivos recortes da língua em função de sua normatização, padronizando e privilegiando o arquétipo selecionado em detrimento do vernáculo. Diante disso, ressaltamos que o estatuto de inferioridade conferido ou não às variedades da língua real frente a essa língua nacional depende de fatores socioculturais, econômicos e políticos, e não de fatores inerentes à própria natureza da língua.

No que diz respeito ao processo de construção dessa língua nacional, Guisan (2011)[14] aponta uma progressão em quatro etapas, assim sintetizadas por Vieira (2018, p. 89-90, grifos do autor):

> Em primeiro lugar, surgia uma *coiné pidginizada*, isto é, uma língua comum, uma mescla de algumas variedades próximas, de modo a pemitir a intercompreensão de indivíduos de dialetos diferentes. Em seguida, ocorria o *uso literário da coiné*, a partir de uma literatura oral, que poderia ser transcrita para fins de conservação, dando início à produção de uma modalidade escrita. Num terceiro momento, a coiné literária se tornava a *língua oral culta*, a norma das elites, da aristocracia da corte, a língua 'boa e correta'. Por fim, dava-se a *regulação normativa* dessa 'língua oral culta' através de gramáticas, dicionários e academias, surgindo, desse modo, uma língua nacional.

Em suma, a língua nacional é construída gradativamente, e sua gramatização e consequente normatização desempenham uma função essencial neste percurso. Ancorados nesta definição, entendemos que as gramáticas brasileiras produzidas ao longo do século 19, por abordarem particularidades do PB, paulatinamente passaram a exercer, pelo menos a nível simbólico, um papel fundamental na construção da identidade nacional do Brasil.

Coelho, Danna & Polachini (2014) afirmam que o século 19 foi uma época crucial na formação histórica do PB. De acordo com as autoras, tanto do ponto de vista linguístico quanto do ponto de vista sócio-histórico, as diferenças entre o PB e o PE se intensificaram ao longo desse período, fortalecendo a consciência da dualidade na língua. Assim, se instaurou naquela atmosfera intelectual uma polêmica em torno da identidade da língua brasileira.

Tal polêmica, sucedida especialmente a partir da segunda metade do século 19, se tornou objeto de discussão entre os literatos e estudiosos da língua. No artigo intitulado

[14] GUISAN, P. A criação de uma norma-padrão em francês: entre planejamento político e mito. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 129-151.

Instincto de Nacionalidade[15], por exemplo, Machado de Assis (1873, p. 108, negritos nossos) escreve:

> Entre os muitos meritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro vêr intercallado em bom estylo os solecismos da linguagem commum, **defeito grave**, a que se juncta o da excessiva influencia da língua franceza. **Este ponto é objecto de divergencia entre nossos escriptores**. Divergencia digo, porque, se alguns cahem naquelles defeitos **por ignorancia ou preguiça**, outros ha que os adoptam **por principio**, ou antes por uma **exaggeração de principio**.

Nesse contexto, havia aqueles que, a exemplo do próprio Machado de Assis, consideravam um "defeito grave" a incorporação de estruturas da "linguagem commum", isto é, próprias da variedade brasileira ao texto. Havia, ainda, aqueles que o faziam e defendiam segundo sua convicção – às vezes extremista – de que essas diferenças deveriam ser evidenciadas. Por outro lado, destacamos que nem sempre esses usos eram intencionais, pois, conforme o próprio autor menciona, havia também aqueles que intercalavam essas estruturas por "ignorancia ou preguiça".

Apesar dessas diferentes posturas, nenhum desses grupos negava as diferenças entre o PB e o PE. Isso fica evidente em outro trecho de Machado de Assis (1873, p. 108, negritos nossos), onde o autor afirma:

> **Não ha duvida que as linguas se augmentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes**. Querer que a nossa pare no seculo de quinhentos é um erro egual ao de affirmar que a sua transplantação para America não lhe inseriu riquezas novas. **A este respeito a influencia do povo é decisiva**. Ha portanto certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estylo e ganham direito de cidade.
> Mas si isto é um facto incontestavel, e si é verdadeiro o principio que delle se deduz, não me parece acceitavel **a opinião que admitte todas as alterações da linguagem**, ainda aquellas que destroem as leis da syntaxe e a essencial puresa do idioma. **A influencia popular tem um limite**; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrario, elle exerce tambem uma grande parte de influencia a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.

Em suma, reconhecia-se as transformações sofridas pela língua ao longo do tempo; entretanto, sua influência sobre o sistema escrito só era compreendida até certo ponto.

[15] Originalmente publicado no periódico *O Novo Mundo: Periodico Illustrado do Progresso da Edade* (v. III, n. 30), em 24 de março de 1873, que se encontra disponível para consulta no site: http://memoria.bn.br/pdf/122815/per122815_1873_00030.pdf. Último acesso: 17 jul. 2021.

Paralelamente a esse contexto em que, no âmbito teórico, por assim dizermos, se evidenciavam as peculiaridades da língua brasileira, as aulas de língua portuguesa da primeira metade do século 19 interditavam as variedades faladas do povo. Segundo Vieira (2018, p. 140), "a norma-padrão lusitana era o objeto de um ensino destinado a um alunado oriundo das classes privilegiadas, que já chegava com algum conhecimento das variedades de prestígio". O autor afirma que a maior parte da população era analfabeta, não havia condições de oferta de ensino gratuito por parte das províncias, nem o governo central conseguia estabelecer uma política educacional que integrasse toda a população.

Em meio a tudo isso, surgem as gramáticas brasileiras de língua portuguesa: obras escritas *por* brasileiros e *para* brasileiros, que, teoricamente, encontrariam um território propício para a abordagem desses fatos linguísticos. "Considerando a história da língua, os responsáveis por essa produção gramatical puderam testemunhar 'mudanças em progresso' ou ao menos usos em franco favorecimento em sua época" (COELHO, DANNA & POLACHINI, 2014, p. 118). De fato, Borges Neto (2018) nos diz que diferenças entre o PB e o PE parecem ser reconhecidas por quase todos os gramáticos do século 19, e o volume de dados próprios do PB encontrados nas gramáticas brasileiras crescia ao longo do tempo, apesar de não alcançar um número expressivo.

A primeira gramática do português escrita por um brasileiro foi o *Epitome da gramática de língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), cuja 1ª ed. foi publicada em Lisboa no ano de 1806. Conforme afirmamos anteriormente (cf. 4.1.1), antes da transferência da família real e da corte, a impressão de livros, jornais, folhetos e outros gêneros semelhantes era proibida no Brasil. Todo o material tipográfico que então circulava era originado em Portugal. Apenas em maio de 1808, após a instalação da *Impressão Régia*, no Rio de Janeiro, passou a haver atividade tipográfica e, consequentemente, a circulação de textos jornalísticos e literários de autoria e imprensa locais. Quanto aos estudos gramaticais, o levantamento feito por Polachini (2018) das gramáticas brasileiras publicadas ao longo do século 19 aponta a *Arte da grammatica portugueza, para uso de seus discipulos*, publicada em 1810 e escrita pelo Pe. Inácio Felizardo Fortes (?-1858), como a primeira que tem o Brasil (especificamente, o Rio de Janeiro) como local de publicação.

Em se tratando da teoria gramatical, propriamente dita, Borges Neto (2018) nos conta que, na prática, a produção gramaticográfica brasileira seguiu mais ou menos os moldes das gramáticas portuguesas. De acordo com o autor, especialmente na primeira metade do século, as mudanças observáveis equivaliam a poucas reorganizações nas classes de palavras

e a uma tentativa de apresentar abordagens didáticas mais eficazes. Contudo, além de não se alcançar de todo essa eficácia, mesmo aí se seguia o que era proposto em Portugal. Por esta razão, compreendemos que a gramaticografia brasileira do português se trata, nas verdade, de uma gramaticografia *luso-brasileira*: produzida por brasileiros e para brasileiros, mas ainda firmada nos padrões lusitanos.

Com relação às gramáticas normativas da tradição luso-brasileira publicadas na primeira metade do século 19, Vieira (2018) afirma que elas seguiam, explícita ou implicitamente, a tradição lógica racionalista e universalista de Port-Royal:

> Escrita por dois monges franceses, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), por volta de 1660, e intitulada *Grammaire générale e raisonnée de Port-Royal* (em português, *Gramática de Port-Royal ou Gramática geral e razoada*), a gramática de Port-Royal é um marco importante no histórico de constituição das gramáticas das línguas europeias e, em particular, da normatização da língua francesa, partindo muitas outras gramáticas das ideias difundidas por elas (VIEIRA, 2018, p. 126).

Essas obras tomavam por pressuposto uma correlação entre *língua* e *razão*, isto é, entre linguagem e raciocínio lógico, considerando haver princípios gerais ou universais (comuns a todas as línguas) e princípios particulares (característicos de cada idioma). Contudo, é importante destacarmos, como também o faz Vieira (2018), que esse logicismo de Port-Royal se fez presente em toda a tradição gramatical ocidental, mesmo em obras publicadas em séculos anteriores, pois as categorias greco-latinas que perpassam toda a história da gramática têm como berço o pensamento lógico-filosófico grego sobre a oração para análise da realidade.

Já em relação às gramáticas publicadas na segunda metade do século, somou-se a essas modificações a amplificação do escopo de fenômenos linguísticos estudados e abordados pelas obras, à medida que progressivamente foram incluídas "novas" informações do PB. Todavia, o método de estudo dos fenômenos e o propósito de construção do instrumento *gramática* mantiveram os contornos tradicionais. Como afirma Borges Neto (2018, p. 285), "a teoria gramatical continua essencialmente a mesma e a gramática, no fundo, continua sendo um lugar onde se registram as boas práticas no uso da linguagem".

Paralelamente à abordagem tradicional da gramática, os oitocentos viram agregar-se aos estudos linguísticos brasileiros um novo tipo de investigação: o modelo filológico ou histórico-comparativo. De acordo com Faraco (2005), essa linguística histórica, cuja gênese data do final do século 18, diz respeito à reflexão sistemática sobre as mudanças das línguas

no decorrer da história. Para isso, parte de pressupostos relacionados à prática científica moderna, como a construção de modelos teóricos e a abordagem empirista. A partir disso, compreendemos que seu método é oposto ao da gramática tradicional. Esta última, além de considerar a língua um fenômeno estanque e imutável, tem como propósito o ensino de uma norma.

Apesar disso, ao contrário do que se poderia imaginar, não houve um declínio do prestígio da tradição gramatical, tampouco o abandono do novo modo de se estudar a língua. Antes, esses dois estudos passaram a ser coexistentes: no primeiro caso, seguindo o pensamento gramatical filosófico dos séculos 17 e 18; no segundo, a partir da abordagem científica de cunho filológico, comparativista. Nesse esteio, ressaltamos, consoante Borges Neto (2018), que a coocorrência entre esses dois modos de estudo da língua portuguesa no Brasil desencadeou uma mútua influência entre um e outro. Isso porque não se estabeleceu a soberania de um método ou modelo teórico específico, como comumente ocorre na história das ciências exatas e da natureza: ambos os empreendimentos conviviam no cenário intelectual oitocentista.

Mais do que isso, assim como a investigação histórica partia de noções básicas, de classificações e da metalinguagem da gramática tradicional em sua abordagem da língua – efeito da "naturalização" e do uso protocolar (cf. BORGES NETO, 2013; 2018) desse aparato teórico-metodológico –, a gramática tradicional era fortemente influenciada pelos estudos histórico-comparativos. De fato, tal foi a influência da linguística histórica sobre a gramaticografia brasileira que, a partir da segunda metade dos oitocentos, especialmente nas duas últimas décadas, paulatinamente foi instaurada uma reorientação na abordagem gramatical brasileira, cujos pressupostos passavam de uma base filosófica a uma científica.

Mediante as transformações sofridas, ao longo do tempo, tanto no desenvolvimento da ciência linguística quanto no da produção gramatical, pesquisadores como Nascentes (1939), Elia (1963), Fávero (2001) e Cavaliere (2002) apresentam propostas de periodização que caracterizam esses estudos em diferentes fases. É importante destacarmos que as linhas traçadas por esses autores podem considerar, para além do século 19, períodos anteriores e posteriores a ele. Porém, em nossa análise das agendas de pesquisa dos autores e da camada contextual das gramáticas, consideramos particularmente aquilo que diz respeito aos oitocentos, foco de nossa pesquisa.

Vejamos, resumidamente, em que consiste cada uma das quatro propostas citadas.

4.1.3 Periodizações dos estudos gramaticográficos do Brasil

Uma primeira proposta de periodização dos estudos gramaticais brasileiros foi traçada por Nascentes, em 1939, no texto "A filologia portuguesa no Brasil". Ela é caracterizada por três períodos: o *período embrionário*, o *período empírico* e o *período gramatical*.

O chamado *período embrionário* é considerado pelo autor como aquele que se estende desde o início da cultura brasileira até 1834, quando foi publicada a *Gramática da Língua Nacional*, de Pereira Coruja. A partir de 1834, então, inicia-se o *período empírico*, que se estende até a publicação da *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro, em 1881. O *período gramatical*, terceiro e último, vai de Júlio Ribeiro até 1939, quando foi fundada a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e, talvez mais importante, quando esta periodização foi redigida.

Uma segunda proposta de periodização data originalmente de 1963, e foi organizada por Elia em "Os estudos filológicos no Brasil". O propósito do autor consistiu em apresentar uma visão crítica do percurso dos estudos gramaticais desde a segunda metade do século 19. Para ele, esse período pode ser analisado a partir de dois recortes: o primeiro, o *período vernaculista*, tem como ponto de partida o advento do Romantismo – cujo marco inicial foi a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães (1836) –, e se estende até a década de 1880, quando se inicia o segundo período, o *período científico*. Este, por sua vez, é composto por duas fases: (i) de 1880 a 1900, amparado no método de estudos de orientação filológica; (ii) de 1900 a 1960, quando sua periodização foi concebida.

Uma terceira proposta foi apresentada por Fávero, em 2001, no texto "Gramática é arte...". Nele, a autora retoma as ideias de Nascentes (1939) e Elia (1975 [1963]) e apresenta uma divisão da história dos estudos gramaticais no Brasil em dois períodos: o *período vernaculista/racionalista*, que abrange desde a década de 1820 até 1880, e o *período científico*, que se inicia na década de 1880 e se estende daí em diante.

Uma quarta e última proposta foi levantada por Cavaliere, em 2002, no artigo "Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil". Nele, o autor também retoma os apanhados de Nascentes (1939) e Elia (1975 [1963]), mas apresenta uma divisão diferente das três anteriormente mencionadas, sendo composta por quatro períodos: o *período embrionário*, o *período racionalista*, o *período científico* e o *período linguístico*.

O primeiro período, designado *período embrionário*, corresponde ao grande segmento que vai desde 1595, quando foi publicada a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, até o ano de 1802, quando é redigido o *Epitome da grammatica portuguesa*, de Antonio Moraes Silva, cuja primeira edição foi publicada quatro anos depois (1806). Para ele, este seria um período pré-histórico dos estudos gramaticais brasileiros. Em sequência, o *período racionalista* abarca desde 1802 até o ano de 1881, quando vem a lume a *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro. As gramáticas desse período têm suas raízes em uma perspectiva filosófica, ancoradas nas ideias difundidas por Port Royal, pelo pensamento gramatical francês dos séculos 17 e 18 e dos gramáticos portugueses da primeira metade dos oitocentos. De acordo com Borges Neto (2018), a influência mais marcante desse período foi o gramático português Jeronymo Soares Barboza (1737-1816).

O terceiro período, o *período científico*, tem como ponto de partida o ano de 1881, com a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, e vai até 1940. De acordo com Cavaliere (2002), essa obra diz respeito à primeira gramática sistêmica a integrar os estudos histórico-comparativistas, onde o fenômeno linguístico deixa de ser contemplado e passa a ser analisado. Ainda segundo o autor, esse período é dividido em duas fases: a *fase fundadora*, que se estende até a década de 1900; e a *fase legatária*, que vai até 1940. O quarto e último período apresentado pelo autor é o *período linguístico*, que se inicia em 1941 e alcança a contemporaneidade.

Analisando essas quatro propostas de periodização, constatamos que, a despeito das diferenças em relação às datas e à quantidade de períodos abordados, todas elas consideram a publicação da gramática de Julio Ribeiro, em 1881, como o divisor de águas entre uma abordagem mais filosófica e uma mais científica. Entretanto, contrapondo o discurso e a prática da obras publicadas a partir de então, as pesquisas de Gurgel (2008) e Coelho & Danna (2015) apontam ao fato de que não apenas a perspectiva histórico-comparativa se fazia presente na retórica dos autores de gramáticas "científicas", mas também se mantinham vivos alguns aspectos das perspectivas filosófica e pedagógica. Além disso, o modo como os problemas linguísticos eram abordados permanecia sob um tratamento predominantemente prescritivo, como aponta também Vieira (2018).

Com relação à duração desse período "científico", contrapomos, aqui, especialmente as propostas de Fávero (2001) e Cavaliere (2002), pois há uma diferença fundamental em ambas: enquanto a primeira estende a duração do período até a década de 2000, quando

redigiu o texto, o segundo estabelece, a partir da década de 1940, um novo período – o *período linguístico*. Vieira (2015) apresenta a tese de que o deslocamento paradigmático da gramática brasileira tradicional a uma perspectiva efetivamente atrelada aos estudos linguísticos é um movimento muito recente, posterior aos anos 2000, o que invalidaria o estabelecimento da nova partição proposta por Cavaliere (2002). Nesse aspecto, consideramos que a proposta de Fávero (2001) seja mais coerente com a história aqui pretendida.

Além da crítica tecida a esse recorte, Vieira (2015) afirma que, antes do século 19, as gramáticas em geral não abordavam a questão do português do/no Brasil, e isso seria também um ponto de discordância sua em relação ao período embrionário proposto por Cavaliere (2002). Contudo, entendemos que o recorte estabelecido por este último considera como texto linguístico brasileiro "o que trata de questões sobre lingüística geral, filologia, língua vernácula nacional ou língua não oficial falada em território nacional" (CAVALIERE, 2002, p. 57), o que justificaria a sua seleção temporal abrangendo um período anterior à gramatização do PB e também a tomada da gramática de Anchieta (1595) como marco.

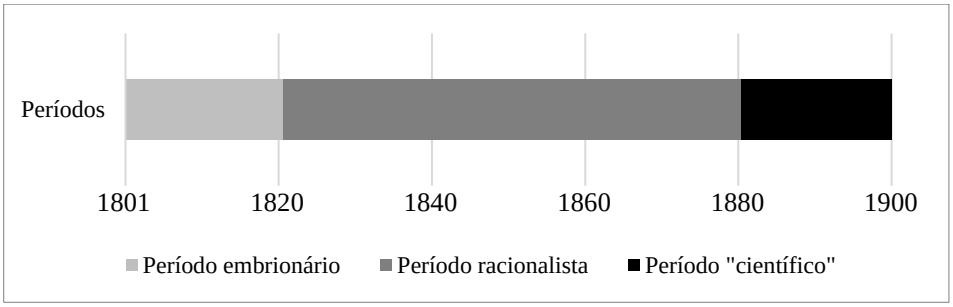
Mesmo compreendendo a proposta de Cavaliere (2002), não poderíamos considerá-la na periodização que optamos por abordar em nossa pesquisa. Afinal, trabalhamos justamente com a história da gramática e, em particular, da gramática de língua portuguesa a partir da perspectiva de gramáticos brasileiros e em obras publicadas no Brasil. Desse modo, ponderando essas questões, optamos por adotar (em partes) o recorte proposto por Fávero (2001), uma vez que se trata de uma proposta de periodização essencialmente voltada à gramaticografia brasileira e que alcança o início da década em que foi proclamada a Independência do Brasil (1820).

Fávero (2001) não abarca em sua categorização gramáticas publicadas por autores brasileiros nas duas primeiras décadas do século 19. No entanto, como já mencionamos em um momento anterior, consideramos a gramática de Moraes Silva (1806) como a primeira de autoria de um brasileiro. Ademais, através de Polachini (2018), temos conhecimento da existência de pelo menos mais quatro obras brasileiras também publicadas antes dos anos 1820.[16] Pensando nisso, acrescentamos à nossa perspectiva temporal da gramaticografia

[16] Além da primeira edição do *Epitome da grammatica portuguesa*, de Moraes Silva (1806), Polachini (2018) cataloga a publicação de uma segunda edição da obra, em 1813, mais duas edições da *Arte da grammatica portuguesa, para uso dos seus discipulos*, de Felizardo Fortes, respectivamente publicadas em 1810 e 1816, e

brasileira um *período embrionário*, tomando por empréstimo o termo proposto por Nascentes (1939). Desse modo, a cronologia adotada para nossa análise das obras oitocentistas pode ser ilustrada a partir do Gráfico 1:

Gráfico 1 – Perspectiva temporal da gramaticografia brasileira oitocentista do português



Fonte: Elaboração própria (2021), com base em Nascentes (1939), Fávero (2001) e Polachini (2018).

Nessa proposta, o *período embrionário* abarca as gramáticas elaboradas por autores brasileiros entre 1801, início do século, e 1820, período posterior à publicação da primeira gramática brasileira (MORAES SILVA, 1806) e anterior à década de emancipação do Brasil e consequente abandono do estatuto de Colônia portuguesa. O *período racionalista*, assim como defendido por Fávero (2001), engloba as gramáticas publicadas entre 1821 e 1880. As duas últimas décadas do século 19, entre 1881 (especialmente a partir da publicação da gramática de Julio Ribeiro) e 1900, correspondem então ao *período "científico"* – entre aspas, por atendermos a elucubrações de autores como Gurgel (2008), Coelho & Danna (2015), Borges Neto (2018) e Vieira (2018).

Esclarecemos que, apesar de termos como marco do *período "científico"* apenas as duas últimas décadas do século 19, a princípio, consoante Vieira (2015), entendemos que esse período alcança também toda a gramaticografia brasileira do século 20. Contudo, diante do nosso recorte de análise, optamos por estabelecer em nossa periodização apenas as gramáticas cuja publicação se concentra especificamente nos oitocentos. Ademais, seria necessária uma análise mais acurada da gramaticografia novecentista para então determinar como essa proposta se comporta no século 20 – na distinção de fases de desenvolvimento

uma edição de 1823 (única conhecida) da obra *Breve explicação sobre a grammatica, contendo quanto basta e o que é de absoluta necessidade saber da grammatica portugueza para aprender qualquer outra lingua*, de Tilbury. Para mais informações sobre estas e outras obras publicadas no Brasil ao longo do século 19, ver o *Apêndice A* de Polachini (2018, p. 369-390).

desse período, à semelhança do que fez Cavaliere (2002), ou de outros pormenores –, o que não nos coube na presente pesquisa.

4.2 As gramáticas, os autores: considerações orientadas para o contexto

Esta seção, conforme o título aponta e também apresentamos na introdução do presente capítulo, é destinada aos resultados de análise das *camadas contextuais* das obras e das *agendas de pesquisa* dos gramáticos oitocentistas com os quais trabalhamos em nossa empreitada historiográfica.

Apesar de examinarmos 16 gramáticas, optamos por apresentar as obras em conjunto com seus respectivos autores. Em outras palavras, cada tópico sintetiza nossas principais considerações a respeito da biografia e da *agenda de pesquisa* dos gramáticos, em particular, aliadas à análise da *camada contextual* da(s) gramática(s) de sua autoria. Especificamente Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boaventura Plácido Lameira de Andrade integram um mesmo tópico (4.2.10), pelo fato de serem coautores de *Noções de grammatica portugueza* (1887). Com isso, esta seção se organiza em 12 tópicos.

Com relação às gramáticas, propriamente ditas, analisamos de que modo elas foram constituídas – aspectos estruturais e informações sobre autoria, impressão e periodização – e como se comporta a *autopercepção* dos autores (*retórica revolucionária* ou *retórica de continuidade*) em relação ao *clima de opinião* do período de cada publicação. Para isso, nos valemos do levantamento das principais informações de cada gramática realizado em fichas descritivas[17] (cf. "Apêndice"). Os dados biográficos dos autores foram extraídos especificamente do *Diccionario bibliographico brazileiro*, de Sacramento Blake (1893)[18].

Na disposição dos tópicos, listamos os gramáticos por ordem cronológica, considerando, nos casos de autores com mais de uma obra, o ano de publicação da gramática mais antiga.

[17] Adaptamos as fichas descritivas a partir do modelo utilizado por Polachini (2018, p. 393-450) em sua análise de obras oitocentistas.

[18] A obra é organizada em sete volumes e se encontra integralmente disponível para consulta em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681. Último acesso: 25 jul. 2021.

4.2.1. Antonio de Moraes Silva (1806; 1824)

Antonio de Moraes Silva, nascido em 1755, no Rio de Janeiro, e falecido em 1824, em Pernambuco, é o primeiro autor a integrar nossa narrativa historiográfica. Ele cursou Direito na Universidade de Coimbra, mas não há certeza sobre ter obtido o grau de bacharel.[19] Sabe-se, porém, que ele fugiu do tribunal da inquisição para a Inglaterra; depois, viveu em Paris, passando a Lisboa (onde se casou), e então veio morar em Pernambuco, no Brasil, acompanhando seu sogro. Além das gramáticas aqui analisadas, Sacramento Blake (1893) registra como escritos seus as obras *Diccionario da lingua portugueza* (1789; 1813; 1823; 1831; 1844; 1858; 1877; 1878)[20], *Historia de Portugal* (1788; 1802; 1809; 1828), *Historia de Portugal desde sua fundação* (??)[21], *Recreações do homem sensível* (1821) e *Poesias de Elpino Duriense* (1812).

O seu *Epitome de grammatica da língua portugueza* veio a lume em Lisboa, no ano de 1806. Foi então publicada na primeira década do que aqui temos entendido por *período embrionário*; e, de acordo com o levantamento feito por Polachini (2018), é a primeira gramática escrita por um autor brasileiro de que se tem registro. Conforme já mencionamos em outro momento, apesar de sua impressão em Lisboa, o autor assina a obra como tendo sido finalizada no Engenho Novo da Moribeca, em Pernambuco, aos 15 de julho de 1802.

Logo no início da obra, o autor cita Étienne Bonnot (1714-1780), mais conhecido como Condillac, em epígrafe. Condillac foi um filósofo francês radicalmente empirista e de grande importância para a *filosofia sensualista*, corrente que entende que todo o conhecimento, de qualquer natureza, é adquirido a partir dos sentidos, da experiência. Polachini (2018, p. 140) assim traduz o trecho retomado por Moraes Silva (1806): "Complicamos nossa Gramática, porque desejamos fazê-la de acordo com a Gramática Latina. Não a simplificaremos até que retomemos a ligação entre as expressões e os elementos do discurso".

Na sequência, temos a primeira seção da gramática, intitulada "Ao leitor benévolo". Nela, Moraes Silva (1806) nos diz se propor a dar ideias mais claras e exatas do que comumente se vê na gramaticografia de língua portuguesa, acerca de temas como as *partes elementares da oração* e sua *composição*. Ele critica os gramáticos por aplicarem as

[19] Cf. Sacramento Blake (1883, v. 1, p. 268).
[20] As publicações de 1877 e 1878 são dois volumes da mesma obra (7ª ed.).
[21] Sacramento Blake (1893) não menciona nenhum ano de publicação dessa obra. Ele nos conta, porém, que foi composta juntamente a José Maria de Souza Monteiro e que é composta por 10 volumes.

categorias da gramática latina à análise da língua portuguesa indiscriminadamente. Enquanto isso, Moraes Silva (1806) defende que a língua materna é que deve servir de meio para aprender línguas estranhas.

Podemos perceber na tecitura desta apresentação uma *retórica de contraposição* em relação à abordagem latinizada do português, em que o autor explicitamente se coloca como um inovador em meio aos seus pares e, mais do que isso, em que a sua proposta seria a de trazer uma gramática que não cometa os mesmos erros que eles. Classificamos, ainda, esta retórica como de *descontinuidade*, pois, apesar de se opor à abordagem dos gramáticos, Moraes Silva (1806) ainda assim segue a tradição gramatical de origem greco-latina: as categorias gramaticais abordadas pelo autor são as mesmas, o ideal de língua é fundamentado nos autores clássicos e a função da gramática seria seu ensino.

Já a *Grammatica Portugueza* foi publicada no Rio de Janeiro, em 1824. Apesar do novo título e de ter sido impressa como primeira edição, constatamos que se trata da mesma obra que a primeira, publicada em 1806. A maior evidência disso se faz presente no encerramento da gramática, em que consta a seguinte assinatura: "Acabou-se este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco aos 15 de Julho de 1802" (MORAES SILVA, 1824, p. 158). Salientamos inclusive a manutenção do seu título, *Epitome da Grammatica Portugueza*, nesta assinatura. Em suma, trata-se da mesma obra, publicada com novo título e por uma casa impressora nacional: a Typographia de Silva Porto, e Comp., no Rio de Janeiro.

Dada a ausência de seções de prefácio e de apresentação na gramática de 1824, não é possível identificarmos os movimentos retóricos que posicionam esse instrumento gramatical em relação à obra anterior do mesmo autor ou à atmosfera intelectual da época e do local em que veio a lume. Também não há sumário ou erratas. A despeito disso, a distribuição dos capítulos e das seções é a mesma que se segue na obra de 1806.

4.2.2. Pe. Antonio da Costa Duarte (1829; 1877)

Sacramento Blake (1893) nos conta que Antonio da Costa Duarte nasceu no final do século 18, próximo à província do Maranhão. Suas datas de nascimento e morte, entretanto, não são precisadas. Ele foi presbítero de São Pedro e lente (professor titular) de gramática filosófica da língua portuguesa e de análise dos clássicos. De suas obras, constam apenas o

Compendio de grammatica portugueza (1829) e o *Compendio de grammatica philosophica da língua portuguesa* (1840).

Em nossa busca, obtivemos acesso à sexta edição desta última obra através do *e-book* da coleção *Gramáticas do Brasil*, organizado por Marli Quadros Leite & Arnauld Pelfrêne (2018). O objetivo da coleção é tornar gramáticas brasileiras do século 19 acessíveis ao público interessado e possibilitar a realização de pesquisas que, assim como a nossa, busquem reconstruir a história da gramática brasileira.[22]

O volume traz uma transcrição[23] da sexta edição da gramática de Costa Duarte, publicada em 1877, e uma "Introdução" elaborada pelos organizadores, na qual são apresentados os resultados de uma pesquisa que compara algumas das edições da obra. Apesar da diferença nos títulos apresentados por Sacramento Blake (1893), Leite & Pelfrêne (2018, p. 12) afirmam se tratar de edições diferentes da mesma obra:

> Como o título da primeira edição é *Compendio da grammatica portuguesa* e a partir da segunda passou a ser *Compendio da grammatica philosophica portuguesa*, antes de ter as edições sob os olhos, nossa hipótese era a de que a primeira não trazia fundamentação filosófica, o que apareceria a partir da segunda. O conhecimento das edições, contudo, cancelou logo a hipótese inicial. As diferenças entre a primeira e as demais de que dispomos dizem respeito ao acréscimo de muitas, e longuíssimas, notas de rodapé, pelas quais o autor não somente faz esclarecimentos pontuais sobre questões menores do conteúdo, como também trata de problemas da teoria gramatical discutindo conceitos e ampliando sua análise sobre alguns fatos linguísticos, além de abrir discussão com outros gramáticos sobre questões acerca das quais tem interpretação divergente.

Desse modo, os autores indicam que a primeira edição da gramática de Costa Duarte foi publicada em 1829; a segunda seria de data de publicação desconhecida; a terceira, de 1853; e a quarta, de 1859. Diante do registro de Sacramento Blake (1893), porém, entendemos que a obra de 1840 seria justamente essa segunda edição e aquela em que o título primeiro recebe sua modificação.

A gramática de 1829 foi publicada na Typographia Nacional, localizada no Maranhão. O subtítulo da obra aparece na folha de rosto – "para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos" –, seguido da epígrafe em que

[22] Mais detalhes sobre este Projeto podem ser encontrados na "Apresentação" do *e-book*.

[23] O *e-book* também daria acesso direto ao original no *site* do "CTLF – *Corpus de textes linguistiques fondamentaux*", projeto ao qual estaria vinculado. Contudo, no momento, a obra se encontra indisponível no *site*; por isso, não nos foi possível consultá-la. Por um lado, a transcrição viabilizou o nosso acesso à imanência da obra; por outro, não conseguirmos observar o original pode ter nos privado de elementos estruturais importantes para a análise da obra.

cita Cícero, assim traduzida na tese Polachini (2018, p. 144-145)[24]: “Que maior ou melhor serviço podemos oferecer à república que ensinar e instruir os jovens?”.

A gramática é oferecida ao “Illm.º e Exm.º Sñr. Candido Joze de Araujo Vianna”, então governador da província do Maranhão. Na dedicatória, Costa Duarte solicita ao governante a leitura e a correção da obra, no intuito de, posteriormente, ser utilizada naquela província. Nesse sentido, nos parece clara sua orientação voltada para o ensino da língua portuguesa à *mocidade* da época, que seria o seu público-alvo.

Tudo nos leva a crer que a obra foi vista com bons olhos pelo governante. Afinal, na edição de 1877, com a qual trabalhamos, vemos que a obra foi escolhida pela Congregação do Liceu do Maranhão para uso próprio e das escolas de primeiras letras da Província. Desse modo, as duas gramáticas aqui analisadas têm um compromisso com o ensino: na primeira, o autor busca o reconhecimento de sua obra; na segunda, posterior a esse reconhecimento, vemos sua contínua aceitação.

Nenhuma das edições possui uma seção de apresentação. Com isso, não nos foi possível determinar uma *retórica* explícita em relação às ideias linguísticas circundantes à época. Entretanto, o compromisso com o ensino remete aos moldes da gramática tradicional e o título da edição de 1877 explicita sua filiação à perspectiva filosófica, o que se estenderia também àquela de 1829.

4.2.3. Manoel Soares da Silva Beserra (1861)

De acordo com Sacramento Blake (1893), Manoel Soares da Silva Beserra nasceu em 1810, em Riacho do Sangue, e faleceu em 1888, em Fortaleza. Ele foi filho do tenente-coronel Antonio Bezerra de Menezes e de Fabiana de Jesus Maria Bezerra, e irmão do doutor Adolpho Bezerra de Menezes. Beserra foi bacharel em Direito pela faculdade do Recife, cavaleiro da Ordem de Cristo, deputado provincial e geral do Ceará, professor substituto de geometria e membro do Conselho de Instrucção Publica no Liceu do Ceará.

Quanto à sua produção bibliográfica, Sacramento Blake menciona duas obras: o *Compendio de grammatica philosophica do lyceu provincial* (1861) e o *Compendio de grammatica da língua nacional* (1877). Através de Polachini (2018), tomamos

[24] De acordo com a autora, a tradução foi feita por Edgard Bikelis.

conhecimento de uma terceira obra de autoria de Beserra: o *Compendio de grammatica portugueza para uso do atheneu cearense e das escolas primarias*, publicado em 1865.

Em nossa pesquisa, tivemos acesso à gramática de 1861, intitulada apenas *Compendio de grammatica philisophica* no original consultado. Esta é a única edição conhecida da obra.[25] Nesse contexto, acreditamos que o *lyceu provincial*, talvez acrescentado por Sacramento Blake (1861), pode estar relacionado à adoção da obra por parte do Liceu do Ceará, onde o gramático atuava. A obra, porém, não menciona um público-alvo.

No "Prefácio", Beserra (1861) primeiro reconhece que sua obra não é perfeita, mas, sendo fruto de seu estudo e meditação atenta acerca dos que têm merecido mais reconhecimento no ensino público, pode ser considerada digna de vir a lume. As gramáticas da língua portuguesa até então publicadas, segundo o autor, não passavam de modificações mais ou menos ilusórias do que ele considera dois erros que haviam passado desapercebidos: (i) os pressupostos da filosofia sensualista, que se opõe ao inatismo e defende que o conhecimento é dependente da experiência adquirida com os sentidos; e (ii) a abordagem latinizada do português, que forçosamente moldava a língua portuguesa à estrutura da língua latina.

Ao longo do texto, Beserra (1861) não nega uma filiação da língua portuguesa à latina, mas frisa sua concepção de que haveria um caráter próprio do português, fruto das transformações na estrutura da língua. Um dos exemplos apresentados pelo autor é o uso de *artigos* e *preposições*, no português, que substituiriam os *casos* latinos. Seu objetivo é claro e explícito:

> Pelo que escrevi, se deixa ao menos entrever, creio eu, que procurei libertar a nossa lingua dessa servidão que nos legaram os antigos classicos, os quaes, como disse o grande Frei Francisco de S. Luis no seu Glossario, por falta de estudo philosophico da lingua, cahiram em muitos defeitos no que respeita a organização da phrase e discurso, que hoje seriam erros graves, e talvez indesculpáveis (BESERRA, 1861, s/p).

Como podemos perceber, sua argumentação é construída em uma *retórica de contraposição*, que tenciona romper com a perspectiva empirista da filosofia sensualista e com a abordagem latinizada do português. Por fim, o autor se diz aberto a críticas:

[25] Cf. o "Apêndice" de Polachini (2018).

“[c]ensurae os erros; mas ensinae a emenda; por que do contrario, não sabeis o que dizeis” (BESERRA, 1861, s/p).

4.2.4. Frederico Ernesto Estrella Villeroy (1870)

Pouco sabemos sobre quem foi Frederico Villeroy. Segundo Sacramento Blake, ele foi natural de Porto Alegre, possivelmente formado em Matemática, e escreveu uma única obra: sua *Grammatica da língua portugueza*, aparentemente adotada nas escolas públicas.

Com o levantamento feito por Polachini (2018), chegamos ao conhecimento de que trata-se do *Compendio da grammatica portugueza* aqui analisado, cuja publicação data de 1870. A obra foi adotada pelo Conselho Director da Instrucção pública para uso das escolas da província do Rio Grande do Sul. Na contra-capa, vemos ainda uma epígrafe retirada de Cícero, traduzida pelo próprio autor: “Que serviço mais importante podemos prestar ao paiz do que instruir a mocidade?”. Esta mesma citação foi feita por Costa Duarte em sua obra de 1829.

A obra é apresentada na primeira seção, intitulada “Duas palavras ao leitor”. Nele, Villeroy (1870) nos conta que, no decorrer de seu longo exercício do magistério, reconhecera a necessidade de uma gramática que facilitasse o estudo e o ensino da língua portuguesa. Sua gramática surge, então, como resultado dessa pecepção, a partir das lições dadas pelo autor a seus alunos e com o intuito de suprir essa carência de um material adequado. Ele afirma, ainda, que seu estudo e sua prática se fundamentaram nos melhores autores, mencionando a figura de Jerônimo Soares Barbosa.

De tudo o que podemos observar, chegamos à conclusão de que a obra se filia, a partir de uma *retórica de continuidade*, à perspectiva filosófica, especialmente a partir de Barboza, e à gramática tradicional de origem greco-latina, uma vez que seu objetivo é facilitar o ensino e a aprendizagem do português a partir dos melhores autores.

4.2.5. Francisco Sotero dos Reis (1871)

Francisco Sotero dos Reis nasceu em 1800, no Maaranhão, e faleceu na mesma cidade em 1871. Seus pais eram Balthazar José dos Reis e Maria Thereza Cordeiro. De acordo com Sacramento Blake (1893), Sotero dos Reis foi professor de língua portuguesa e professor jubilado de língua latina no Liceu do Maranhão, além de bibliotecário no Instituto

de Humanidades, cavaleiro da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, e sócio-fundador do Instituto Litterário Maranhense, do qual foi também presidente. Exerceu, ainda, outros cargos no Maranhão, como membro dos conselhos geais e deputado da assembleia provincial.

No que diz respeito à sua bibliografia, Sacramento Blake (1893) menciona, entre outras obras, as *Postillas de grammatica geral, aplicadas á língua portugueza* (1862; 1868; 1870) e a *Grammatica portugueza* (1866; 1871; 1877). Em nossa pesquisa, obtivemos acesso à versão transcrita e comentada da obra de 1871 no volume 3 da coleção *Gramáticas do Brasil*, organizada por Leite e Pelfrêne (2019).

Por ser uma edição póstuma, a apresentação da obra não foi escrita pelo autor, mas sim por seus filhos, Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Vespucio dos Reis. Nela, eles contam que a obra teve uma boa recepção quando de sua publicação, e que fora adotada nas aulas públicas das principais províncias do Imperio. A razão pela qual esta segunda edição foi publicada, segundo escrevem os filhos do autor, é a própria necessidade de imprimir novos exemplares, haja vista o esgotamento da primeira impressão. Assim, eles reuniram uma equipe para aperfeiçoar a obra, ajustando erros tipográficos, aperfeiçoando alguns tópicos e acrescentando notas.

Dada a ausência de uma apresentação de punho do próprio Sotero dos Reis, não pudemos julgar, a partir da apresentação, o seu posicionamento em relação ao *clima de opinião* em que a obra veio a lume. No entanto, o fato de ser a obra "accomodada aos principios geraes da palavra seguidos de imediata aplicação prática" nos sugere uma tendência teórica filiada à gramática geral, fruto das ideias racionalistas, e ao ensino da língua portuguesa.

4.2.6. Laurindo José da Silva Rabello (1872)

Segundo Sacramento Blake (1893), Laurindo José da Silva Rabello nasceu no Rio de Janeiro, em 1826, e faleceu em 1864 (sem menção ao local de falecimento). Seus pais foram o capitão Ricardo José da Silva Rabello e Maria Luiza da Conceição e Silva. Ele primeiro estudou em seminário, para assumir a função eclesiástica, mas se formou em Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro e se tornou segundo cirurgião do corpo de saúde do exército, além de professor de gramática portuguesa, história e geografia na escola preparatória anexa à militar. Sacramento Blake (1883, p. 289) o descreve como um erudito: "[p]oeta repentista

de uma imaginação maravilhosa e orador não menos admiravel, argumentava sobre philosophia e theologia principalmente, com uma fluencia e facilidade de expressão rarissimas, com uma eloquencia e firmeza de idéas de causar admiração".

Rabello foi autor de várias obras, dentre as quais destacamos o *Compendio de grammatica da lingua portugueza*, cuja primeira edição foi provavelmente lançada em 1864. Em nosso estudo, analisamos a segunda edição dessa gramática, que foi publicada em 1872 e adotada pelo Governo Imperial para uso das escolas regimentais do exército e para o ensino de aprendizes artilheiros.

Essa gramática veio a lume postumamente, sendo os direitos da obra reservados à viúva, Adelaide Cordeiro da Silva Rabello. Na seção "Ao ilustre corpo professoral da cidade do Rio de Janeiro", Adelaide Rabello faz uma breve apresentação o *Compêndio* de seu falecido esposo aos diretores do Rio de Janeiro, em busca de amparo e proteção à obra, para que não sucumba à indiferença, e a si mesma.

Dada a ausência de palavras do próprio autor, não é possível identificarmos a autopercepção do autor frente às ideias linguísticas então vigentes.

4.2.7. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1876)

Sacramento Blake (1893) nos conta que Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca nasceu em 1779, em Recife, e faleceu em 1825 (sem menção ao local de falecimento). Ele era filho de Domingos da Silva Rebello, por alcunha Caneca, e Franscisca Maria Alexandrina Siqueira. Sendo carmelita professo, chegou a exercer o cargo de definidor em sua ordem, que já lhe havia conferido o título de leitor em retórica e em geometria; também foi secretário do Fr. Carlos de S. José e participou ativamente de movimentos revolucionários, pelos quais inclusive chegou a ser preso.

Fr. Caneca foi autor de uma série de textos, os quais foram colecionados pelo comendador Antonio Joaquim de Melo em *Obras politicas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Entre eles, destacamos particularmente o *Breve compendio de grammatica portugueza*, cuja única edição conhecida está presente no Tomo II das *Obras politicas e litterarias*, e data de 1876.

A única informação de que dispomos, na constituição dessa obra, vem no seu subtítulo: "organisado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alunos". É, portanto, uma simplificação de conteúdos gramaticais voltada ao ensino de língua. Na

ausência de uma seção de apresentação, classificamos sua autopercepção como indeterminada.

4.2.8. Ernesto Carneiro Ribeiro (1881)

Ernesto Carneiro Ribeiro nasceu na Bahia, em 1839, e morreu na mesma cidade, em 1920. Segundo nos conta Sacramento Blake (1893), ele se formou doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia e foi exercendo as funções de lente (professor) catedrático de gramática filosófica no Liceu da Bahia e diretor de uma escola. Antes disso, Carneiro Ribeiro fora professor de francês pelo Conselho da Instrucção Publica e professor do ginásio baiano.

Cinco obras de sua autoria são mencionadas por Sacramento Blake (1893), dentre as quais destacamos três, que surgem no âmbito acadêmico: a tese *Relações da medicina com as sciencias philosophicas* (1864); a tese *Perturbações psychicas no dominio da hysteria* (1885); e a *Grammatica portugueza philosophica* (1881). Chamamos a atenção para o fato de que essas três obras são atravessadas, desde o seu título, por uma perspectiva racionalista. Desse modo, apesar da gramática ter sido publicada no ano em que se marca o início do *período "científico"*, a encaramos ainda como parte do segundo período dos oitocentos.

Vale constar, também, que a gramática aqui analisada traz como epígrafe uma citação de Francis Bacon em latim, assim traduzida na tese de Polachini (2018, p. 152)[26]: "Eu sou a lei do discurso, a verdadeira regra das línguas: 'quem não me aprende não me obterá mais nada'". Entretanto, a ausência de uma seção de apresentação, não nos foi possível identificar a autopercepção do autor em relação a seu tempo.

4.2.9. Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1881; 1885; 1899)

Julio Cezar Ribeiro Vaughan, mais conhecido apenas por Julio Ribeiro, nasceu em Minas Gerais, em 1845, e faleceu em São Paulo, em 1890. Filho do casal George Washington Vaughan e Maria Francisca Ribeiro Vaughan. Patrono da cadeira n. 24 da Academia Brasileira de Letras,[27] ele foi jornalista, filólogo e romancista. No período da Monarquia, fez concurso para o curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo, na cadeira de Latim; e

[26] De acordo com a autora, a tradução foi feita por Edgard Bikelis.
[27] Mais detalhes de sua biografia podem ser consultados no *site* da Academia, através do endereço: https://www.academia.org.br/academicos/julio-ribeiro/biografia. Último acesso: 26 jul. 2021.

no da República, foi professor de Retórica no Instituto de Instrução Secundária, em substituição ao Barão de Loreto.

Das obras de sua autoria, a *Grammatica portugueza*, originalmente publicada em São Paulo, em 1881, é considerada um marco nos estudos gramaticográficos brasileiros e inaugura o *período "científico"*. Essa gramática é dedicada a autores de grande reconhecimento nos estudos linguísticos da época, a exemplo de Friedrich Diez, Émile Littré, William Dwight Whitney, Max Müller, Auguste Brachet, Gaston Daris, Michel Bréal, Theophilo Braga, Adolpho Coelho, entre outros. Não há uma seção de apresentação da obra, o que nos distancia também da identificação de um público-alvo específico.

A segunda edição da obra, também por nós estudada, foi publicada em 1885. Tanto na primeira quanto nesta edições, João Ribeiro solicita à "critica illstrada e honesta" um retorno severo acerca do material exposto, às vistas do aperfeiçoamento da obra em futuras edições. No "Prefácio" à gramática de 1885, entre outras questões, o autor tece comentários acerca das críticas recebidas, de novos materiais aos quais teve acesso desde então e das mudanças realizadas em relação à edição de 1881. É possível identificar, por exemplo, a inserção de intelectuais brasileiros como referência e, em contrapartida, a omissão de alguns nomes presentes na obra anterior. Assim, a proposta apresentada pelo autor era de que esta seria uma versão "refundida e muito argumentada" da primeira.

Quanto à terceira edição aqui analisada, publicada já no final do século 19, não podemos dizer muito. Tivemos acesso à quinta edição, de 1899, através da versão digital disponibilizada pela Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil[28], cuja primeira página já inicia a obra a partir da "Introducção" aos conteúdos gramaticais. Através do "Indice", que se inicia na página 360 do documento, temos conhecimento de que haveria também um "Prefacio" a esta edição antecedendo a "Introducção"; contudo, não nos foi possível consultá-lo.

Em suma, especialmente a partir do que pudemos levantar acerca da obra de 1885, fica clara a inteção de Julio Ribeiro em trazer uma mudança, pois as "antigas grammaticas portuguesas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua" (JULIO RIBEIRO, 1885, p. I). Os movimentos retóricos de *contraposição* endossam a

[28] "A bvCLB é uma biblioteca virtual com textos fundamentais para a história das ciências da linguagem no Brasil, selecionados por uma equipe de pesquisadores especialistas no assunto. Ela conta inicialmente com gramáticas e dicionários de português, em sua maioria da segunda metade do século XIX e inícios do século XX, além de outros textos sobre a questão da língua nacional no Brasil desse período, que corresponde ao da gramatização brasileira do português". Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/. Último acesso: 25 jul. 2021.

tentativa de romper com esses moldes e promover reconhecimento e prestígio à sua abordagem gramatical.

4.2.10. Manuel Pacheco da Silva Jr. & Boaventura P. Lameira de Andrade (1887)

Das obras analisadas no presente estudo, uma em particular conta com a autoria de dois gramáticos: a obra *Noções de grammatica portugueza*, escrita por Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, e publicada em 1887. Não temos muitas informações sobre os autores.

Sacramento Blake (1893) nos conta que Silva Jr., filho do doutor Manuel Pacheco da Silva e natural do Rio de Janeiro, lecionou inglês no Lyceu de Artes e Officios e foi nomeado lente (professor) de português e história literária no Colégio Pedro II. Além da coautoria com Lameira de Andrade, destacamos entre seus escritos as obras: *Estudo da lingua vernacula: phonologia* (1877), *Diccionario etymologico da lingua portugueza* (1877), *Noções de analyse gramatical, fonética, etymologica e syntaxica* (??), *Diccionario gramatical* (??) e *Syntaxe* (??). Quanto a Lameira de Andrade, a partir do levantamento feito por Polachini (2018), sabemos apenas que ele foi professor e filólogo, além de responsável pela seção sobre os estudos da Linguagem no periódico *O Vulgarisador: o jornal dos conhecimentos úteis*, editado entre 1877 e 1880.

Na apresentação da obra, Pacheco & Lameira (1887) afirmam que seu propósito inicial, ao escreverem *Noções de grammatica portugueza* (1887), era apresentar uma gramática completa da língua portuguesa que rompesse com a tradição. Contudo, o "programma para os exames geraes de preparatórios" os levou a outro rumo: a obra veio a lume para esclarecer os conteúdos exigidos nesses exames, que não estavam presentes nas gramáticas brasileiras de então. A única dificuldade relatada pelos autores se deu em relação à dosagem na aplicação do modelo histórico à abordagem gramatical – dificuldade esta que surge no interior do próprio modelo e se estende, de modo geral, aos estudos sobre a linguagem.

Em suma, identificamos na obra tanto uma *retórica de contraposição*, segundo a qual os autores não se conformariam ao modelo tradicional – em que, cremos, se refeririam a uma *ruptura* com o modelo *racionalista* – e também acusavam a existência do problema de dosagem, quanto uma *retórica de continuidade*, haja vista sua explícita filiação ao referido programa.

4.2.11. João Ribeiro Fernandes (1889)

De acordo com Sacramento Blake (1893), João Ribeiro nasceu em Sergipe, no ano de 1860. Ele se tornou professor de língua no colégio Almeida Martins, no Rio de Janeiro, após 1881, e se graduou em Ciências Sociais na Faculdade Livre de Direito da Capital Federal, em 1893. Além disso, ocupou cargo oficial da Secretaria da Biblioteca Nacional.

Das obras escritas por João Ribeiro e citadas por Sacramento Blake (1893), destacamos os *Estudos philologicos: morphologia e funcciologia* (1884), a tese *Morphologia e collocação dos pronomes* (1886), os *Exames de portugues* (1887; 1888; 1889), o *Diccionario grammatical* (1889) e suas diferentes gramáticas portuguesas: *Grammatica portugueza da infancia* (1890, 2ª ed.), *Grammatica portugueza elementar* (1888) e *Grammatica portugueza: curso superior* (1887).

Neste trabalho, analisamos a terceira edição da *Grammatica portugueza: curso superior*, escrita para uso escolar de alunos de 3º ano, que foi publicada em 1889. Apesar de não conter uma seção de apresentação, a obra conta com o "Prologo" da segunda edição em apêndice, que nos traz alguns esclarecimentos. João Ribeiro (1889, p. 323-324) escreve:

> A minha intenção foi a de escrever um livrinho util e claro que desaffrontasse a glottologia elementar do imminente descredito que, a olhos profanos, parece entre nós ameaçal-a. O criterio historico, por já não ser novidade, não necessita dos calamitosos excessos de alguns dos seus propugnadores. Tudo o que ha, houve, e vem de longe ; é tempo de olharmos para atraz, de desabusarmos-nos dos nossos defeitos de revolucionarios. Hoje, com alegria o digo, é já impossivel desterrar o criterio philologico do estudo das linguas, realisado o triumpho, convém que uma temperada sensatez o consolide tanto quanto podem desacredital-o os desconcertos de varios devotos errados.

A partir deste trecho, é evidente a sua filiação à perspectiva filológica dos estudos sobre a língua, que ganhava força no final dos oitocentos. Desse modo, podemos perceber que sua obra é marcada por uma *retórica de continuidade* em relação a tais estudos, ao mesmo tempo em que o autor critica os "devotos errados" de seu tempo, em uma *retórica de contraposição* que denota *descontinuidade* e nos mostra que este seria um período de dissonâncias entre os estudiosos.

Por fim, ressaltamos o reconhecimento alcançado por João Ribeiro. No próprio "Prologo", o autor nos conta que sua gramática alcançou bom êxito, tendo inclusive a primeira edição se esgotado rapidamente (em quatro meses e poucos dias). Segundo ele, o sucesso de sua obra resulta de várias questões, entre elas a "exaggerada benevolencia" da

crítica, fazendo menção específica a Carlos de Laet (presidente do Instituto Philologico) e, em rodapé, a Capistrano de Abreu. Ao mesmo tempo em que relata o sucesso de sua gramática, João Ribeiro (1889) explica que este o impulsionou a melhorá-la como pudesse. Nessa tarefa, ele contou também com as observações de Aureliano Pimentel (professor do Collegio de D. Pedro II) e Macedo Soares (filólogo americanista).

4.2.12. Augusto Freire da Silva (1894)

O último autor com o qual trabalhamos foi Augusto Freire da Silva. De acordo com Sacramento Blake (1893), ele nasceu em 1836, no Maranhão, e era filho do ex-oficial de milicias José Freire da Silva e de Florisbella Lucia Braule da Silva. Não há nota sobre sua data de falecimento.

Depois de alguns estudos na província do Maranhão, Silva se mudou para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar no comércio, se especializando na ocupação da taquigrafia. Seguindo o conselho de um amigo, porém, decidiu retomar seus estudos, os quais posteriormente foi obrigado a interromper para procurar emprego. A convite de seu amigo, porém, veio a se tornar diretor do colégio Ipyranga, em São Paulo, o que lhe permitiu concluir seus estudos e se formar no âmbito jurídico, em 1862, exercendo em seguida a função de juiz municipal, entre 1863 e 1870.

Conta também Sacramento Blake (1893) que Silva fundou um colégio para educação de meninos em Santos, o qual foi obrigado a fechar em 1873 devido à epidemia da febre amarela. Depois, fundou outro colégio, agora na capital de São Paulo, que teve o mesmo fim em poucos meses devido a uma epidemia de varíola. Por fim, ele conseguiu ser nomeado lente (professor) de gramática da língua nacional no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo.

Quando a sua *Grammatica portugueza*[29] veio a lume, primeiro em 1875 (e, portanto, no *período racionalista*), o autor já se havia estabelecido como professor da Faculdade de Direito. Outras edições de que temos conhecimento foram publicadas em 1879 (3ª ed.), 1883 (4ª ed.) e 1894 (8ª ed.); além de uma segunda edição, entre 1875 e 1877. Além dessa gramática, ele escreveu as obras *O acautelador* (1868), *Novo methodo de ensinar a ler e escrever* (1863; 1875), *Noções de prosodia e orthographia* (1871) e *Rudimentos da*

[29] A edição original, mencionada por Sacramento Blake, era intitulada *Compendio de grammatica portugueza*.

grammatica portugueza (1879). Neste trabalho, analisamos a 8ª edição da *Grammatica portugueza*, publicada em 1894, no Rio de Janeiro, e pertencente então ao *período "científico"*.

A obra não possui uma seção de apresentação, o que nos impede de identificar a *autopercepção* do autor em relação ao tempo em que veio a lume. Apesar disso, a folha de rosto nos fornece algumas informações acerca de sua agenda de pesquisa. Em primeiro lugar, tomamos conhecimento de que sua segunda edição fora premiada pelo governo geral em 1877, o que nos dá indícios de ter alcançado um bom reconhecimento entre os estudos gramaticais à época.

Em segundo lugar, Silva (1894, folha de rosto) traz uma citação ao ensaio "Da Educação", de Almeida Garrett, em epígrafe:

> De toda a educação do espirito a grammatica é a base. A grammatica é a sciencia das palavras, isto é, dos signaes de nossas idéas e, entre estas e aquellas, –pela construcção physica do homem, por suas relações com os outros e com o resto do mundo visivel, por sua educação e por sua natureza, – é tão intima a connexão, tão estreita e quase [indivisivel] que jamais conhecerá bem as cousas o que não conhecer bem as palavras, jamais admirirá idéas exactas, ou formará juizos distinctos, o que das palavras, suas combinações e ligações, não tiver noção exacta, – e, no modo de as empregar e usar, não for igualmente correcto e habil.

Estuda-se, então, a língua e a gramática para melhor compreender o mundo e se relacionar com ele. Isso nos leva a crer que haveria um fundamento filosófico e um empreendimento pedagógico por trás da construção da obra.

De fato, essa impressão pode ser ratificada se levarmos em conta o que nos diz Sacramento Blake (1893, p. 359) acerca da primeira edição: "[e]' uma segunda edição, com argumentos, da obra acima [*Noções de prosodia e orthographia*], que o doutor Freire da Silva deu á estampa para compendio de sua aula no curso anexo á faculdade de S. Paulo". Além disso, ele afirma que a *Grammatica portugueza* (1875) se tornou própria para as aulas de português do curso secundário. Já na descrição da obra que gerou esta, Sacramento Blake (1893) afirma que fora escrita para uso das turmas de primeiro grau do Instituto Santista e extraída da *Grammatica portugueza* de Francisco Sotero dos Reis por Pedro Nunes Leal.

Em síntese, tudo nos leva a crer que a gramática de Freire da Silva (1894) foi escrita ou passou a assumir um propósito voltado ao ensino de língua. Quanto à sua orientação teórica, apesar da origem filosófica, dada a ausência de apresentação, não sabemos até que ponto a agenda de pesquisa do autor foi influenciada pelos estudos do *período "científico"*. É importante mencionarmos, contudo, que antes de passar aos conteúdos gramaticais

propriamente ditos, a obra contém a seção “Resumo histórico do latim e das línguas romanicas”, na qual o autor discorre acerca dos processos evolutivos das línguas oriundas do latim e dos diferentes dialetos portugueses, o que se aproxima da abordagem histórico-comparativa.

5 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS OITOCENTISTAS

> Queremos saber como coisas assim foram escritas e por que foram aclamadas; entender todo o *ethos* que as tornou atraentes. Veja bem, nosso interesse é o homem. Não exigimos que todos compartilhem de nossos interesses.
>
> *A história é bobagem?*,
> de Clive Staples Lewis. 1957.

Neste capítulo, explanamos uma descrição interpretativa do processo de gramatização brasileira da colocação pronominal nos oitocentos. Consideramos, paralelamente, a imanência das 16 gramáticas brasileiras com as quais trabalhamos, com foco nas outras três camadas do conhecimento linguístico: a *camada teórica* (rede conceitual e terminológica), a *camada técnica* (tratamento normativo) e a *camada documental* (exemplário).

Na análise da *camada teórica*, observamos tanto conceitos gerais que estabelecessem pressupostos à abordagem gramatical, como *língua* e *gramática*, quanto conceitos específicos, diretamente relacionados à colocação pronominal, como *sintaxe*, *pronome* e a própria classificação hoje reconhecida *próclise*, *mesóclise* e *ênclise*. A leitura integral das obras nos permitiu mapear também categorias e conceitos relacionados à colocação que são possivelmente pouco conhecidos, a exemplo de *tmese* e *hyperbato*. Nesse sentido, mapeamos também os diferentes termos utilizados pelos autores na abordagem desse fenômeno linguístico ao longo do século.

Na *camada técnica*, analisamos o tratamento normativo dado pelos autores tanto como pressuposto à sua obra quanto especificamente à colocação pronominal, buscando compreender como eles se posicionam no pêndulo entre uma abordagem mais descritiva ou mais prescritiva, esta última considerando também dados de proscrição. Com isso, procuramos identificar em que ponto dessa história a colocação pronominal se tornou um fenômeno da norma-padrão.

Por fim, com a análise da *camada documental*, nosso objetivo foi identificar e caracterizar o arquétipo de língua utilizado pelos gramáticos na disposição do conteúdo: se recorriam a literatos; quem eram os autores comumente presentes nas obras e que tipo de literatura representavam; se as frases ou textos eram provenientes de seu próprio engenho. Nesse sentido, em diálogo com a *camada técnica*, procuramos observar também a presença

ou ausência de exemplos do que *não* deveria ser dito ou escrito, e a que variedade da língua estes correspondiam.

Dividimos o capítulo em três seções, a partir de nossa proposta de periodização dos estudos gramaticográficos brasileiros (cf. 4.1.3). Assim, analisamos a abordagem da colocação pronominal: (i) entre 1801 e 1820, no tópico "5.1 A colocação pronominal no *período embrionário*"; (ii) entre 1821 e 1880, no tópico "5.2 A colocação pronominal no *período racionalista*"; e (iii) entre 1881 e 1900, no tópico "5.3 A colocação pronominal no *período 'científico'*". Transcrevemos os trechos extraídos das obras respeitando a ortografia e a terminologia originais.

5.1 A colocação pronominal no *período embrionário*

Das quatro gramáticas brasileiras publicadas no *período embrionário* de que temos conhecimento[30], trabalhamos especificamente com a primeira de todas: o *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, de Moraes Silva (1806). Isto se deve ao fato desta ser a única fonte oitocentista à qual tivemos acesso enquadrada em nossos critérios de seleção: 1. *Tipologia*; 2. *Periodização*; 3. *Nacionalidade*; e 4. *Local de produção*.

5.1.1 *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, de Moraes Silva (1806)

Vimos, no capítulo anterior (cf. Capítulo 4, 4.3.1), que essa obra foi escrita em Pernambuco, no ano de 1802, e publicada em Lisboa, em 1806. Ela é introduzida pelo autor como uma proposta que se põe na contramão do que seus contemporâneos apresentavam. Nessa perspectiva, se os gramáticos portugueses, até o século 18, abordavam a língua portuguesa a partir da gramática latina, Moraes Silva trazia agora uma perspectiva que considerava a gramática da língua por si mesma.

Na "Introducção" da obra, Moraes Silva (1806, p. 9) define *Gramática* como "arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras". Tal definição evidencia três fatos: (i) ao considerar a gramática como *arte*, há uma manutenção de traços da tradição greco-latina, ainda que o objetivo explicitado pelo autor, na *camada contextual* da obra, seja abordar a língua portuguesa não a submetendo à gramática da língua latina; (ii) por mais que, na apresentação da obra, Moraes Silva não identifique um público-alvo em

[30] Vide NDR 15, no Capítulo 4 (4.1.3).

particular, o costumeiro caráter pedagógico do instrumento gramatical permanece como intrínseco ao seu objeto, pois é uma *arte* que *ensina*; (iii) há uma correlação entre a *língua* e a *expressão do pensamento* que se pauta na perspectiva da *correção*, pois se *ensina* a *declarar bem*.

Com relação a esse terceiro ponto, cumpre-nos retomar o fato de que a obra de Moraes Silva (1806) recebeu influência da *filosofia sensualista* de Condillac. Acreditamos que os pressupostos dessa corrente filosófica sejam um dos fatores que fazem incorrer, na obra de Moraes Silva (1806), o ensino pautado na *correção* que, como vimos na análise de sua *camada contextual*, se baseia na *imitação* de bons autores. Nesse sentido, o conhecimento correto da língua seria apreendido pela repetição dos bons padrões.

Em sequência, o autor apresenta dois tipos de gramática: a *gramática universal*, que "ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas", e a *gramática particular de qualquer lingua*, que, no que tange a gramática da língua portuguesa, "applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adoptados polos que melhor o falão" (MORAES SILVA, 1806, p. 9). Já observamos, tanto pela distinção entre *universal* e *particular* quanto pelo autor, na definição geral, relacionar a língua à expressão do pensamento, vestígios da influência de Port-Royal sobre a abordagem gramatical da língua portuguesa, que viria a se fortalecer especialmente no *período racionalista*, a partir da década de 1820.

Com isso, revela-se uma sobreposição das tendências *racionalista* e *empirista* na constituição dessa obra, pela dupla influência sofrida de Port-Royal e do Sensualismo de Condillac. Apesar da aparente contradição desses movimentos, eles se configuram como uma *descontinuidade* frente às transformações decorridas na atmosfera intelectual do século 18, marcado pela tentativa de fundir o *universalismo cartesiano* (racionalista) e o *conceito de gênio de cada língua* (empirista).

Outro fator que evidencia linhas de continuidade da obra em relação à tradição greco-latina está no fato de o autor tomar como objetivo da gramática ensinar a construir *sentenças*, "isto é, [...] a fazer proposições, ou sentidos perfeitos" (MORAES SILVA, p. 9), bem como abordar as diversas partes que as compõem – que, particularmente em sua obra, se relacionam à abordagem das classes de palavras, objeto da Morfologia, e da construção dessas sentenças, objeto da Sintaxe. De fato, os capítulos subsequentes que compõem a gramática de Moraes Silva (1806) tratam de conteúdos relacionados a esses dois segmentos do núcleo duro da língua.

Não há uma seção específica voltada à Fonética ou à Fonologia. Questões dessa natureza são ligeiramente explicitadas ainda na "Introducção", que trata da formação de palavras através de sílabas, por sua vez, formadas por sons elementares e suas modificações, sendo estes representados na escrita através de letras. A partir desses conceitos básicos, o autor discorre, então, sobre vogais e consoantes, ditongos e formações silábicas, as diferentes representações dos sons na grafia, entre outros. Um conceito comumente relacionado à colocação pronominal e que se faz ausente nessa gramática é o de *tonicidade* ou o de *força* dos sons; desse modo, entendemos que, no início da gramatização brasileira do português, ainda não havia uma perspectiva fonético-fonológica atrelada a tal fenômeno linguístico.

Após a "Introducção", Moraes Silva (1806) expõe a primeira parte da gramática: "Livro I. Das Palavras por si sós ou partes da Sentença". Neste *Livro*, o autor trata do que hoje é objeto de estudo da Morfologia: define e pormenoriza as palavras que compõem as sentenças, à semelhança do que tradicionalmente conhecemos por *classes de palavras* (muito embora não recebam tal nomenclatura por parte de Moraes Silva). Ele pontua *Nomes, ou Substantivos*; *Adjectivos Articulares*; *Adjectivos Attributivos*; *Verbos*; *Adverbios*; *Preposições*; *Conjunções*. Além destas, o autor menciona as *Interjeições*, como expressão das "paixões", que "equivalem a sentenças sentimentaes; e talvez se arrojão, ou entremettem com as da linguagem analisada" (MORAES SILVA, 1806, p. 17) – o que, para nós, mais se caracterizaria como um modo de expressão do que como uma das classes de palavras em particular.

Dentre os nove capítulos que compõem o *Livro I*, os *Pronomes* são abordados como parte do "Capítulo I. Dos Nomes, ou Substantivos". Os *Nomes* são assim definidos pelo autor, nos dois primeiros tópicos do capítulo:

> 1. Nomes são as palavras, com que indicamos as coisas, que existem por si, v. g. *casa, pomo, homem*; ou as qualidades, que representamos como existindo sobre si, v. g. *chuva, riqueza, doçura, mansidão,* &c. estes se dizem *nomes abstractos*.
> 2. Os nomes ou são *individuaes*, como v. g. *Catão, Sertorio, Roma, Evora* : ou *communs*, e geraes para os indivíduos de um genero, de uma especia, ou *classe fisica*, como v. g. *planta, arvore, arbusto, cavallo, homem*; ou moral, v. g. *Cidadão, [Juis], Filosofo,* &c. (MORAES SILVA, 1806, p. 18, grifos do autor).

Se os *Nomes* ou *Substantivos*, nesta concepção geral, correspondem a palavras utilizadas para nos referirmos às coisas no mundo, é natural pensarmos que os *Pronomes*, como uma de suas categorias, exerceriam o mesmo tipo de função. De fato, essa impressão se confirma mais adiante, quando, entre os tópicos 8 e 12, tal categoria é de fato apresentada:

> 8. Nós em Português temos alguma semelhança de casos nos nomes seguintes, que os Gramáticos chamam *Pronomes*.
> 9. Em nome, com que quem fala de si se nomeia, em lugar do seu nome próprio, tem as variações *Me, Mim, Migo* no singular. Se quem fala de si se considera como dois, diz *Eus*, v. g. "Em mim há dois *eus*, um segundo a carne, outro segundo o espírito." (*Heitor Pinto.*)
> 10. Quando alguém afirma alguma coisa de si, e de outros, diz *Nós*; e tem mais as variações *Nos*, e *Nosco*. *Eu*, e *Nós* se dizem *pronomes da primeira pessoa*.
> 11. Quando falamos a outrem, dizemos familiarmente *Tu, Te, Ti, Tigo*; e no plural a mais de um, *Vós, Vos, Vosco*, e tal é o *pronome da segunda pessoa*.
> 12. Quaisquer outras pessoas, ou coisas, que não são a primeira, ou segunda pessoa, se dizem *terceiras pessoas*, v. g. *Pedro, o cavalho, a árvore*; e quando se põem em relação consigo mesmos, temos as variações, ou casos *Se, Si, Sigo*, para o singular, e plural, v. g. Pedro é Senhor *de si*; Paulo feriu *se*; Estes andam malavindos entre *si*, ou *consigo*. Do uso dos casos direi mais na Sintaxe, ou regras da composição (MORAES SILVA, 1806, p. 19-20, grifos do autor).

Algumas questões podem ser compreendidas a partir desse trecho. Em primeiro lugar, por definição, os *Pronomes* do português fazem alusão às pessoas de quem o interlocutor afirma algo: encontramos aí referidas as três pessoas do discurso, tanto do singular quanto do plural.

Em segundo lugar, o autor não diferencia os *Pronomes* em retos e oblíquos, tônicos e átonos. O que torna essa categoria precisa é a própria referenciação às pessoas do discurso, caracterizada por diferentes variações. Disso decorre o terceiro ponto, e o que diz respeito diretamente à gramatização do fenômeno que aqui nos propusemos a estudar: não há, nem aí nem ao longo do primeiro capítulo, um tratamento normativo específico que remeta à colocação pronominal. Consequentemente, ainda que alguns dos pronomes oblíquos átonos sejam apresentados na lista de pronomes explicitada por Moraes Silva (1806) no trecho em questão (*me, te, se, nos, vos*), o seu posicionamento na oração ainda não é abordado. A preocupação do autor se dirige à definição dos *Pronomes* enquanto categoria filiada aos *Substantivos* e à especificação dos diferentes tipos que a compõem.

O quarto ponto que nos chama a atenção nos dirige a outro capítulo do *Livro I*: o que a tradição gramatical brasileira, hoje, tem compreendido como *pronomes demonstrativos* – *o*(s) e *a*(s) –, para Moraes Silva (1806), não se enquadra como um tipo de *Pronome*. Na verdade, estes são abordados como parte do "Capítulo II. Dos Adjectivos Articulares", que, de acordo com o autor, "ajuntão se aos nomes geraes, ou communs, para determinarem o numero, ou quantidade de individuos, de que falamos" (MORAES SILVA, 1806, p. 21). Dentro dessa nova categoria, *o* e *a* são compreendidos como *artigos simples*, que indicam que a significação do *nome* que acompanham se refere ao indivíduo em sua completude –

“v. g. *O homem* é mortal : *o cavallo* é quadrupede, serviçal : *a levangeira* é arvore de espinho: ‘A mayor pouquidade, que eu *no homem* acho, é querer bem de si so a nenhũa mulher’ (Eufrosin. 5. 5. f. 182. diz de todo homem em geral.)” (MORAES SILVA, 1806, p. 21).

Nos tópicos 12 e 13 desse segundo capítulo, Moraes Silva explica que, apesar de muitas vezes esse *Artigo* aparentemente recuperar um *Nome* antecedente, o que ocorre é, de fato, uma elipse. Vejamos, nas palavras do autor:

> 12. Muitas vezes o artigo parece trazer à memória o nome antecedente, v. g. viste o cavalo de João? Vi-*o*. Mas realmente aqui há elipse, ou falta do nome *cavalo*, que facilmente se subentende: **o artigo não muda de natureza, nem é pronome como *eu*, e *tu***.
> 13. Se usamos dos adjetivos atributivoz em vez dos nomes abstratos, v. g. *o doce, o agro*, por *a doçura, a agrura*, o artigo refere se, e modifica ao nome *ser* subentendido, bem como se dizemos, v. g. **“Que *o ser* de tão formosos olhos *preso*, cantá-*lo* (i. é. cantar *o ser preso*, a minha prisão) bastaria a contentar-me.” (*Camões*)**. No mesmo singular masculino usamos do artigo, quando se refere a uma frase, em que deve subentender se um infinitivo, v. g. “Que vos prometa os mares, e as areias não *lho* creiais.” i. é. Não lhe creiais o *prometer-vos, ou o prometimento*: “Se me tratou bem, devo-*o* ao vosso patrocínio i. é. Devo *o tratar-me bem* &c. **O artigo sempre se refere ao nome claro, ou oculto, e subentendido, como todos os demais adjetivos** (MORAES SILVA, 1806, p. 25, negritos nossos).

O mesmo ocorre na nota de rodapé (g), presente entre as páginas 106 e 108, que consiste em uma longa argumentação para afirmar que o artigo *o* não é pronome, mas sim artigo, que indica um substantivo ou nome elíptico. Isso nos revela que havia uma percepção de semelhanças entre o artigo e os pronomes, haja vista a necessidade de o autor explicitar e justificar suas diferenças. Além disso, é interessante percebermos, no exemplo acima, a presença da contração do pronome oblíquo no trecho extraído de Camões, em “cantá-*lo*”; não havendo, porém, menções a tal contração ou ao seu posicionamento em relação ao verbo *cantar*. Enfim, o cerne da argumentação do autor, ao apresentar essa construção, está apenas em enfatizar a elipse e a manutenção do estatuto de artigo do elemento “lo”.

Os demais capítulos do *Livro I* não mencionam a classe dos pronomes ou a colocação pronominal.

No “Livro II. Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe”, como o próprio título aponta, Moraes Silva (1806) apresenta questões relacionadas à Sintaxe, assim apresentada na “Introducção” do *Capítulo I*:

> 1. Da boa composição das partes da oração entre si resulta a *sentença*, ou sentido perfeito, com que nos fazemos entender, falando com palavras.

> 2. Todas as sentenças se reduzem a declarar o que *julgamos* das coisas: v. g. *este pomo é doce; João é virtuoso* : ou aquillo que queremos, que as pessoas ou coisas sejão, fação, ou sofrão : v. g. *Filho sê estudioso; trabalha; sofre-te com os trabalhos; está-me a tento.* (MORAES SILVA, 1806, p. 82, grifos do autor).

A associação da *syntaxe* ao *sentido perfeito*, a essa *boa composição* das partes da oração e ao *julgamento* das coisas também recupera o legado da tradição greco-latina oriunda da Filosofia clássica. Pela tradição, sabemos que uma oração tem sentido completo ou perfeito por conseguirmos julgá-la enquanto verdadeira ou falsa. Tal perfeição, nesse sentido, remonta a uma análise lógica, *silogística*, em que o conteúdo de uma oração bem estruturada poderia ser posto à prova, independentemente do caráter verdadeiro ou falso da afirmação no mundo real. Ao mesmo tempo, na composição dessa estrutura perfeita, encontramos mais um traço de influência de Port-Royal, pois o autor divide as partes da oração perfeita em: *sujeito* (de quem se afirma), *attributo* (o que se declara por *adjectivos attributivos* ou *nomes com preposições*) e *verbo* (que afirma e une atributos e sujeitos, ou exprime a vontade).

Dois tipos de Sintaxe são apresentados no *Capítulo I*: "§I. Sintaxe de Concordancia"; e "§II. Sintaxe de Regencia". É neste último que repousam os próximos vestígios da gramatização da colocação pronominal presentes nessa gramática.

Moraes Silva (1806, p. 86) define como *Sintaxe de Regencia* "as regras, que ensinão a mostrar as relações entre os nomes, por meyo das preposições, e casos, ou da collocação". Adiante, em *§II Da Sintaxe de Regencia*, o autor passa a apresentar essas regras. Assim, dá início:

> 1. As relações dos nomes mostram se pelos casos em ***Me, Te, Se, Lhe, Nos, Vos, Lhes*** **sem preposições**; pelos casos *Mim, Ti, Si, Migo, Tigo, Sigo, Nós, Vós, Nosco, Vosco*, acompanhados de preposições. As relações dos nomes, que não tem casos, indicam se pelo lugar, que tem na sentença; ou por preposições, que [ ] a relação, em que o nome regido, ou o segundo termo de uma relação está com o seu antecedente só, ou acompanhado de adjetivo, ou verbo (MORAES SILVA, 1806, p. 88-89, negrito nosso).[31]

Neste excerto, vemos quase totalmente referenciada a lista de pronomes oblíquos que tradicionalmente são abordados, hoje, na disposição de regras de colocação pronominal (*me, te, se, lhe, nos, vos, lhes*), ainda que não haja menção alguma à categorização desses elementos. Fazem-se ausentes na lista os hoje chamados *pronomes demonstrativos o* e *a*, o

[31] Os colchetes vazios indicam um termo que, diante do desgaste da obra, não conseguimos distinguir e transcrever.

que se justificaria talvez pela concepção do gramático desses elementos enquanto *artigos*. No entanto, mais adiante, quando o autor apresenta as principais relações e os artifícios com os quais as declarações são estruturadas, o tópico 7 já abriga esses *artigos*:

> 7. 4.ª **Quando o paciente é a primeira pessoa *Eu*, ou a segunda *Tu*, usamos dos casos, *me, te***; v. g. matou-me, matou-te (to): "Vós *matai-vos*, e *matais-me*"; **e se é uma terceira pessoa referida por *ele*, ou pelo artigo dizemos: *matou-o, matou-a*, ou matou a ele, a ela: e pondo se a terceira pessoa em relação consigo mesma, isto é, sendo ela o agente, e paciente, dizemos *ele* matou *se*, feriu *se*** (MORAES SILVA, 1806, p. 90-91, negritos nossos).

Em todo caso, porém, não há menção ao posicionamento, seja dos *pronomes* seja dos *artigos*, na construção da sentença. As escolhas e os usos adequados desses elementos gramaticais mediante o contexto sintático são o foco da abordagem do autor, cujo critério dependia da presença ou da ausência de preposição no acompanhamento do *paciente* (aquele que sofre a ação expressa pela sentença). O mesmo ocorre no último trecho desse capítulo, em que vemos a menção aos pronomes oblíquos (tópico 10):

> 10. 5.ª **Quando o verbo tem um termo da sua ação, e é a primeira pessoa, ou segunda, usamos de *me, te*; e sendo terceira pessoa usamos *de lhe*** [NDR: O caso *lhe*, e *lhes* é termo, e não paciente: v. g. "*tomou-lhe a noite com histórias velhas; tomou-o a noite ali" >> i. é, sobreveio lhe naquele lugar*. "Tomou-*lhe* a noite ali" >> no mesmo sentido de *tomou-o a noite*; é incorreto; e assim o são "a Duqueza, que em extremo *lhe amava*" >> por, *o amava* ( ): "*tomou-lhe tanto dor*: *tomou-lhe medo*)" >> por, *tomou o tanta dor*; e *tomou-o* o medo: "*tomar-lhe medo*" >> é concebê-lo de alguém. (V. Meu e Moço, L. 2. "*o tomou ali a noite"* c. 9. E c. 36 "*tomou-lhe tanta dor*"; >> mal, pois dizemos: *tomou-o um acidente*; *tomou-o a nova dor sobre a aflição ainda recente*, &c. *Eu lhe amo, lhe adoro*: são erros das Colônias: *quero-lhe como à minha vida; se quero-lhe bem, como* &c. é correto.]**, e *se*, ou *a ele***: v. g. *deu me, deu-te o livro; deu se, deu lhe mil traves*: "a quem o deste? a ele mesmo". **Usamos também para indicar o termo dos casos *a mim, a ti, a ele, a nós, a vós, a eles, a si*, quando a sentença começa pelo termo, ou há dois**: v. g. *a ti* peço, ó bom Deus! *a mim* o diziam eles : *a ele* dirás "A terra, que vês, darei *a ti*, e a tua geração" (Catech. Romano): >> a quem o darei? *a ti*, ou *a ele*? deste-o *a mim*, ou *a João*? **Então também se repetem os casos *me* e *a mim, te* e *a ti, se* e *a si*; *lhe a ele, nos* e *a nós, vos* e *a vós, se* e *a si, lhes* e *a eles***; se te falara *a ti* a verdade, como outros *lha dirão*; &c. "Quem *nos* faria então *a nós* crível o que vemos, e apalpamos?" >> "Quem vos podia a vós dar a imortalidade, senão o Ser Supremo, e o Altíssimo que vos (criou)?" >> "*a eles* parecem *lhes* nadas as misérias dos próximos" >> "os que tanto *se* arrogam *a si*, e nada concedem aos benemeritos, esses vos digo, que são o mesmo esírito da soberba." (MORAES SILVA, 1806, p. 92-93, negritos nossos).

Em sequência, a partir da página 103, o autor dá início ao "Capítulo II. Da Sintaxe, ou Composição Figurada". Moraes Silva (1806) define como sintaxe figurada os casos em que a desobediência às regras explicitadas até então, por toda a sua gramática, resulta em

uma aparente incorreção, que, na verdade, diz respeito a uma "nova aparência" à estrutura sintática. No início do capítulo, o gramático apresenta quatro tipos de sintaxe figurada: *Ellipse, Pleonasmo, Enalloge* e *Hyperbato* (ou *Synchise*).

Após discorrer detalhadamente acerca de cada um desses tipos de sintaxe figurada, Moraes Silva (1806, p. 113) afirma haver muitas outras figuras apresentadas pelos gramáticos, "que são mais proprias das Linguas Grega, e Latina, mais artificiosas que a nossa", e que, por esta razão, decide não apresentar em sua obra. Frisamos, a partir deste excerto, que tal afirmação distancia Moraes Silva dos demais gramáticos à sua época, os quais abordam a língua portuguesa a partir da gramática latina. Tal movimento faz jus à retórica revolucionária com a qual o autor apresenta sua obra na seção "Ao leitor benévolo", conforme vimos no Capítulo 4 (cf. 4.3.1). Contudo, o autor ainda apresenta brevemente algumas figuras às quais se refere como *Figuras de dicções*.

Entre essas *Figuras de dicções*, chamamos à atenção aquela disposta no tópico 28 (MORAES SILVA, 1806, p. 114, negritos nossos): "28. 9º. **Quando se divide a palavra, e intromete outra: v. g. *dir-vo-lo-hei*** (Cam. Filod. 2. 2.) **Dir te-ia, Far-te-ia; onde é notável tambem, que *dir* e *far* são contrações de *dizer* e *fazer***". Este é, efetivamente, o primeiro caso em que se apresenta na gramaticografia brasileira do português – pois, lembramos, trata-se da primeira gramática dessa categoria – um dado sobre o que viria a se tornar a *colocação dos pronomes*.

É importante observarmos que não há a precisão de uma nomenclatura em particular para tais casos dentre as *Figuras de dicções*, tampouco a menção explícita aos *pronomes* (e também, considerando o que vimos na imanência da obra, aos *artigos*) ou a disposição de regras. O que Moraes Silva faz é apresentar a ocorrência desse tipo de construção na língua portuguesa, em que haveria a fusão de duas palavras pela contração de uma e inserção de outra. Porém, todos os dados apresentados como exemplos retomam pronomes como elementos inseridos entre as palavras, que, por sua vez, correspondem a verbos – o que, cremos, prenuncia o que hoje entendemos por *mesóclise*, uma das três colocações pronominais na língua portuguesa.

O tópico 29, que sucede a este, traz, ainda, uma informação relevante relacionada a isso:

> 29. **Todas éstas figuras de dicção, usadas mais frequentemente na Poesia** (onde talvez se alterão os tons das vogaes : v g. *impía por ímpia*) tem seus nomes Gregos, de que é escusado carregar a memoria; **baste-nos saber o que há em**

> **nossa Lingua**, para ‘nella exemplificar-mos os preceitos, e observações das mortas, e estranhas, e **melhor entendermos as analogias, que tem com o nosso idioma** (MORAES SILVA, 1806, p. 114, negritos nossos).

Noutros termos, assim como as demais *Figuras de dicção* apresentadas pelo autor, essa “figura mesoclítica” era de uso mais frequente na Poesia, e a intenção do autor em apresentá-las era proporcionar aos seus leitores informações que lhes permitissem compreender as analogias entre os preceitos das línguas “mortas, e estranhas” e o português.

Outras questões que dizem respeito ao uso dos pronomes aparecem, ainda, no “Capitulo III. Das composições viciosas”.[32] Não há dados explícitos relativos à colocação pronominal, mas sim à (in)correção no uso dos pronomes. Porém, chamamos a atenção para o fato de que o autor aponta como composição viciosa, logo no tópico 1 desse capítulo, casos em que “**os pronomes não se variam em casos, segundo a relação, que a preposição indica**: v. g. se disséssemos *a me, de migo* por *a mim* ou *comigo*: **‘eu *lhe amo, lhe adoro*’: >> por, *amo-o, adoro-o***” (MORAES SILVA, 1806, p. 115, negritos nossos). Desse modo, é estabelecida uma correlação entre a necessidade de uso da preposição e o emprego dos pronomes em um caráter tanto *proscritivista*, a partir do momento em que condena determinados usos, quanto *prescritivista*, pelo fato de estabelecer uma regra de uso correto. Por último, nesse mesmo trecho, destacamos o fato de que, quando o autor indica a preferência por “o” em detrimento de “lhe”, a posição do pronome oblíquo átono em uso também sofre modificação, pois a posposição do primeiro (“amo-o”) toma o lugar da anteposição do segundo (“eu lhe amo”). Essa alteração não é discutida ou explicitamente normatizada por ele, mas já nos indica que a *próclise* estava para a fala brasileira interditada, enquanto a *ênclise*, para a norma gramatizada e recomendada.

5.2 A colocação pronominal no *período racionalista*

O *período racionalista* congrega as gramáticas brasileiras publicadas entre 1821 e 1880. De acordo com o levantamento de Polachini (2018), pelo menos 114 obras gramaticais foram publicadas nesse interstício de tempo: 111 entre 1820 e 1879, e três em 1880. Nesta seção, analisamos oito delas: as gramáticas de Moraes Silva (1824), Costa Duarte (1829; 1877), Beserra (1861), Villeroy (1870), Sotero dos Reis (1871), Rabello (1872) e Frei Caneca (1876). Além destas, consideramos também a gramática de Carneiro Ribeiro (1881),

[32] Cf. MORAES SILVA, 1806, p. 115, tópico 1 e NDR (a).

pois, conforme estabelecido no Capítulo 4, apesar desta obra ter emergido no mesmo ano em que se marca o *período "científico"*, a sua orientação ainda é explicitamente filosófica.

Nos tópicos a seguir, analisamos cada uma dessas nove gramáticas individualmente.

5.2.1 *Grammatica Portugueza*, de Moraes Silva (1824)

No capítulo anterior, dissemos que a *Grammatica Portugueza*, escrita também por Moraes Silva, foi publicada no Rio de Janeiro em 1824. Aqui, nós a comparamos ao *Epitome da Grammatica Portugueza* – publicado no início do *período embrionário* (1806) e por nós analisado na seção 5.1 deste capítulo –, a fim de identificarmos se houve alguma diferença entre uma e outra. Contudo, a abordagem gramatical permanece a mesma; como consequência, a rede conceitual e terminológica da colocação pronominal disposta nessa gramática é a mesma que encontramos naquela, sem acréscimos ou eliminações. Por esta razão, não nos deteremos, aqui, em apontar os pormenores dos dados presentes nela. Contudo, é importante frisarmos tais questões porque elas revelam as linhas de continuidade de tal abordagem gramatical que adentram o *período racionalista*, haja vista que essa gramática alcançou novas publicações (1813, 1824, 1832).

5.2.2 *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Costa Duarte (1829)

A segunda fonte com a qual trabalhamos foi o *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Costa Duarte (1829). Na "Introducção" da obra, o autor apresenta algumas explicações de cunho teórico que culminam na apresentação de dois tipos de gramática – já abordados por Moraes Silva (1806; 1824): *Grammatica Universal* e *Grammatica Particular*.

A *Grammatica Universal* é aqui entendida como "a Arte, que analysando o pensamento, ensina com que especie de palavras se devem exprimir as idéas e as relações, de que elle póde constar" (COSTA DUARTE, 1829, n/p). Para o autor, essa espécie de gramática seria imutável e comum a todas as *Nações*, havendo diferentes manifestações marcadas por mudanças unicamente no *material dos sons* dos *vocabulos*, o que corresponderia às diferentes línguas. Com isso, se sustentam e se fortalecem as linhas de continuidade com a tradição greco-latina, onde a gramática é compreendida como *arte*, cujo propósito é *ensinar* um padrão de *correção* para a expressão do pensamento, e com o

racionalismo de Port-Royal, onde desponta a ideia de que haveria uma gramática partilhada por todos os seres humanos que se materializa de formas distintas.

Decorre dessa ideia sua definição de *Grammatica Particular*, entendida como a acomodação "[d]aquelles mesmos principios invariaveis á indole de cada Lingua, começando pelo estabelecimento dos preceitos geraes da Linguagem, e applicando-os depois aos usos da que se pretende ensinar" (COSTA DUARTE, 1829, n/p). Noutros termos, esse segundo tipo de gramática seria responsável pela aplicação dos princípios universais e imutáveis da linguagem às estruturas particulares de cada língua, com o objetivo final de instruir acerca dos usos ideais.

Ainda segundo a perspectiva de Costa Duarte (1829), os *vocabulos* que constituem as diferentes línguas são abordados pela *Grammatica* de acordo com seus aspectos físicos e materiais, ou lógicos e "discursivos". Nesse esteio, a *Grammatica Portugueza*, entendida como "a Arte que ensina a falar, ler, e escrever sem erros a Lingua Portugueza" (COSTA DUARTE, 1829, p. 9), seria dividida em quatro partes:

> Devide-se a Grammatica em quatro partes, que são: *Orthoepia, Orthographia, Etymologia, e Syntaxe*. A *Orthoepia* tracta da boa pronunciação e leitura da Lingua. A *Orthographia* ensina a escrever certo. A *Eyymologia* distribue todas as palavras em certas classes, segundo as suas differentes propriedades e serventias. A *Syntaxe* finalmente ensina a dispor bem as palavras no discurso (COSTA DUARTE, 1829, p. 9).

Segundo essa estrutura, a *Orthoepia* e a *Ortographia* seriam responsáveis pelos aspectos físicos e materiais da língua, enquanto a *Etymologia* e a *Syntaxe*, pelos aspectos lógicos e "discursivos". Essas partes correspondem aos quatro capítulos da obra, que, por sua vez, são compostos por "parágrafos" (para nós, seções). Em nossa investigação do processo de gramatização da colocação pronominal, encontramos informações relevantes no "Capitulo I. Da Orthoepia", no "Capitulo II. Da Etymologia" e no "Capitulo III. Da Syntaxe, e Construcção".

O primeiro conceito relevante para nossa pesquisa encontra-se na seção "§. V. Da Prosodia" do *Capitulo I*:

> Chamaõ-se ***Encliticas*** aquellas **particulas, que naõ tem *Accento* proprio, em razaõ de se enconstarem a outras palavras, debaixo de cujo *Accento* se pronunciaõ**. Taes saõ **o artigo *o a, os as***, algumas preposiçoes, e **os casos *me, nos, te, vos, se, lhe, lhes***, como: ***Ama-o, Ouve-me, Ferio-se, Dando-se-lhe,* &c** (COSTA DUARTE, 1829, p. 16, negritos nossos).

Os trechos em destaque nos revelam pelo menos três questões. A primeira delas está na própria definição de *Encliticas* como partículas sem *accento* próprio. Segundo o autor, o *Accento* diz respeito ao "tom da voz mais ou menos elevado e forte na pronunciaçaõ das syllabas" (COSTA DUARTE, 1829, p. 9) – o que se assemelha à nossa noção de *tonicidade*. Desse modo, aqui se faz presente a percepção do aspecto fonético atrelado a esse pronome oblíquo.

A segunda questão está na lista de partículas enclíticas: os *artigos o(s)* e *a(s)*, e os *casos me, nos, te, vos, se, lhe, lhes*. Estas hoje correspondem justamente aos *pronomes oblíquos átonos*, objetos da colocação pronominal. Cumpre-nos notar, porém, a continuidade da concepção de *o(s)* e *a(s)* como *artigos*, e não *pronomes*, como vimos também em Moraes Silva (1806; 1824). Além disso, o autor considera também como *encliticas* "algumas preposiçoes" (apesar de não mencioná-las explicitamente), o que nos leva à compreensão de que esse conceito não estaria diretamente relacionado à classe dos *pronomes*.

A terceira questão é o entendimento de que tais partículas estariam associadas a palavras *accentuadas* e submetidas à sua pronúncia. Ou seja, ainda que os posicionamentos das partículas enclíticas ainda não estejam em discussão, fica clara a sua ligação com palavras de outra natureza que não a sua. Em quarto e último lugar, é interessante notarmos que os exemplos dados pelo autor correspondem à posposição da partícula em relação ao verbo, ainda que não seja explicitada uma relação direta entre esse posicionamento e as palavras *encliticas*.

Ainda no *Capitulo I*, nos deparamos com a seção "§. VI. Das Figuras da Dicçaõ":

> Chamaõ-se *Figuras da Dicçaõ* certas alteraçoes ou mudanças, feitas só no material dos vocabulos, sem iufluencia na significaçaõ delles, por se attender só á maior brevidade e facilidade da pronunciaçaõ.
> Os vocabulos podem ser alterados, ou por *Accrescentamento* [*protese, paragoge, epenthese*], ou por *Diminuiçaõ* [*apherese, apocope, syncope*], ou por *Transposiçaõ*, e *Transformaçaõ* [*metathese, synalepha*] de syllabas ou letras, o que póde acontecer, ou no principio ou no fim, ou no meio dos vocabulos (COSTA DUARTE, 1829, p. 16).

Em Moraes Silva (1806; 1824), havia uma *figura de dicçaõ* em particular que, apesar de não receber nenhum nome, corresponde à inserção de uma palavra no entremeio de outra – o que consideramos um prenúncio da *mesóclise*. Já em Costa Duarte (1829), esta *figura* não é sequer mencionada. Aqui, a única *figura de dicçaõ* que poderia se aproximar do processo de gramatização da colocação pronominal seria a *metathese*: "quando as letras ou syllabas, de que se compõe as palavras, estão postas em uma ordem differente daquella, em

que se achão no vocabulo primitivo" (COSTA DUARTE, 1829, p. 17). Essa aproximação se daria em relação às mudanças ocorridas a nível fonológico quando da posposição do pronome ao verbo, como no caso da transformação de "diz-o" em "dil-o".

Mais adiante, na "Introducçaõ" do *Capitulo II*, o autor apresenta a distribuição de seis *classes de palavras*:

(i) *nomes substantivos* – substâncias;
(ii) *nomes adjectivos* – qualidades;
(iii) *verbo substantivo* – relações de identidade;
(iv) *preposições* – relações de determinação;
(v) *conjuncçoes* – relações de nexo e ordem;
(vi) *interjeiçoes* – paixões violentas do espírito.

Nessa classificação, Costa Duarte (1829) considera os *Artigos*, os *Pronomes* e os *Participios* como elementos integrantes da classe dos *Nomes Adjectivos*; os *Verbos Adjectivos* como a junção de um *Verbo Substantivo* e um *attributo* – sendo, consequentemente, parte da classe dos *Verbos Substantivos*; e os *Adverbios* como equivalentes a uma *Preposiçaõ* com um *complemento*. Deste modo, nos dedicamos particularmente à classe dos *Nomes Adjectivos* para compreendermos o pensamento gramatical do autor sobre *Artigos* e *Pronomes*.

Para Costa Duarte (1829), o *Nome Adjectivo* é uma das partes elementares da oração (a união de um *attributo* com um *sujeito*) e do discurso (um encadeamento de *proposições*). Na seção "§. IV. Dos Nomes Adjectivos", essa classe de palavras é definida pelo autor como "o que significa accessorios e qualidades de um sujeito, a quem serve de attributo. Porisso nunca póde estar na oração sem esse mesmo sujeitto, de quem são as qualidades e accessorios, que elle exprime" (COSTA DUARTE, 1829, p. 23). Ele faz a distinção entre três tipos de *Adjectivos*:

(i) *Adjectivos Explicativos*: o que significa algumas das qualidades incluidas na significação do *nome appellativo*, como: Homem *racional*.
(ii) *Adjectivos Restrictivos*: o que exprime alguma qualidade não incluída na significação do *appellativo*, como: Homem *virtuoso*.
(iii) *Adjectivos Determinativos*: o que, junto ao *appellativo*, identifica a quantidade de indivíduos a que se faz alusão, como: *Todo* homem, *Alguns* homens, *Este* homem, *Nenhum* homem.

É na classe dos *Adjectivos Determinativos* que encontramos os *Artigos* e os *Demonstrativos* (que seriam os *pronomes*).

A respeito dos *artigos*, o autor nos diz que, entre outras funções exercidas por *o(s)* e *a(s)*, ao modificar o verbo *ser* ou outro equivalente, "reclama[m] o sujeito ou o attributo da oração antecedente para a seguinte, como: Há *verdades* que a nós *o* não parecem, mas nem porisso deixão de *o* ser; aqui o Artigo *o* duas vezes traz a memoria o nome antecedente *verdades*" (COSTA DUARTE, 1829, p. 24). Diante disso, percebemos uma linha de continuidade com o pensamento já apresentado por Moraes Silva (1806; 1824), o qual, conforme discorremos na seção anterior deste capítulo (cf. 5.1), defendia que a presença do *artigo* sem acompanhar um *nome* explícito não modificaria sua natureza enquanto tal, pois esse *nome* estaria elíptico.

Contudo, cumpre-nos destacar que Costa Duarte (1829) determina não apenas a manutenção da natureza do *artigo* enquanto tal, mas também relaciona isso à ideia de que haveria uma *retomada* do *sujeito* ou do *attributo* da oração anterior, o que compreendemos lhe conceder um caráter de elemento anafórico. Além disso, diferentemente de Moraes Silva (1806; 1824), ao fazer tal asserção, ele não se preocupa em apresentar argumentos em defesa de seu ponto de vista, o que poderia ser um indício de haver já uma estabilidade acerca dessa concepção na atmosfera intelectual do *período racionalista*.

Já os *Demonstrativos* são classificados em duas categorias: (i) os *Demonstrativos Puros*, que "fazem com que os appellativos mostram os objectos no logar e distancia em que estão" (COSTA DUARTE, 1829, p. 28), e (ii) os *Demonstrativos Pessoaes*, que "fazem com que os nomes a que se ajunctão, ou a que se referem, sejão uma das tres pessoas, ou cousa que lhes pertença" (COSTA DUARTE, 1829, p. 25). É nesta última que encontramos o que seria, para ele, o paradigma pronominal.

As particularidades dos *Demonstrativos Pessoaes* são retratadas na seção *§. VI* deste *Capitulo II*. Costa Duarte (1829, p. 25, negritos nossos) os divide em *Demonstrativos Pessoaes Primitivos*, que "fazem com que os nomes a que se ajunctão, ou a que se referem, **tenhão o caracter** de uma das tres pessoas", e *Demonstrativos Pessoaes Dirivados*, que "fazem com que os nomes, a que se ajunctão, ou a que se referem, **pertenção** a uma das tres pessoas". Integram esses dois grupos, respectivamente, os hoje chamados *pronomes pessoais* e *pronomes possessivos*. Na Figura 3, podemos observar as *Tabuas* que revelam o paradigma dos *Demonstrativos Pessoaes* segundo a concepção do autor:

Figura 3 – *Tabuas* dos *demonstrativos pessoaes* em Costa Duarte (1829)

Sujeito.	Vocativo.	Complem. Restrictivo.	Complemento Terminativo.	Complem. Objectivo.	Complemento Circumstancial.
S. Eu.		De Mim.	Me, ou a Mim.	Me, ou a Mim.	Por Mim, Com Migo.
P. Nós.		De Nós.	Nos, ou a Nòs	Nos, ou a Nòs.	Por Nòs, Com Nosco.
S. Tu.	O' Tu.	De Ti.	Te, ou a Ti.	Te, ou a Ti.	Por Ti, Com Tigo.
P. Vós.	O' Vós.	De Vós.	Vos, ou a Vòs.	Vos, ou a Vòs.	Por Vos, Com Vosco.
S. Elle, Ella. P. Elles, Ellas.		D'elle, D'ella. D'elles, D'ellas	Lhe, ou a Elle, a Ella. Lhes, ou a Elles, a Ellas.	O, A. Os, As.	Por Elle, ou Ella Por Elles, ou Ellas.
S. e P.		De Si.	Se, ou a Si.	Sé, ou a Si	Por Si, Com Sigo.
S. Pedro.	O' Pedro.	De Pedro.	A Pedro.	A Pedro.	Por Pedro.
S. Maria.	O' Maria.	De Maria.	A Maria	A Maria.	Por Maria.
S. O Homem P. Os Homens	O' Homem. O' Homens.	De Homem, ou Do Homem. De Homens, ou dos homens	A Homem, ou Ao Homem. A Homens, ou Aos Homens.	Homem, ou O Homem. Homens, ou Os Homens.	Por Homem, ou Pelo Homem. Por Homens, ou Pelos Homens.
S. A Mulher. P. As Mulheres	O' Mulher. O' Mulheres.	De Mulher, ou Da Mulher. de Mulheres, ou Das Mulheres.	A Mulher, ou A' Mulher. A Mulheres, ou A's Mulheres.	Mulher, ou A Mulher. Mulheres, ou As Mulheres.	Por Mulher, ou Pela Mulher. Por Mulheres, ou Pelas Mulheres.

Fonte: Costa Duarte (1829, p. 27).

Nas *Tabuas* acima, os *Demonstrativos Pessoaes* são apresentados e distribuídos de acordo com as funções sintáticas que poderiam exercer numa oração. Entre eles, encontramos aquelas partículas que compunham a lista de palavras *encliticas* do *Capitulo I – me, nos, te, vos, lhe(s), se,* e os *artigos o(s)* e *a(s).*

A presença dos *artigos* neste quadro, apesar de não se considerar uma mudança de classe, talvez se deva ao fato de eles pertencerem também à classe dos *Adjectivos Determinativos,* ao lado dos *Demonstrativos Pessoaes*. Desse modo, os dois conceitos se confundiriam, ainda que efetivamente fossem percebidos como fenômenos da língua distintos. Acreditamos, inclusive, que isso jutificaria a necessidade que encontramos, desde Moraes Silva (1806; 1824), de se afirmar que a natureza do *artigo* não se modifica.

Outra questão a que damos destaque é o fato de que o uso dos *Demonstrativos Pessoaes,* de modo geral, é associado a determinadas funções sintáticas. As *particulas enclíticas* por nós estudadas são associadas às funções de *complemento terminativo,* que diz respeito ao "nome que exprime o termo de outra relação" (COSTA DUARTE, 1829, p. 26),

e de *complemento objectivo*, que diz respeito ao "nome que exprime o objecto immediato da acção do verbo" (COSTA DUARTE, 1829, p. 26). Tais funções corresponderiam ao que atualmente entendemos por *objeto indireto* e *objeto direto*, e necessariamente instituiriam uma relação direta entre esses *demonstrativos* e a classe dos *verbos*. Mas conceitos e regras direcionados à especificação do posicionamento desses elementos ainda não são tópicos abordados nessa obra.

O terceiro e último capítulo no qual encontramos vestígios da rede conceitual e terminológica de gramatização da colocação pronominal nessa gramática é o "Capitulo III. Da Syntaxe, e Construcção".

É importante termos em mente que, em gramáticas racionalistas, *Syntaxe* e *Construcção* se referem a duas questões diferentes. A *Syntaxe* (ou *Composição*) é definida como "a parte da Grammatica, que ensina a compor uma oração, segundo as relações que as palavras tem umas com outras" (COSTA DUARTE, 1829, p. 64). Em outras palavras, trata-se da ordenação das palavras na oração. Haveria dois tipos de relações: (i) de *Concordancia*, marcada nas relações de identidade e de conveniência; e (ii) *Regencia*, marcada nas relações de determinação e de dependencia. Já a *Construcção* (ou *Collocação*) "ensina a pôr cada palavra no logar, que lhe é destinado pelo uso da Lingua" (COSTA DUARTE, 1829, p. 64), isto é, refere-se ao posicionamento das palavras na oração.

Em suma, Costa Duarte (1829, p. 64, negrito nosso) afirma que:

> Do que temos dicto se vê que todo artificio da Oração está em quatro cousas. 1.ª em saber quaes são as partes essenciaes da Oração. 2.ª em observar as regras da Concordancia. **3.ª em completar a significação transitiva das palavras que a tem, o que pertence á Regencia**. **4.ª em observar as regras da Construcção, pondo cada palavra e cada oração no logar mais conveniente á força e clareza do discurso**.

Antes de avançarmos na leitura e na análise desse capítulo da obra, acreditamos ser nas seções de *Regencia* e de *Construcção* que se encontrariam dados que integrassem a rede conceitual e terminológica da colocação pronominal. Isto porque a *regencia*, sendo responsável por abordar a transitividade das palavras, provavelmente apresentaria questões relacionadas aos *complementos terminativo* e *objectivo* referentes aos *determinativos pessoaes*; e a *construcção*, por lidar com o posicionamento das palavras, consequentemente poderia traçar regras de colocação.

De fato, nossa hipótese se confirmou. Na seção "§ IV. Da Regencia Regular", Costa Duarte (1829, p. 71) define *reger* como "determinar e demandar alguma cousa",

característica atribuída particularmente ao *verbo,* ao *adjectivo de significação transitiva* e a *proposição*. Com relação ao *verbo,* é aqui que se confirma a nossa leitura dos *complementos terminativo* e *objectivo* como relativos a nossos atuais *objetos indireto* e *direto*:

> Os verbos que tem **significação activa**, devem ter um **Complemento Objectivo**; as palavras que tem **significação relativa**, devem ter um **Complemento Terminativo**; os verbos que tem **significação activa e relativa**, devem ter **dois Complementos, um Objectivo, e outro Terminativo** (COSTA DUARTE, 1829, p. 72).

Feitas estas distinções, o autor introduz regras sobre as funções sintáticas dos *casos me, nos, te, vos, se, lhe(s)*. Ele afirma que, quando relacionados a verbos ativos (transitivos diretos), *me, nos, te, vos* e *se* serão *complementos objectivos* (objetos diretos), ao passo que, quando relacionados a verbos simultaneamente ativos e relativos (bitransitivos), serão sempre *complementos terminativos* (objetos indiretos). Como exemplo do último caso, ele traz "*Deo*-me *um livro;* pois é o mesmo que *Deo* a mim *um livro*" (COSTA DUARTE, 1829, p. 73-74). Por sua vez, *lhe* e *lhes* serão sempre *complementos terminativos* (objetos indiretos), como em "*Fiz*-lhe *um favor,* [que] é o mesmo que *Fiz* a elle *um favor*" (COSTA DUARTE, 1829, p. 74).

Após discorrer acerca de todos os pormenores relativos à *Regencia*, o autor passa a abordar a *Construcção*:

> Do **bom arranjamento das palavras** depende absolutamente **a clareza e força da expressão**. Pelo que é preciso saber em que logar devemos pôr cada porção do discurso, para construirmos um todo, cujas partes em harmonia, se ajuntem, esclareção, e se aformoseem mutuamente. Isto faz o objecto da **Construcção**, a qual **ensina a pôr as partes do discurso no logar competente, segundo o uso e gôsto de cada Lingua** (COSTA DUARTE, 1829, p. 77, negritos nossos).

Assim, a *Construcção* teria o propósito de ensinar a posicionar os elementos da oração de modo a possibilitar que haja clareza e força na expressão. Convém destacarmos que haveria um forte teor normativo enraizado nesta definição, pois este ensino pressupõe a existência de arranjos "competentes", ideais e qualificados para a elaboração de um discurso. Mas, em tese, esses arranjos seriam pautados no uso e no gosto da língua.

Com relação ao posicionamento dos *demonstrativos pessoaes*, aqui entendido como colocação pronominal, o autor expõe duas regras. Elaboramos o Quadro 3 para sintetizá-las:

Quadro 3 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Costa Duarte (1829)

Caso	Subcasos	Regra	Exemplo	Exceção
(1) Me, te, nos, vos, se, o(s), a(s)	Como complemento objectivo:	Pode sem equívoco ir antes ou depois do verbo	*Pedro **nos** ama.* *Pedro ama-**nos**.*	–
(2) Me, te, nos, vos, lhe(s)	Como complemento terminativo:	Sempre antes do complemento objectivo	*Elle **me** deo um livro.* *Deo-**me** um livro.*	–

Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: ■ regra em que consta facultatividade; ■ regra de caráter prescritivo e/ou proscritivo.

Diante desse quadro, chamamos a atenção para o fato de que não havia predileção pela anteposição ou pela posposição dos *demonstrativos pessoaes* em relação ao *verbo*. Os exemplos elaborados pelo autor tanto em (1) quanto em (2) dão abertura a qualquer uma dessas colocações. Além disso, não havia uma terminologia específica para se referir a esse fenômeno linguístico.

A *prescrição* explícita em (2), marcada pelo advérbio "sempre", se refere ao posicionamento dos pronomes *me, te, nos, vos* e *lhe(s)* em relação ao *complemento objectivo*, isto é, ao *objeto direto*. Ainda que não seja explicitado pelo autor, acreditamos que seja assim por essas *particulas* dispensarem o uso da preposição e, nesse contexto oracional, exercerem a função de *complemento terminativo* (objeto indireto).

Uma última coisa que precisamos mencionar, em relação à gramatização da colocação pronominal nesta obra, é que não encontramos conceito ou exposição de regras que remetam à estrutura mesoclítica para além do conceito de *encliticas* – o qual, conforme mencionamos, não se refere ao posicionamento da *particula*, mas sim à sua tonicidade. Em outras palavras, a abordagem da *mesóclise* ou de elementos que explicitamente apontem a ela se faz ausente nesta gramática.

5.2.3 *Grammatica Philosophica*, de Beserra (1861)

Na análise da *camada contextual*, vimos que o "Prefácio" do *Compendio de Grammatica Philosophica*, de Beserra (1861), é marcado por uma *retórica de contraposição* que tenciona romper: (i) com os pressupostos da *filosofia sensualista*; e (ii) com a *abordagem latinizada do português*. É importante que tenhamos tal objetivo do autor em mente ao tentarmos compreender em que medida sua *camada teórica* efetivamente se

aproxima ou se distancia daquela apresentada por Moraes Silva (1806) que, por um lado, recebeu influência de Condillac (1714-1780), filósofo sensualista, e, por outro, também é marcada por uma *retórica de contraposição* (a nível de descontinuidade) ao estudo da língua portuguesa a partir da estrutura da língua latina.

Na parte inicial da obra, "Definição e divisão", Beserra (1861, p. 1) apresenta o seu conceito de *Grammatica*: "a arte que ensina as leis da expressão do pensamento por palavras". Esta definição em muito se assemelha àquela proposta por Moraes Silva (1806, p. 9) no *período embrionário* ("arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras"), e em certa medida se relaciona àqueles mesmos três fatos: (i) permanece o traço da tradição greco-latina que considera a gramática como *arte*; (ii) o caráter pedagógico, isto é, o objetivo de se *ensinar*, também é parte desta obra; (iii) há uma correlação entre a *língua* e a *expressão do pensamento*. Contudo, é importante considerarmos que, apesar desses aparentes movimentos de continuidade, os pressupostos que diferenciam esta obra daquela do *período embrionário* modificam sua perspectiva especialmente em relação ao terceiro desses fatos.

O que guia a abordagem da *língua* como *expressão do pensamento*, em Beserra (1861), são as suas leis, isto é, a estrutura interna da própria língua, e não o critério da correção segundo o exemplo de bons escritores. Essa diferença é consequência de como o autor lida com os preceitos da *filosofia sensualista*, pois, ao romper com essa perspectiva, Beserra (1861) compreende que o conhecimento da língua depende também de questões inatas e inerentes à estrutura da linguagem, que se faz anterior a convenções humanas e ao aprendizado por experiência e repetição. Isso se evidencia, por exemplo, no "Capítulo I" da seção "Da Etymologia verbal", onde o autor discorre sobre a origem da linguagem:

> Isto mostra na verdade que Adam inventou estes nomes; mas tambem revela a existencia de uma linguagem, quando mesmo breve e resmida, todavia perfeita e acabada, em que o Senhor communicava com ele. Percebem-se ainda vestigios da existencia dessa lingua primitiva, em que se entroncam todas as outras do mundo, na perfeita identidade dos radicaes dela, identicos no essencial, e só differentes no acidental. No progresso dos conhecimentos humanos, ninguem chegou ainda a descobrir radicaes differentes nas diversas linguas conhecidas (BESERRA, 1861, p. 13).

Na concepção de Beserra (1861), portanto, a linguagem seria anterior à construção humana e à apreensão pelos sentidos, pois a língua primitiva foi trazida pelo próprio Deus a Adão quando da criação do ser humano e do mundo. Com isso, a perspectiva de *Gramática* adotada pelo autor, ao mesmo tempo em que se baseia em ideias da abordagem clássica e do

racionalismo, fazendo jus à atmosfera intelectual em ascenção nos oitocentos, se distancia do empirismo sensualista, ainda presente à época.

Ainda na "Definição e divisão" da obra, Beserra (1861, p. 1) divide a *Gramática* em *geral ou universal* e *particular*: a primeira "ensina as bases essenciaes da linguagem em todas as linguas", e a segunda "ensina as bases essenciaes da linguagem com as modificações particulares de uma lingua qualquer". Essas concepções também marcam a ruptura do autor com os preceitos da *filosofia sensualista*, na medida em que tratam das bases essenciais da linguagem, como características imanentes à própria constituição e natureza das línguas, e não como métodos estabelecidos pelos falantes.

Nesse mesmo sentido, Beserra (1861) afirma que cada um desses dois tipos de gramática é assinalado por uma expressão geral a partir da qual se exprimem as ideias: a *palavra*, na *Grammatica universal*, e o *vocabulo*, na *Grammatica particular*, sendo ambos caracterizados pela articulação de sons. A partir disso, compreendemos que *palavra*, para o autor, teria uma acepção muito mais abstrata do que *vocabulo*, na medida em que todo vocábulo seria uma palavra, por se tratar de uma expressão sonora específica referente a parte da estrutura da gramática geral, mas as palavras, por serem parte do geral, não podem corresponder a vocábulos específicos.

Assim como na gramática do *período embrionário*, a obra de Beserra (1861) é divida em duas partes: "Parte I. Da Etymologia", que engloba, além dos conteúdos de morfologia, os de fonologia; e "Parte II. Da Syntaxe", que se encarrega especificamente da sintaxe. Cada uma dessas partes é, ainda, dividida em títulos, capítulos, seções e artigos.

É no "Capitulo II. Das palavras" do "Titulo II. Da Etymologia verbal" da primeira parte que encontramos a definição de *pronome*. De fato, no mesmo capítulo, o autor nos apresenta as dez classes de palavras que se tornaram parte da tradição gramatical luso-brasileira, aqui referidas como *especies*. Por conseguinte, há uma diferença crucial em relação à gramática de Moraes Silva (1806), pois o *pronome* é aqui apresentado como uma *especie* de palavra diferente do *substantivo*. Vejamos o excerto a seguir:

> Todo o mecanismo da linguagem compõe-se de **dez especies de palavras** de que se usam as linguas sem casos, [ ]: *Interjeição, Substantivo, **Pronome**, Artigo, Adjetivo, Preposição, Participio, Adverbio, Verbo e Conjuncção*, correspondentes ou expressivas dos sentimentos e das ideas de ser, de qualidade, de quantidade, de distincção, de relação, de modificação e de circunstancia, de que já tratamos (BESERRA, 1861, p. 13, negritos nossos).

É importante destacarmos que o autor se refere a *palavras*, e não a *vocabulos*, pois essas *especies* são categorias da *Grammatica universal* das línguas sem casos, e não particularidades da língua portuguesa. Isso ratifica nossa compreensão de que o autor considera que todo vocábulo é uma palavra, mas as palavras não são vocábulos; além disso, aponta para mais uma característica dessa obra: o fato de que, apesar de ser uma gramática em língua portuguesa, não se dedica em exclusividade à língua portuguesa, mas sim trata de aspectos gerais da abordagem gramatical, o que se evidencia inclusive pelo título da obra, *Compendio de Grammatica Philosophica*.

Embora, em princípio, o *pronome* seja apresentado como uma classe diferente do *substantivo*, na construção do conceito, o autor não os separa de todo. Mais adiante, também no *Capítulo II*, Beserra (1861, p. 14, negritos nossos) apresenta a seguinte definição:

> **O Pronome não exprime idéa alguma sua**, mas (allèas) exprime a idéa ou o ser, expresso pelo substantivo a que substitue; **é uma especie de copia ou de espelho em que se reprezenta o original, que só pode ser substitutivo**; assim que, se se-ignora o que exprime o substantivo que o pronome substitue, este não o diz. Deve-se, porem, attender á **graça e elegancia** que elle dá ao discurso, **evitando o enjòo da repetição de seu sustituido**.

Desse modo, segundo o autor, o *pronome* seria uma *especie de palavra* essencialmente vazia de significação, cuja função discursiva está em substituir e representar os substantivos e, a partir da acepção destes, adquirir sentido. Tal definição também aponta ao recurso coesivo proporcionado pelo *pronome* no texto, na medida em que, evitando-se o "enjòo da repetição" de um mesmo vocábulo, o texto adquire "graça e elegancia".

A manutenção de uma estreita relação entre *pronome* e *substantivo* se torna ainda mais evidente na "Secção III. Do pronome" do "Capitulo III. Da Propriedade das palavras":

> **O Pronome é uma palavra que substitue o substantivo para evitar a repetição delle**; e por isso já se-vè que não exprime, nem pode exprimir outra idea que a do substantivo substituido. **Talvez fosse melhor dizer que elle não exprime uma idea, mas significa uma palavra; e como esta palavra é um substantivo, o pronome deve ser considerado como tal**; porque o substituto deve ser de natureza do substituido (BESERRA, 1861, p. 21-22, negritos nossos).

Como podemos ver, os trechos em destaque fortalecem o esvaziamento de sentido do *pronome* e sua dependência semântica em relação ao *substantivo*. Com base nessa relação de substituição, o autor afirma que os *pronomes* devem ser considerados como *substantivos*, "porque o substituto deve ser de natureza do substituido" (BESERRA, 1861, p. 22). Nesse

sentido, os *pronomes* são semelhantes aos *substantivos*, na medida em que os significam, e simultaneamente são diferentes, na medida em que são vazios em si mesmos (pois os *substantivos*, ao contrário dos *pronomes*, têm significados próprios).

Ainda na *Secção III*, Beserra (1861) apresenta o paradigma das pessoas do discurso, representado pelos pronomes: *Eu*, que é a primeira pessoa (quem fala); *Tu*, que é a segunda pessoa (a quem se fala); e *Elle* e *Ella*, que é a terceira pessoa (de quem se fala). Além destes, o autor menciona que os gramáticos, à sua época, consideravam como pronomes:

1. os demonstrativos (*Este, Est'outro, Esse, Ess'outro, Aquelle, Aquel'outro*);
2. os possessivos (*Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso*);
3. os conjuntivos (*Que, Qual, Cujo* ou *Cuja*);
4. *Isso, Isto, Aquillo*;
5. *Quem, Alguem, Outrem, Ninguem*; e
6. o artigo *O*, quando parece concordar com os nomes masculinos e femininos.

Em relação a essas classificações, porém, Beserra (1861) assinala sua discordância, marcando um *movimento de ruptura* com a perspectiva de seus contemporâneos. A partir daí, então, ele passa a restituir cada um desses que são chamados *pronomes* às *especies* de palavras que consideraria adequadas, argumentando em favor de suas realocações. Esse movimento é importante para nós principalmente por três fatores:

(i) já encontramos, no *período racionalista*, um paradigma pronominal estabelecido; contudo, ainda havia uma série de discussões do que seria ou não considerado *pronome*, o que significa que essa *tradição* estava ainda em construção;

(ii) a classificação taxonômica e conceptual dos *pronomes oblíquos átonos* ainda não apareciam na abordagem da classe *pronomes*;

(iii) o *artigo o* – hoje considerado *pronome demonstrativo o* – é a única forma relacionada à colocação pronominal que figurava entre essas discussões.

Sobre este último, é mister ressaltarmos que, apesar de haver gramáticos do *período racionalista* a considerá-lo *pronome*, Beserra (1861) se mantém numa *linha de continuidade* com a abordagem de Moraes Silva (1806), conforme vemos na explicação a seguir:

> Finalmente o artigo – *O* –, **mesmo nas phrases em que parece neutro ou conter ambos os sexos, masculino e femenino, não é pronome mas sim artigo**, devendo se neste caso considerar **occulto por Ellipse o substantivo com que concorda como adjectivo, segundo a opinião de Moraes**; porque é absurdo dar-lhe o caracter de Protheu da linguagem, fazendo-o ora artigo, e ora pronome. Assim na phrase por exemplo: *Ha verdades que a nós* o *não parecem*, este – o – não é pronome, como querem, mas artigo com o substantivo *ser* occulto por

> Ellipse. Sem a Ellipse é: *Ha verdades que à nós não parecem o ser que é verdade* (BESERRA, 1861, p. 23-24, negritos nossos).

Desse modo, temos, por definição, que o *artigo o* permanece sob o paradigma de *artigo* mesmo que pareça substituir um *substantivo*, o que faria jus à definição de *pronome*, pois ele estaria vazio de significado. Fundamentado em Moraes Silva (1806), a justificativa do autor para essa manutenção é de que o *substantivo* acompanhado por esse *artigo* estaria elíptico, isto é, oculto na frase.

O paradigma pronominal é retomado no "Artigo II. Das formas e variações dos nomes" da "Secção VII. Das propriedades dos nomes" do *Capítulo III*:

> Os pronomes, excepto o da terceira pessoa, tem, como vimos, uma só forma para exprimir todos os generos, **porem muitas variações**. Variam
> No singular: Eu em **Me**, Mim, Migo;
> Tu em **Te**, Ti, Tigo;
> Elle ou Ella em **Lhe**, **Se**, Si, Sigo;
> No plural: Eu em Nós, **Nos**, Nosco;
> Tu em Vós, **Vos**, Vosco;
> Elle ou Ella em Elles, Ellas, **Lhes**, **Se**, Si, Sigo (BESERRA, 1861, p. 36, negritos nossos).

Como podemos perceber, os pronomes oblíquos – e aqui destacamos especialmente os *átonos*, pois são objetos da colocação pronominal – são pontuados como *variações* de forma dos *pronomes*, não possuindo uma identidade própria por critérios fonológicos ou sintáticos, tampouco recebendo conceitos ou nomenclaturas específicas.

Nesse mesmo esteio, o autor apresenta algumas particularidades das variações *se*, *si* e *sigo* no que tange às características de *gênero* e *número*, pois tais formas são variações de terceira pessoa que podem ser aplicadas tanto no *masculino* quanto no *feminino*, e tanto no *singular* quanto no *plural*. Cumpre-nos notar, porém, que a distinção apresentada na obra não faz menção a uma categoria ou tipologia em particular para tais formas, e também não as diferencia umas das outras. Assim, a gramatização do pronome oblíquo e de suas formas tônica e átona ainda não era uma realidade aqui.

Beserra (1861, p. 36-37) também discorre acerca de especificidades do *se* enquanto: (i) pronome de *linguagem reflexa*, "quando o sujeito é uma pessoa ou cousa personificada, obrando sobre si, come: *Pedro feriu-se*"; (ii) pronome de *linguagem reciproca*, "quando o sujeito é mais de uma pessoa ou cousa personificada, obrando reciprocamente uma sobre a outra, como: *Pedro e Paulo encontraram-se e saudaram-se*"; (iii) pronome de *linguagem passiva*, "quando o sujeito soffre a acção de outro, como: *Mandaram-se dous correios*". Em

todos estes casos, os exemplos apresentados pelo autor remetem ao posicionamento do pronome *se* posterior ao verbo. Entretanto, nenhuma nomenclatura ou definição é direcionada a essa questão, o que aponta para o fato de que, à época, a *correção da língua* no que tange os pronomes tinha muito mais a ver com as escolhas e os usos adequados dos termos do que com sua ordem na construção da oração.

Outra evidência disso está presente ainda na exposição do paradigma pronominal, ao qual encontramos vinculada a seguinte nota de rodapé:

> (12) Havia tambem a variação *Ello* de Elle, como *Isto* de Este, *Isso* de Esse, *Aquillo* de Aquelle. **Alguns ainda o admitem coontrahido, junto ao infinitivo dos verbos, como: Amal-lo, Aborrece-lo: mas se – O – alguma vez é pronome, contra é que diz Moraes, Syntaxe figurada, nota (g), então é contracção de Ello**, como neste exemplo: *Por ventura accuzaremos a D. Affonso de Albuquerque, porque depois de soffrer tantas hostilidades e encanos dos reis egovernadores de Ormus o não deixou abrazar?*
> **Aqui o sujeito de deixou é *elle*, Affonso de Albuquerque; e este – o – parece que está por idiotismo em lugar de se, devando neste caso ser contracção de Ello e não Artigo** (BESERRA, 1861, p. 36, negritos nossos).

De acordo com os trechos destacados, haveria, no português, uma variante *ello*, correspondente ao pronome *elle*. Aquilo que a tradição gramatical luso-brasileira passou a compreender como pronome oblíquo átono *-lo* (variante do pronome oblíquo átono *o*), à época seria uma contração dessa *variante ello* de terceira pessoa. O mesmo aconteceria nos casos em que *o* parece ser pronome, isto é, parece substituir o substantivo: novamente recorrendo a Moraes Silva (1806), Beserra (1861) afirma que *o* seria contração de *ello*, e apenas nesses casos corresponderia a um *pronome*, e não ao *artigo*.

O próximo tema linguístico de nosso interesse é *figuras de dicção*, que, na obra do *período embrionário*, residia na parte de *Sintaxe Figurada*. Em sua obra, porém, Bezerra (1861) traz uma abordagem diferente: esse fenômeno é apresentado especificamente na *Parte I*, esta que congrega os conteúdos de ordem morfológica e fonológica. Na *Parte II*, aquela que se dedica especificamente aos conteúdos de ordem sintática, as figuras são chamadas *figuras de construcção*. Essas *figuras* têm uma importância particularmente acentuada para nossa pesquisa, pois, como vimos na seção anterior deste capítulo (cf. 5.1), foi entre elas que encontramos os primeiros vestígios de abordagem da colocação pronominal.

As *figuras de dicção* são abordadas pelo autor no "Artigo II. Das palavras" do "Capitulo V. Da Prosodia" da *Parte I*, onde discorre estritamente sobre aspectos fonológicos

da língua. Beserra (1861, p. 85) define essas *figuras* nos seguintes termos: “As palavras alteram-se na sua pronunciação, ou sós ou juntas, por accrescentamento, diminuição, contracção e mudança de lettras ou syllabas; e a isto se chama figura de dicção”. Entre as *figuras* apresentadas, não encontramos a indicação de uma em particular que se refira diretamente à colocação pronominal; contudo, cumpre-nos mencionar duas delas:

> A **Antithese**, muda nas palavras juntas a consoante final da antecedente por outra que fira mais eufonicamente a vogal da seguinte; assim diz-se: *Amal-o* por *Amar-o*; *Dil-o* por *Diz-o*; *Nol-o* por *Nos-o*.
> A **Eufonia** accrescenta um *n* ao artigo depois das terceiras pessoas do plural dos verbos, como: *Deram-no* por *Deram-o*; *Fizeram-no* por *Fizeram-o* (BESERRA, 1861, p. 86, negritos nossos).

Ainda que ambas essas *figuras* se refiram a mudanças sofridas no âmbito da pronúncia, tanto a *Antithese* (a substituição pelo *-l*) quanto a *Eufonia* (o acréscimo do *-n*) posteriormente passariam a integrar os aspectos relacionados à forma do pronome oblíquo quando da abordagem da colocação pronominal. Assim, elas consistem noutro marco importante na história da gramatização desse fenômeno linguístico. Contudo, frisamos o fato de que ainda não se havia estabelecido relação explícita entre essas *figuras de dicção*, os *pronomes* e seu posicionamento em relação ao verbo, dentro da oração.

Em “Parte II. Da Syntaxe”, Beserra (1861, p. 87) passa a tratar “das palavras consideradas em suas combinações, formando proposições expressivas de nossos juizos e raciocinios”, a partir de uma perspectiva que divide a sintaxe em lógica e coordenativa. O autor define como *Syntaxe Logica* aquela que “tracta do juizo contido na proposição, organizada segundo as leis da combinação das palavras” (BESERRA, 1861, p. 87); e como *Syntaxe Coordenativa* aquela que “tracta da combinação das palavras, segundo as leis geraes e especiaes da construcção da proposição, que é a expressão do juizo” (BESERRA, 1861, p. 108). Em outras palavras, a primeira trata dos aspectos lógico-semânticos atrelados à proposição, e a segunda, dos aspectos referentes à própria estrutura construída.

É no “Capitulo II. Da Syntaxe Figurada” do “Titulo II. Da Syntaxe Coordenada” que encontramos as *figuras de construção* da obra. O conceito de *Syntaxe Figurada* é apresentado por Beserra (1861, p. 118, negritos nossos) nos seguintes termos:

> **Assim como a Etymologia tem suas figuras de dicção, assim tambem a Syntaxe tem as suas de construcção**.
> A Syntaxe Figurada tracta da combinação das palavras por **certas regras excepcionaes ou particulares, dando-lhes apparenccias de incorrecta**. Esta apparencia procede: primeiro da falta de alguma palavra que facilmente se

> entende; segundo da sobra de alguma palavra, que se lhe accressenta; terceiro da deslocação das palavras que se lhe devem antepor. Daqui trez **figuras de construcção** da proposição: Ellipse, Pleonasmo e Hiperbaton.
> As combinações figuradas que se desviam de suas regras, tornando-se não apparente, mas realmente incorrectas, sam viciosas, e chamam-se: Amphibologia, Solecismo e Cacofaton.

Desse modo, se no *período embrionário* as *figuras de dicção* faziam parte da sintaxe, aqui o autor as estabelece paralelamente em relação às *figuras de construcção*, de modo que se diferenciam os aspectos fonológicos e sintáticos desse tipo de modificação na estrutura da língua. Convém ressaltarmos, nesse contraste, que as ideias de *incorreção* e de *aparente incorreção* são integradas especificamente àquelas de natureza sintática, e não fonológica.

A princípio, isso nos levou a crer que reencontraríamos os primeiros indícios de gramatização da colocação pronominal agora nas *figuras de construcção*. Essa hipótese, contudo, não se confirmou: Beserra (1861) não fez menção a nenhum tipo de figura que se relacionaria à inserção de um *pronome* ou de outras *especies de palavras* no entremeio de um vocábulo, como o fez Moraes Silva (1806) no *período embrionário*. Nesse sentido, compreendemos que a gramatização da colocação pronominal do português ainda estaria, no interior do *período racionalista*, em processo de emergência, pois o termo, o conceito e, consequentemente, as regras de colocação ainda não se haviam firmado na tradição gramatical brasileira. Ademais, mesmo a presença e a ausência dos primeiros indícios de sua formulação nas gramáticas brasileiras se caracterizam por linhas de continuidade e de descontinuidade no eixo temporal.

Os últimos elementos relacionados aos *pronomes* presentes na obra encontram-se no "Titulo III – Das Combinações viciosas" da *Parte II*. Beserra (1861, p. 124) define como *viciosas* "as combinações de palavras em que se confundem as relações das cousas, ou senão observam as leis geraes e especiaes da construcção, ou se violam as leis da harmonia na consonancia dos vocábulos". Um tipo de *composição viciosa* apresentado pelo autor é o *Solecismo*, que se configura como "a preterição [o desprezo] das regras de concordancia e regencia" (BESERRA, 1861, p. 124).

Ao abordar questões relacionadas aos *Solecismos*, Beserra (1861, p. 125) inclui, entre elas, o emprego de *lhe* ao invés de *seu* ou *delle* ("*Admiro-lhe a coragem*, por *Admiro a sua coragem*, ou *a coragem delle*"), e o emprego de *se, si* e *sigo* no lugar de *ele* ("*Saiu o Grão Duque a esperal-o, e trez cardeaes com sigo*, devendo ser: *com ele*"). Em nenhum desses casos, contudo, o posicionamento dos *pronomes* faz parte da exposição do autor. O seu foco incide sobre os usos corretos dessas diferentes variantes. Assim, a análise desta obra, em

particular, e de nosso conjunto de fontes, de modo geral, nos leva a crer que, até então, ainda não se havia estabelecido um paradigma pronominal que comportasse a identificação de pronomes oblíquos átonos; tampouco se havia efetivamente gramatizado o fenômeno linguístico colocação pronominal.

5.2.4 *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Villeroy (1870)

No Capítulo 4 (cf. 4.2.4), dissemos que o *Compendio da Grammatica Portugueza*, escrito pelo professor particular Frederico Villeroy, foi publicado em Porto Alegre em 1870 e adotado para uso das escolas da provincia do Rio Grande do Sul. Na seção "Proemio", Villeroy (1870, p. 5) define a *grammatica portugueza* como "a arte de fallar e escrever correctamente a Lingua portugueza". A manutenção de duas linhas de continuidade com a tradição greco-latina pode ser percebida a partir deste conceito: (i) a gramática como *arte* e (ii) a *correção* da fala e da escrita. O ensino, porém, não faz parte desta definição – diferentemente do que encontramos em Moraes Silva (1806; 1824), Costa Duarte (1829) e Beserra (1861). Apesar disso, a obra não deixa de apresentar também um caráter pedagógico, pois, conforme apresentamos na análise da *camada contextual*, a proposta do autor é facilitar o ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

Ainda no "Proemio", Villeroy (1870) apresenta a divisão da obra em quatro partes: (i) *Etymologia*, abordando as *especies de palavras*; (ii) *Syntaxe*, abordando a composição e a ordenação de orações; (iii) *Prosodia*, abordando aspectos da pronúncia; e (iv) *Orthographia*, abordando a escrita e as ideias e sentidos das palavras no discurso. Cada uma dessas partes são divididas em capítulos, que, por sua vez, se dividem em subseções enumeradas em algarismos romanos.

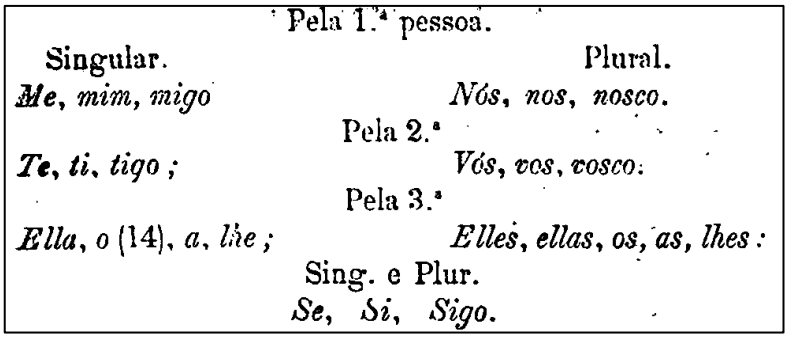
A primeira parte, "Da Etymologia", se inicia com o capítulo intitulado "Das differentes especies de palavras". Nele, o autor apresenta e define dez *especies de palavras* da língua portuguesa: seis variáveis, cujas terminação e significação podem sofrer alterações (*nome, artigo, adjectivo, pronome, verbo, participio*); e quatro invariáveis, que não podem sofrer alterações (*preposição, adverbio, conjuncção, interjeição*).

Chamamos a atenção para o fato de que *pronome*, aqui, é uma classe de palavra à parte, e não integrada à classe *nome*. Contudo, a relação entre *nome* e *pronome* ainda é mantida por definição: enquanto *nome* ou *substantivo* é "a palavra com que significamos ou um ente animado, ou inanimado, ou uma propriedade ou qualidade como subsistindo por si",

o *pronome* é "a palavra que se põe em lugar do nome para lembrar a idéa d'esse nome e evitar a sua repetição" (VILLEROY, 1970, p. 7).

Adiante, no segundo capítulo, "Subdivisões das dez especies de palavras", o autor apresenta, ao longo de várias subseções, as especificidades de cada uma dessas *especies de palavras*. Em "§IV. Do pronome", o autor apresenta a divisão do *pronome* em cinco *especies*: *pessoaes, possessivos, demonstrativos, relativos* e *indefinidos*. Interessam ao nosso tema particularmente os *pronomes pessoaes*, que, de acordo com Villeroy (1870), representam sempre uma das pessoas gramaticais: a 1ª pessoa, ou aquela que fala (*eu*); a 2ª pessoa, ou aquela a quem se fala (*tu*); e a 3ª pessoa, aquela de quem se fala (*elle*). Essas três formas pronominais são compostas também por *variações*, cuja sistematização pode ser vista na Figura 4:

Figura 4 – Variações dos pronomes pessoaes segundo Villeroy (1870)


Pela 1.ª pessoa.

Singular. Plural.

Me, mim, migo *Nós, nos, nosco.*

Pela 2.ª

Te, ti, tigo ; *Vós, vos, vosco.*

Pela 3.ª

Ella, o (14), *a, lhe ;* *Elles, ellas, os, as, lhes :*

Sing. e Plur.

Se, Si, Sigo.

Fonte: Villeroy (1870, p. 19).

Entendemos que as três principais formas dos *pronomes pessoaes* (*eu, tu* e *elle*) não aparecem na lista *singular* por serem consideradas formas primárias das pessoas gramaticais, que então se desdobrariam em uma dessas variações de acordo com a necessidade na interlocução. Tais variações são compreendidas como partes de um todo, sem subdivisões como as que conhecemos hoje (de caso e de tonicidade); entre elas, destacamos a presença de *me, te, o(s), a(s), lhe(s), nos, vos* e *se*, cujo posicionamento na oração tomamos por objeto de estudo.

Adiante, na segunda parte da obra – "Da Sintaxe" –, Villeroy (1870) trata da *syntaxe*, que se refere à *concordancia* (harmonia), à *regencia* (relação de dependência) e à *ordem* (arranjamento e colocação) das palavras na oração e das orações no discurso. Se é na "Etymologia", conforme viemos apresentando, que o autor define e caracteriza os *pronomes*, é na "Sintaxe" que esperamos encontrar a abordagem do seu posicionamento na oração. Ela

se divide em (i) *syntaxe natural*, em que se seguem as normas de *concordancia*, *regencia* e *colocação* inerentes ao padrão da língua, e (ii) *syntaxe figurada* ou *irregular*, em que não se seguem essas normas.

No capítulo "Da syntaxe natural", o primeiro tópico em que reencontramos as formas pronominais oblíquas átonas é aquele que trata da *regencia*. Nele, o autor apresenta quatro tipos de *complementos* ao verbo: *objectivo, terminativo, restrictivo* e *circumstancial*. As informações relevantes à nossa pesquisa se encontram nos dois primeiros.

Villeroy (1870, p. 62) define o *complemento objectivo* como "toda palavra ou oração que é o primeiro termo ou objecto sobre que se exercita a acção do verbo activo". Quando esse objeto retrata uma pessoa ou coisa personificada, o autor esclarece que deve ser precedido pela preposição *a*. A exceção a isto seriam as variações *me, te, se, nos, vos, o, a, os* e *as* dos pronomes pessoais, que dispensariam o uso de preposição. Já o *complemento terminativo* é definido como "toda palavra ou oração que serve de termo á significação relativa das palavras regentes" (VILLEROY, 1870, p. 63).

Um ponto importante a ser mencionado é que a classificação de *me, te, nos, vos* e *se* enquanto um ou outro tipo de *complemento* depende da natureza do verbo que acompanham: se o verbo for ativo, são *complementos objectivos*; se for relativo, são *complementos terminativos*. Já as variações *lhe* e *lhes* são sempre *complementos terminativos*. E, dada a ausência de maiores especificações do autor, entendemos que *o, a, os* e *as* seriam sempre *complementos objectivos*. Podemos estabelecer uma aproximação entre esses dois tipos de *complementos* e, respectivamente, os *objetos direto* e *indireto* da contemporaneidade, o que reforça nossa compreensão de que o *verbo* é um conceito secundário importante para o processo de gramatização da *colocação pronominal* e de que esse fenômeno seria, desde suas origens, de natureza sintática.

O segundo tópico de nosso interesse é aquele em que o autor trata da *ordem*. Segundo Villeroy (1870, p. 64), "as palavras e as orações são collocadas segundo a ordem natural ou directa das idéas e pensamentos que exprimem, referindo-se cada uma successivamente áquella que lhe precede immediatamente". Assim, entendemos que a *ordem* característica da *syntaxe natural* privilegiaria a sequência linear de informações, de sorte que o sentido seria apreendido conforme a disposição dos termos na oração.

O autor explicita que o *complemento*, seja ele palavra ou oração, deve seguir imediatamente a palavra ou a oração que completa ou modifica. O *verbo* seria, então, seguido do *complemento objectivo*, que, por sua vez, seria seguido do *complemento terminativo* (se

houvesse). Para além dessas questões, o autor não determina regras específicas de colocação pronominal. A despeito disso, nos parece lógica a conclusão de que, segundo sua perspectiva, *me, te, nos, vos, se, o(s), a(s)* e *lhe(s)* deveriam ser sempre *pospostos* ao *verbo*, haja vista serem *complementos*. Ou seja, a *syntaxe natural* não daria margem para a colocação em *próclise* ou *mesóclise*.

Depois, Villeroy (1870) aborda a *syntaxe figurada*, que trata de três principais *figuras*: *syllepse, ellipse* e *hyperbato* – alterações nas estruturas naturais da *concordancia,* da *regencia* e da *ordem*, respectivamente. Apesar de, na *syntaxe natural*, tanto a *regencia* quanto a *ordem* apresentarem conceitos importantes ao nosso estudo, apenas no *hyperbato* há o acréscimo de informações relevantes ao processo de gramatização da colocação pronominal. Essa *figura* se subdivide em outras quatro: a*nastrophe*, *parenthese*, *synchese* e *tmése*, esta última definida nos seguintes termos:

> *Tmése* é a figura pela qual se decompõe **uma palavra composta**, separando os seus elementos e mettendo-lhe outra ou outras de permeio. Ex.:
> **Rosa**! *Exclamou elle, e, ao dizer* **lina**,
> *Expira em um soluço convulsivo*!... [NDR 59. **Quando esta fig. não altera a ordem da oração, é simples fig. de dicção**, como em: Amar-vos-hemos >> por <<Vos amaremos>> &.] (VILLEROY, 1870, p. 67, negritos nossos).

A partir desta definição, entendemos que não haveria, em princípio, uma relação direta entre a *tmése* e o posicionamento dos *pronomes* na oração. O trecho apresentado como exemplo decompõe a palavra "Rosalina" em "Rosa" e "lina" para introduzir outras na construção da oração, modificando sua estrutura. Na nota de rodapé 59, porém, o autor apresenta outra faceta da *tmése*: a de *figura de dicção*, e não de *syntaxe*. Haveria, então, um tipo de alteração que, apesar de alterar a ordem dos termos, não seria considerada uma modificação na ordem da oração – conforme exemplificado na transformação de "amar-vos-hemos" em "vos amaremos". Isso revela também a perspectiva fonológica atrelada à *colocação pronominal*, em que o posicionamento do pronome *vos* para antes do *verbo* é justificado não por regras sintáticas, mas pela pronúncia.

Na terceira parte da obra, "Da prosodia", encontramos mais detalhes relativos ao processo de gramatização em análise. Villeroy (1870, p. 69) aborda o conceito de *accento*, que compreende como "a maior ou menor intensão que damos á voz ao pronunciar a syllaba". Essa *intensão* pode ser classificada como *aguda* ou *grave*, que respectivamente corresponderiam às noções atuais de *tônica* e *átona*. O autor afirma, ainda, que toda palavra comporta uma sílaba *aguda*. A exceção a esta regra são as chamadas *encliticas*, que

correspondem às variações *me, nos, te, vos, se, o(s), a(s)* e *lhe(s)* dos *pronomes pessoaes*: "não têm accento proprio e são subordinadas ao accento da palavra a que se ligão" (VILLEROY, 1870, p. 69). Desse modo, observamos a continuidade de associação entre a noção de *atonicidade* e o conceito de *encliticas*, ainda que a obra não se dedique a aprofundar o tratamento desse fenômeno em uma seção em particular, o que ratifica a compreensão da natureza fonológica associada à colocação pronominal.

Com efeito, ainda nesta parte da obra, o autor apresenta a *tmése* entre as *figuras de dicção*, retomando na nota de rodapé 3 o fato de que essa *figura* teria uma natureza sintática, enquanto alteração na *ordem* da oração, e uma natureza fonológica, enquanto alteração na *pronúncia* dos termos. Esclarecemos que, apesar de estabelecer distinção entre esses dois aspectos da *tmése*, Villeroy (1870) não aprofunda sua definição enquanto *figura de dicção*, a que poderíamos atribuir duas hipóteses: (i) a de este ser um conceito ainda em construção; e (ii) a de este ser um conceito em certa medida já naturalizado à época.

A quarta e última parte da obra é dedicada à *ortographia*. O autor a divide em: *orthographia de palavras*, que "ensina a escrever as palavras com as devidas letras e accentos", e *orthographia de discurso*, que "ensina a separar, por meio dos signaes adoptados, as palavras e as orações segundo as idéas e pensamentos que exprimem" (VILLEROY, 1870, p. 73). O segundo capítulo, "Da orthographia de discurso", é dedicado à exposição de regras de pontuação e sinalização das frases. A autoria das regras apresentadas é atribuída a Jeronymo Soares Barbosa, na *Grammatica Phylosophica*, sem a especificação de uma edição em particular.[33] Aqui encontramos uma última ideia da obra a integrar a gramatização da colocação pronominal: quando o autor indica a função do sinal de pontuação *risca de união* (o hífen).

De acordo com Villeroy (1870), a *risca de união* serve para conectar duas palavras cuja pronúncia é conjunta e para conectar dois termos de uma palavra interrompida por outra. Esta regra é exemplificada na oração: "***Louvão-nos*** *na esperança de que também* ***louval-os-emos***" (VILLEROY, 1870, p. 78, negritos nossos). Assim, ainda que a *colocação pronominal* não esteja em discussão, podemos discernir uma reafirmação de seu aspecto fonológico na ideia de pronúncia conjunta aplicada à posposição ao verbo (*ênclise*) e uma reafirmação de seu aspecto sintático na inserção do *pronome* no intermeio do verbo (*mesóclise*).

[33] Cf. NDR. (*) da página 77.

Em suma, a *colocação pronominal* ainda não é um fenômeno linguístico normatizado na gamática de Villeroy (1870). A obra não apresenta definições, regras ou exemplos explicitamente dedicados ao posicionamento desses elementos na oração. Entretanto, a análise da obra delineia o aprofundamento paulatino desse conceito, na medida em que alguns dos aspectos hoje trabalhados em relação a esse fenômeno já figuravam nas exposições do autor.

5.2.5 *Grammatica Portugueza*, de Sotero dos Reis (1871)

Como vimos no Capítulo 4 (cf. 4.2.5), a segunda edição da *Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, ou simplesmente *Grammatica Portugueza*, de Sotero dos Reis, veio a lume em 1871, ano do falecimento do autor.

Nos "Prolegomenos" da obra, o autor apresenta uma divisão da gramática em *Grammatica Geral*, a "sciencia dos principios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas", e *Grammatica Particular*, a "arte de applicar aos principios immutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarias e usuaes de qualquer lingua" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. V). Com isso, observamos a sustentação da influência *racionalista* de Port-Royal, onde há a percepção de um aspecto da gramática que compreende um lugar comum a todas as línguas e de outro que compreende a particularidade de cada língua.

Ainda sobre essa divisão da gramática, é interessante percebermos que a *Grammatica Geral* é concebida pelo autor não como *arte*, mas como *sciencia*. Além disso, Sotero dos Reis (1871) considera haver *principios*, e não *regras* de estrutura das línguas – e isto se aplica tanto à definição de *Grammatica Geral* quanto à de *Grammatica Particular*, cuja abordagem se dirige à aplicação desses princípios às *instituições arbitrarias e usuaes* das línguas. Poderíamos considerar tais escolhas terminológicas como *descontinuidades* em relação à nomenclatura utilizada na tradição greco-latina e filosófica, mas não como *rupturas*, ou como a inauguração de um novo período na gramaticografia brasileira. Isso se confirma, por exemplo, na abordagem da *Grammatica Particular*, que permanece sendo *arte*, e no próprio objetivo explícito da obra, conforme apresentamos no capítulo anterior, que é didatizar os conteúdos gramaticais, direcionando-os a professores e alunos.

De fato, essa linha de *continuidade* se confirma quando o autor traz a especificação da *Grammatica Portugueza*. Sotero dos Reis (1871) primeiro define essa gramática como *arte* que aplica os mesmos princípios imutáveis e gerais aos *usos* e *idiotismos* da língua portuguesa. Mais adiante, porém, ele apresenta outra definição para essa gramática em particular: "a arte de **fallar e escrever correctamente** a lingua portugueza" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. VII, negritos nossos). Nesta segunda definição, destacamos o viés normativo arraigado na abordagem gramatical, que se dirige tanto à fala quanto à escrita, e que, consequentemente, também se aproxima do modelo pedagógico de ensino e correção.

Sotero dos Reis (1871, p. VIII) divide a gramática em quatro partes: (i) *Etymologia*, que "ensina a conhecer a natureza e origem das palavras"; (ii) *Syntaxe*, que "ensina a coordenar as palavras e as proposições"; (iii) *Orthographia*, que "ensina a escrever as palavras correctamente"; e (iv) *Prosodia*, que "ensina a pronunciar as palavras correctamente". Ele especifica ter se dedicado muito mais às duas primeiras partes obra, porque, sendo elas "a base de toda a sciencia grammatical, devem ser essencialmente especulativas e praticas" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. VIII). Além disso, afirma que as duas últimas partes devem ser sobretudo práticas, apoiando-se no "consenso unanime de quasi todos os grammaticos antigos e modernos" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. VIII) e na antiguidade desse consenso para fortalecer tal afirmação.

Ainda nos "Prolegomenos", Sotero dos Reis (1871, p. IX) define as *palavras* enquanto *sinais*, que, isoladamente, utilizamos para representar noções e, quando combinados em enunciados ou proposições, "as mais operações do espirito" – estas últimas podendo ser representadas também por gestos e outras combinações intelectuais. A partir dessa definição, o autor explica que a linguagem se divide em *linguagem de sons articulados* (palavras) e *linguagem de acção* (gestos), e explicita que sua obra se ocupa exclusivamente do primeiro tipo. A língua, por sua vez, consistiria num sistema de sinais que pode ser mais ou menos completo, de acordo com seu nível de aperfeiçoamento. O autor não especifica a que referente se aplica esse comparativo em relação a esse aperfeiçoamento. Entretanto, podemos inferir que se trate da *Grammatica Geral*, ou seja, de quantos dos *principios immutaveis e geraes* são aplicados ao sistema interno das línguas em particular.

Ainda em relação às palavras, o autor apresenta uma divisão em duas *especies*. A primeira delas corresponde às *palavras variaveis*, e engloba *nomes, pronomes, adjectivos* e *verbos*. A segunda, das *palavras invariaveis*, engloba *conjunções, preposições, adverbios* e

interjeições. Essas oito categorias correspondem às diferentes *partes da oração*, as quais são retomadas e aprofundadas nas seções seguintes da obra.

Na primeira parte da gramática, "Etymologia", Sotero dos Reis (1871) dedica uma seção em particular ao estudo dos *pronomes*. De acordo com o autor, *pronome pessoal* é aquele que se coloca ou no lugar do *nome*, ou no do *sujeito*, indicando a pessoa grammatical ou o papel representado no discurso. Ele apresenta três pessoas gramaticais, respectivamente representadas pelos pronomes: (i) *eu* – aquela que fala; (ii) *tu* – aquela a quem se fala; e (iii) *elle/ella* – aquela de quem se fala. É interessante destacarmos o fato de que o autor explicita que esses pronomes também representam alguém ou alguma coisa, o que denota o estabelecimento de uma distinção clara entre as *pessoas gramaticais*, que detêm funções no discurso, e os referentes no mundo.

O autor também reconhece o *se* como *pronome* – especificamente como *pronome reflexivo*, justificando que, ao entrar no discurso, ele retoma o mesmo alguém ou a mesma coisa representados pelos demais pronomes. Com isto, temos o seguinte paradigma pronominal, a que o autor se refere enquanto *declinação*:

> Primeira pessôa.
> N. S. | Eu, me, mim, migo.
> N. P. | Nós, nos, nôsco.
> Segunda pessôa.
> N. S. | Tu, te, ti, tigo.
> N. P. | Vos, vos, vôsco.
> Terceira pessôa.
> N. S. | Elle, ella, lhe.
> N. P. | Elles, ellas, lhes.
> O reflexivo, se, serve para ambos os numeros :
> N. S. e P. | Se, si, sigo. (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 7-8)

Sotero dos Reis (1871) caracteriza esse paradigma considerando (i) as pessoas do discurso (primeira, segunda e terceira) e (ii) o número (singular ou plural). Nas diferentes combinações entre esses dois aspectos, são listadas várias formas pronominais possíveis. Essas formas pronominais são compreendidas como *casos* das pessoas gramaticais, cujo uso depende de sua relação com outras palavras na construção do discurso. É justamente nessa parte da obra que encontramos mais um dado importante para a história da gramatização da *colocação pronominal*: das obras que analisamos até aqui, esta é a primeira a classificar e definir os *casos* pronominais em *recto* e *obliquo*.

Segundo o autor, o *caso recto* é aquele que representa o sujeito da oração. Pertencem a este caso as formas *eu, tu, elle, ella, nós, vós, elles, ellas*.[34] Já o *caso obliquo* é definido como aquele que representa os *complementos* das orações, e engloba as demais formas pronominais: *me, mim, migo, nos, nôsco, te, ti, tigo, vos, vôsco, lhe, lhes, se, si, sigo*. O autor explica, ainda, que o *reflexivo*, apesar de se referir ao sujeito, não representa essa função sintática, o que justifica a ausência de *caso recto* entre suas formas pronominais.

As formas *a(s)* e *o(s)* são abordadas mais adiante na obra, na seção dedicada ao *Nome adjectivo*, e são classificadas como *adjectivos pronominais* ou *adjectivos pronomes*. Novamente, vemos a influência da gramática francesa sobre esta obra: a nomenclatura *adjectivos pronomes* é explicitamente apresentada, neste trecho, como de origem francesa. O mesmo acontece na nota N.B.[35]: "Adoptei para este adjectivo, que nas minhas Postillas chamo, demonstrativo, a denominação de, pronominal, **tomada dos grammaticos francezes**, porque melhor o distingue em seu officio particular no discurso" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 37-38, negrito nosso).

E que *officio* seria este? De acordo com o autor, chama-se *adjectivo pronominal* porque se comporta como os *pronomes* ao representar o *nome* que indica e ao estar sempre só na oração, conforme os exemplos: "Copiaste a carta? Copiei-***a***"; "***O***, que escreve, deve pensar antes" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 37, negritos nossos). Assim, apesar de assumir a mesma forma que o *artigo definido – a(s)* para o gênero feminino; *o(s)* para os gêneros masculino ou neutro –, este tipo de *adjectivo* é definido por funções diferentes.

A despeito do critério "funcional" que fundamenta a apresentação desses conceitos, é apenas na segunda parte da obra, "Syntaxe", que ele vai esclarecer em que consistem e como se estabelecem as diferentes funções assumidas pelos termos da oração. Sotero dos Reis (1871, p. 169) define a *oração*[36] como "o enunciado do juizo, ou acto do entendimento, pelo qual affirmamos uma cousa de outra". Ela é composta por três termos:

(i) o *sujeito* – ideia principal, objeto do juízo, a quem se atribui alguma qualidade;

(ii) o *attributo* – ideia acessória, qualidade atribuída ao sujeito;

[34] É preciso esclarecermos que, apesar de não explicitado nesses termos pelo autor, compreendemos que as formas *ella* e *ellas* também se enquadrariam no *caso recto*, haja vista serem o feminino de *elle* e *elles*, além de desempenharem a função de *sujeito* nas orações.

[35] Abreviação de "note bem".

[36] Também chamada *proposição*, *frase* e *sentença*.

(iii) o *verbo* – nexo entre os dois outros termos, afirma a existência da qualidade na substância, pessoa ou coisa que se comporta como sujeito.[37]

Assim, a abordagem da *syntaxe* nessa gramática é atravessada pelas relações estabelecidas entre esses três termos da oração. O autor a divide em duas partes: "Syntaxe das palavras" e "Sintaxe das proposições".

Na "Syntaxe das palavras", Sotero dos Reis (1871) desenvolve explicações sobre a dependência das palavras umas em relação às outras e sobre sua *collocação*, ou seu posicionamento, na *proposição*. A princípio, por se tratar de uma parte da obra em que o autor se debruça explicitamente sobre a *collocação* das palavras, supusemos que encontraríamos novos indícios do processo de gramatização da *colocação pronominal*. Entretanto, a posição dos pronomes oblíquos não chega a ser abordada ou mencionada.

Apesar disso, exemplos que se referem aos pronomes oblíquos átonos são apresentados, especificamente na seção "Complemento do verbo", quando o autor trata do *complemento directo ou objectivo* do *verbo transitivo*:

> Exemplos do complemento directo, pronome : — « Preso-*te* por tuas excellentes qualidades, e porque tambem *me* estimas ».« Visita-*me* sempre, porque muito aproveito com a tua conversação ». Venera-*me* como a pae ». « Apartar-*te*-has de nós mui breve » (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 195).

Nesses exemplos, é bastante evidente que já se identificava, no estudo da língua, os três tipos de posicionamento pronominal até hoje reconhecidos: *ênclise*, em que o pronome fica posposto à forma verbal (*Preso-te; visita-me; venera-me*); *próclise*, em que o pronome fica anteposto à forma verbal (*me estimas*); e *mesóclise*, em que o pronome fica no intermeio do verbo (*Apartar-te-has*). Nenhum deles é ressaltado em detrimento dos outros dois. Além disso, é interessante percebermos que esses pronomes exercem a função de *objecto direto* do verbo independentemente do seu posicionamento. Desse modo, podemos inferir que, na década de 1870, já haveria traços da abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos como um fenômeno de ordem sintática e esquematizado.

[37] Originalmente, além de definir o verbo como nexo entre *sujeito* e *attributo*, o autor apenas aponta que a definição de *verbo* é a mesma dada na primeira parte da obra, *Etymologia*, que aqui transcrevemos: "*Verbo*, é a palavra que serve para affirmar a existencia da qualidade na substancia, pessoa ou cousa, e por conseguinte, o *nexo* ou *copula*, que une o attributo ao sujeito da proposição, phrase, sentença, ou enunciado de juizo. Diz-se tambem que é a palavra por excellencia, porque dá vida ao discurso, que sem ella não pode existir" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 38-39, grifos do autor).

Apesar dessas inferências, é importante frisarmos que em nenhum momento o autor nomeia, define ou classifica essas colocações, em quaisquer termos. Além disso, a apresentação de exemplos não acarreta a disposição de regras, seja direta ou indiretamente. Nesse sentido, o que destacamos não é a explicitação da *colocação pronominal* como parte da gramática segundo os termos hoje reconhecidos, mas sim a construção de um cenário em que essa ideia emerge e se desenvolve até, enfim, se consolidar como um conceito na abordagem gramatical da língua portuguesa.

Na "Sintaxe das proposições", Sotero dos Reis (1871) aborda as diferentes relações estabelecidas entre os períodos. Ele inicia esta parte da obra apresentando alguns conceitos preliminares: *proposição, periodo grammatical, proposição subordinada, proposição subordinada infinitiva, proposição particípio* e *proposição completiva do infinito*. Ao longo das seções em que o autor trabalha cada um desses conceitos, encontramos exemplos nos quais os pronomes oblíquos átonos se fazem presentes, mas não há nenhuma informação especificamente voltada a eles ou ao fenômeno da colocação pronominal.

Mais adiante, o autor apresenta cinco modelos de análise sintática, nos quais examina alguns as relações de subordinação e dependência de diferentes períodos. A colocação pronominal também não é trabalhada em nenhuma delas.

Encerrando a abordagem da *syntaxe* na obra, o autor afirma que os gramáticos à sua época dividiam a *syntaxe* em *syntaxe natural* e *syntaxe figurada*, as quais se aplicariam tanto à *syntaxe das palavras* quanto à *syntaxe das proposições*. No entanto, ele explicita sua discordância dessa noção, argumentando que "ésta divisão não tem verdadeira importancia grammatical, visto como o discurso é sempre mais ou menos figurado em toda e qualquer lingua" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 273). Em seguida, o autor menciona as principais *figuras de syntaxe*: *ellipse* (supressão), *hyperbato* (transposição e deslocação), *syllepse* (discordancia apparente). No entanto, ele não desenvolve nenhuma delas; pelo contrário, orienta o leitor à leitura de suas *Postillas Grammaticaes*. Desse modo, diferentemente do que vimos noutras obras, a análise dessa gramática não nos permite analisar se e como a abordagem do autor sobre a colocação pronominal dialogava com o conceito de *figuras de syntaxe*.

Na terceira parte da obra, "Orthographia", Sotero dos Reis (1871) se limita a apresentar alguns preceitos gerais relativos às regras de escrita. Ele argumenta que o estudo da *orthographia*, na perspectiva do autor, deve ser pautado na leitura de bons autores contemporâneos e na consulta a dicionários mais corretos. Nisto podemos compreender um

movimento discursivo que ressalta positivamente a sua abordagem ortográfica, uma vez que, como consequência dessa ideia, haveria (teoricamente) consonância entre as regras dispostas na obra e a escrita idealizada à época.

Entre os tópicos abordados sobre a pontuação está a *linha* ou *risca de união*. O autor afirma que uma de suas funções é de, quando posta entre o *verbo* e o *pronome* na função de *complemento*, identificar a pronúncia mútua. A esta definição, seguem-se como exemplos: "Dizer-vos", "quero-te", "façamol-o", "quizeão-n'o" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 285). Assim, uma das possibilidades de colocação pronominal (*ênclise*) fica estabelecida entre as regras de pontuação; entretanto, é importante destacarmos o fato de que, novamente, não há um tratamento normativo diretamente voltado ao(s) posicionamento(s) dos pronomes, tampouco o uso de uma taxonomia específica.

Na quarta e última parte da obra, "Prosodia", o autor parte do pressuposto de que o aluno (o leitor) já conhece conceitos básicos, como *syllaba*, *palavra*, *vogaes* (ou *vozes*), *consoantes* (ou *consonancias*). Além disso, ele alega que a *prosodia* é aprendida, mais do que por regras, pela prática da conversação com pessoas *instruidas* e *bem fallantes*, "porque só ouvindo fallar bem qualquer lingua, é que se adquire a bôa pronúncia d'ella" (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 289). À vista disso, semelhantemente ao que acontece na terceira parte da obra, aqui o autor focaliza a apresentação de preceitos gerais da prosódia portuguesa.

Desses preceitos gerais, destacamos a compreensão de que os pronomes *me, te, se, nos* e *vos* não recebem o *accento prosodico*. Ora, segundo o autor, o *accento prosodico/tonico* corresponde à sílaba predominante da palavra, e é o princípio regulador da pronúncia correta. Em outras palavras, podemos compreender que a atonicidade desses pronomes já seria, em alguma medida, reconhecida na obra.

Ressaltamos que a colocação pronominal não é um fenômeno trabalhado pelo autor nesta ou nas demais partes desta obra. Ainda que características dos pronomes oblíquos átonos sejam apresentadas ao longo da gramática, incluindo a exemplificação das diferentes posições sintáticas ocupadas por eles, esse posicionamento ainda não era abordado como um conceito e, consequentemente, ainda não era normatizado.

5.2.6 *Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Rabello (1872)

Na análise da camada contextual (cf. Capítulo 4, 4.3.6), vimos que a gramática de Rabello (1872) é uma obra póstuma, cuja publicação partiu da esposa do autor, Adelaide

Rabello, e cuja apresentação não nos concede traços da agenda do autor. Nesta seção, na qual apresentamos a análise da imanência da obra quanto à colocação pronominal, buscamos elucidar sua postura frente ao *clima de opinião* do *período racionalista*.

No que diz respeito à sua estrutura geral, o *Compendio da Grammatica da Lingua Portugueza* é dividido em quatro partes. A primeira delas é a única a não ser intitulada. Contudo, nela, o autor descreve e exemplifica questões relativas às classes de palavras, à semelhança do que as demais obras publicadas à época chamavam *Etymologia*. Há, desse modo, uma linha de continuidade traçada em relação aos movimentos analíticos de cunho tradicional. Na sequência, estão a segunda parte, "Da syntaxe"; a terceira, "Da prosodia"; e a quarta, "Da orthographia".

Na primeira parte da obra, ao tratar do *pronome*, Rabello (1871, p. 18) o define como "uma palavra que se põe em lugar de um substantivo para evitar-se a sua repetição". Ele afirma que o *pronome* deve ser considerado como um *substantivo*, e argumenta em rejeição à sua classificação enquanto *adjectivo*, considerando que esse tipo de palavra não admite concordância.

Um exemplo de abordagem do *pronome* como parte da classe dos adjetivos foi observado por nós na análise da obra de Costa Duarte (1829; 1877). Isso significa que essa oposição de Rabello (1872) a tal concepção não é imotivada; antes, se configura como uma escolha teórica do autor frente a outras ideias linguísticas do seu tempo. Apesar disso, é importante frisarmos que sua assertiva não se configura enquanto *retórica de continuidade* ou *de contraposição*, em termos historiográficos, haja vista o fato de que seu argumento nem se manifesta em filiação a uma tradição em particular, nem explicitamente se opõe a predecessores ou contemporâneos.

Rabello (1872) apresenta três tipos de *pronomes pessoaes* (*eu, tu, elle/ella*) e três pessoas (*primeira, segunda, terceira*). Cada um desses pronomes possui algumas variações. Podemos sintetizar o paradigma pronominal da obra no Quadro 4:

Quadro 4 – Paradigma pronominal na gramática de Rabello (1872)

PESSOAS DO DISCURSO	**VARIAÇÕES**	
	Singular	**Plural**
Primeira (aquela que fala)	**eu**, me, mim, migo	nós, nos, nosco
Segunda (com quem se fala)	**tu**, te, ti, tigo	vós, vos, vosco
Terceira (de quem se fala)	**elle**, **ella**, lhe, se, si, sigo	elles, ellas, lhes, se, si, sigo

Fonte: Elaboração própria (2021).

O autor apresenta, ainda, diferentes características relacionadas a essas variações dos *pronomes*. Entre elas, destacamos a distinção estabelecida entre os *pronomes reflexivos* (*me, te, se*) e os *pronomes reflexivos* (*nos, vos, se*): por definição, os primeiros, unidos a verbos transitivos, expressam a ação exercida pelo próprio sujeito do verbo transitivo; já os segundos expressam a ação exercida reciprocamente entre dois sujeitos. Para exemplificar tais definições, Rabello (1872, p. 19-20) apresenta algumas frases curtas – "*Antonio vestiu-se*"; "*Pedro e Paulo ferirão-se*". Além disso, o autor afirma que o pronome *se* também exprime formas passivas, cuja ação é sofrida pelo sujeito, mas exercida por outros – como em "*Queimou-se o palacio*"[38].

Ressaltamos que, apesar da referência às diferentes funções dessas variações, Rabello (1872) não se vale de diferentes categorias; antes, todas essas formas pronominais são compreendidas como parte de um mesmo todo. Portanto, nesta parte da obra, não há a distinção entre formas retas e oblíquas, tônicas e átonas.

Na segunda parte, "Da Syntaxe", encontramos a exposição de dois tipos de relações estabelecidas entre as diferentes *especies de palavras*: (i) de *conveniencia* ou *semelhança*; e (ii) de *dependencia*. Ao primeiro tipo, Rabello (1872) chama *concordancia*; ao segundo, *regencia*. Cada um deles é abordado de maneira mais detalhada pelo autor ao longo dos parágrafos seguintes de seu texto; contudo, não nos aprofundaremos nesse trecho da obra. Isso porque os pronomes oblíquos átonos e seu posicionamento na oração não chegam a ser tópicos (quer direta, quer indiretamente) abordados pelo autor.

Mais adiante, ainda na segunda parte, Rabello (1872) apresenta cinco *figuras da Syntaxe*: (i) a *ellipse*, em que ocorre a supressão de partes da oração; (ii) o *pleonasmo*, em que se dá o excesso ou a redundância de palavras; (iii) a *syllepse*, em que há uma discordância aparente; (iv) o *hyperbato*, em que ocorre o deslocamento de partes da oração; e (v) a *enállage*, em que há transformação. Na gramatização da colocação pronominal, é especialmente importante a exposição da quarta dessas figuras.

Segundo nos apresenta o autor, o *hyperbato* é a *figura da syntaxe* caracterizada pelo deslocamento das partes da oração de sua ordem natural. Ele o divide em três espécies: *anastrophe*, *tmesis* e *parenthesis*. Dentre as três, é mister destacarmos a *tmesis*, definida como a "divisão das palavras compostas por outras, que se mettem de permeio" (RABELLO, 1872, p. 147). A esse conceito, o autor exemplifica com as formas "far-te-hei" e "dir-me-

[38] Id., ibid.

has", em oposição a "farei-te" e "dirás-me". Essa oposição não é normativamente marcada por valores como *certo* ou *errado*; pelo contrário, ela é apenas mencionada e exemplificada pelo autor, o que nos dá a entender certa naturalização dessa regra.

Outro aspecto que precisa ser mencionado é que os exemplos de *tmesis*, aqui, correspondem ao que hoje entendemos como *mesóclise*: há o posicionamento do pronome oblíquo átono entre o radical e a desinência dos verbos. Entretanto, a definição não explicita uma relação direta entre essa *figura* e a classe dos *pronomes*, o que nos leva à compreensão de que, apesar de desaguar no conceito de colocação pronominal, esta obra ainda não reflete uma consolidação desse processo de gramatização. Por outro lado, frisamos o fato de que a terminologia específica e o caráter sintático relacionado ao fenômeno já se faziam presente nos anos 1870.

Os últimos indícios do processo de gramatização da colocação pronominal se encontram na terceira parte da gramática, "Da prosódia", na qual o autor lida com questões fonológicas da língua portuguesa. *Prosodia*, na perspectiva de Rabello (1872, p. 150), é "a parte da grammatica que ensina a pronunciar as palavras, indicando a quantidade das syllabas e seu verdadeiro som". Damos destaque a dois principais pontos desse trecho da obra.

Em primeiro lugar, é aqui que encontramos o conceito de *encliticas* – anteriormente abordadas por Costa Duarte (1829) e Villeroy (1870). Segundo Rabello (1872), as *encliticas* são os artigos *o(s)* e *a(s)* e as variações pronominais *me, nos, te, vos, se, lhe(s)*. Esses *monosyllabos*, nos termos do autor, não têm acento próprio (isto é, são átonos); assim, subordinam-se ao acento dominante da palavra à qual se unem – como em "Deu-se-lhe", "feriu-se" e "amal-o". Com isso, o autor conceitua e exemplifica a colocação pronominal hoje conhecida como *ênclise* segundo o seu aspecto fonológico. Note-se, contudo, que não há uma abordagem normativa desse fenômeno linguístico do português; em outras palavras, ainda que a ideia seja apresentada, não há a disposição de regras segundo as quais essas estruturas devam ou não se realizar.

Em segundo lugar, destacamos a menção às chamadas *figuras de dicção* – anteriormente abordadas por Moraes Silva (1806; 1824), Beserra (1861) e Villeroy (1870). De acordo com o autor, à semelhança do que ocorre na *Syntaxe*, a *Prosodia* é composta por diferentes tipos de modificações na estrutura fonológica da língua. Essas modificações ocorrem: por aumento (*próthese, paragóge, epenthese*); por diminuição (*aphérese*, *syncope*,

apócope); por contração (*synalepha, ecthilipse, crase*); ou por mudança de letras ou de sílabas (*antithese, euphonia*).

Das diferentes *figuras de dicção*, relacionam-se indiretamente à gramatização da colocação pronominal a *antithese* e a *euphonia*. A primeira diz respeito à mudança na consoante final em palavras seguidas por outra terminada em vogal. Como exemplos, o autor apresenta as formas "amal-o" e "vol-o", que substituem "amar-o" e "vos o". A segunda, específica dos verbos em terceira pessoa do plural que são seguidos por artigo, diz respeito ao acréscimo de um *n* antes do artigo. Como exemplos, o autor apresenta as formas "puzerão-no" e "queimarão-no", que substituem "puzerão-o" e "queimarão-o".

Analisando tais conceitos, não podemos considerar que as *figuras de dicção* de Rabello (1872) gramatizem a colocação pronominal. De fato, os pronomes ou o seu posicionamento não são temas de nenhum destes ou dos demais tipos de *figuras* apresentados pelo autor. Entretanto, através dos exemplos, percebemos vestígios do que gradativamente se tornaria a abordagem da colocação pronominal. Isso porque as estruturas *lo(s)*, *la(s)*, *no(s)* e *na(s)* passaram a ser reconhecidas pela tradição gramatical luso-brasileira como formas especiais dos pronomes *o(s)* e *a(s)*, ocorridas justamente na posposição a determinadas formas verbais – ou seja, posicionadas em *ênclise*.

A obra se encerra na quarta parte, "Da orthographia", na qual não há conceitos relacionados à colocação proniminal.

5.2.7 *Breve Compendio de grammatica portugueza*, de Frei Caneca (1876)

A próxima gramática analisada em nosso trabalho foi a obra póstuma de Frei Caneca publicada em 1876, cinquenta anos após a sua morte (cf. Capítulo 4, 4.2.7). O *Breve Compendio de grammatica portugueza* veio a lume sob a influência dos princípios da gramática de Port-Royal e da obra de Jeronymo Soares Barbosa. Em termos estruturais, trata-se de uma obra elaborada em uma sequência de lições, sem discussões teóricas acerca dos temas gramaticais, mas com pequenas incursões pela teoria filosófica.

Na primeira seção da obra, intitulada "Ideas geraes de grammatica ou Origem das partes dela", o autor introduz a terminologia e alguns conceitos básicos que serão trabalhados ao longo da obra. Primeiro, ele apresenta a definição de *Grammatica* como "arte de reduzir á regras os princípios communs a todas as línguas" (CANECA, 1876, p. 25). Há, aqui, um movimento de continuidade em relação à perspectiva de Port-Royal, segundo a qual haveria

uma base comum a todas as línguas que se manifesta de formas específicas em cada uma delas. Nesse sentido, compreendemos que, de acordo com Caneca (1876), a gramática seria responsável pela disposição de regras que expõem essa base comum.

Logo depois, ele indica que a seguinte cadeia de elementos que compõe as línguas: *phases/sentenças/orações*, *palavras*, *syllabas*, *lettras/sons*. Essa sequência é exposta em ordem decrescente, em que cada uma dessas unidades seria composta por outra menor (a imediatemente posterior), sendo as *lettras* ou *sons* os elementos mais básicos.

Por fim, o autor apresenta e define nove *especies de palavras*: *nomes*, *artigos*, *pronomes*, *adjectivos*, *verbos*, *participios*, *adverbios*, *nomes de numeros*, *preposições*, *conjuncções* e *interjeições*. Segundo ele, "não se pode proferir alguma palavra, que não pertença a alguma destas especies" (CANECA, 1876, p. 26).

Entre essas *especies de palavras*, destacamos os *pronomes*, definidos por Caneca (1876, p. 25) nos seguintes termos:

> *Pronomes* – Para evitar a repetição das mesmas palavras, quando os mesmos objectos se offereciam no discurso, foi necessario crear outras, que podessem exprimir as cousas, que se queria subentender : dahi a origem dos – *pronomes* – isto é, palavras, que representam os nomes.

Em outras palavras, os *pronomes* cumprem a função de retomar o significado dos *nomes*, de modo a evitar sua reincidência no discurso. Assim, podemos observar que a relação entre *pronomes* e *nomes* permanece como um aspecto fundamental relacionado a esse conceito. Este e os demais conceitos iniciais são, em certa medida, retomados na segunda seção, a "Introducção", em que o autor apresenta a organização da *Grammatica portugueza* e, consequentemente, de sua obra.

De acordo com Caneca (1876, p. 27), *Grammatica portugueza* é "a arte que ensina a fallar, ler e escrever correctamente a lingua portugueza". Esse conceito também se filia às ideias de Port-Royall, correspondendo à aplicação dos princípios da *Grammatica* geral a uma língua específica – o português. Além disso, entendemos que: (i) se mantém o vínculo entre *grammatica* e *ensino* originado na tradição gramatical greco-latina; (ii) o tratamento normativo da obra é de caráter prescritivista/proscritivista, pois se pressupõe uma fala, uma leitura e uma escrita corretas.

Ainda segundo o autor, essa gramática se divide em quatro partes:

> A *etymologia* é a primeira parte da grammatica, que **ensina** a origem das palavras,

> A *ortographia* é a segunda parte da grammatica, que **ensina** a escrever **com perfeição**.
> A *prosodia* é a terceira parte da grammatica, que **ensina** a ler **com perfeição**.
> A *syntaxe* é a quarta parte da grammatica, que **ensina** a compor **perfeitamente** a oração (CANECA, 1876, p. 27, negritos nossos).

Essas quatro partes são, também, aquelas que compõem a obra de Caneca (1876). Chamamos a atenção para dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à repetição do termo "ensina" em cada uma dessas definições, que reitera o objetivo da gramática de instruir seu leitor no estudo da língua. O segundo, explicitamente marcado nas três últimas definições, diz respeito à repetição da noção de "perfeição", que tanto promove uma concepção de língua limitada a um conjunto de regras em particular quanto impõe um valor de superioridade a esse conjunto.

Depois, ele aborda novamente as nove *especies de palavras*, agora de modo mais sucinto. O conceito de *pronome*, por exemplo, é aqui apresentado apenas enquanto "uma palavra, da qual se usa pelo nome" (CANECA, 1876, p. 27).

Na sequência, o autor adentra na primeira parte da obra, "Etymologia". Esta se divide em nove lições, as quais tratam das diferentes *especies de palavras*. É de nosso interesse especialmente a *Lição III*, que trata dos *pronomes*.

Em relação à definição de *pronome*, Caneca (1876, p. 32) retoma aquela já apresentada na "Introducção" da obra: "*Pronome* é uma palavra, da qual se usa pelo nome". Segundo o autor, há sete tipos de pronomes: *pessoal, possessivo, reciproco, relativo, interrogativo, demonstrativo* e *indefinido*. Dentre eles, integra a história da gramatização da colocação pronominal especificamente o *pronome pessoal*, o qual "exprime as pessoas, que são seis — *tu, elle* ou *ella, nós, vós, elles* ou *ellas*" (CANECA, 1876, p. 32).[39]

As formas pronominais *me, te, se* e *lhe* são mencionadas como *variações* de *eu, tu* e *elle/ella*. Essas formas são assim apresentadas pelo autor:

> O pronome *eu* muda [...] para *me*, unido aos verbos, v. g : em vez de *dar a eu*, se diz *dar-me*.
> O pronome *tu* muda [...] para *te* unido aos verbos, v. g : em lugar de dizer-se *dar a tu*, se diz *dar-te*.
> Os pronomes *elle, ella*, mudam para *se*, depois das preposições, v. g : em lugar de dizer-se *a elle*, se diz *a si, de si*. [...] Mudam para *lhe*, unidos aos verbos, v. g : em lugar de dizer-se *dar a elle, a ella,* se diz *dar-lhe*, etc. (CANECA, 1876, p. 32).

[39] O autor limita à concepção de *pronomes demonstrativos* as formas *este/esta/isto, esse/essa/isso, aquelle/aquella/aquillo* e outras compostas a partir destas. Desse modo, ainda que hoje se reconheça *o(s)* e *a(s)* como pronomes demonstrativos, na análise da obra de Caneca (1876), este conceito não se refere à gramatização da colocação pronominal.

Como se pode perceber, na perspectiva de Caneca (1876), cada uma dessas *variações* ocorreriam segundo contextos sintáticos específicos, isto é, considerando-se suas relações com outros termos da oração. Um aspecto que nos chama a atenção, nessa abordagem, é a ausência dos oblíquos átonos plurais – *nos, vos* e *lhes* –, ainda que outros pronomes plurais (como *nosco* e *vosco*, por exemplo) sejam mencionados.

Outro aspecto importante diz respeito aos exemplos apresentados. Em primeiro lugar, o autor se limita a demonstrar a transformação da forma pronominal em relação ao contexto sintático ao qual se refere, sem recorrer a orações completas. Em segundo, os pronomes *me, te, se* e *lhe* são posicionados em *ênclise* às formas verbais, segundo a mesma lógica (da posposição) que as formas básicas, sem a demonstração de exemplos em *próclise* ou *mesóclise*. Assim, considerando este trecho como parte da abordagem normativa dessas formas pronominais, poderíamos considerar que a *ênclise*, isto é, a *posposição* dos pronomes aos verbos seria a principal regra de uso.

A segunda parte da obra versa sobre a "Ortographia". Dentre os conceitos trazidos pelo autor, destacamos o do *hífen*: "escreve-se no fim da linha na palavra partida, **para ligar os pronomes aos verbos**, para formar de duas palavras uma" (CANECA, 1876, p. 51, negritos nossos). Ainda que não esteja diretamente associada a regras de posicionamento dos pronomes na oração, é interessante notarmos que esta definição ressaltamos estabelece uma relação entre o sinal de pontuação e tal *especie de palavra*, o que, para nós, se configura como parte da rede de conceitos do processo de gramatização aqui estudado.

A terceira parte da gramática de Caneca (1876) é intitulada "Prosodia". Ela se divide em *accentos* e *figuras*. Apesar da menção ao *accento*, a obra não traz definição, exemplos ou normas relacionadas a ele. As *figuras*, por sua vez, recebem um tratamento mais específico.

De acordo com o autor, *figuras* são "certo modo de escrever e pronunciar differente das regras estabelecidas" (CANECA, 1876, p. 52). Ele apresenta oito tipos diferentes:

(i) por *acrescentamento de lettras – prothese, epenthese* e *paragoge*;
(ii) por *diminuição – apherese, syncope* e *apocope*;
(iii) por *supressão – synerese, synalepha* e *ellipse*;
(iv) por *separação – sierese* e *temese*;
(v) por *mudança – antithese*;
(vi) por *transposição – meathese*;

(vii) por *contracção – systole*; e

(viii) por *dilatação – diástole*.

Dentre eles, destacamos especialmente a *antithese*, que diz respeito à substituição da consoante *-l* por *-r* no final do nome. Essa figura é de nosso interesse graças ao exemplo trazido pelo autor, em que *amar o* é modificado para *amal-o*. Trata-se de uma alteração decorrida da posposição do pronome *o* em relação ao verbo *amar*; entretanto, cumpre-nos notar que essa relação não é explicitada na definição, em si, bem como que, nesta parte da obra, o autor não se dedica à explicitação de regras referentes a essa transformação.

A quarta e última parte da obra de Caneca (1876) é a "Syntaxe". Na concepção do autor, a *syntaxe* se divide em *simples* (ou *natural*) e *figurada*. A primeira delas diz respeito à composição das orações segundo as regras regulares da estrutura da língua; já a segunda se refere à composição irregular, ou seja, à supressão ou alteração de determinadas estruturas que comporiam a oração.

Na *syntaxe simples*, o autor trata dos fenômenos da *concordancia* e da *regencia*. De acordo com Caneca (1876, p. 58), na *regencia regular*, as orações são caracterizadas por "partes regentes, partes regidas e partes que nunca são regidas". Ele identifica *complementos objetivos* e *complementos terminativos*.

Complemento objectivo diz respeito a toda palavra ou oração que se comporta como *paciente*, recebendo a ação do verbo. O autor indica em quais casos essa função sintática se manifesta. Dentre elas, destacamos a junção das variações *me, nos, te, vos* e *se* aos verbos simplesmente ativos – por exemplo, "*José faltou-me*" (CANECA, 1876, p. 59). Ressaltamos, nesta abordagem: (i) a associação dos pronomes oblíquos átonos à função de *complemento objectivo* (que hoje corresponde ao *objeto direto*); (ii) a exemplificação através de um período simples de crivo do próprio autor; (iii) a ausência de regras de uso e posicionamento dos pronomes nessa estrutura sintática.

É curioso que, apesar das formas plurais dos pronomes oblíquos não terem aparecido na exposição das variações dos pronomes pessoais, elas são trazidas aqui. Uma possível justificativa para esta discrepância é o fato de ser um *breve* compêndio, isto é, de ser uma obra voltada a uma breve exposição dos principais conhecimentos gramaticais de sua época. Neste caso, podemos supor que os conteúdos trabalhados pelo autor já seriam, em alguma medida, naturalizados ou amplamente (re)conhecidos pelo público-leitor em potencial – o que se ratifica ao observarmos que outras obras do *período racionalista* consideram todas estas formas pronominais.

No que diz respeito ao *complemento terminativo*, Caneca (1876, p. 59) o define como "toda a palavra ou oração, que termina a significação relativa das palavras regentes, e é precedido das preposições *a, com, contra, de, para, por*". Assim como no *complemento objectivo*, o autor segue apontando em quais casos essa função sintática se manifesta: um deles é a junção das variações *me, nos, te, vos, se, lhe(s)* e *lha(s)* aos verbos – por exemplo, "Pedro applicou-se ás lettras, Mandou lhe a carta" (CANECA, 1876, p. 59). Aqui, o autor não especifica o tipo de verbo ao qual essas variações se associam, e também não estabelece regras de colocação desses pronomes. Porém, é evidente que, tanto nestes exemplos quanto no do *complemento objectivo*, remetem à posposição ao verbo – ora com o uso do hífen, ora sem –, o que poderia indicar uma preferência pela posição *enclítica*.

Por fim, o autor aborda a *syntaxe figurada*. Em rodapé (cf. NDR 10), Caneca (1876, p. 54) menciona a existência de duas *figuras grammaticaes*: as *figuras de dicção*, caracterizadas pela "alteração das palavras, como se vê na ortografia", e as *figuras de syntaxe*, que correspondem à "irregular collocação das palavras, como se vê na syntaxe figurada". Em outras palavras, a primeira delas corresponde à lista de *figuras* exposta na parte da *Prosodia*, e a segunda é abordada nesta última parte da obra.

Ao tratar da *syntaxe figurada*, o autor apresenta três pricipais figuras da *regencia irregular*: o *hyperbato*, a *ellipse* e o *pleonasmo*. Delas, destacamos o *hyperbato*, definido como a inversão dos termos da oração e dividido em cinco tipos: *temese, anástrofe, parenthese, sinchise* e *anacolutho*. A figura da *temese* também é citada entre aquelas da *Orthographia*: ali, diz respeito a uma figura por separação de letras, e aparentemente não se relaciona à colocação dos pronomes; aqui, na *syntaxe figurada*, ela ocorre "quando se interpõe uma palavra em outra, v. g : *amar-te-hei*. era lugar de *hei de amar-te*" (CANECA, 1876, p. 60). Desse modo, o pronome *te* passa de posposto à forma verbal *amar* a interposto à raiz (*amar*) e à desinência (*hei*) do verbo, o que corresponde à colocação em *mesóclise*.

É importante ressaltarmos o fato de que, assim como nas obras anteriores, não há nesta definição uma ideia de *temese* diretamente atrelada à classe de palavra *pronome* ou ao seu posicionamento. Ainda que através dos exemplos possamos fazer tal associação, esta não faz parte do conceito elaborado pelo autor.

5.2.8 *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Costa Duarte (1877)

No capítulo 4 (cf. 4.3.2), vimos que o *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Costa Duarte (1877), apesar de carregar um título diferente, é a sexta e última edição da gramática escrita e publicada pelo autor em 1829 (cf. Capítulo 5, 5.2.2).

O volume ao qual tivemos acesso, elaborado por Leite e Pelfrêne (2018) traz uma transcrição da gramática[40] de Costa Duarte (1877) e uma "Introdução" elaborada pelos organizadores, na qual são apresentados os resultados de uma pesquisa que estabelece comparações entre a primeira (1829), a quarta (1853) e a sexta (1877) edições da obra. Como resultado, os autores elaboraram um quadro comparando todas as notas de rodapé das três edições supracitadas, o qual transcrevemos no Quadro 5:

Quadro 5 – Comparação de edições[41]

	Notas de rodapé da 4ª a 6ª edições	**Notas da 1ª edição**
1(1)	Conceito de Arte. [115 palavras 573 caracteres]	Não consta.
2(2)	Conceito de Vozes ou Sons Vogaes. [447 pal. 1913 car.]	Não consta.
3(3)	Conceito e descrição de Consoantes. [213 pal. 933 car.]	Não consta.
4(4)	Descrição dos ditongos. Contestação do conceito de ditongo nasal dados por "um gramático". [1196 pal. 5475 car.]	Consta nota com outro texto. (1) [parágrafo curto de 82 pal.]
5(5)	Advertência sobre a falsa ideia de que uma vogal longa equivale a duas breves, pois o tempo de prolação das vogais é relativo. [60 pal. 267 car.]	Consta nota com texto idêntico. (2)
6(6)	Sobre a diferenciação das 1as pessoas do plural do presente e pretérito do indicativo pelo contexto, na escrita, e também pela prosódia na fala. [104 pal. 471 car.]	Não consta.
7(7)	Sobre demonstrativos relativos e a contestação que "um gramático" dá ao fato. [786 pal. 3368 car.]	Não consta.

[40] O *e-book* também daria acesso direto ao original no site do "CTLF – *Corpus de textes linguistiques fondamentaux*", projeto ao qual estaria vinculado. Contudo, no momento, a obra encontra-se indisponível no *site*; por isso, não nos foi possível consultá-la. Por um lado, a transcrição viabilizou o nosso acesso à imanência da obra; por outro, não conseguirmos observar o original pode ter nos privado de elementos estruturais importantes para a nossa análise da obra.

[41] "Para compreender-se o quadro, observem-se os seguintes esclarecimentos: ■ no canto esquerdo da coluna em que se veem dois números 1(1), o primeiro refere-se à numeração contínua das notas e foi dado pelos editores, e o segundo, o que está entre parênteses, é relativo à numeração das notas, conforme a fez o autor; ■ na segunda coluna, os números entre parênteses correspondem aos das notas do texto da primeira edição do *Compendio*. ■ as notas de 43(1) a 50(8) referem-se ao texto de páginas encartadas e não numeradas, razão porque a numeração das notas feita pelo autor é interrompida em 42(35) e retomada em 50(36), depois dos oito números de notas do encarte; ■ as notas da 4ª e da 6ª edições são idênticas, razão por que foram apresentadas em conjunto; ■ a informação posta entre colchetes, por exemplo [115 palavras 573 caracteres], é referente ao número de palavras e de caracteres (sem espaços) de cada nota e visa a permitir que o leitor vislumbre o tamanho de cada uma delas; ■ o número azul entre parênteses no canto esquerdo do quadro remete à nota correspondente no texto da edição eletrônica CTLF se, sobre ele, as teclas Ctrl+Clic [NDR: Essa obra encontra-se no endereço: em http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?num=3373] forem pressionadas, estando o computador conectado à internet" (LEITE & PELFRÊNE, 2018, p. 13-14, grifos dos autores).

8(1)	Sobre o conceito de juízo. [50 pal. 245 car.]	Não consta.
9(2)	Sobre a relação dos conceitos de substância e qualidade relativos à natureza e ao pensamento. [642 pal. 3178 car.]	Não consta.
10(3)	Sobre a variação dos nomes próprios. [367 pal. 1854 car.]	Não consta.
11(4)	Sobre a variação dos nomes próprios. [29 pal. 144 car.]	Consta nota com texto idêntico. (3)
12(5)	Sobre a variação dos nomes verbais. [27 pal. 122 car.]	Consta nota com texto idêntico. (4)
13(6)	Sobre o conceito de adjetivo. [584 pal. 2991 car.]	Não consta.
14(7)	Sobre a característica individualizadora e não restritiva do artigo. [59 pal. 290 car.]	Consta nota com texto idêntico. (5)
15(8)	Sobre as características semânticas e sintáticas dos demonstrativos pessoais (pronomes). [577 pal. 2310 car.]	Não consta.
16(9)	Sobre o uso dos determinativos demonstrativos. [45 pal. 275 car.]	Não consta.
17(10)	Sobre o uso do termo "neutro" e a inexistência do gênero neutro em português. [25 pal. 123 car.]	Não consta.
18(11)	Sobre a diferença de "qual" demonstrativo conjuntivo e adj. comparativo [131 pal. 560 car.]	Não consta.
19(12)	Argumentação sobre a manutenção do "demonstrativos conjuntivos interrogativos". [90 pal. 402 car.]	Não consta.
20(13)	Sobre a terminação dos adjetivos. [23 pal. 95 car.]	Não consta.
21(14)	Sobre a variação da diferença de gênero de adjetivos do português antigo e moderno. [41 pal. 202 car.]	Consta nota com texto idêntico. (6)
22(15)	Sobre o conceito e o papel do verbo na proposição. [461 pal. 44551 car.]	Consta nota com texto idêntico. (7)
23(16)	Sobre o fato de outros verbos significarem a existência e não somente o verbo ser. [882 pal. 2168 car.]	Não consta.
24(17)	Sobre os verbos auxiliares Ter, Haver e Estar, além de Andar e Vir quando se juntam aos infinitos e partícipios de outros verbos. [179 pal. 864 car.]	Não consta.
25(18)	Sobre os modos dos verbos. [167 pal. 871 car.]	Não consta.
26(19)	Sobre os particípios imperfeitos. (também chamados gerúndios). [400 pal. 2067 car.] Não consta.	Consta nota com outro texto. (8) [parágrafo curto de 71 pal.] Nota (9) sobre o 2º particípio perfeito, em -ado e -ido
27(20)	Sobre os particípios passivos, aplicados a pessoas, e os ativos, a pessoas. [41 pal. 222 car.]	Não consta.
28(21)	Sobre as locuções formadas do verbo ter e haver + preposição de + infinitivo de outro verbo. [1195 pal. 5556 car.]	Consta nota com outro texto. (10) [texto com 261 pal.]
29(22)	Sobre o fato de os verbos terem variações e não pessoas. [36 pal. 166 car.]	Consta nota com texto idêntico. (11)
30(23)	Sobre como se deve ler os quadros do paradigma verbal. [30 pal. 131 car.]	Não consta.
31(24)	Sobre o uso dos particípios dos verbos Ser e Estar. [81 pal. 363 car.]	Consta nota com texto diferente em certos aspectos. (1)
25(18)	Sobre os modos dos verbos. [167 pal. 871 car.]	Não consta.
33(26)	Sobre as formas contraídas de Havemos, Haveis em Hemos e Heis. [08 pal. 46 car.]	Consta nota com texto idêntico. (2)
34(27)	Sobre o uso das formas conjugadas Hei sido, Hei amado, &c. [30 pal. 142 car.]	Consta nota com texto idêntico. (2)
35(28)	Sobre características sintáticas de formas do subjuntivo, com observação sobre o imperativo. [78 pal. 379 car.]	Consta nota com texto parcialmente idêntico, sem a menção ao imperativo. (3)
36(29)	Sobre a consideração das formas do condicional. [20 pal. 101 car.]	Não consta.

37(30)	Sobre o equívoco da consideração do verbo adjetivo como a redução do sujeito, do verbo substantivo e do atributo verbal a uma só forma, por exemplo, a da proposição Eu sou amante a Amo. [1120 pal. 5050 car.]	Não consta.
38(31)	Sobre a consideração de os verbos estar e existir serem também verbos de existência como o verbo ser. [463 pal. 2088 car.]	Não consta.
39(32)	Sobre o fato de os verbos portugueses terem voz passiva e não terem nem verbos passivos nem neutros. [90 pal. 413 car.]	Consta nota com texto idêntico. (10)
40(33)	Sobre a voz “média” ou “reflexa”. [69 pal. 313 car.]	Consta nota com texto idêntico. (11)
41(34)	Sobre os verbos impessoais e considerações acerca de verbos pronominais e recíprocos, frequentativos e continuativos. [234 pal. 1208 car.]	Consta nota com texto parcialmente idêntico, pois há acréscimo de informação sobre verbos frequentativos e continuativos. (12)
42(35)	Sobre a etimologia das conjugações dos verbos portugueses. [784 pal. 3578 car.]	Consta nota com texto parcialmente idêntico, pois há acréscimo de informação no início da nota sobre etimologia das terminações verbais. (13)
43(1)	Informação metodológica sobre o quadro de conjugação verbal. [07 pal. 39 car.]	Consta nota com texto idêntico. (1)
44(2)	Informação metodológica sobre o quadro de conjugação verbal. [18 pal. 81 car.]	Consta nota com texto idêntico. (21)
45(3)	Informação metodológica sobre a conjugação de verbos irregulares. [56 pal. 284 car.]	Consta nota com texto idêntico. (3)
46(4)	Informação sobre a conjugação verbal. [05 pal. 21 car.]	Consta nota com texto idêntico. (4)
47(5)	Informação sobre a conjugação verbal. [06 pal. 36 car.]	Consta nota com texto idêntico. (5)
48(6)	Informação sobre a conjugação verbal. [17 pal. 106 car.]	Consta nota com texto idêntico. (6)
49(7)	Informação sobre a conjugação verbal.[08 pal. 45 car.]	Consta nota com texto idêntico. (7)
50(8)	Informação sobre a conjugação verbal.[31 pal. 237 car.]	Consta nota com texto idêntico. (8)
51(36)	Sobre o tipo de complemento.[5 pal. 37 car.]	Consta nota com texto idêntico. (14)
52(37)	Sobre o uso linguístico. [11 pal. 58 car.]	Consta nota com texto idêntico. (15)
53(38)	Sobre o fato de a categoria das preposições não ser categoria fechada.[72 pal. 353 car.]	Consta nota com texto idêntico. (16)
54(1)	Sobre o papel dos demonstrativos conjuntivos (pronomes relativos). [124 pal. e 591 car.]	Consta nota com texto idêntico. (17)
55(2)	Sobre a concordância do adjetivo com muitos substantivos. [97 pal. e 439 car.]	Consta nota com texto idêntico. (18)
56(3)	Sobre o caráter impessoal do verbo haver. [309 pal. e 1408 car.]	Consta nota com texto idêntico. (19)
57(4)	Sobre a concordância verbal na correlação de pessoas (preferência). [139 pal. e 645 car.]	Consta nota com texto idêntico. (20)
58(5)	Sobre a formação das proposições complemento objetivo.[54 pal. e 263 car.]	Consta nota com texto idêntico. (21)
59(6)	Sobre o papel complemento objetivo e do sujeito na transformação de proposições da voz ativa para a passiva [100 pal. e 434 car.]	Consta nota com texto idêntico. (22)
60(7)	Sobre o antecedente elíptico dos demonstrativos relativos interrogativos [66 pal. e 227 car.]	Consta nota com texto idêntico. (23)
61(8)	Sobre a existência de um sujeito decorrente da significação de verbos impessoais [58 pal. e 384 car.]	Consta nota com texto idêntico. (24)
62(9)	Sobre a elipse de antecedentes em estruturas complementares formadas de nome + preposição de [81 pal. e 385 car.]	Consta nota com texto idêntico. (25)
63(1)	Sobre a escrita etimológica e a filosófica [175 pal. e 781 car.]	[58 pal. e 384 car.]
64(2)	Sobre a ortografia usual [09 pal. e 64 car.]	Consta nota com texto idêntico (1)

65(3)	Sobre a falta de solidez das regras de ortografia usual dadas pelo autor da Grammatica analytica publicada em 1831 [Francisco Solano Constancio] [42 pal. e 214 car.]	Não consta.
66(4)	Sobre a representação de sons vocálicos nasais com -m e -n [40 pal. e 156 car.]	Não consta.
67(5)	Sobre o uso do -u etimológico em sílabas [29 pal. e 169 car.]	Consta nota com texto idêntico (2)
68(6)	Sobre a ortografia de pal. escritas com -s, -ss, -ç e -z [198 pal. e 880 car.]	Consta nota com texto idêntico (3)

Fonte: Leite & Pelfrêne (2018, p. 14-17, adaptado).
Legenda: ■ conceito relacionado à colocação pronominal.

O Quadro 5 nos confirma, em primeiro lugar, que as edições de 1853 e 1877 de fato possuem a mesma estrutura interna, pois os autores computam suas modificações em relação à primeira edição numa mesma coluna e, em todos os casos, trata-se de esclarecimentos do autor postos em rodapé. Com isso, o atravessamento da obra ao longo de todo o *período racionalista* indica que a abordagem gramatical de Costa Duarte foi importante para a atmosfera intelectual do seu tempo.

Em segundo lugar, e mais especificamente em relação à gramatização da colocação pronominal, podemos observar que, dentre as informações inseridas nestas novas edições, apenas a nota de rodapé 15(8) se dirige à nossa pesquisa: trata-se de características semânticas e sintáticas dos *demonstrativos pessoais*, ou seja, dos *pronomes*. Destacamos, no excerto a seguir, os trechos que dizem respeito aos hoje chamados *pronomes oblíquos átonos* (*me, te, nos, vos, lhe/s, o/s, a/s, se*):

> Expliquemos estes casos. ***Me*** **quer dizer a** ***mim*** **e ás vezes** ***em mim*****, como :** ***Deo-me um livro*****, isto é,** ***Deo a mim um livro : Deo-me pancadas*****, isto é, Deo pancadas** ***em mim***. Mim sempre tem antes de si uma preposição, como : *de mim, a mim, por mim* &c. Migo sempre tem anteposta a preposição *com*, deste modo : Commigo. **O que se dice de** ***Me, mim, migo*****, se applique a** ***Te, ti, tigo***.
> Nós, quando não é sujeito, leva preposição antes de *si*, como : *de nós, a nós, por nós* &c. **Nos quer dizer** ***a nós*****, e ás vezes,** ***em nós*** **como : Deo-nos um livro, isto é,** ***Deo a nós um livro : Deo-nos pancadas*****, isto é,** ***Deo pancadas em nós***. Nosco está sempre unido á preposição *com*, deste modo : *Comnosco*. **O que fica dicto de** ***Nós, nos, nosco*****, se applique a** ***Vós, vos, vosco***.
> Elle, quando não é sujeito, póde ser complemento de varias preposições. ***Lhe, lhes,*** **querem dizer** ***a elle*** **ou** ***a ella*****, a elles ou** ***elas*****, e ás vezes,** ***nelle nella, nelles nellas*****, e sempre é complemento termenativo, como :** ***Deo*****-lhe um** ***livro*****, isto é,** ***Deo*** **a elle** ***um livro*** **: Deo-lhe** ***pancadas*****, isto é, Deo pancadas** ***nelle. O a, os as,*** **significa** ***a elle, a ella, a elles, a ellas*****, e sempre é complemento objectivo, como :** ***Abri o livro e li-o todo*****, isto é,** ***li*** **a elle** ***todo***. Estes dois casos de *Elle* sempre são relativos. (vid not. 7, pag. 24). ***Se*** **quer dizer** ***a si*****, como :** ***Pedro ferio-se*****, isto é, Pedro ferio** ***a si***. *Sigo* leva antes a preposição *com*, deste modo : *comsigo*. *Si* não póde enunciar as relações de sujeito, nem de vocativo ; assim como *Eu, Nós, Elle* a de vocativo, pois não se póde dizer *ó si, ó eu, ó elle. Eu* e *Tu* não tem Plural : Nós e Vós não tem singular. Um nosso Classico dice : Em mim ha dois *eus* &c. ; isto porem é

> tomando *eu* noutro sentido. **Os Grammaticos chamão pronomes a estes demonstrativos ; porem esta denominação de pronome é muito vaga ; por que há palavras que se põe em lugar do nome, e com tudo não são pronomes** [...]. (COSTA DUARTE, 1877, NDR, p. 39-41, negritos nossos).

Apesar de se tratar de um acréscimo, essa nota nos parece substituir as *Tabuas dos demonstrativos pessoaes* (cf. Figura 4) da edição de 1829, que se fazem ausentes no corpo da gramática em estudo. Isso significa que as informações da nota correspondem à explicitação do que antes estava disposto apenas visualmente, através do quadro. Além disso, os aspectos sintáticos abordados no trecho não se ocupam do posicionamento desses pronomes demonstrativos, mas sim da *construção*, de modo geral. Portanto, a análise da obra nos revela que nenhum dado efetivamente novo para o processo de gramatização da colocação pronominal pode ser apurado nesta nova edição.

5.2.9 *Grammatica portugueza philosophica*, de Carneiro Ribeiro (1881)

A obra que finaliza nossa análise do *período racionalista* é a *Grammatica portugueza philosophica*, escrita por Carneiro Ribeiro, aprovada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica e publicada na Bahia, em 1881. Como já explicitamos, neste trabalho, consideramos o fato de que esta gramática veio a lume na transição do *período racionalista* ao *período "científico"*, marcado pela publicação, no mesmo ano, da *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro[42].

A "Introducção", que dá início à obra, é dividida em dois tópicos, nos quais o autor discorre acerca de alguns pressupostos que fundamentam sua abordagem gramatical. No primeiro, ele trata do conceito de *grammatica*, definido nos seguintes termos:

> Grammatica é a sciencia de enunciar os nossos pensamentos segundo as regras estabelecidas pela razão e pelo bom uso ; mais geralmente, porem, considerada, pode-se definir a grammatica a sciencia da linguagem. Vem este vocabulo de uma palavra grega que quer dizer *linha, traço, lettra, caracter*; de modo que, tomando-a no sentido etymologico, os antigos consideravão a grammatica a arte de traçar as letras, para exprimir o pensamento por meio da escriptura. Depois fizerão os sabios applicação da lingoa escripta á lingoa fallada, e tornou-se a grammatica a sciencia da linguagem. **A grammatica é ao mesmo tempo uma sciencia e uma arte : sciencia, porque ensina a conhecer os principios geraes da linguagem, os elementos que a constituem ; arte, porque expõe os preceitos, as regras relativas á mesma linguagem** (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 7).

[42] Analisamos três diferentes edições desta obra. Os resultados podem ser vistos na seção a seguir (cf. tópicos 5.3.1, 5.3.2 e 5.3.6).

O último trecho, destacado em negrito, resume o principal argumento do autor: que a *grammatica* tanto é ciência como é arte. É importante atentarmos para o fato de que, apesar do termo *sciencia* aqui empregado, assim como fora na obra de Sotero dos Reis (1871), não há uma *ruptura* com a perspectiva racionalista ou com a tradição greco-latina. Os *principios geraes da linguagem* e *os elementos que a constituem* permanecem pautados na *razão*, no *bom uso* e no *ensino*. Além disso, a linguagem é entendida como *expressão do pensamento*, e a *arte* da gramática está em regulamentar a boa forma de se exprimir.

De fato, o autor segue em sua argumentação reafirmando a relação entre *pensamento*, *ideia* e *linguagem*: a palavra analisa e distingue a ideia do todo confuso que seria o pensamento, então caracterizado pela abstração. Ele retrata uma breve história das ideias gramaticais de cunho filosófico: a Antiguidade greco-romana, com Platão, Aristóteles e Ennio; a Escola de Alexandria; gramáticos como Fernão de Oliveira, João de Barros, Pedro Ramos, Erasmo, Julio Cesar Scaligero, Vossio e Vaugelas; Bacon e a filosofia do século 17; Port-Royal e os *Ensaios* de Dangeau; e filósofos da linguagem dos séculos 18 e 19, como Duclos, Du Marsais, Condillac, Harris, Klaproth, Schleicher, Humboldt, Grimm, entre outros. Tal retomada fortalece o viés sob o qual se inscreve sua própria gramática, de cunho filosófico e tradicional, e funciona como um argumento em favor do autor e da obra, dado a ampla gama de conhecimentos articulados.

No segundo tópico, Carneiro Ribeiro (1881, p. 11-12) retrata três tipos de *grammatica*: (i) a *geral*, que "tem por assumpto os principios invariaveis, immutaveis e universais da linguagem"; (ii) a *particular*, que "faz applicação destes principios aos usos, ás instituições arbitrarias de uma lingoa", esta é a que mais commumente se define a arte de ler, escrever e fallar correctamente uma lingoa); e (iii) a *comparada*, que "estuda dois ou mais idiomas, investigando suas analogias e semelhanças, comparando seos factos, suas transformações". Assim, o autor reconhece tanto a perspectiva racionalista de Port-Royal, segundo a qual haveria princípios comuns e especificidades relacionados às diferentes línguas, quanto a abordagem histórico-comparativa – à época, em ascensão.

Acerca dos dois primeiros conceitos, Carneiro Ribeiro (1881) continua explicando que a *grammatica geral* é uma *sciencia*, uma vez que investiga os princípios universais da linguagem; já a *grammatica particular* pode ser *elementar*, que se configura como *arte* e se limita à exposição de regras, ou *philosophica*, que se configura como *sciencia-arte* e justifica essas regras contrapondo-as aos princípios gerais. Nesse contexto, sendo sua obra

Grammatica philosophica, podemos compreender que o autor se dedica à explicitação de regras paralelamente à abordagem (em algum nível) teórica.

A "Introducção" se encerra com uma apresentação da divisão da gramática. São quatro partes fundamentais: *phonologia* ou *phonetica, orthographia, lexicologia* e *fraseologia* ou *syntaxe*. É segundo essa divisão que ele estrutura sua obra, nomeando cada uma dessas partes *Livro* e subdividindo-as em *capitulos* e tópicos (enumerados por algarismos romanos). Nos parágrafos a seguir, damos destaque especificamente aos trechos que se relacionam, direta ou indiretamente, ao processo de gramatização da colocação pronominal.

O "Livro I" versa sobre a *phonologia*, entendida como "a parte da grammatica que estuda os sons da lingoa e todas as suas modificações" (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 13). Segundo o autor, a *phonologia* reúne os conhecimentos outrora apresentados, por outros gramáticos, na *orthoepia* (estudo dos sons fundamentais de uma língua) e na *prosodia* (estudo das modificações dos sons). Dois capítulos, em especial, nos chamam a atenção: o *Capitulo III*, que trata das *sylabas*, e o *Capitulo IV*, que trata *da quantidade e do accento*.

No tópico *II* do *Capitulo III*, Carneiro Ribeiro (1881) aborda o conceito de *metaplasmo*, entendido como denominação genérica para as *figuras de dicção*, que, por sua vez, correspondem às diferentes modificações no som de um *vocabulo*: por aumento (*prothese, epenthese, paragoge*), diminuição (*apherese, syncope, apocope, synalepha, crase, ecthlipse*), transposições ou troca (*metathese, antithese, tmese*). Dentre elas, destacamos a *tmese*.

A *tmese* é uma *figura de dicção* importante na gramatização da colocação pronominal, pois, como vimos nas obras anteriores – especialmente nas de Rabello (1872) e Caneca (1876) –, está indiretamente relacionada ao posicionamento mesoclítico do pronome oblíquo. O mesmo tipo de abordagem pode ser observado na gramática de Carneiro Ribeiro (1881, p. 36), segundo o qual a *tmese* consiste em "dividir um vocabulo em duas partes, entrepondo uma dicção: *dil-o-hei, fal-o-hei, dil-o-hia, fal-o-hia,* em lugar de *direi-o, farei-o, diria-o, faria-o*". Aqui, novamente, a definição apresentada não retoma os conceitos de *pronome, verbo,* tampouco uma ideia específica acerca da colocação pronominal. Os exemplos, porém, nos permitem vislumbrar um direcionamento nesse sentido.

Outra noção relevante apresentada neste capítulo é a *eufonia,* entendida como a anteposição da consoante *n* às variações pronominais *o(s)* e *a(s)* em alguns contextos específicos. Podemos resumir essas regras conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Quadro normativo da euphonia segundo Carneiro Ribeiro (1881)

Caso	Subcasos	Regra	Exemplo	Exceção
O(s), a(s)	(a) Quando precedido pelas terminações *-ão* e *-em* (átonas) das terceiras pessoas dos verbos.	Antepõe-se a consoante *n*.	*Amão-**n**o* [*amam-**n**o*]. *Tomem-**n**a*.	–
	(b) Quando precedido pela terminação tônica em *-ão* das terceiras pessoas dos verbos.	Não se antepõe a consoante *n*.	Não se diz *amarão-**n**o*; *farão-**n**a*.	Monossílabos em *-ão*. Ex.: *dão-**n**os; vão-**n**os*.

Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: □ regra supostamente descritiva.

Como se pode perceber, as duas regras e a exceção apresentadas pelo autor para a *euphonia* não é marcada por termos explicitamente prescritivos ou proscritivos, o que temos considerado como uma abordagem supostamente descritiva. De certo modo, há uma aproximação entre este conceito e o posicionamento dos pronomes oblíquos *o(s)* e *a(s)*, que poderíamos deduzir, por exemplo, como uma consequência da não *euphonia* na regra (b). Entretanto, a obra não explicita qual deveria ser o emprego considerado adequado a esse mesmo contexto, o que distancia o fenômeno de uma possível abordagem da colocação pronominal.

Adiante, no *Capitulo IV*, o autor trata, entre outras questões, da ideia de tonicidade, entendida como o *accento* das palavras. Um trecho em especial que nos chama a atenção diz respeito à abordagem da acentuação de *syllabas pre-antepenultimas*, isto é, anteriores às proparoxítonas na língua portuguesa: o autor afirma que sílabas presentes nesse tipo de contexto não podem ser acentuadas, exceto em casos "de palavras a que ajunctão-se as **variações encliticas dos pronomes**: *Amava-se-**lhes** o saber, louvavão-se-**lhes** as virtudes, corrigião-se-**lhes** os abusos*" (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 45, negritos nossos). Nesse contexto, entendemos que as *variações encliticas dos pronomes* às quais o gramático se refere são exemplificadas especificamente no pronome oblíquo *lhes*, pois considerarmos o *se* não tornaria acentuada uma sílaba pre-antepenúltima e, portanto, não faria jus à regra apresentada pelo autor.

Apesar de fazer menção a essas *variações enclíticas* e de exemplificar com o pronome *lhes*, Carneiro Ribeiro (1881) não conceitua esse termo, tampouco traz outros

exemplos a ele referentes. Isso nos leva a crer que, na década de 1880, essa ideia linguística já seria em alguma medida difundida na abordagem gramatical brasileira – não somente pelo modo como o autor a apresenta, mas também pelo fato de termos observado seu desenvolvimento em décadas anteriores, sobretudo nas gramáticas de Costa Duarte (1829; 1877), Villeroy (1870) e Rabello (1872).

No "Livro II", dedicado à *orthographia*, o pouco que pudemos encontrar traz uma contribuição significativa ao processo de gramatização da colocação pronominal. Especificamente no *Capitulo VIII*, acerca dos *signaes orthographicos* da escrita, o autor indica que uma das funções da *risca de união* (o hífen) é distinguir e, ao mesmo tempo, unir duas palavras que se pronunciam como uma só. Ele acrescenta: "[q]uando, pois, ás formas verbaes ajunctarmos as **variações encliticas dos pronomes**, usaremos deste signal orthographico" (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 115, negritos nossos). Novamente, as *variações encliticas dos pronomes* são mencionadas pelo autor sem a apresentação de qualquer definição. Outros pronomes, porém, aparecem na lista de exemplos: *te* (amo-te, louvo-te); *vos* (estimo-vos); *nos* (preza-nos, vamo-nos); e *se* (forão-se). É interessante percebermos que todos estes exemplos são de posposição dos pronomes aos verbos; entretanto, ressaltamos que as *variações* dos pronomes é que são chamadas *encliticas*. Em outras palavras, o termo se aplica aos pronomes, em si, e não à posição que eles ocupam na oração.

O "Livro III" versa sobre *lexicologia*, entendida como "a parte da grammatica que tem por objecto a classificação das palavras conforme suas funções" (CARNEIRO RIBEIRO 1881, p. 121). Ao longo do primeiro capítulo, o autor menciona que filósofos como Aristóteles (384-322 a.C.), Varrão (116-27 a.C.), Dionísio de Halicarnasso (??-??), Quintiliano (aprox. 35-95) e Plutarco (46-120) apresentaram a divisão das palavras em três classes: *nomes*, *verbos* e *particulas*. Ele mesmo, porém, decide não adotar esta perspectiva, e assim argumenta:

> Este modo, porem, de distinguir as differentes palavras **não pode ser acceito á luz dos principios da grammatica philosophica**, pela razão de não assentar em **fundamento algum logico**.
> Com effeito, segundo essa doutrina, muitas **palavras de natureza differente** são collocadas na mesma classe, o que não conforma com a verdadeira essencia das partes elementares do discurso [...].
> Alem disto, que luz derrama sobre a natureza dos elementos invariaveis do discurso essa classificação, que só distingue dos outros chamando-lhes partes pequenas ou particulas?

> Serão irresulveis? ou, ao contrario, poder-se-hão reduzir a algum dos membros da classe? Que ideia caracterisa cada um destes membros? Que constitue sua feição, sua individualidade?
> **Eis questões a que em nada esclarece e desenvolve a classificação antiga** (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 122, negritos nossos).

Este trecho, assim como tantos outros do capítulo, demonstram uma *retórica de ruptura* do autor em relação à teoria clássica: ele menciona os filósofos antigos e sua classificação das palavras e, em seguida, questiona e argumenta contra tais ideias linguísticas. Não apenas os filósofos da Antiguidade, mas também outros estudiosos que se levantaram ao longo da história são mencionados e examinados neste capítulo: Harris, Horne Tooke, U. Domergue, Lemare, Cousin, entre outros.

Após esta retomada, Carneiro Ribeiro (1881) apresenta sua própria abordagem, que considera uma divisão das palavras do *discurso* em três classes: (i) *denominativos*, que considera os *substantivos* e os *pronomes*; (ii) *modificativos*, que considera os *adjectivos*, os *adverbios* e os *verbos*; e (iii) *conjunctivos*, que considera as *preposições* e as *conjunções*. Vale ressaltarmos que as *interjeições* não são consideradas na classificação do autor.

Mais adiante, no *Capitulo IV*, encontramos a abordagem dos *pronomes* de Carneiro Ribeiro (1881), definidos como palavras que indicam determinados seres segundo a ideia de sua pessoa. O autor reforça sua concepção de que *pronomes* e *substantivos* pertenceriam a uma mesma classe ou *especie*:

> A maioria dos grammaticos, enganados por ventura pela etymologia do vocabulo pronome (*pro* e *nomen*), dizem ser este uma palavra que se põe em lugar do nome. **Facil é demonstrar o inexacto dessa definição.**
> Com effeito, se assim fosse, serião pronomes todas as palavras empregadas metaphoricamente, e grande numero de adjectivos (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 172-173, negritos nossos).

Para fortalecer essa perspectiva, ele recorre a dois filósofos e gramáticos: Du Marsais (1676-1756) e Beauzée (1717-1789). De acordo com o autor, Du Marsais foi o primeiro gramático a reconhecer a natureza do pronome. Já Beauzée foi o responsável por determinar quais seriam os caracteres do pronome, "**tão falsamente** definidos e determinados pelos grammaticos anteriores a Dumarsais" (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 173, negritos nossos). É possível observarmos, ao longo do texto, que o autor recorre a estratégias retóricas para validar sua perspectiva como superior àquelas que inicialmente criticara – a exemplo do trecho em destaque, no qual condena autores anteriores àquele que fundamenta sua perspectiva.

Nesse sentido, o autor retoma Du Marsais para definir as três pessoas pronominais: (i) a *primeira pessoa*, que corresponde a quem fala, de quem vem o discurso; (ii) a *segunda pessoa*, que corresponde àquele(s) a quem o discurso é dirigido; e (iii) a *terceira pessoa*, que corresponde à matéria do discurso. Quanto à classificação dos *pronomes*, a partir de Beauzée, Carneiro Ribeiro (1881) os distingue dos *substantivos*: enquanto estes designam os nomes pela sua própria natureza, aqueles os determinam através de uma relação com o ato da palavra. Assim, o autor considera *pronomes* apenas os comumente reconhecidos como *pronomes pessoaes*, desconsiderando as categorias *possessivos, demonstrativos, relativos e indefinitos*:

> Os pronomes ou são da primeira ou da segunda ou da terceira pessoa.
> Os da primeira pessoa são : *eu, me, mim, migo*, para o singular; *nós, nos nosco*, para o plural.
> Os da segunda são : *tu, te, ti, tigo*, para o singular; *vós, vos, vosco*, para o plural.
> Os da terceira são no singular: *elle, ella, lhe, se, si, sigo, o, a ;* no plural, *elles, ellas, lhes, se, si, sigo, os, as*. (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 175)

Cada um desses *pronomes* é identificado como uma *variação pronominal*: cada grupo se refere a uma pessoa do discurso específica e assume empregos sintáticos específicos. *Me*[43]*, mim, migo, te, ti, tigo, se, si, sigo, nos, vos, nosco, vosco, lhe(s), o(s)* e *a(s)* são sempre empregados como *complementos* e correspondem às *variações indirectas* ou *obliquas* dos *pronomes*, em oposição às *variações directas – eu, tu, elle, ella, nós, vós, elles* e *ellas* –, que são empregadas como *sujeitos* ou *attributos*.

Chamamos a atenção ao uso do termo *obliquas*: das gramáticas aqui analisadas, entre o *período embrionário* e o *período racionalista*, foi utilizado primeiro e apenas por Sotero dos Reis (1871). Naquela obra, é feita uma distinção entre pronomes de *caso recto* e de *caso obliquo*, respectivamente relacionados às funções de *sujeito* e *complemento* das orações. Carneiro Ribeiro (1881), por sua vez, traz a perspectiva de que as próprias *variações pronominaes*, ao cumprirem os papéis sintáticos de *sujeito* e *complemento*, podem ser *directas* ou *obliquas*.

Outras características das *variações obliquas* são abordadas em sequência. Em geral, o autor elabora frases curtas para exemplificá-las. No que diz respeito aos pronomes *me, te, se, nos* e *vos*, o autor afirma que estes não são acompanhados por preposição – como em "elle **vos** deo parabéns", "Pedro **vos** ama" ou "empresta-**me** um livro". Podem exercer tanto

[43] No original, consta o pronome *elle*. Entretanto, em errata, indica-se sua substituição pelo pronome *me*.

a função de *complementos directos* (“Pedro **me** ama”) quanto a de *complementos indirectos* (“Antonio **me** escreveo uma epistola”). Já as variações *o, a, os* e *as* seriam empregadas especificamente como *complementos directos*.

Em relação às variações *lhe* e *lhes*, o autor afirma que escritores clássicos, como Lucena, Camões e Bocage, utilizavam a forma singular *lhe* indistintamente, isto é, sem considerar outra forma para indicar o plural. Entretanto, isto seria considerado “inteiramente antiquado”, havendo agora a marcação da forma no plural. Para além disto, o autor não aborda questões sintáticas relacionadas ao seu uso.

Outro apontamento do autor, agora em relação às variações *me*, *te*, *lhe*, *lhes*, *nos* e *vos*, é que, unidas ao *artigo indicativo o, a, os* ou *as*, geram as formas *m’o, t’o, lh’o(s), nol-o, vol-o*. Frisamos o fato de que, entre as obras aqui analisadas, a única outra a mencioná-las, até então, fora a gramática de Moraes Silva (1806; 1824). Desse modo, haveria um intervalo de tempo em que não se abordou essa estrutura, no decurso da história aqui investigada.

No tópico *III* deste mesmo capítulo, o autor discorre especificamente acerca do pronome *se*, definido como *variação obliqua* de terceira pessoa que se adequa a ambos os números (singular e plural) e gêneros (feminino e masculino). O autor apresenta uma série de comparações entre este pronome da língua portuguesa e outros semelhantes em outras línguas, como no latim, no francês e no italiano. Ao longo do tópico, ele traz tanto exemplos de seu próprio engenho quanto extraídos de autores considerados cultos (Camões, M. Bernardes, D. N. de Leão, A. Herculano, entre outros), argumentando acerca das diferentes concepções das funções sintáticas exercidas por esse pronome. Em suas considerações, porém, não chega a uma conclusão em particular, e suas discussões não se relacionam diretamente ao posicionamento do *se* na oração.

A obra se encerra com o “Livro IV”, no qual o autor aborda a *phraseologia*, definida como “a parte da grammatica que ensina a compor as orações e as phrases” (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 369). Esta compreende a *syntaxe*, que trata das regras de emprego das terminações dos vocábulos, e a *construção*, que se debruça sobre a ordem das palavras, sua combinação e seu(s) arranjo(s).

Convém mencionarmos, deste *Livro*, especificamente o *Capitulo III*, que trata da *regencia*. De acordo com Carneiro Ribeiro (1881, p. 407), a *regencia* corresponde à “dependencia das varias partes da proposição, cujo sentido é determinado por uma dellas, por meio de adjectivos, adverbios, verbos ou preposições”.

Entre outros conceitos abordados pelo autor ao longo deste capítulo está o *complemento indirecto*, o qual, sendo uma das variações *me, te, se, nos* ou *vos*, é empregue sem o uso de uma preposição explícita, segundo os exemplos: "Elle **me** deo um livro", "[Ele] **te** deo conselhos", "[Ele] **nos** apresentou muitas desculpas", "[Ele] **vos** obedece como a seo pae". (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 410, negritos nossos). Frisamos o fato de que a ausência da preposição, nestes casos, já havia sido afirmada quando da abordagem dos *pronomes*, no "Livro III".

Comparando este e aquele trechos da gramática, percebemos que a maioria dos exemplos antepõe os *pronomes* às formas verbais. Contudo, em nenhum dos dois *Livros* há um direcionamento especificamente voltado a esse posicionamento, sendo ele percebido através dos exemplos, mas não sistematizado pelo gramático. Desse modo, consideramos que, apesar do aprofundamento teórico da gramática de Carneiro Ribeiro (1881), em relação à gramatização da colocação pronominal, a abordagem gramatical do fenômeno se mantém mais ou menos nos mesmos termos que aquelas que lhe antecederam.

5.3 A colocação pronominal no *período "científico"*[44]

O *período "científico"*, que abarca as duas últimas décadas dos oitocentos, é o último de nossa história da gramática brasileira no século 19. Polachini (2018) menciona a existência de pelo menos 89 gramáticas brasileiras publicadas nesse interstício de tempo, dentre as quais tomamos seis como fontes primárias: Julio Ribeiro (1881; 1885; 1899), Silva Jr. & Lameira de Andrade (1887), João Ribeiro (1889), Freire da Silva (1894).

Frisamos que, em princípio, a gramática de Carneiro Ribeiro (1881) faria parte deste escopo. Contudo, como vimos no capítulo anterior (cf. Capítulo 4, 4.3.8), essa obra surge em meio à transição da abordagem gramatical de base filosófica para a de base "científica". Sendo assim, considerando não apenas o momento em que veio a lume, mas também os pressupostos nos quais ela se fundamenta, nós a identificamos ainda como parte do *período racionalista*.

Adiante, assim como procedemos na seção anterior (5.2), analisamos cada uma das oito gramáticas individualmente.

[44] O uso das aspas foi explicado no Capítulo 4, tópico 4.1.3.

5.3.1 *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1881)

Vimos, no Capítulo 4 (cf. 4.3.9), que a *Gramática Portugueza*, de Julio Ribeiro (1881), é reconhecida como o marco inaugural do *período "científico"* da gramaticografia brasileira. O conteúdo da obra é enumerado por tópicos, que seguem não a paragrafação, mas a estrutura argumental do autor e sua arquitetura dos conteúdos apresentados.

Logo no tópico 1 da "Introducção", o autor traz a definição de *Grammatica* segundo William Dwight Whitney (1877): "a exposição methodica dos factos da linguagem" (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 1). Este é um dado de grande importância na constituição da obra, pois Whitney (1827-1889) foi um dos grandes nomes a desenvolver estudos nas áreas da Filologia e da Lexicografia ao longo do século 19; consequentemente, tal retomada é o primeiro sinal, na imanência da obra, de sua tentativa de ruptura em relação à abordagem gramatical de base filosófica.

Nessa mesma empreitada, após a apresentação dessa definição, Julio Ribeiro (1881) prossegue na apresentação de uma série de argumentos que corroboram com essa perspectiva da gramática enquanto *exposição metódica*:

> A grammatica **não faz** leis e regras para a linguagem; **expõe** os factos dela, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica **não tem** por principal objeto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente **consegue** fallar e escrever correctamente **sem ter** feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 1, negritos nossos).

Os trechos em destaque evidenciam duas questões. A primeira delas é que, ainda que os pressupostos da tradição filosófica não sejam explicitamente marcados no discurso do gramático, a constante oposição entre o que a gramática "não faz" e o que ela "faz" revela uma *retórica de contraposição* que rompe com o que se compreendia como *gramática* à sua época – logo, a oposição do autor em relação aos pressupostos racionalistas.

A segunda questão diz respeito à linha argumentativa construída por Julio Ribeiro (1881), em que o autor, na mesma medida em que determina que a gramática não tem a função de ditar as leis que regem o funcionamento da língua, indica que os benefícios das regras expostas por essas obras no processo de aprendizagem da língua é inegável. Isso se

torna ainda mais evidente quando, no tópico 2, ele apresenta uma série de "pontos de vista" em que o estudo da gramática é útil, os quais podemos resumir em três tópicos:

(i) para a aquisição da fala na: a) audição; b) pronúncia; c) coordenação para expressão do pensamento;

(ii) para a aquisição da escrita no: a) uso da linguagem correta; b) uso da linguagem para exercer influência;

(iii) para a aquisição de línguas estrangeiras.

Desse modo, a perspectiva do autor em relação à língua toma novos parâmetros, na medida em que ele compreende a natureza da língua como algo anterior à instituição da gramática. O mesmo acontece em relação a sua compreensão do que seria o instrumento *gramática*, que então se configuraria não como instrumento de correção, mas como facilitador da aprendizagem da língua. Assim, se mantém vivo, na obra de Julio Ribeiro (1881), o viés pedagógico que fundamenta as gramáticas desde a tradição greco-latina, ao mesmo tempo em que se incorpora a compreensão da lingua(gem) como objeto de estudo independente dessas gramáticas.

Intimamente relacionado à definição de gramática, então, está o conceito de *linguagem*. De acordo com Julio Ribeiro (1881), a linguagem seria a expressão do pensamento através de sons articulados, os quais, por sua vez, poderiam ser oralizados ou representados por símbolos, na escrita: são as *palavras*, que se configuram enquanto *termos*, quando consideradas quanto à sua significação, e enquanto *vocabulos*, quando consideradas quanto à sua materialidade. É interessante contrastarmos essa definição àquela trazida por Beserra (1861), que considerava *palavra* como expressão das ideias na *Grammatica universal*, e *vocabulo* como expressão das ideias na *Grammatica particular*. Assim, *palavra* e *vocabulo* se configuravam como duas unidades independentes. Em Julio Ribeiro (1881), porém, *palavra* se configura como uma única unidade, que por sua vez possui *termos* e *vocabulos* como unidades constitutivas e mutuamente relacionadas que possuem funções distintas (respectivamente, significação e materialidade).

Além disso, destacamos que o autor também adota a percepção que há uma *Grammatica geral* e uma *Grammatica particular*, sendo a primeira a "exposição methodica dos factos da linguagem em geral", e a segunda, a "exposição methodica dos factos de uma lingua determinada" (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 2). Em ambos os casos, *gramática* é sinônimo de *exposição metódica de fatos*, o que acentua ainda mais a fundamentação do autor em pressupostos cuja tendência é científica. Seguindo o mesmo raciocínio, nos tópicos

8 e 9, Julio Ribeiro (1881) define a *Grammatica portugueza* como exposição metódica dos fatos da língua portuguesa e, amparado em ampla bibliografia[45], divide a gramática (nesse caso, sem discriminar *geral*, *particular* ou *portuguesa*) em duas partes: *lexeologia* e *syntaxe*, as quais fundamentam, por conseguinte, a estruturação da sua própria obra.

Logo em seguida, a partir do tópico 10, segue-se a apresentação da primeira parte da gramática, "Lexeologia". O conceito de *lexeologia* adotado por Julio Ribeiro (1881) considera a materialidade das palavras tanto pelos *elementos materiaes* ou *sons* quanto pelos seus *elementos morphicos* ou *fórmas*, cuja consequência é a divisão da *lexeologia* em duas partes: *phonologia* e *morphologia*. Este é mais um dado importante para a história da gramática aqui contada, pois, apesar de a análise de formas já se fazer presente desde a obra de Moraes Silva (1806), e de encontrarmos, também, a incorporação dos sons na gramática de Beserra (1861), em Julio Ribeiro (1881) nos deparamos com o uso da terminologia que acompanha os estudos linguísticos ainda na contemporaneidade.

Esta parte da obra é divida em dois livros: o "Livro primeiro – elementos materiaes das palavras" e o "Livro segundo – elementos morphicos das palavras", os quais congregam, respectivamente, os conteúdos da *phonologia* e da *morphologia*.

Na "Seção segunda – Prosodia" do primeiro livro, dois fenômenos diretamente ligados à colocação pronominal são abordados pelo autor: as *encliticas* e a *tmese*. Antes de nos aprofundarmos na disposição de tais conceitos, porém, é imprescindível identificarmos a definição de *prosodia* trazida por Julio Ribeiro (1881, p. 10) no tópico 27, que diz respeito ao "tratado dos sons articulados em relação á sua intensidade comparativa, quando constituidos em palavras". Desse modo, ela estaria relacionada à tonicidade dos sons.

Mais adiante, no tópico 34, Julio Ribeiro (1881, p. 12) apresenta o conceito de *accento tonico* como "a predominancia do tom que no mesmo vocabulo tem uma syllaba sobre outras" e, no tópico 35, afirma que, no português, esse acento recai sobre uma das três sílabas finais dos vocábulos polissílabos: última, penúltima ou antepenúltima. É exatamente neste último tópico que o autor primeiro menciona as *enclíticas* na sua obra, caracterizando-as como pospostas ao verbo e indicando-as como critério de exceção para esta regra de acentuação. Para exemplificar essa exceção, Julio Ribeiro (1881, p. 13, grifos do autor) nos apresenta o período "[a]os pobres anunci*a-se-lhes* o Evangelho", extraído de Pereira de

[45] "BURGRAFF, *Principes de Grammaire Générale*, Liège, 1863, pag. 11. ALLEN AND CORNWELL, *English Grammar*, London, 1855, pag. 9. AYER, *Grammaire Comparée de la Langue Française*, Paris, 1876, pag. 12. BASTIN, *Étude Philologique de la Langue Française*, St. Petersbourg, 1878, vol. I, pag. 1. CHASSANG, *Nouvelle Grammaire Grecque*, pag. 1 e 131" (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 2, NDR).

Figueiredo, no qual compreendemos como *enclíticas* as formas pronominais *se* e *lhes*, uma vez que são elas as partículas pospostas ao verbo. O acento da forma verbal "anuncia" recai sobre a penúltima sílaba (*-ci-*), o que faz com que esta seja uma palavra paroxítona; com o acréscimo de *se* e *lhes*, porém, esta se torna a quarta sílaba anterior ao fim do verbo, o que então fugiria à regra de se acentuar até a antepenúltima sílaba da palavra.

Nos chamam a atenção, aqui, duas questões. A primeira delas é que o autor, apesar de utilizar o termo *encliticas* para se referir a um determinado tipo de palavra, nem as classifica explicitamente enquanto *pronomes* nem estabelece uma definição para tal termo. Isso poderia significar que o termo já seria naturalizado ou reconhecido no imaginário gramaticográfico brasileiro relativo a essas estruturas. A segunda questão é a presença explícita do verbo e dos aspectos fonológicos da tonicidade para tratar de elementos de *colocação* dos pronomes, que também se configura como um marco no processo de gramatização da colocação pronominal.

À frente, no tópico 44, nos deparamos com a introdução, na obra, do segundo dos fenômenos relacionados à colocação pronominal – a *tmese*. Esta é apresentada como uma das chamadas *figuras de metaplasmo*, responsáveis, segundo o autor, por realizar alterações nos vocábulos. Haveria três *figuras de addição* (*prothese*, *epenthese* e *paragoge*), três de eliminação (*apherese*, *syncope* e *apocope*), uma de transformação (*antithese*), uma de duas de absorpção (*synalepha* e *ekthlipse*) e duas de transposição (*metathese, tmese*).

Para o autor, a figura da *tmese* seria, na verdade, uma variedade[46] da *metathese*, que se configura como a "transposição de uma voz ou de uma modificação" (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 21). Como exemplos de *metathese*, ele apresenta a transformação de "vigairo" e "frol" para "vigario" e "flor". Desse modo, compreendemos que a *metathese* seria uma alteração voltada para questões fonetico-fonológicas, referentes à pronunciação.

Por sua vez, a *tmese*, como variedade, é compreendida como uma transformação morfológica em que os verbos no futuro do indicativo e no imperfeito condicional admitem a inserção das formas complementares dos *pronomes pessoaes* entre o radical e a desinência, conforme os seguintes exemplos: "« *dir-te-ei – fal-o-ias – amar-nos-emos pôr-vos-ão* » em vez de « *direit-e – faria-te – amaremos-nos – porão-vos* »" (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 22). Assim, encontramos uma diferença notável entre a primeira ocorrência das *encliticas* e a da

[46] O termo *variedade* utilizado pelo autor não deve ser confundido com o conceito de *variedade* trazido nas discussões atuais da Sociolinguística. No caso em questão, a *tmese* deve ser entendida como *variedade* da *metathese* no sentido de ser uma de suas formas específicas de manifestação.

tmese, pois, neste último caso, o autor já explicita se tratar de um fenômeno vinculado aos *pronomes*.

Ainda no primeiro livro, ao discorrer acerca do emprego da consoante *h* no português, Julio Ribeiro (1881) discorre acerca das modificações sofridas nos seus usos em relação às terminações dos tempos verbais em que ocorre a *tmese* (futuro do indicativo e imperfeito do condicional[47]). Para isso, o autor recupera um artigo publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, no dia 16 de janeiro de 1877[48], o qual fora publicado como uma "transcrição do Município" e assinado pelo dr. Lucindo Filho (??-??). Tal artigo preenche todo o intervalo entre o final da página 32 e a página 36 da gramática de Julio Ribeiro (1881). Este último não traz maiores detalhes acerca do autor ou do texto. O único juízo de valor explicitado diz respeito à sua introdução enquanto um "arrazoado luminoso". Dessa forma, torna-se evidente a sua plena concordância com a abordagem sustentada por Lucindo Filho. Destacamos alguns trechos do conteúdo desse artigo:

> « **Moraes e Silva ora o emprega, ora não**. Na primeira edição do seu *Diccionario da Lingua Portugueza* (1813) escreve elle: **Se lhes perguntares o que é isto, dir-te-hão, que em Latim**, etc. (Tom. 1.º, pag. 1) ».
> « TMESE, *s. f. figura que consiste em dividir uma palavra composta, mettendo outra ou outras em meio*; *v. g. e vir-se-lhe-á a fazer trabalhoso* » (Tom. 2.º, pag. 229). [...]
> « Quasi todos os grammaticos e lexicographos portuguezes que conhecemos, quando tratam da figura tmese, **a definem como Moraes, cujas palavras ha pouco citâmos**, e dão como exemplo a fórma de que estamos tratando. Ora, si a **tmese consiste na separação de uma palavra em duas, pondo-se outra de permeio, em amar-te-ei está claro que a palavra amarei está dividida em duas por intermédio do pronome *te*. Como, pois, esses mesmos auctores dizem que nesse modo de dizer ha anastrophe?** O contrasenso é visivel. » [...]
> « Resumindo tudo o que acabámos de expôr, dizemos que não ha necessidade de appellar para as quatro figuras reunidas — *ellipse*, *anastrophe*, *crase* e *tmese*, como querem, por exemplo em *dir-te-hia*: ellipse, porque supprime-se a preposição *de*; crase, porque contrai-se *havia* em *hia*; anastrophe, porque colloca-se depois a palavra *hia* que devia estar antes; e tmese, porque divide-se a palavra em duas (já vimos que é um absurdo a combinação destas duas ultimas). »
> « **Com uma simples tmese explica-se perfeitamente esta fôrma**. » (JULIO RIBEIRO, p. 32-35, negritos nossos.)

Em síntese, a grande discussão levantada por Lucindo Filho (1877) e disseminada por Julio Ribeiro (1881) contrapõe-se ao argumento de determinados gramáticos e lexicógrafos portugueses que, ao invés de se utilizarem apenas da *tmese* como a figura de

[47] O *futuro do condicional* corresponde ao tempo verbal que hoje chamamos *futuro do pretérito* (*haveria*, *teria*, *seria* etc.).

[48] Esta edição da *Gazeta de Notícias* encontra-se disponível através do site: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1877_00015.pdf. Último acesso: 28 de agosto de 2020.

linguagem divide a estrutura do verbo e insere um termo entre o radical e sua desinência, buscarem explicar esse fenômeno através da articulação conjunta desta mais outras três *figuras*: *ellipse*, *anástrofe* e *crase*.

O que nos chama a atenção, nesse movimento argumentativo, é o fato de que o autor retomara a definição de *tmese* de um dicionário publicado por Moraes Silva em 1813, sete anos depois da publicação do *Epitome de grammatica philosophica* (1806), a qual ainda não integrava este. Isso nos dirige à compreensão de que, em algum momento entre 1806 e 1813, ainda no *período embrionário*, a *tmese*, em particular, passou por um processo de gramatização no dicionário de Moraes Silva, ainda que o seu reconhecimento na *gramática* tenha se desenvolvido gradativa e descontinuamente – pois, como vimos, Beserra (1861) não chega a abordá-la em sua construção do conceito.

Passemos, agora, para as questões trazidas pelo autor no "Livro segundo – Elementos morphicos das palavras". Ribeiro (1881, p. 51) compreende a *Morphologia* como "o tratado das fórmas que tomam as palavras para constituir a linguagem", que é composto por três partes:

(i) a *taxeonomia*, que distribui as palavras em grupos de ideias que compõem o pensamento;
(ii) a *kampenomia*, cujo foco incide sobre as modificações sofridas pelas entidades fônicas na representação das ideias em particular;
(iii) e a *etymologia*, em que as formas se originam umas das outras.

As chamadas *classes de palavras* ou *partes do discurso*, então, integram a primeira dessas três partes, e são compreendidas como *ordens de ideias* que configuram o pensamento. Em relação a essas classes, Ribeiro (1881, p. 51) menciona duas abordagens possíveis: a primeira delas se dá na distribuição entre *nomes* ("que representam os objetos, ou as cousas sobre que exerce-se a comparação ou juizo"), *verbos* ("que representam a existencia da comparação, ou a relação") e *particulas* ("que representam a natureza da relação"). Como exemplo dessa primeira distribuição, o autor apresenta a seguinte análise:

> « *Pedras não são sensiveis* ». « *Pedras* » e « *Sensiveis* » exprimem as idéias que representam as cousas comparadas; « *são* » indica a existencia de uma relação entre *sensiveis* e *pedras*; « *não* » mostra a natureza de discordancia ou de desconveniencia que tem essa relação (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 52, grifos do autor).

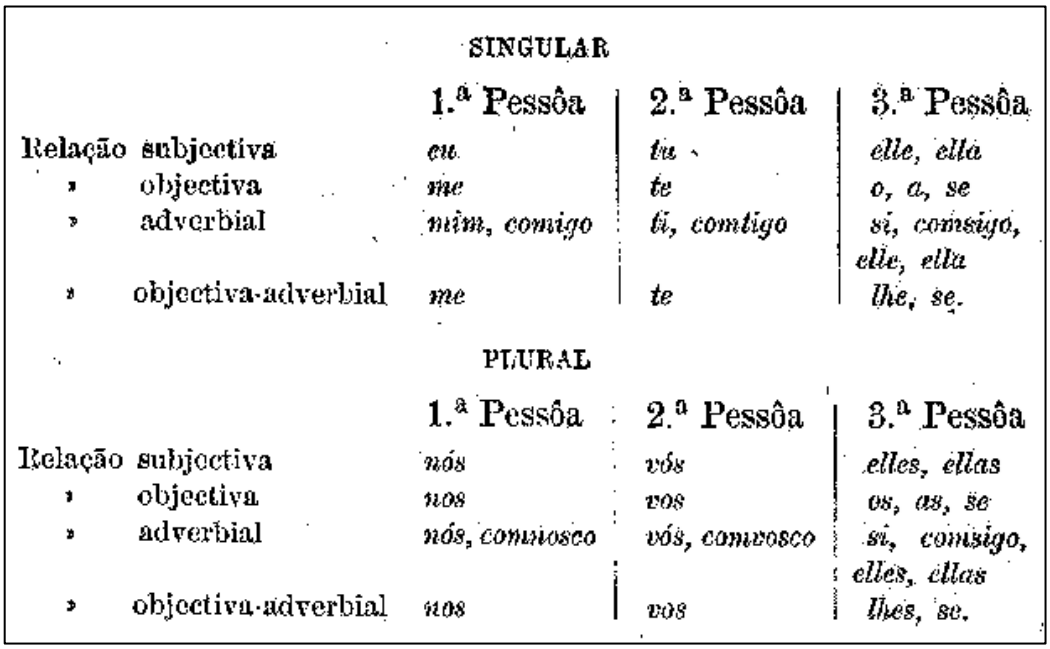
A segunda distribuição possível das partes do discurso corresponde à divisão em oito categorias: *Substantivo*, *Artigo*, *Adjectivo*, *Pronome*, *Verbo*, *Preposição*, *Conjunção* e *Adverbio*. Além destas, Julio Ribeiro (1881) menciona que os gramáticos consideravam o *Participio* e a *Interjeição* como classes de palavras – posicionamento este em relação ao qual o autor marca a sua contraposição, e argumenta em favor disso ao tomar o *participio* como parte integrante do verbo e a *interjeição* como um instinto relacionado ao som, e não à palavra em si.

Apesar dessa divisão em duas classificações, o autor identifica um "perfeito acordo" entre elas: "na categoria do nome incluem-se o substantivo, o artigo, o adjectivo e o pronome; na do verbo compreende-se o verbo; na da particula filiam-se a preposição, a conjuncção e o adverbio" (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 52). Na abordagem dos conteúdos, ele adota a segunda distribuição.

Entre as oito *classes de palavras*, então, está a classe dos *pronomes*, que são definidos como palavras utilizadas no lugar do substantivo. Na apresentação do paradigma pronominal, o autor considera, ainda, uma subdivisão dentro dessa *classe*: os *pronomes substantivos* e os *pronomes adjectivos*. Os *pronomes substantivos* seriam aqueles que substituem um substantivo sem, no entanto, limitá-lo. Fazem parte dessa categoria os denominados *pronomes pessoaes* (*eu, tu, elle, nós, vós, elles*), que se dirigem às três *pessoas do discurso*: a primeira, *quem fala* (*eu, nós*); a segunda, *o interlocutor* (*tu, vós*); e a terceira, *o assumpto* (*elle, elles*). Já os *pronomes adjectivos* seriam aqueles que substituem o substantivo e, ao mesmo tempo, o limitam. Julio Ribeiro (1881) inclui como subdivisão dessa categoria os pronomes *demonstrativo, distributivo, conjunctivo, possessivo* e *indefinido*.

Os *pronomes* serão retomados apenas na "Secção segunda – Kampenomia", onde o autor expande o paradigma pronominal e apresenta suas diferentes flexões segundo observamos na Figura 5:

Figura 5 – Paradigma flexional dos *pronomes substantivos* ou *pessoaes* em Julio Ribeiro (1881)



SINGULAR

	1.ª Pessôa	2.ª Pessôa	3.ª Pessôa
Relação subjectiva	*eu*	*tu*	*elle, ella*
» objectiva	*me*	*te*	*o, a, se*
» adverbial	*mim, comigo*	*ti, comtigo*	*si, comsigo, elle, ella*
» objectiva-adverbial	*me*	*te*	*lhe, se.*

PLURAL

	1.ª Pessôa	2.ª Pessôa	3.ª Pessôa
Relação subjectiva	*nós*	*vós*	*elles, ellas*
» objectiva	*nos*	*vos*	*os, as, se*
» adverbial	*nós, comnosco*	*vós, comvosco*	*si, comsigo, elles, ellas*
» objectiva-adverbial	*nos*	*vos*	*lhes, se.*

Fonte: Ribeiro (1881, p. 98).

A partir desta Figura, já podemos perceber a aglutinação dos hoje chamados pronomes oblíquos átonos num mesmo grupo, relacionado aos *pronomes pessoais*. A inclusão de *o* e *a*, nas formas singular e plural, como parte desse paradigma pronominal configura-se, também, como um marco importante na história da gramatização da colocação pronominal, pois, como vimos, havia grande relutância por parte de alguns dos gramáticos em considerar esses elementos como *pronomes*, a exemplo de Moraes Silva (1806), no *período embrionário*, e Beserra (1861), já no *período racionalista*. Em Julio Ribeiro (1881), as formas *o(s)* e *a(s)* são considerados, juntamente com as formas *me, te, se, lhe(s), nos* e *vos*, *pronomes* de relação *objectiva*, que exercem a função de objeto do verbo, e *pronomes* de relação *objectiva adverbial*, cuja função tanto se assemelha ao objeto quanto ao advérbio. Além disso, o autor menciona como parte das possíveis operações dessas formas a junção de *lhes* com *o(s)* e *a(s)*, que geraria as formas *lho(s)* e *lha(s)*. Como exemplos disso, o autor recorre a excertos de dois poetas portugueses: Guilherme Braga (1845-1874) e Luís de Camões (1524-1579/1580).

O último dado importante para a história da gramatização da colocação pronominal que aparece na *Parte I* dessa obra está no fato de que o autor menciona, na página 99, que "**[*o*], *a, os, as, me, te, se, lhe, nos, vos, lhes* chamam-se pronomes *encliticos*** por isto que sempre se acostam ao verbo **depois** do qual vêm, ex.: « *Viu-a – dizem-me*, etc »" (JULIO

RIBEIRO, 1881, p. 99, negritos nossos). Neste trecho, temos uma nova ocorrência do termo *enclíticos*, aqui explicitamente marcado como referente desses *pronomes objectivos* e *objectivos-adverbiais*. Mais uma vez, o autor não apresenta uma definição desse termo, ainda que sua relação com a posposição à forma verbal decorra de tal concepção. Isso fortalece a nossa hipótese de que este já haveria, no imaginário do início do *período "científico"*, uma ideia corrente para esse termo, uma vez que a delimitação do conceito em si se faz ausente e, ao mesmo tempo, ele fora também mencionado em obras anteriores. Ainda assim, ressaltamos que esta é a primeira vez, na narrativa aqui empreendida, em que a relação entre os *enclíticos*, os pronomes oblíquos átonos e a ideia de posposição é estabelecida, à semelhança da *ênclise* em nossos dias, tornando-se então um novo marco na história da gramatização da colocação pronominal.

Avancemos, agora, para a segunda parte da obra, "Syntaxe". Ribeiro (1881, p. 193) compreende que a *syntaxe* "considera as palavras como relacionadas umas com outras na construcção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito á sua estructura, quer sejam simples, quer se componham de membros ou de clausulas". Entre as diversas relações sintáticas introduzidas pelo autor ao longo desta segunda parte, encontramos no "Livro terceiro – Regras de syntaxe" a seção IV, especificamente dedicada à normatização da *syntaxe* dos *pronomes*, onde é explicitamente trabalhada, entre outras questões, a colocação pronominal. Nesta seção IV, nos deparamos com sete parágrafos que topicalizam diferentes aspectos sintáticos relacionados aos pronomes. Para nossos propósitos, destacam-se especificamente dois: o segundo e o terceiro.

No "§2º Pronomes substantivos em relação objectiva adverbial" da seção IV, o autor afirma que os *pronomes substantivos em relação objectiva adverbial* equivalem a *pronomes substantivos em relação adverbial*, que complementam as preposições *a* e *de*, conforme podemos observar na Figura 6:

Figura 6 – Equivalência entre os *pronomes substantivos objectivos adverbiais* e os *pronomes substantivos adverbiais* em Julio Ribeiro (1881)

me	equivale	a	*a mim*	ou	a *de mim*
te	»	»	*a ti*	»	» *de ti*
se	»	»	*a si*	»	» *de si*
nós	»	»	*a nós*	»	» *de nós*
vos	»	»	*a vós*	»	» *de vós*
se	»	»	*a si*	»	» *de si.*

Fonte: Ribeiro (1881, p. 220).

Desse modo, o pronome *me* equivaleria às formas *a mim* ou *de mim*; *te* equivaleria às formas *a ti* e *de ti*; e assim sucessivamente. Além disso, o autor também relaciona o uso desses pronomes ao dos *adjectivos possessivos*, apresentando exemplos como a frase "Elle me é pae", que equivaleria a "Ele é pae meu". Isso traz informações valiosas à história aqui pretendida, pois nos permite compreender que, apesar dessas duas formas serem consideradas como parte de uma mesma classe (a dos pronomes), é o aspecto da significação que denota suas diferenças, sendo este um fator relevante na caracterização dos pronomes que se faz presente desde o *período embrionário* até o *período "científico"*.

O "§3º Posição e influencia dos pronomes substantivos em relação subjectiva, objectiva e objectiva adverbial" é onde encontramos, na obra de Julio Ribeiro (1881), o tópico 429, especificamente dedicado à abordagem do que chamamos colocação pronominal, isto é, do posicionamento dos *pronomes objectos me, te, se, lhe(s), nos, vos, o(s), a(s)*. Vejamos o Quadro 7, no qual sistematizamos as regras e as exceções determinadas pelo autor:

Quadro 7 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Julio Ribeiro (1881)

Caso	Subcasos	Regra	Exemplo	Exceção
(1) Verbos no indicativo	a) Tempos simples	Antepõe-se ou pospõe-se indifferentemente.	*Eu **te** amo;* *Amo-**te**.*	Futuro
	b) Futuro	Antepõe-se.	*Tu **me** verás.*	–
	c) Tempos compostos	Antepõe-se ou pospõe-se ao auxiliar.	*Nos **o** temos visto;* *Temol-**o** visto.*	Futuro anterior
	d) Futuro do anterior	Antepõe-se sempre ao auxiliar.	*Tu **nos** terás visto;* *Elle **o** terá querido.*	–
	e) Tempos simples dos verbos pronominaes, e em todas as pessôas verbaes que têm o accento tonico sobre a ultima ou sobre a penultima syllaba, exceptuado sempre o futuro	Antepõe-se ou pospõe-se, comtanto que não resulte equivoco ou collisão de sons.	*Eu **me** queixei;* *Queixei-**me**;* *Eu **me** queixo;* *Queixo-**me**.*	Estas construcções « *Vós queixais-VOS – Nós queixavamos-NOS* » offendem o ouvido: deve-se dizer « *Vós vos queixais – Nós nos queixamos* ».
	f) Sentenças negativas	Geralmente antepõe-se.	*Elle não **me** quer.*	–
(2)	a) Sentenças affirmativas	Pospõe-se sempre.	*Mata-**me**;* *Julgae-**me** vós.*	–

Verbos no imperativo	b) Sentenças negativas, em as quaes o imperativo é substituido pelo subjunctivo	Antepõe-se, continuando posposto o pronome sujeito.	*Não **me** descubras tu!*	–
(3) Verbos no condicional	–	Antepõe-se sempre.	*Tu **me** matarias; Vós **me** julgarieis.*	–
(4) Verbos no subjunctivo	–	Antepõe-se sempre.	*Que elle **me** veja; Si nós **o** soubéssemos; Si elles não **nos** tivessem avisado; Quando elles não **me** tenham visto.*	Nos tempos do subjunctivo precedidos de *quando*, *como*, *si*, *etc*, encontra-se não raro o pronome objecto antes da negação, ex.: « Si tu ME não tivesses dito — Quando eu o não descubra ».
(5) Verbo no infinitivo pessoal	–	Antepõe-se ao sujeito.	*Descobrires-**me** tu.*	Si, porém, a phrase do infinito pessoal é complemento de uma preposição, o sujeito antepõe-se ao pronome objecto, e ambos ao verbo, ex.: « Para TU ME descobrires — Sem vós ME verdes». Póde-se também dizer, deixando o sujeito depois do verbo « Sem o vermos NÓS ».
(6) O pronome objecto e a partícula apassivadora	–	Nunca devem começar a sentença.	Seria incorrecto dizer: ***Te** vejo sempre; **Se** contam cousas horríveis.* Deve-se dizer: *Vejo-**te** sempre; Contam-**se** cousas horríveis.*	–
(7) Verbos no indicativo futuro e no condicional imperfeito	–	Insere-se por tmese o pronome objecto entre o radical do verbo e a sua terminação.	*Amar-**te**-á; Ver-**te**-ia.*	Si o sujeito do verbo neste caso está claro e é representado por pronome substantivo, melhor será construir « ELLE TE amará — Elle TE veria ».
(8) Com o sujeito oculto	a) Nas sentenças negativas	O pronome objeto antepõe-se sempre.	*Não **te** espero mais; Não **me** fallarias assim; Si **o** não quiserem.*	–
	b) Com o verbo no infinitivo pessoal	É indifferente antepor ou pospôr o pronome objeto.	*Sem **o** ter; Sem tel-**o**.*	–

(9) Com dous verbos no infinitivo	–	Colloca-se o pronome objecto antes do primeiro, ou depois do segundo, ou entre ambos.	*Sem **nos** poder ver;* *Sem poder ver-**nos**;* *Sem poder **nos** vêr.*	–

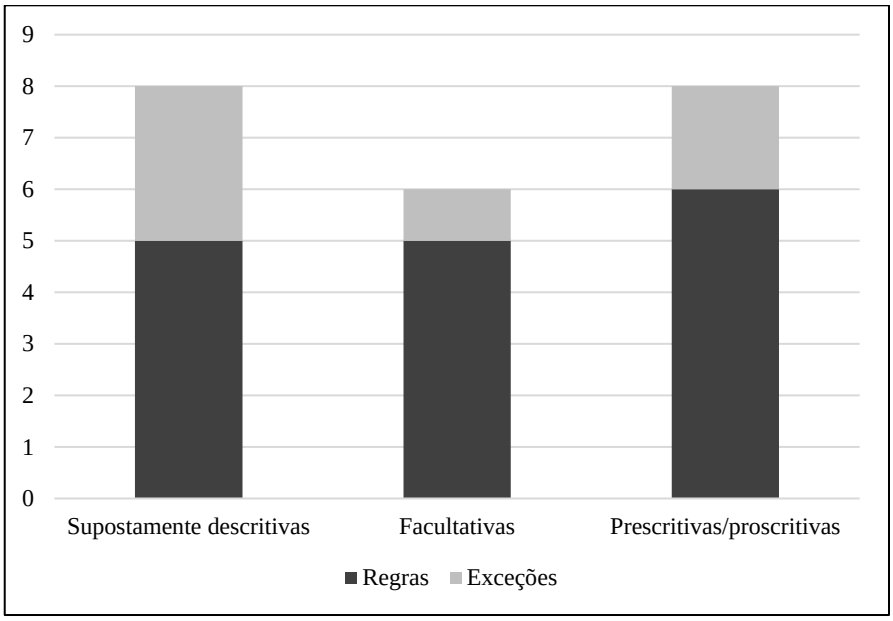
Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: □ normas supostamente descritivas; ■ normas em que consta facultatividade; ■ normas de caráter explicitamente prescritivo e/ou proscritivo.

Identificamos, a partir do Quadro 7, a presença de 16 regras (ou *preceitos*, nos termos do autor) de posicionamento dos *pronomes objetos*: elas se distribuem em nove casos, sendo três deles divididos em subcasos. Além disso, há seis exceções.

Na disposição dessas normas, o autor procura fazer uso de uma linguagem neutra, impessoal, que se identificaria mais com uma abordagem *descritiva* do que *prescritiva* ou *proscritiva*. Esse aspecto faz jus à proposta de *Grammatica* defendida na "Introducção" da obra, na medida em que se considera a gramática como responsável pela exposição metódica dos fatos da língua. Desse modo, o aparente tom descritivista manteria a unidade da abordagem gramaticográfica com os pressupostos teóricos da obra.

Contudo, isso não isenta de todo a gramática de Julio Ribeiro (1881) da regulamentação da língua. De fato, ainda no Quadro 7, discriminamos as regras e exceções em três categorias: (i) normas supostamente descritivas – sem marcação explícita de imposição ou arbitrariedade; (ii) normas em que consta facultatividade – marcadas por mais de uma possibilidade de uso; (iii) normas de caráter explicitamente prescritivo e/ou proscritivo – marcadas, em geral, pela presença do advérbio "sempre" ou pela ideia de "dever". Em termos quantitativos, essas regras correspondem aos números expostos no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Julio Ribeiro (1881)



Fonte: Elaboração própria (2021).

A partir desse Gráfico, podemos perceber que o total de regras e exceções supostamente descritivas (oito) é exatamente o mesmo que o das prescritivas/proscritivas (oito), e maior apenas do que o das facultativas (seis). Todavia, essa diferença não seria quantitativamente significativa. Com isso, a aparente predominância do caráter descritivo da obra se desfaz, dando lugar à percepção de um equilíbrio entre a continuidade da abordagem da colocação pronominal originada na tradição gramatical e a tentativa de ruptura de seu autor.

No que diz respeito às regras, a gramática de Julio Ribeiro (1881) apresenta cinco supostamente descritivas (1b, 1f, 2b, 5, 7), cinco facultativas (1a, 1c, 1e, 8b, 9) e seis prescritivas/proscritivas (1d, 2a, 3, 4, 6, 8a). Entre as últimas, destacamos especialmente o caso (6), no qual o autor afirma que o *pronome objecto* e a *particula apassivadora* **nunca devem** iniciar a sentença. A proibição e a marcação de um *dever* relacionado a esse posicionamento sinalizam justamente que o falante de uma variedade que correspondesse àquele tipo de uso deveria substituí-lo pela forma considerada correta.

Também se encontram, nesse quadro normativo, as exceções, que especificam casos em que se seguiria um caminho diferente das regras dispostas. Entre elas, contamos três supostamente descritivas (1a, 1c, 4), uma facultativa (5) e seis prescritivas/proscritivas (1e, 7). Curiosamente, as duas exceções *prescritivas* são, também, necessariamente *proscritivas*: em (1e), o autor determina a anteposição para que não haja **offensa** ao ouvido; e em (7),

ainda que não haja uma proibição explícita, o autor afirma que seria **melhor** fazer uso de uma determinada colocação. Em ambos estes casos, os termos aqui destacados trazem juízos de valor acerca de determinados usos, seja através de uma condenação explícita (a ofensa), seja através da predileção e orientação ao uso de uma determinada variedade (a primazia).

Todo o quadro normativo é acompanhado por exemplos. Estes correspondem a frases curtas, elaboradas pelo próprio autor, para demonstrar a sua aplicabilidade na construção do texto. Isso significa que o recorte de língua evidenciado por ele, nessa disposição de regras e exceções, é feito a partir da sua própria intuição.

O último fato a que chamamos anteção, no Quadro 9, é que o autor não utiliza de aparatos terminológicos específicos para se referir à posição do *pronome* em relação ao verbo: Julio Ribeiro (1881) trata da *anteposição*, da *posposição* e da *inserção do pronome por tmese*. Isso nos leva a crer que tanto *tmese* quanto *encliticos* seriam termos relacionados a fenômenos da língua que não se dirigiam especificamente à colocação pronominal, ainda que mantivessem uma relação direta com ela.

A *tmese*, ainda que figure na própria formulação da regra (7), não diz respeito à posição do *pronome*, mas sim ao modo como ele é inserido entre o radical do verbo e a sua desinência.[49] De semelhante modo, os *encliticos* são explicitamente retomados nos tópicos 430-432, posteriores à exposição das regras de sintaxe, nos seguintes termos:

> 430. Os pronomes substantivos em relação objectiva ou objectiva adverbial que seguem o verbo são considerados ***encliticos***, e ligados por um **hyphen** ex.: « Ama-me – Dei-te um livro ».
> 431. Quando completando a significação de um verbo, vêm dous pronomes substantivos, um em relação objectiva e outro em relação objectiva adverbial, este, que representa o dativo latino, vai em primeiro logar; ambos são considerados **encliticos** e presos ao verbo por **hyphens**, ex.: « *Vendeu-mo* (vendeu-me-o) – *Tomou-lha* (tomou-lhe-a) ».
> 432. Vindo, porém, *se* na construcção, é elle que sempre occupa o primeiro logar, embora esteja em simples relação objectiva, ex.: « *Converte-se-me o filho – Imputa-se-me um erro* » (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 224).

Contudo, o fato de se afirmar que esses *pronomes*, seguindo tais posicionamentos, são *encliticos* não determina ser esta a definição de *encliticos*. Desse modo, reafirmamos a hipótese de que este já seria um conceito em certa medida naturalizado, nesta época, e que não se definia pelo posicionamento dos pronomes.

[49] Como vimos, o autor chama de *tmese* a figura de linguagem que consiste na divisão de uma palavra e inserção de outras em seu interior; como, porém, esta definição não se refere especificamente à relação entre pronomes e verbos, compreendemos que o posicionamento pronominal seja, na visão do autor, uma consequência do deslocamento por *tmese*, e não a *tmese* em si.

Outras questões são mencionadas, entre os tópicos 433 e 438, agora relacionadas a transformações no âmbito fonológico decorrentes desse posicionamento dos *pronomes objectos*:

> 433. *O, a, os, as,* vindo depois de uma fórma de verbo terminada em *r, s,* ou *z* fazem com que qualquer dessas modificações se mude em *l,* ex.: « *Amal-o – amamol-o – fil-o* » por « *Amal-o – amamos-o – fiz-o* ».
> 434. *O, a, os, as,* tambem convertem em *l* o *s* das fórmas *nos, vos,* ex.: « *Nol-o – Vol-a* » por « *Nos-o – Vos-a* ».
> 435. *O, a, os, as,* vindo depois de um verbo terminado por voz ou diphtongo nasal, exigem a intercalação de um *n* euphonico, ex.: « *Tem-no – Dizem-no – Dão-no – Amavam-no* ».
> 436. *O, a, os, as*, absorvem o *e* das fórmas *me, te, lhe,* ex.: « *Mo – ta – lhos* >> por « *Me-o – te-a – lhe-os* ».
> 437. *O, a, os, as,* em concurso com *lhes* exigem a queda do *s*, absorvem o *e*, e formam « *Lho – Lha – Lhos – Lhas* (258) ».
> 438. *Nos, vos,* quando seguem immediatamente as fórmas verbaes em *mos,* exigem a queda do *s* dessas fórmas, ex.: « *Amamo-nos – Queremo-vos* » por « *Amamos-nos – Queremos-vos* » (JULIO RIBEIRO, 1881, p. 224, grifos do autor).

É interessante percebermos que essas regras de cunho fonológico inserem no campo da colocação pronominal as formas *mo*, *to*, *lho* e suas variações de gênero e número. Havia, portanto, uma discriminação entre *regras sintáticas* e *regras fonológicas* atreladas ao posicionamento dos *pronomes objectos*.

Diante de tudo isso, entendemos que, neste primeiro momento do *período "científico"*, o processo de gramatização da colocação pronominal já se encontra em um nível avançado, pois dois dos três elementos que compõem a concretização deste processo já estão bem delimitados:

(i) o uso de *exemplos* como recurso normativo;

(ii) a *disposição de regras*, mais ou menos explícitas.

Contudo, o terceiro elemento do processo de gramatização, que corresponde à *categorização das unidades*, ainda estaria em desenvolvimento. Isto porque, apesar de já nos deparamos com termos teóricos mais globais bem definidos (como as categorias *pronome* e *pronome objecto*), termos teóricos mais específicos (como *tmese* e *encliticos*, ou os atuais *próclise*, *mesóclise* e *ênclise*) ainda não haviam se estabelecido. Por isso, entendemos que, na obra de Julio Ribeiro (1881), a gramatização desse fenômeno linguístico ainda não havia alcançado uma consolidação.

5.3.2 *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1885)

A próxima gramática a integrar nossa análise do *período "científico"* é a 2ª edição da mesma *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, cuja publicação data de 1885. A proposta apresentada pelo autor, conforme apontamos no Capítulo 4 (cf. 4.2.9), é de que esta seria uma edição "refundida e muito argumentada" do texto original. Desse modo, contrapomos as duas edições a fim de identificar em que medida esta edição se aproxima ou se distancia da primeira. Ressaltamos o fato de que, no que diz respeito ao processo de gramatização da colocação pronominal, grande parte das informações trazidas pelo autor permanecem as mesmas; entretanto, pudemos observar algumas modificações, as quais relatamos nos parágrafos a seguir.

A primeira diferença significativa para nosso estudo está na ausência da transcrição do texto de Lucindo Filho, no "Livro primeiro – elementos materiaes das palavras". Em seu lugar, o autor diz:

> Sobre escreverem-se com ou sem *h* as terminações do futuro do indicativo e do imperfeito do condicional dos verbos, não ha e nem pode haver duvida fundada: o *h* deve ser eliminado. Com effeito, em *amar-te-ei, far-te-ia* e outras fórmas similares, *amarei, faria* etc. scindem-se em *amar-ei far-ia*, e no ponto de scisão insere-se por tmese um pronome pessoal no objectivo ou no objectivo adverbial. Nada mais simples. A querer-se, por amor da etymologia, escrever *amar-te-hei, far-nos-hias* tambem se deverá escrever *amarhei, farhias* nos casos mais simples. A não usar-se do *h* etymologico nestes ultimos, tambem não se poderá usar nos primeiros (JULIO RIBEIRO, 1885, p. 42).

Enquanto o texto de Lucindo Filho atravessava quase cinco páginas da gramática, o argumento agora trazido pelo próprio Julio Ribeiro (1885) diz respeito a apenas um parágrafo. Entretanto, é importante destacarmos que o mesmo ponto de vista é defendido em ambas as passagens. Em outras palavras, ainda que haja uma atualização textual, a mesma ideia continua a ser defendida.

A segunda diferença se encontra nas *regras de colocação* expostas na *syntaxe*. Na seção anterior (cf. 5.3.1), vimos que, na edição de 1881, Julio Ribeiro apresenta 16 regras e seis exceções referentes ao posicionamento dos *pronomes objetos*, as quais mapeamos e expusemos no Quadro 7. Nesta nova edição da obra, duas das normas anteriormente expostas foram excluídas[50] e uma foi atualizada[51]. Vejamos o Quadro 8:

[50] O subcaso (1b) e a regra (3) (cf. Quadro 7).
[51] A regra (5), antes regra (6) (cf. Quadro 7).

Quadro 8 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Julio Ribeiro (1885)

Caso	Subcasos	Regra	Exemplo	Exceção
(1) Verbos no indicativo	a) Tempos simples	Antepõe-se ou pospõe-se indifferentemente.	*Eu **te** amo;* *Amo-**te**.*	Futuro
	b) Tempos compostos	Antepõe-se ou pospõe-se ao auxiliar.	*Nos **o** temos visto;* *Temol-**o** visto.*	Futuro anterior
	c) Futuro do anterior	Antepõe-se sempre ao auxiliar.	*Tu **nos** terás visto;* *Elle **o** terá querido.*	–
	d) Tempos simples dos verbos pronominaes, e em todas as pessôas verbaes que têm o accento tonico sobre a ultima ou sobre a penultima syllaba, exceptuado sempre o futuro	Antepõe-se ou pospõe-se, comtanto que não resulte equivoco ou collisão de sons.	*Eu **me** queixei;* *Queixei-**me**;* *Eu **me** queixo;* *Queixo-**me**.*	Estas construcções « *Vós queixais-VOS – Nós queixavamos-NOS* » offendem o ouvido: deve-se dizer « *Vós vos queixais – Nós nos queixamos* ».
	e) Sentenças negativas	Geralmente antepõe-se.	*Elle não **me** quer.*	–
(2) Verbos no imperativo	a) Sentenças afirmativas	Pospõe-se sempre.	*Mata-**me**;* *Julgae-**me** vós.*	–
	b) Sentenças negativas, em as quaes o imperativo é substituido pelo subjunctivo	Antepõe-se, continuando posposto o pronome sujeito.	*Não **me** descubras tu!*	–
(3) Verbos no subjunctivo	–	Antepõe-se sempre.	*Que elle **me** veja;* *Si nós **o** soubéssemos;* *Si elles não **nos** tivessem avisado;* *Quando elles não **me** tenham visto.*	Nos tempos do subjunctivo precedidos de *quando*, *como*, *si*, *etc*, encontra-se não raro o pronome objecto antes da negação, ex.: « Si tu ME não tivesses dito — Quando eu o não descubra ».
(4) Verbo no infinitivo pessoal	–	Antepõe-se ao sujeito.	*Descobrires-**me** tu.*	Si, porém, a phrase do infinito pessoal é complemento de uma preposição, o sujeito antepõe-se ao pronome objecto, e ambos ao verbo, ex.: « Para TU ME descobrires — Sem vós ME verdes».

				Póde-se também dizer, deixando o sujeito depois do verbo « Sem o vermos NÓS ».
(5) O pronome objecto, a partícula apassivadora e o pronome em relação objectiva adverbial	–	Nunca devem começar a sentença.	Seria incorrecto dizer: ***Me*** *querem lá;* ***Te*** *vejo sempre;* ***Nos*** *parece;* ***Vos*** *ofereço;* ***Lhe*** *digo;* ***Lhes*** *peço.* ***Si*** *contam cousas feias;* ***Si*** *diz que elle vai.* Deve-se dizer: *Querem-**me** lá;* *Vejo-**te** sempre* etc.	–
(6) Verbos no indicativo futuro e no condicional imperfeito	–	Insere-se por tmese o pronome objecto entre o radical do verbo e a sua terminação.	*Amar-**te**-á;* *Ver-**te**-ia.*	Si o sujeito do verbo neste caso está claro e é representado por pronome substantivo, melhor será construir « ELLE TE amará — Elle TE veria ».
(7) Com o sujeito oculto	a) Nas sentenças negativas	O pronome objeto antepõe-se sempre.	*Não **te** espero mais;* *Não **me** fallarias assim;* *Si **o** não quiserem.*	–
	b) Com o verbo no infinitivo pessoal	É indifferente antepor ou pospôr o pronome objeto.	*Sem **o** ter;* *Sem tel-**o**.*	–
(8) Com dous verbos no infinitivo	–	Colloca-se o pronome objecto antes do primeiro, ou depois do segundo, ou entre ambos.	*Sem **nos** poder ver;* *Sem poder ver-**nos**;* *Sem poder **nos** vêr.*	–

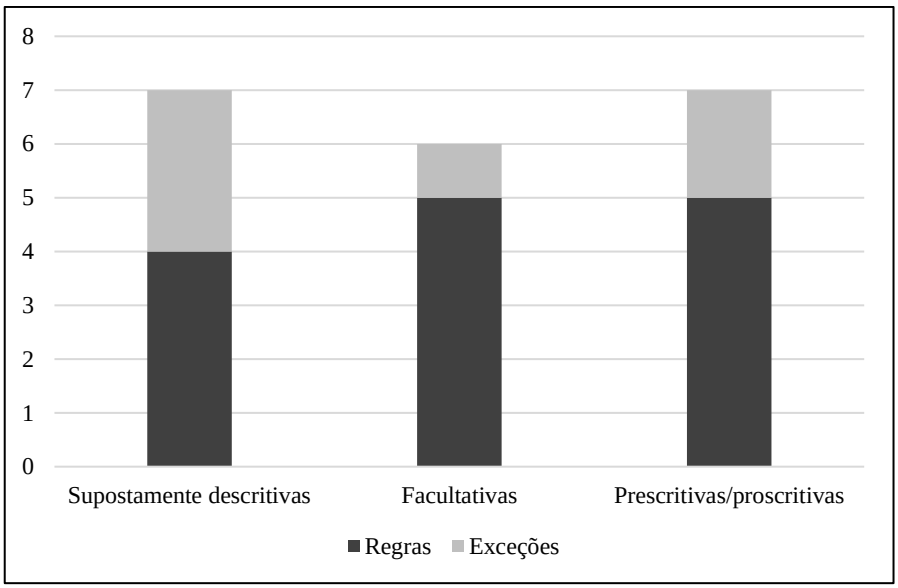
Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: □ normas supostamente descritivas; ■ normas em que consta facultatividade; ■ normas de caráter explicitamente prescritivo e/ou proscritivo.

Conforme podemos observar neste Quadro, a edição de 1885 da gramática de Julio Ribeiro aborda 14 das 16 regras anteriormente expostas, as quais agora se distribuem em oito casos, sendo três deles divididos em subcasos, além das seis exceções.

Chamamos a atenção para o fato de que, além do acréscimo do *pronome em relação objectiva adverbial* entre as proscrições na regra (5), o autor também acrescenta exemplos de ordem prescritiva: “Deve-se dizer *Querem-me lá, Vejo-te sempre,* etc.” (JULIO RIBEIRO, 1885, p. 246). Em termos quantitativos, as relação entre suposta descrição,

facultatividade e prescrição/proscrição da constituição das regras pode ser vista no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Julio Ribeiro (1885)



Fonte: Elaboração Própria (2021).

A partir do Gráfico 3, podemos perceber que o total de regras e exceções supostamente descritivas (sete) ainda permanece sendo exatamente o mesmo que o das prescritivas/proscritivas (sete) e maior apenas do que o das facultativas (seis), que não se modificam em relação à gramática de 1881. Outro aspecto a ser ressaltado é que, especificamente em relação às regras, a quantidade daquelas supostamente descritivas agora se torna inferior às demais, sendo as exceções as responsáveis pela manutenção do equilíbrio entre essas classificações. Com isso, reiteramos a continuidade da abordagem de Julio Ribeiro (1885) em relação àquela originada na tradição gramatical.

A terceira e última diferença está entre os tópicos 447 e 456 – que correspondem aos tópicos 430 a 438 da edição de 1881. As nove regras presentes no texto original permanecem inalteradas na obra de 1885; uma décima (tópico 450), porém, é acrescentada:

> Os pronomes substantivos em relação objectiva ou objectiva adverbial admittem uma construcção especialissima usada antigamente pela gente culta, e hoje só **pelo povo rude em Portugal**. O pronome sujeito pospõe-se ao pronome objecto ou em relação objectiva adverbial, ex.: « Si vos é grave de **VOS EU bem querer** – E' como **A TU queres** – E' como **LHE EU digo** – Assim que **LHE NÓS garantimos** » (JULIO RIBEIRO, 1885, p. 249, negritos nossos).

Apesar de se tratar de uma regra mais específica da posição do *pronome sujeito*, nos chama a atenção o fato de que Julio Ribeiro (1885) retrata esta estrutura como específica do chamado *povo rude* de Portugal. Ainda que seja associada a um nicho "inculto" de falantes da língua, tal estrutura não chega a ser explicitamente condenada pelo autor; de fato, ao mesmo tempo que a rudeza dessa construção sintática é evidenciada ao leitor, sua possível ocorrência é amenizada pela associação ao antigo uso culto.

Além dessas modificações, três conceitos secundários que analisamos na seção anterior sofrem modificações em sua abordagem nesta edição. Primeiro, nas regras de *syntaxe dos pronomes substantivos em relação objectiva adverbial*, o autor insere outras informações acerca dos pronomes *eu* e *nós*, além de um exemplo extraído de Virgílio. Depois, na abordagem da *Taxeonomia*, as agora chamadas *palavras*[52] são divididas apenas nos oito *grupos* ou *categorias*: *Substantivo, Artigo, Adjectivo, Pronome, Verbo, Adverbio, Preposição e Conjuncção*. Esses oito *grupos*, por sua vez, se distribuem em três *divisões naturaes*: (i) palavras independentes e capazes de formar sentenças por si e entre si (*substantivo, pronome e verbo*); (ii) palavras qualificadoras, dependentes e que descrevem ou limitam aquelas que acompanham (*artigo, adjectivo e adverbio*); e (iii) palavras conectivas, que unem palavras ou sentenças (*preposição* e *conjunção*). Por fim, a *secção segunda* passa a ser intitulada ou *Kampenomia*, ou *Ptoseonomia*[53]. Contudo, nenhuma dessas alterações afeta de modo significativo a gramatização da colocação pronominal, uma vez que não são as responsáveis pelas transformações em sua abordagem.

5.3.3 *Noções de Grammatica Portugueza*, de Pacheco & Lameira (1887)

No capítulo anterior (cf. 4.2.10), dissemos que a obra *Noções de Grammatica Portugueza*, de Pacheco & Lameira (1887), foi elaborada segundo o programa para exames gerais preparatórios apresentado pelo governo. Como tal, está alinhada a uma perspectiva tradicional, tendo como principal propósito o ensino dos conteúdos gramaticais. Sua estrutura é divida em lições, que por sua vez se organizam em tópicos.

Na primeira lição, os autores diferenciam três tipos de gramática. A *grammatica geral* é entendida, à semelhança do que vimos em Julio Ribeiro (1881; 1885), como o estudo dos fatos da linguagem em toda a sua extensão. Nas palavras de Pacheco & Lameira (1887,

[52] Antes, *partes do discurso* (JULIO RIBEIRO, 1881).
[53] Antes, apenas *Kampenomia* (Ibid.).

p. 5), é "o conjuncto dos processos communs a muitas linguas comparadas", o que se traduz no propósito de coordenar as semelhanças e divergências dos vários processos linguísticos envolvidos na expressão do pensamento das diversas línguas. Já a *grammatica historica ou comparativa* é aquela que "emprega a *historia* e a *comparação* como instrumentos verificadores da linguagem" (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 6). Segundo os autores, seria ela a responsável pela "dissecação scientifica dos vocábulos", que compreende a reconstituição das diferentes formas das palavras ao longo do tempo. Por último, a *grammatica descriptiva ou expositiva* seria a "codificação empyrica, a exposição analytica dos factos da linguagem" (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 7), cuja finalidade é a classificação, a definição e a explificação dos materiais das línguas.

Pacheco & Lameira (1887, p. 7) afirmam que o objeto da *grammatica portugueza* é "o estudo geral, descriptivo, historico, comparativo e coordinativo" daquilo que constitui a língua portuguesa. Ela se divide em duas partes: (i) *lexycologia*, que trata da palavra individualmente e engloba a *phonologia* e a *morphologia*; e (ii) *syntaxe*, que trata do conjunto das palavras na construção da frase segundo as perspectivas *grammatical* e *literaria*. As lições que se seguem na constituição da obra abordam cada uma dessas partes; aqui, destacamos aquelas que se relacionam à gramatização da colocação pronominal.

Nas obras anteriormente estudadas, vimos que o conceito de *encliticas* era apresentado entre os fenômenos fonológicos, relacionado à atonicidade de determinadas palavras. Nesta obra, porém, nenhum dos temas estudados na parte da *phonologia* (da segunda à quinta lições) faz jus a este conceito, o que sinaliza um movimento de ruptura em relação a tal abordagem.

A partir da sexta lição, é retratada a *morphologia*, entendida pelos autores como a parte da gramatica que estuda a forma, a flexão e a classificação das palavras – esta última chamada *taxionomia*. Na sétima lição, Pacheco & Lameira (1887) apresentam possíveis classificações, tendo em vista dois critérios:

(i) *significação* – divide-se em *substantivo, adjectivo, pronome, verbo, adverbio, preposição, conjuncção* e *interjeição*;

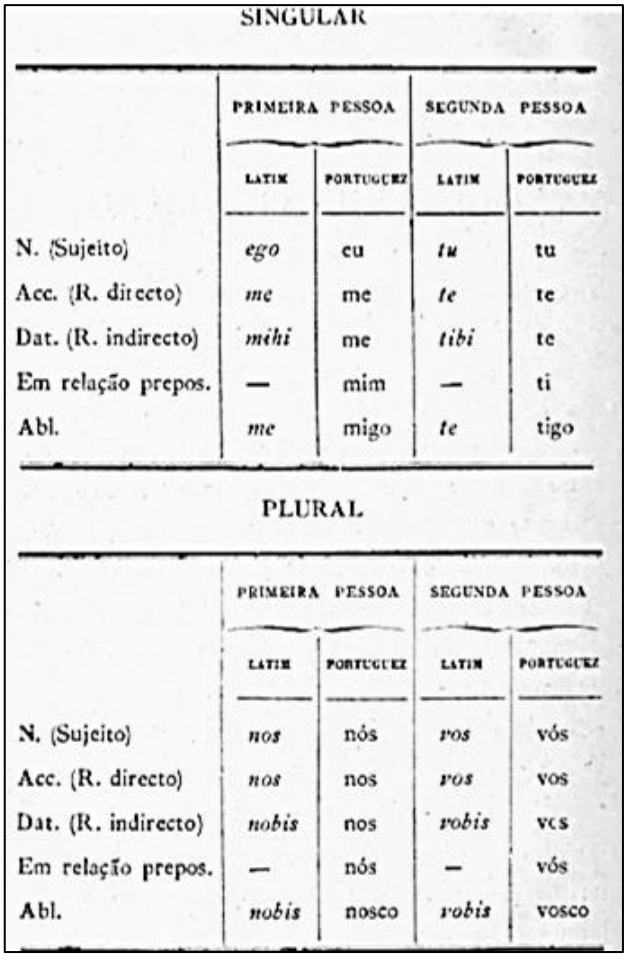
(ii) *funcções naturaes* – divide-se em *nominativas* ou *ideaes* (dependentes e independentes: seres, substancias, qualidades, ações, estados); *connectivas* ou *relativas* (tempo, lugar, quantidade, causa, efeito etc.).

Os *pronomes*, nesse sentido, correspondem a uma das classes de palavras, segundo o critério do significado, e são estudados na nona lição. Os autores conceituam o *pronome*

como uma palavra que substitui o *nome*, que corresponde ao *substantivo*. Eles entendem que, enquanto o *substantivo* seria responsável por exprimir ideias, pessoas e coisas a partir de características, o *pronome*, as exprimiria segundo sua relação na oração. Podemos perceber, nesta definição, certo aprofundamento teórico: a ideia de substituição, que também pudemos observar nas obras anteriormente analisadas, é fundamental para a constituição desse conceito; entretanto, considerar a relação que o pronome exerce na oração implica uma abordagem cujo critério é também sintático, e não apenas significativo.

Pacheco & Lameira (1887) dividem os *pronomes* em duas classes: (i) *pronomes substantivos*, que exercem a função do *substantivo*; e (ii) *pronomes adjectivos*, que determinam o *substantivo* segundo uma relação de posse ou indicação. É entre os *pronomes substantivos* que encontramos as formas oblíquas dos pronomes, especificamente no que diz respeito aos *pronomes pessoaes*. A Figura 7, que integra a décima quinta lição da obra, sistematiza o paradigma desses *pronomes pessoaes*:

Figura 7 – Declinação dos *pronomes pessoaes* segundo Pacheco & Lameira (1887)



SINGULAR

	PRIMEIRA PESSOA		SEGUNDA PESSOA	
	LATIM	PORTUGUEZ	LATIM	PORTUGUEZ
N. (Sujeito)	*ego*	eu	*tu*	tu
Acc. (R. directo)	*me*	me	*te*	te
Dat. (R. indirecto)	*mihi*	me	*tibi*	te
Em relação prepos.	—	mim	—	ti
Abl.	*me*	migo	*te*	tigo

PLURAL

	PRIMEIRA PESSOA		SEGUNDA PESSOA	
	LATIM	PORTUGUEZ	LATIM	PORTUGUEZ
N. (Sujeito)	*nos*	nós	*vos*	vós
Acc. (R. directo)	*nos*	nos	*vos*	vos
Dat. (R. indirecto)	*nobis*	nos	*vobis*	vos
Em relação prepos.	—	nós	—	vós
Abl.	*nobis*	nosco	*vobis*	vosco

Fonte: Pacheco & Lameira (1887, p. 200).

Como podemos perceber, as formas *me, te, nos* e *vos* são classificadas como *declinações* dos *pronomes pessoaes* que se manifestam nos casos *accusativo* e *dativo*, que respectivamente correspondem às funções de objeto direto e objeto indireto. Chamamos a atenção para duas questões. A primeira diz respeito ao fato de que as formas *o(s), a(s), lhe(s)* e *se* não integram o quadro apresentado pelos autores. A segunda, ao paralelo estabelecido entre essa estrutura na língua portuguesa e na língua latina, que faz jus ao aspecto histórico-comparativo que constitui esta gramática. Isso se reforça, também, na exposição das *Advertencias* que se seguem ao quadro. Destacamos a segunda delas, em que Pacheco & Lameira (1887) estabelecem uma retomada histórica do pronome *lhe(s)*, atravessando desde as inscrições romanas até o século 14.

Mais adiante, os autores apresentam também características dos pronomes *o* e *se*. Com relação ao primeiro, eles afirmam que essa forma pronominal substitui o pronome *elle* no caso objectivo, desde o século 16. Já o segundo é compreendido como uma *terceira pessoa reflexa* que se atonizou por influência da *enclise* (aqui associada, também, aos pronomes *me* e *te*). É interessante percebermos que, nos dois casos, é novamente reforçada a abordagem histórica. Além disso, frisamos a menção à ideia de uma atonicidade decorrente da *enclise*, muito embora nenhum dos dois conceitos tenha sido abordados pelos autores até este momento da obra. Com isso, podemos supor que (i) seriam, de fato, ideias já em processo de naturalização, no correr do *período "científico"*; e que (ii) haveria, porém, um distanciamento da *enclise* como um fenômeno próprio da fonologia.

A partir da vigésima primeira lição, os autores passam a abordar questões relativas à *etymologia* da língua portuguesa, que diz respeito a um estudo do domínio *philologico* em que se estuda a constituição do léxico. Esse tema se estende até a vigésima oitava lição da obra, e se constrói numa perspectiva histórica, estabelecendo paralelos entre as formas originárias da língua latina, as formas de outras línguas românicas (como francês e espanhol) e as formas então correntes na língua portuguesa. Ao longo dessas lições, são mencionadas também características dos pronomes oblíquos; contudo, as menções não se dirigem ao seu posicionamento na oração, nem apresentam novas informações que enriqueçam tal conceito.

A partir da trigésima lição, então, Pacheco & Lameira (1887) adentram nos conteúdos da *syntaxe*. Constituem a estrutura sintática os *termos essenciaes* (*sujeito*; *predicado*) e os *termos accessorios* (*atributtos*; *objecto*; *complemento adverbial*). As *variações pronominais me, te, se, lhe(s), nos* e *vos* são mencionadas na abordagem do

objecto, quando se afirma a possibilidade de exercerem as funções de *objecto indirecto* e que, em tais casos, não devem ser acompanhadas de preposição.

Na trigésima segunda lição, os autores abordam, entre outras questões, regras de *syntaxe* referentes às diferentes classes de palavras considerando os *regimens directo* e *indirecto* – que corresponderiam a regras de regência. Esses dois conceitos são apresentados comparando-se as estruturas na língua portuguesa e na língua latina.

Em se tratando dos *pronomes*, Pacheco & Lameira (1887) afirmam que haveria uma tendência a, no *regimen directo*, se aproximarem do *verbo* de modo a receber a ação diretamente. De acordo com os autores, os *pronomes procliticos me*, *te* e *se* muitas vezes seriam posicionados imediatamente antes do verbo, tanto na língua latina quanto no português antigo. O metatermo *procliticos*, utilizado para se referir a tais pronomes, se constitui mais um marco no processo de gramatização da colocação pronominal, haja vista o fato de ser a primeira vez, na cronologia aqui estudada, que ele é utilizado. Contudo, salientamos que o termo é recorrente ao longo da obra e se refere também a outros temas gramaticais,[54] o que nos diz que, assim como vimos na abordagem das *encliticas* ao longo deste estudo, os *procliticos* podem ser relacionados aos *pronomes*, mas não se limitam a eles. Quanto ao *regimen indirecto*, destacamos a menção feita pelos autores ao fato de que, sendo as formas *atonas*, haveria posicionamentos específicos a serem empregados nas diferentes construções.

Adiante, na trigésima quarta lição, os autores abordam as regras de sintaxe dos *pronomes*. Pacheco & Lameira (1887) diferenciam as formas pronominais *absoluta* e *conjunctiva* relativas aos casos oblíquos, a saber, os casos *acusativo* (objeto direto) e *dativo* (objeto indireto): a primeira, tônica, seria utilizada para realçar a ideia pronominal (ex. *Parece a mim, digo a vós*); a segunda, por sua vez, seria utilizada quando predomina o acento do verbo (ex. *Parece-me, digo-vos*). Aqui, podemos observar novamente a aproximação entre as ideias de função sintática e de tonicidade na abordagem dos pronomes oblíquos.

Na trigésima nona lição, os gramáticos passam a abordar aspectos da *construcção* dos períodos; entre eles, a *ordem das palavras*. Uma das questões abordadas nesta parte da obra é a posição dos *pronomes pessoaes*:

> 11. – O *pronome pessoal* **póde vir antes ou depois do verbo**, ás vezes de rigor, como nas pessoas do imperativo, outras para maior elegancia ou energia na phrase:

[54] Como a *adverbios* (Ibid., p. 362), *adjectivos* (Ibid., p. 486), *substantivos* (Ibid., p. 488) e até mesmo sem se referir a uma classe de palavra específica (Ibid., p. 383).

> *d'aqui* me *vem* a *mim* o *parecer*. O pessoal *conjunctivo* **deve vir immediatamente ligado ao verbo**, afim de que receba a sua acção antes dos outros membros da proposição. Desde os primeiros tempos da lingua, porém, que **elle se pode separar**, como tambem acontecia no hespanhol antigo: – *se me tu não vales, m'o não consentiu elle, onde a ninguem visse.* (Vide lição 40) (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 489, negritos nossos).

Como podemos perceber, o posicionamento desses *pronomes* (de modo geral) é apresentado em caráter facultativo ("póde vir antes ou depois do verbo"); na sequência, prescreve-se a posição imediata dos pronomes *conjunctivos* – isto é, dos pronomes oblíquos átonos – em relação ao verbo ("deve vir imediatammente ligado"); por fim, é apresentada uma perspectiva histórica deste segundo caso, em que haveria facultatividade neste posicionamento ("elle se pode separar"). Dessa maneira, apesar de reconhecer outras construções em diferentes períodos da língua, os autores impõem a necessidade de se justapor os pronomes oblíquos átonos aos verbos.

Chegamos, então, à quadragésima lição da obra, intitulada "Collocação dos pronomes pessoaes". Logo no primeiro tópico desta lição, Pacheco & Lameira (1887, p. 491, negritos nossos) afirmam que "[o]s pronomes podem ser ***encliticos***, ***mesocliticos*** e ***procliticos***". Temos, então, outro importante marco na gramatização da colocação pronominal: é certo que a ideia de posicionamento dos pronomes vem sendo referida em obras anteriores; contudo, considerando as fontes analisadas nesta pesquisa, é aqui que, pela primeira vez, os três metatermos utilizados na tradição gramatical luso-brasileira são abordados em conjunto, como categorias de abordagem desse aspecto da língua. Além disso, outras características referentes a esse fenômeno são afirmadas: (i) o posicionamento depende da função sintática exercida pelo *pronome* (de *sujeito* ou de *objecto*); (ii) a *harmonia*, o *ouvido* e a *emphase* são critérios importantes na determinação da posição a ser empregada.

Especificamente a partir do terceiro tópico, os autores apresentam as regras de colocação dos *pronomes objectos*, as quais sintetizamos no Quadro 8:

Quadro 9 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Pacheco & Lameira (1887)

Caso	Subcasos	Regra	Exemplo	Exceção
(1) Verbos no infinitivo pessoal	–	Antepõe-se sempre.	*Amares-me-tu* (Cp. – *para tu* ***me*** *amares*).	–
(2)	a) [Afirmativas]	[Pospõe-se.]	*Chama*-***o***.	–

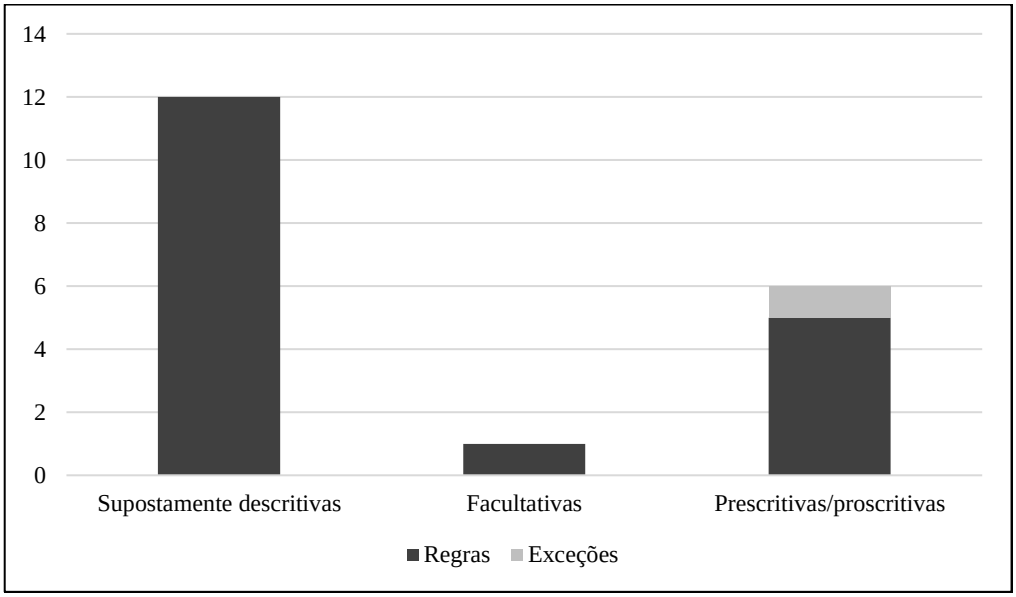
Frases imperativas	b) Negativas	[Antepõe-se] Enclitico, desde os primeiros tempos da lingua.	*Não* ***o*** *chames.*	–
(3) Concorrendo dois pronomes regimens	–	O que está em relação de dativo [objeto indireto] deve preceder ao outro em relação accusativa [objeto direto].	*Elle* ***m'o*** *deu.*	–
(4) Verbos nos tempos compostos	–	Antepõe-se ao auxiliar ou coloca-se entre o auxiliar e o participio.	*Nós* ***o*** *temos visto.* *Tinha-****o*** *visto.* *Temol-****o*** *visto.*	–
(5) Frases iniciadas por advérbios	a) De negação	Proclitico.	*Elle não* ***me*** *diz.* *Nunca* ***me*** *esqueço.*	–
	b) De tempo		*Sempre* ***te*** *estimei.*	–
	c) De lugar		*Lá* ***nos*** *encontraremos.*	–
	d) De quantidade		*Muito* ***me*** *agrada.*	–
	e) De modo		*Bem* ***me*** *parece.*	–
(6) Quando o sujeito é explícito	a) Com verbos no futuro	Proclitico [antepõe-se ao verbo].	*Eu* ***te*** *lembrarei* (= lembrar-te hei). *Tu* ***lhe*** *dirás* (= dir-lhe-as).	Nas 2as. formas os pronomes são mesocliticos e só se empregam com futuro do indicativo, condicional ou interrogativa.
	b) Com verbos no condicional		*Elle* ***me*** *lembraria* (= lembrar-me-hia).	
	c) Com verbos no futuro anterior	Proclitico; antepõe-se sempre ao auxiliar.	*Elle* ***me*** *terá dito* (= ter-me-há).	
	d) Com verbos no condicional composto		*Ele* ***me*** *teria dito* (= ter-me-hia).	
(7) Verbos no gerúndio, quando a frase começa por *em*	–	–	*Em* ***me*** *falando* (= fallando-me).	–
(8) Verbos no subjunctivo [principalmente precedidos de *que*]	–	–	*Si* ***me*** *visses.* *Quando elles* ***te*** *procurarem.* *Sei que* ***me*** *estimas.*	–
(9) Quando concorrem dois verbos no infinitivo	–	É grande a liberdade de collocação.	*Sem* ***nos*** *poder conter.* *Sem poder-****nos*** *conter.* *Sem poder conter-****nos****.*	–
(10) Em início de oração	–	Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objectiva.	[ex. proscritos] ***Me*** *parece.* ***Te*** *disse.* ***Lhe*** *fallei.*	–

Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: □ normas supostamente descritivas; ■ normas em que consta facultatividade; ■ normas de caráter explicitamente prescritivo e/ou proscritivo.

A partir deste quadro, identificamos 18 regras de colocação pronominal, as quais se distribuem em dez casos, sendo três deles divididos em subcasos. Além disso, há uma exceção.

Na disposição das regras, observamos que, à semelhança da abordagem de Julio Ribeiro (1881; 1885), o tratamento supostamente descritivo prevalece sobre aqueles de cunho facultativo (marcadas por mais de uma possibilidade de uso) e de cunho explicitamente prescritivo e/ou proscritivo (marcadas, em geral, pela presença do advérbio "sempre" ou pela ideia de "dever"). Em termos quantitativos, essas regras correspondem aos números expostos no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Pacheco e Lameira (1887)



Fonte: Elaboração própria (2021).

Desse modo, um fator que distancia esta obra em relação à de Julio Ribeiro (1881; 1885) seria a diferença em termos numéricos entre as regras: 12 regras supostamente descritivas (2a, 2b, 4, 5a, 5b, 5c, 5d, 5e, 6a, 6b, 7, 8,), uma facultativa (9) e cinco prescritivas e/ou proscritivas (1, 3, 6c, 6d, 10). A única exceção presente na obra também é marcada por um caráter prescritivo e/ou proscritivo. Poderíamos compreender, então, a abordagem da colocação pronominal na gramática de Pacheco & Lameira (1887) como mais "descritiva"

do que a de Julio Ribeiro (1881; 1885), o que talvez decorresse de um fortalecimento da influência histórico-comparativa em detrimento da perspectiva racionalista.

Apesar dessa possível leitura advinda do contraste entre as duas obras, no que diz respeito aos exemplos utilizados pelos autores, permanece o uso de frases curtas elaboradas para ratificar as regras estabelecidas. Desse modo, o aparente "caráter mais descritivo" da obra não é o suficiente para distanciá-la da abordagem tradicional prescritiva, pois legitima um padrão de língua que se limita à intuição do gramático.

Encerramos nossa análise desta obra destacando outros trechos que ratificam essa hipótese, nos tópicos 4 e 5 da mesma lição:

> 4 – [...] **O povo (no Brazil) conserva-se, porem afferrado ás formas procliticas, que ainda são correntes no hesp. e no ital. (*me voy, me ne vado*), e eram dos primeiros documentos da lingua portugueza, que moldou-as pela syntaxe latina**.
> O emprego proclitico do pronome, a par da fórma enclitica, data do sec. XII; No XIV é manifesta a preferencia pelas fórmas procliticas (quando em relação adverbial ou conjunctiva), e que mais se accentua e torna-se geral, uniforme, no XV.
> 5 – No latim barbaro a preferencia é pela posposição do pronome obliquo : *non calumniemus* vos*; quos* me *dedisti; dedit uno servo et tornavit* illo*; concedimus tibi, placuit nobis;* etc. [NDR. Rib. *Diss*.]
> **Mas que o povo portuguez mais se affeiçoou á anteposição, provam-no os seus dizeres, proverbios, juras, precações e imprecações** : – *O demo* te *leve; o diabo* te *carregue; Deus* te *ouça; Deus* te *ajude; máos raios* te *partam; Deus* me *livre*, etc. (PACHECO & LAMEIRA, 1887, p. 493, negritos nossos).

Chamamos atenção especialmente para o contraste entre as preferências brasileira e portuguesa, em que os autores explicitam as diferenças entre essas duas variedades da língua, pois, conforme discorremos no Capítulo 4 (cf. 4.1.2), é justamente no final do século 19 que essas diferenças passam a ser evidenciadas e discutidas entre os literatos e estudiosos da língua. É interessante percebermos que, em relação a esse fenômeno sintático, a ausência de censura em relação a um ou a outro uso da língua. Por outro lado, isso não isenta a obra de apresentar regras de caráter prescritivo (Quadro 8, regras 1; 3; 6c; 6d; exceção a 6) e mesmo proscritivo (Quadro 8, regra 10).

5.3.4 *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro (1889)

Como vimos, a *Grammatica Portugueza*, de autoria de João Ribeiro, foi originalmente publicada em 1887, no Rio de Janeiro, e a edição à qual tivemos acesso foi a terceira, publicada em 1889 (cf. Capítulo 4, 4.2.11). À semelhança da obra de Pacheco &

Lameira (1887), esta gramática é dividida em lições, que por sua vez se organizam em tópicos.

Na "Lição I", o autor aborda alguns dos conceitos mais gerais que fundamentam sua obra. O conceito de *Grammatica* assumido por João Ribeiro (1889) corresponde à coordenação das *fórmulas*, *leis* ou *regras* segundo as quais uma língua é falada ou escrita. Segundo o autor, essa concepção resulta da observação dos *factos da linguagem*, que revela que toda língua é composta por um sistema geral e abstrato de regras.

Em sequência, João Ribeiro (1889) apresenta e define cinco tipos de gramática:

(i) *grammatica geral* – expõe os princípios lógicos comuns a todas as línguas;

(ii) *grammatica particular* **–** expõe os princípios e as particularidades especiais de uma língua;

(iii) *grammatica historica* – estuda os fatos de uma língua em seus diversos períodos;

(iv) *grammatica comparativa* – estuda os fatos comuns ou diferentes em um grupo de línguas que têm a mesma origem; e

(v) *grammatica descriptiva* ou *expositiva* – arte que ensina a falar e a escrever corretamente.

Além de tais definições, o autor também tece algumas considerações acerca desses tipos de gramática, detre as quais gostaríamos de destacar duas. Em primeiro lugar, com o progresso dos estudos filológicos, a noção de *grammatica geral* teria passado a ser desacreditada e, de fato, *proscrita* pela ciência à época. Pois, "[n]ão ha *grammatica geral* senão para uma classe, familia ou grupo de linguas da mesma filiação" (JOÃO RIBEIRO, 1889, p. 1). Como consequência, podemos vislumbrar o fortalecimento do espírito "científico" sobre o fazer gramatical à época.

Em segundo lugar, a *grammatica descriptiva* ou *expositiva* é conceituada na obra segundo os termos tradicionais, pautada no conceito de *arte* e na proscrição normativa. Apesar disso, o autor argumenta que esse tipo de gramática contém preceitos *anti-scientificos*, uma vez que prioriza a exposição mecânica atrelada ao estudo por memorização. Desse modo, poderíamos considerar que, ainda que implicitamente, haveria aqui uma *retórica de contraposição* (*ruptura*) em relação a essa tradição gramatical, também decorrente do *clima de opinião* em vigência.

Em sequência, no segundo tópico desta primeira lição, o autor apresenta a *grammatica portugueza*. Sua estrutura é composta por: *phonologia*, que estuda o *vocabulo* enquanto um composto de sons; *morfologia*, que estuda o *vocabulo* enquanto um composto

de *elementos significantes*; *classificação* ou *taxinomia*, que distribui os *vocábulos*, segundo os sentidos, em famílias e espécies; e *syntaxe*, que estuda os *vocabulos* em coordenação, na constituição de frases ou proposições. Com relação à última parte, ele afirma ainda que os *vocabulos* estabelecem entre si três tipos de relação: de *ordem* ou *colocação* (onde então esperamos encontrar um tratamento conceptual e normativo da colocação pronominal); de *subordinação* ou *dependencia*; e de *concordancia*.

Na "Lição II", João Ribeiro (1889) aborda conteúdos referentes à *phonologia*. Particularmente, destacamos a noção de *quantidade*, que corresponde à concepção de duração (longa ou breve) herdada da tradição greco-latina. O autor afirma que essa ideia se tornou obsoleta, predominando quase exclusivamente o *accento* (tonicidade). A continuidade da ideia de *quantidade*, porém, se revelaria especialmente no que o gramático chama *enclises* e *proclises*. Aqui, encontramos mais uma vez as categorias em que hoje tratamos da colocação pronominal; entretanto, permanece nossa percepção de não se tratar de fenômenos especificamente relacionados aos pronomes. Isto porque, ao observarmos os exemplos, apesar de haver a estrutura "me diz", também há as estruturas "para" e "de dia".[55]

Adiante, na "Lição IV", o autor passa a apresentar as *metaplasmas*, também chamadas *figuras*, definidas como diferentes alterações de ordem fonológica sofridas pelos vocábulos, as quais podem ser:

(i) por adição – *prothese, epenthese, epithese* (ou *paragoge*), *tmese, dierese*;
(ii) por subtração – *apherese, syncope, apocope*; ou
(iii) por transposição – *metathese*.

Dentre elas, destacamos especialmente a *tmese*. Na gramática de João Ribeiro (1889, p. 53, negritos nossos), a *tmese* é entendida como um caso especial de adição, que "consiste na **intercalação dos pronomes encliticos** nas fórmas do **futuro** e do **condicional**: *far-te-ia*; *amar-te-ei*". Nesta definição, temos explicitada a relação entre *pronomes*, *tmese* e formas verbais específicas, o que nos leva à compreensão de que a gramaticografia brasileira estaria, de fato, avançando em direção ao aprofundamento e detalhamento desses conceitos.

A "Lição VII" versa sobre a *taxinomia*, parte da gramática dedicada à classificação das palavras – conteúdo hoje estudado também pela morfologia. João Ribeiro (1889) nos diz que o processo de classificação pode ser feito a partir de diferentes critérios: forma histórica; extensão; variabilidade; comparação dos *vocabulos* entre si. Partindo da variabilidade, o

[55] Cf. João Ribeiro (1889, p. 19).

autor classifica os *vocabulos* em dois grandes grupos: (i) *palavras variáveis*, que diz respeito aos *substantivos*, *artigos*, *adjectivos*, *pronomes* e *verbos*; e (ii) *palavras invariáveis*, que diz respeito a *adverbios*, *preposições*, *interjeições* e *conjuncções*. Logo, assim como vimos na análise das obras anteriores, os *pronomes* são concebidos por João Ribeiro (1889) como uma classe de palavras independente.

Nas lições seguintes, o autor passa a conceituar a cada uma das diferentes classes de palavras. Os *pronomes* são abordados na "Lição IX", entendidos por João Ribeiro (1889) como aqueles que lembram os nomes em relação às pessoas gramaticais. Ainda segundo o autor, a *pessoa grammatical* corresponde à posição representada por algo ou alguém na interlocução, aqui chamada *discurso*: a *primeira* – quem fala (*eu, nós*); a *segunda* – a quem se fala (*tu, vós*); e a *terceira* – sobre quem se fala (*elles, ellas* etc.).

João Ribeiro (1889) afirma, ainda, que os *pronomes* da língua portuguesa conservam vestígios das declinações da língua latina, o que leva à ocorrência de diferentes *variações*. Vejamos as Figuras 8, 9 e 10:

Figura 8 – Pronomes de primeira pessoa e declinações latinas, segundo João Ribeiro (1889)

Primeira pessoa

S.	Nominativo	— *Eu*	— no latim *Ego*
	Dativo	— *Mim, mi*	— *mihi*
	Accusativo	— *me*	— *me*
	Ablativo	— *Com-migo*	— *mecum*
P.	Nominativo	— *Nós*	— *nos*
	Accusativo	— *Nos*	— *nos*
	Ablativo	— *Com-nosco*	— *noscum*

Fonte: João Ribeiro (1889, p. 91)

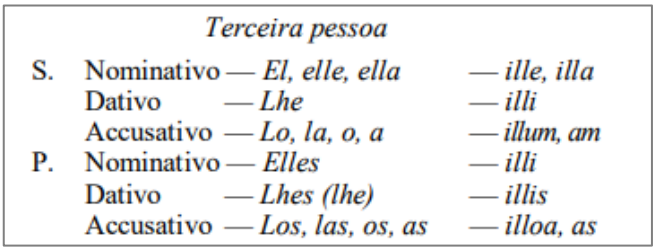
Figura 9 – Pronomes de segunda pessoa e declinações latinas, segundo João Ribeiro (1889)

Segunda Pessoa

S.	Nominativo	— *Tu*	— no latim *tu*
	Dativo	— *Ti*	— tibi
	Accusativo	— *Te*	— te
	Ablativo	— *Com-tigo*	— tecum
P.	Nominativo	— *Vós*	— vos
	Accusativo	— *Vos*	— vos
	Ablativo	— *Com-vosco*	— vosc̃um

Fonte: João Ribeiro (1889, p. 92)

Figura 10 – Pronomes de terceira pessoa e declinações latinas, segundo João Ribeiro (1889)



		Terceira pessoa	
S.	Nominativo	— *El, elle, ella*	— *ille, illa*
	Dativo	— *Lhe*	— *illi*
	Accusativo	— *Lo, la, o, a*	— *illum, am*
P.	Nominativo	— *Elles*	— *illi*
	Dativo	— *Lhes (lhe)*	— *illis*
	Accusativo	— *Los, las, os, as*	— *illoa, as*

Fonte: João Ribeiro (1889, p. 92)

Em cada uma dessas figuras, o autor relaciona as formas pronominais a alguns dos casos latinos (à esquerda) e às suas formas latinas (à direita). Entre elas, figuram os pronomes *me, te, se, lhe(s), nos, vos, o(s)* e *a(s)* – sendo as formas *lhe(s)* específicas do caso dativo, e as demais, do caso acusativo. Julio Ribeiro (1889) afirma que, diferente da estrutura latina, as então formas acusativas de primeira e segunda pessoas (*me, te, nos*) exerceriam também a função de dativo.

Conforme o autor, uma consequência disso era que, comumente, as formas então acusativas de terceira pessoa – *lo(s), la(s), o(s), a(s)* – seguiam a mesma lógica, sendo geradas orações como "vi-o", ao invés de "vi-lhe". Ele nos diz também que, apesar deste emprego ser uma forma antiga na língua (séc. 15), "**não deve ser imitado**, pois não tem a autorisação dos **melhores classicos**" (JOÃO RIBEIRO, 1889, p. 93, negritos nossos). Sendo assim, ainda que a obra tenha sido publicada no *período "científico"* e dialogue com os estudos histórico-comparativos, permanece a força da tradição, segundo a qual haveria um ideal de língua a ser seguido e cujas possibilidades se limitam à escrita dos "melhores classicos".

Por fim, João Ribeiro (1889) nos diz que haveria uma *pessoa reflexiva,* concebida como aquela cuja ocorrência indica uma relação de identidade com o sujeito e que é determinada pelos acusativos *me* e *te*, bem como pela forma *se*. Encerrando esta lição, o autor discorre acerca das formas arcaicas dos pronomes.

Os *pronomes* são retomados adiante, na "Lição XV", onde o gramático aborda questões referentes à flexão pronominal, que poderia ser classificada em três especies: o genero, o numero e o caso ou declinação. Segundo o autor, os *pronomes pessoaes* são aqueles que têm casos e se declinam, à semelhança da estrutura latina. Ele passa a discorrer acerca de questões históricas, estabelecendo comparações entre uma e outra língua, o que reforça o seu aspecto histórico-comparativo. De tudo o que João Ribeiro (1889) menciona neste trecho

da obra, destacamos o fato de que *o*, apesar de constar na obra entre as variações dos *pronomes* (como também vimos na Figura 11), corresponde ao chamado *artigo definido*. Estruturas como "*vol-o* deu", "*dil-o*" e "*amal-o*" seriam vestígios de sua forma original (*lo*) conservados pelo fenômeno da *euphonia*, sendo então transformações de "vos o deu", "diz-o" e "amar-o".

Na "Lição XXVI", João Ribeiro (1889) retrata especificamente questões etimológicas acerca do *artigo* e do *pronome*. Em suma, o autor sistematiza e sintetiza as informações que constavam na "Lição IX" e, consequentemente, nas Figuras 9, 10 e 11, estabelecendo paralelos entre as formas latinas e as portuguesas.

Os conteúdos de *syntaxe* são abordados a partir da "Lição XXIX". Conforme mencionamos no início deste tópico, na obra de João Ribeiro (1889), a *syntaxe* é dividida em duas partes: *syntaxe das palavras* e *syntaxe das proposições*, sendo a última aquela que imaginamos abordar especificamente a colocação pronominal.

Posteriormente, na "Lição XXXIV", o autor passa a tratar das regras da *syntaxe* referentes aos *pronomes* e aos *artigos*. Segundo ele, esta é "talvez a parte mais importante da syntaxe vocabular ou léxica" (JOÃO RIBEIRO, 1889, p. 239). Ao longo desta lição, o autor apresenta algumas características dos *pronomes*, aliando aos conceitos algumas considerações históricas e críticas. Entre outras questões, chamamos a atenção para a ideia de *casos obliquos*.

João Ribeiro (1889) não apresenta uma definição para o termo *casos obliquos*. O que ele apresenta é uma explicação de que os *pronomes pessoaes* em casos *accusativos* teriam tanto a função de *dativo* quanto a de *accusativo*, respectivamente exemplificas em "Elle me deu o livro" e "Elle me reprehendeu" (JOÃO RIBEIRO, 1889, p. 240). Em seguida, o autor afirma que os demais pronomes também se enquadram nesta regra, à exceção do pronome de terceira pessoa, em que o *dativo* seria expresso por *lhe* e o *accusativo* por *o* ou *a*, respectivamente exemplificados por "Deu-lhe o livro" e "Reprehendeu-o".[56] Desse modo, ainda que o gramático não tenha listado explicitamente, podemos entender que nesta definição são compreendidos como *pronomes* do *caso obliquo* justamente aqueles que correspondem ao paradigma reconhecido como parte da tradição luso-brasileira: *me, te, se, lhe(s), nos, vos, o(s), a(s)*.

[56] Id., ibid., p. 240.

A colocação pronominal, fenômeno linguístico de nossa investigação, é abordada mais adiante, na "Lição XL". João Ribeiro (1889, p. 276, negritos nossos) apresenta a seguinte definição:

> Os pronomes obliquos *me*, *te*, *se*, *lhe*, *nos*, *vos*, chamam-se ***encliticos*** quando são collocados **depois do verbo**. Diga-*lhe*. Arrependi-*me*.
> Chamam-se ***procliticos*** quando vém **antes do verbo**. Para que *lhe* diga. Disse que *me* arrependera.
> Ao phenomeno de **anteposição** dá-se o nome de ***proclise*** ; ao phenomeno de **posposição** o de ***enclise***.
> Existe um caso em que os pronomes ficam **intercalados no vocabulo**. E' o que se dá no futuro : Dir-*te*-ei. Far-*vos*-ei. Ao phenomeno de **intercalação** da fórma obliqua denominam ***synclise***. De todos os casos, quer de anteposição, quer de intercalação, quer de posposição, o termo geral que designa as diversas posições dos pronomes é **clises** ou **clise**.

Algumas questões nos saltam aos olhos nestas definições. Primeiro, o autor não apenas menciona as diferentes colocações, mas, pela primeira vez entre as gramáticas aqui estudadas, há uma associação explícita entre a posição do pronome e o metatermo. Em outras palavras, *procliticos* e *encliticos* passam a ser termos que se referem diretamente ao posicionamento dos *pronomes obliquos me, te, se, lhe, nos* e *vos*.

Outro ponto que merece destaque é que, na gramática de Pacheco & Lameira (1887), havia a referência aos pronomes *mesocliticos*, o que entendemos como uma primeira menção explícita à intercalação do pronome ao verbo. João Ribeiro (1889), por sua vez, utiliza o termo *synclise* para se referir a esse fenômeno sintático, o que nos revela que a intercalação já era reconhecida na gramaticografia brasileira; porém, diferentes metatermos ainda eram utilizados para referir-se a ela. Uma terceira questão diz respeito ao termo *clise(s)* que, segundo João Ribeiro (1889), designaria os diversos posicionamentos dos pronomes. Desse modo, o que hoje chamamos simplesmente de *colocação pronominal* teria, em seu processo de gramatização, um metatermo específico ao qual se poderia adotar.

Toda a terminologia adotada nesta abordagem, conforme o autor explica em nota[57], é de origem grega. Apesar desse embasamento, ele considera que sejam nomenclaturas "mal formadas", à exceção das formas adjetivas, como *enclitico* e *proclitico*. É interessante percebermos que a forma adjetivada é justamente aquela que aparece nas gramáticas publicadas ao longo do século 19, o que nos leva a crer que essa terminologia poderia ser preferida devido à boa recepção no *clima de opinião* oitocentista.

[57] Cf. NDR 1 (JOÃO RIBEIRO, 1889, p. 276).

Em sequência, João Ribeiro (1889) introduz as regras de colocação desses pronomes, as quais sintetizamos no Quadro 9:

Quadro 10 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo João Ribeiro (1889)

Caso	Subcasos	Regra	Exemplo	Exceção
(1) Com orações negativas	–	Sempre antes do verbo.	*Não* ***se lhes*** *diz.* *Nunca* ***vol-o*** *diria.*	Neste caso póde metter-se uma palavra ou mais entre a particula e o verbo : Se ***lh'o eu*** dissesse. Se ***lh'o elles*** dissessem. Se o verbo fôr do infinito e ligado estreitamente ao outro de quem depende, podem as encliticas estar antes ou depois : Mandou matal-***os*** ; mandou-***os*** matar ; desejo vel-***a*** ; desejo-***a*** vêr ; sem querer offendel-***a*** ; sem querel-***a*** offender, ou sem ***a*** querer offender.
(2) Com orações subordinadas	–	Sempre antes do verbo.	*Para que* ***nos*** *digam.* *Se* ***lh'o*** *dissessem.*	
(3) Com verbos no participio preterito	–	Nunca se dá a posposição depois do participio preterito.	*Tenho-****me*** *aperfeiçoado*, e não *tenho aperfeiçoado-****me****.*	–
(4) Com verbos no futuro simples	–	Nunca se dá a posposição. Nesses casos, há *tmese* ou *intercalação*.	*Direi-****lhe****. Amarei-****o****.* [ex. prosccritos] *Dir-****lhe****-ei. Amal-****o****-ei.* [ex. prescritos]	–
(5) Com orações subordinadas:	(a) Expressas pela oração principal	Dá-se a anteposição das partículas.	*Faça-****me*** *o favor.* *Espero que* ***me*** *faça o favor.*	–
(6) Com frases do gerúndio	–	Há anteposição.	*Em* ***se*** *levantando...*	–
(7) Com frases de forma imperfeita	–	Há posposição.	*Levantando-****se****.*	–
(8) Com alguns adverbios, quando antepostos:	[já, antes, cá, lá, sempre, assim, nunca, não, bem, mais, muito etc.]	Há anteposição.	*Já* ***se*** *disse.* *Ainda* ***vos*** *quero.* *Tanto* ***se*** *chega.* *Bem* ***te*** *avisei.*	–
(9) Com expressões consideradas idiotismos	–	[Próclise.]	*Eu* ***me*** *parece.*	–
(10) Com algumas orações	–	Em resumo, ha uma certa attracção do	*Deus* ***me*** *livre.* *O diabo* ***te*** *leve.* *Mal'raio* ***te*** *parta.*	–

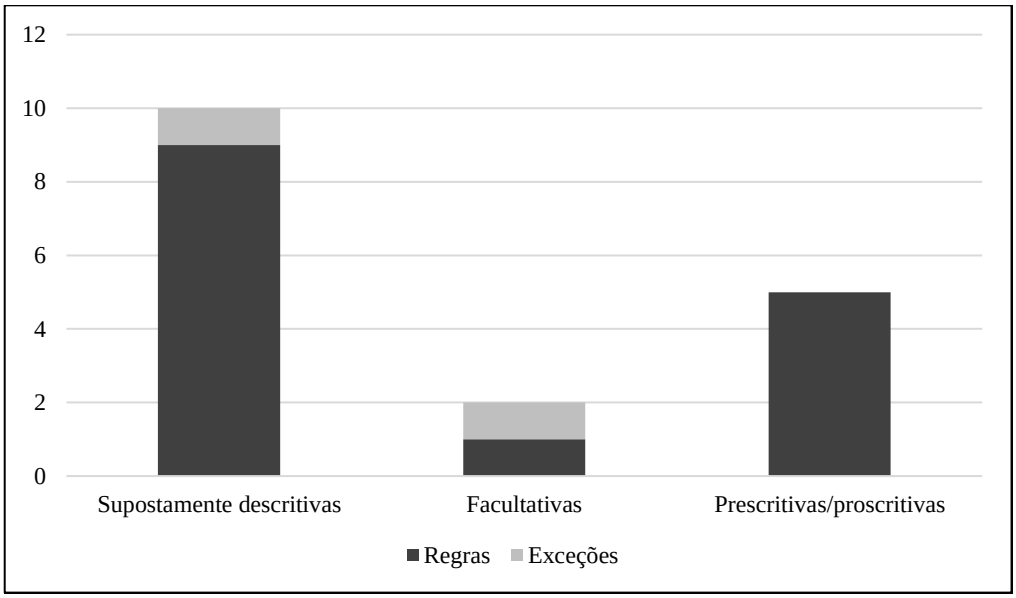
optativas, muito vulgares, quando o sujeito antecede o verbo		sujeito ou do adverbio de negação, quantidade e tempo, para com o pronome obliquo. A anteposição dos primeiros obriga a anteposição dos ultimos.	*Bons ventos* ***o*** *levem.*	
(11) Com adjectivos que precedem o verbo:	[todo, nada, ninguém, nenhum, cada, quaesquer]	Também precedem ao verbo os pronomes.	*Ninguém* ***lhe*** *falou.* *Todos* ***lhe*** *falaram.* *Poucos* ***se*** *abstiveram.*	–
(12) Com quantitativos que precedem o verbo:	[tanto, quanto, muito, pouco etc.]			
(13) Em todas as proposições iniciadas:	(a) pelo vocabulo *que*	Há próclise.	[Não exemplificado.]	–
	(b) pelas variantes *qual, quem, cujo* etc.		*Quem* ***o*** *chamou.* *Lei, cujo texto* ***se*** *comprehende.*	–
(14) Com os complementos de *lugar onde, donde*	–	O pronome pode antepor-se [ao verbo].	*Em Roma* ***se*** *vê o Papa.* *Onde* ***se*** *bebe?*	Esta regra tem exemplos em contrario.

Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: □ normas supostamente descritivas; ■ normas em que consta facultatividade; ■ normas de caráter explicitamente prescritivo e/ou proscritivo.

Neste quadro, observamos 15 regras de colocação pronominal, as quais se distribuem em 14 casos, sendo um deles dividido em dois subcasos. Além disso, há três exceções.

Assim como vimos em Julio Ribeiro (1881; 1885) e Pacheco & Lameira (1887), as regras supostamente descritivas são mais numerosas do que as de cunho facultativo e as de cunho explicitamente prescritivo e/ou proscritivo. Vejamos o Gráfico 5:

Gráfico 5 – Quantificação das normas da colocação pronominal em João Ribeiro (1889)



Fonte: Elaboração própria (2021).

Das 15 regras, há nove supostamente descritivas (5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13a, 13b), cinco explicitamente prescritivas/proscritivas (1, 2, 3, 4, 10,) e apenas uma facultativa (14). Nesse aspecto, poderíamos considerá-la relativamente estável em relação à gramática de Pacheco & Lameira (1887), haja vista que a quantidade de regras facultativas e prescritivas/proscritivas permanece a mesma; houve, porém, uma diminuição no número de regras supostamente descritivas.

Ressaltamos, ainda, a ausência de prescrições/proscrições entre as exceções, sendo uma delas de caráter facultativo e as outras duas de caráter supostamente descritivo. Ainda assim, a exceção de cunho supostamente descritivo, que se relaciona à regra (14), carece de maiores detalhes. O autor menciona a existência de exemplos “em contrario”, mas não chega a apresentá-los ao leitorado. Some-se a isso o fato de que, assim como nas obras anteriormente analisadas, nenhum dos exemplos trazidos pelo autor na exposição das regras foi extraído de textos. Todos correspondem a frases curtas elaboradas pelo gramático com o fim de validar as regras estabelecidas. Com isso, concluímos que sua abordagem da colocação pronominal se dirige à sistematização de um padrão linguístico idealizado, que desconsidera as diferentes possibilidades da língua.

Ainda sobre o posicionamento dos pronomes oblíquos, João Ribeiro (1889, p. 279) expõe quatro normas relativas a possíveis *combinações* entre eles:

> I. As encliticas *me, te, nos, vos, o*, sendo complemento objectivo, não toleram outra enclitica : *Recommendou-me a vos* e não *recommendou-me-vos*.
> II. As encliticas *me, te, nos, vos, lhe, lhes,* sendo objecto indirecto, pospõem-se a *se* e antepõem-se a *o* : *Fez-se-me. Deram-se-lhes. Contei-lh'o. Disse-m'o.* As combinações *vol-o, nol-o* são mais usadas antes dos verbos : *quem vol-o disse ?*
> III. Quando a combinação é anteposta ao verbo, uma das procliticas póde ser *se* ou *o*. A *se* antepõe-se a outra ; o *o* pospõe-se : *Que m'o censure... Para que lh'o diria ? O que se vos fez.*
> IV. Alguns escriptores usam a combinação ternaria ou de tres encliticas : *Dê-se-lh'a, a esmola*.

Analisando este trecho, percebemos que, apesar dos termos *encliticas* e *procliticas* serem formas adjetivas, elas ainda se referem ao posicionamento dos pronomes oblíquos em relação aos verbos. Quando o autor trata das combinações entre os dois pronomes, se refere à *anteposição* ou à *posposição* justamente por se tratar de uma relação de outra natureza. Desse modo, compreendemos que, das obras estudadas ao longo desta pesquisa, a de Julio Ribeiro (1889) seria a primeira a efetivamente operacionalizar a colocação pronominal como um fenômeno da língua.

Por fim, ressaltamos um dos chamados *vicios de linguagem* abordados pelo autor na "Lição XLIII". João Ribeiro (1889) chama de *brazileirismos syntacticos* determinadas construções identificadas como próprias do português brasileiro. Dois deles dizem respeito a posicionamentos dos pronomes oblíquos: (i) o emprego do pronome *lhe* como *objectivo* (objeto direto) – por exemplo, dizendo-se "amo-*o*" ao invés de "amo-*lhe*" para se referir ao Norte; e (ii) a anteposição dos *pronomes complementos* – por exemplo, dizendo-se "*me* disse" e "*te* chamou" ao invés de "disse-*me*" e "chamou-*te*". Sendo assim, apesar de reconhecer tais formas como correntes na língua, ao condená-las, o autor lhes concede um tratamento normativo *proscritivista*, apresentando também exemplos simples de sua própria criação para prescrever uma forma "correta" da língua.

5.3.5 *Grammatica Portugueza*, de Freire da Silva (1894)

A *Grammatica Portugueza* de Augusto Freire da Silva, bacharel em Direito e professor de gramática na Faculdade de Direito de São Paulo, veio a lume ainda no *período racionalista*. A edição aqui estudada, porém, foi publicada no *período "científico"*, em 1894, na última década dos oitocentos. Como vimos no Capítulo 4 (cf. 4.2.12), a obra é introduzida por uma breve exposição da história da língua latina, das línguas românicas e das mudanças sofridas particularmente na língua portuguesa.

Na sequência, o autor passa a tratar dos conteúdos gramaticais, propriamente ditos. Primeiro, ele apresenta o conceito de *Grammatica*, entendida como o estudo dos *factos* e das *leis* que regem a linguagem. Nessa concepção, a finalidade da gramática seria a expressão do pensamento através das palavras, o que sinaliza o atravessamento da influência de Port-Royal ao longo de todo o século 19 e a manutenção do viés filosófico na obra de Freire da Silva (1894).

Freire da Silva (1894) afirma que a gramática pode ser:

(i) *geral*, que estuda os fatos e as leis da linguagem em toda a sua extensão;
(ii) *particular*, que estuda os fatos e as leis de uma língua específica;
(iii) *comparativa* ou *historica*, que estuda os fatos da linguagem em diferentes épocas de uma língua ou de diferentes línguas; e
(iv) *descritiva* ou *expositiva*, que estuda os fatos da linguagem observados no emprego em uma determinada época.

Além dessas definições, o autor nos diz que a *grammatica portugueza* seria o estudo *geral, descriptivo, historico e comparativo* dos fatos e das leis da linguagem no domínio da língua portuguesa. A obra é dividida em três partes, por sua vez organizadas em livros, títulos e seções. A seguir, expomos especificamente os trechos que identificamos como relacionados ao processo de gramatização da colocação pronominal.

Na primeira parte, "Lexicologia", Freire da Silva (1894) aborda as palavras individualmente, considerando os elementos materiais e as formas que as compõem. Trata-se do estudo da *phonologia*, da *lexicografia* e da *morphologia*. O que primeiro nos chama a atenção nesta parte da obra se encontra no segundo capítulo, "Accento tonico". De acordo com o autor, o *accento tonico*, também chamado *prosodico* ou *phonetico*, corresponde à sílaba predominante do vocábulo, cuja origem remonta ao acento outrora recebido na língua latina. Esta seria uma "lei geral e absoluta de suma importância" (FREIRE DA SILVA, 1894, p. 46), à qual, porém, podem ser somadas algumas chamadas *infracções* em determinadas palavras de origem erudita.

Uma das infrações mencionadas por Freire da Silva (1894) seria o fenômeno da *enclise*, no qual pronomes como *me, te, se, lhe* (entre outros) são atonizados, isto é, perdem a sua tonicidade e são pospostos às formas verbais, predominando então o acento destas últimas. Aqui, vemos mais uma vez explicitada a relação entre ênclise e posposição pronominal, o que nos leva a entender que tal concepção já seria regular na abordagem gramatical brasileira. Posteriormente, quando o autor se refere à acentuação dos

monosyllabos. Ele afirma que os pronomes *me, te, se, o(s), a(s), lhe(s), nos* e *vos*, sendo *palavras encliticas*, formam um único vocábulo juntamente com os verbos aos quais se pospõem; por isso, não são acentuados. Enfim, há uma correlação entre a *enclise* e a atonicidade, o que reafirma o aspecto fonológico desse fenômeno do português.

O outro momento em que as *encliticas* são mencionadas, nesta primeira parte da obra, é na abordagem das *notações etymologicas*. O *hyphen*, também chamado *risca de união* ou *diastase*, é um dos sinais de pontuação apresentados pelo autor. Sua função é unir a *palavra enclitica* e o verbo ao qual serve de complemento, como em "dizer-nos" e "façamo-lo".

Mais adiante, o autor introduz o livro *Morphologia*. De acordo com Freire da Silva (1894), a *morphologia* estuda as palavras consideradas em seu todo, classificando-as de acordo com suas *especies*, seus *orgãos* ou *elementos morphologicos*, suas *flexões* e sua *formação*. A classificação das palavras segundo suas *especies* é chamada *lexiologia* ou *taxionomia*. O autor retrata três tipos de divisões:

(i) segundo suas propriedades características, são as oito *partes da oração – substantivo, pronome, adjetivo, verbo, preposição, adverbio, conjuncção, interjeicção*;

(ii) segundo a analogia de suas funções, são *nominativas* (*substantivo, pronome*), *modificativas* (*adjetivo, adverbio*), *conectivas* (*verbo, conjuncção, preposicção*) – excetua-se, nesta classificação, a *interjeicção*; e

(iii) segundo sua forma, são *variaveis/inflexas* (*substantivo, pronome, adjetivo, verbo*) ou *invariaveis/inflexas* (*preposicão, adverbio, conjuncção, interjeicção*).

Observando cada uma dessas divisões, chamamos a atenção para o fato de que os *pronomes* são compreendidos nelas como uma *especie de palavra* específica. Seu conceito, propriamente dito, é apresentado mais tarde, no segundo capítulo.

Na obra de Silva (1894, p. 93), o *pronome* é definido como "a palavra que se põe em logar do nome ou do sujeito, para evitar a sua repetição". Segundo ele, a língua portuguesa é composta exclusivamente pelos chamados *pronomes pessoaes*, cuja função é indicar a pessoa gramatical do *nome* ou *sujeito* que substitui. É importante mencionarmos que, na abordagem de tal concepção, o autor cita as ideias de Antonio de Moraes Silva, Jeronymo Soares Barbosa e do Pe. Antonio da Costa Duarte:

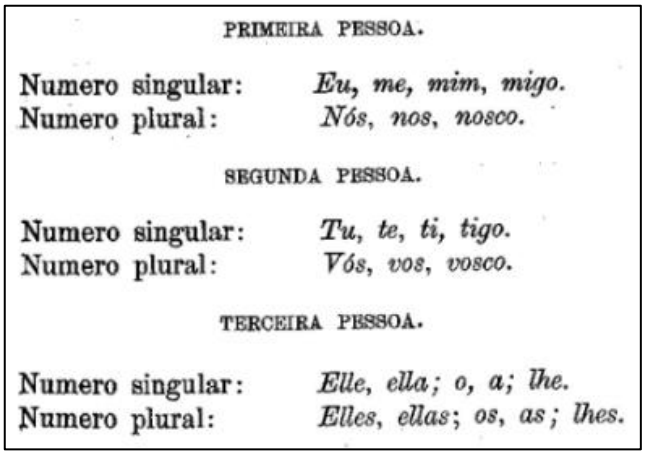
> Considera Antonio de Moraes Silva o pronome pessoal, como um verdadeiro substantivo. **Sensível porem é a differença que há entre estas duas especies de palavras**. O substantivo, como nome da substancia, exprime a idéa de uma ou mais pessoas ou cousas de uma só classe. O pronome pessoal pondo-se em logar de qualquer nome, reproduz a idéa por elle expressa, a qual pode ser de uma ou

> mais pessoas ou cousas de qualquer classe. [...] **Tambem não é o pronome pessoal adjectivo determinativo**, como em suas Grammaticas Philosophicas da Lingua Portugueza, opinam Jeronymo Soares Barbosa e o Padre Antonio da Costa Duarte, porque não extende a significação do nome a maior ou menor numero de individuos. Sendo sua funcção estar em logar do nome, da natureza deste depende a idéa que exprime; pelo que será indeterminada, si substituir um simples appellativo; e determinada, si um nome proprio, ou um appellativo acompanhado de algum determinativo (FREIRE DA SILVA, 1894, p. 95, negritos nossos).

Com isso, podemos compreender que Freire da Silva (1894) se contrapõe a esses autores do *período racionalista*, refutando seus respectivos conceitos, e destaca os aspectos que diferenciam os *pronomes* das demais *especies de palavras*. Apesar disso, não poderíamos dizer apenas com base nessa leitura se tal contraposição advém de uma necessidade própria do *período racionalista*, quando do lançamento da primeira edição, ou de ajustes feitos a esta oitava edição, publicada no *período "científico"*.

Outras questões trazidas ainda no livro da *morphologia* dizem respeito à caracterização das *pessoas grammaticaes*. Para o autor, elas são definidas segundo os diferentes papeis assumidos no discurso: (i) a pessoa que fala (orador) – *eu*; (ii) a pessoa a quem se fala (ouvinte) – *tu*; e (iii) a pessoa de quem se fala (assunto) – *elle, ella, se* (sendo este último *reflexivo*). O paradigma pronominal da obra pode ser visto na Figura 11:

Figura 11 – Paradigma da colocação pronominal segundo Freire da Silva (1894)



PRIMEIRA PESSOA.

Numero singular:	*Eu, me, mim, migo.*
Numero plural:	*Nós, nos, nosco.*

SEGUNDA PESSOA.

Numero singular:	*Tu, te, ti, tigo.*
Numero plural:	*Vós, vos, vosco.*

TERCEIRA PESSOA.

Numero singular:	*Elle, ella; o, a; lhe.*
Numero plural:	*Elles, ellas; os, as; lhes.*

Fonte: Freire da Silva (1894, p. 135).

Quanto à flexão dos pronomes, segundo Freire da Silva (1894), são chamados *casos* e exprimem o gênero, o número e as relações estabelecidas entre as palavras. O autor nos diz que os pronomes podem ser de *caso recto* ou *directo*, quando exercem a função de sujeito, e de caso *obliquo* ou *indirecto*, quando exercem a função de complemento.

Freire da Silva (1894) nos diz que a primeira e a segunda pessoas do discurso são invariáveis em gênero, uma vez que, estando presentes na comunicação, essa informação já seria de conhecimento dos interlocutores; a terceira pessoa, contudo, é variável, a fim de se determinar com mais precisão o objeto do discurso, que pode estar ausente ou ser desconhecido. Ainda outras questões são apontadas pelo autor, dentra as quais destacamos a modificação sofrida pelas variações *me, te* e *lhe(s)* quando justapostas às variações *o(s)* e *a(s)*, que perdem o *-e* final e formam as estruturas *mo(s), ma(s), lho(s)* e *lha(s)*.

No que diz respeito à *etymologia do pronome*, assim como vimos nas obras de Pacheco & Lameira (1887) e João Ribeiro (1889), Freire da Silva (1894) afirma que as formas dos *pronomes pessoaes* advêm da estrutura da língua latina, nos casos *nominativo*, *accusativo* e *dativo* – os quais, respectivamente, carregam as funções sintáticas de sujeito, objeto direto e objeto indireto.

Na segunda parte da obra, o autor trata dos conteúdos referentes à *syntaxe*. Segundo sua definição, a *syntaxe* é responsável por ensinar a coordenar palavras e proposições de modo a expressarem o pensamento. Ela se divide em *syntaxe grammatical* e *syntaxe litteraria*: a primeira seria responsável pela enunciação do pensamento em sua forma mais pura; já a segunda, pelos modos particulares assumidos pelos indivíduos na expressão do pensamento.

O livro primeiro, então, trata da *syntaxe grammatical*. Esta se subdivide em *syntaxe de palavras*, que relaciona os termos de modo a formar o período simples, e *syntaxe de proposições*, que relaciona diferentes períodos de modo a formar o período composto. É aqui, especificamente no que tange à *syntaxe de palavras*, que encontramos uma abordagem direta da colocação pronominal.

Diferente do que vimos nas demais obras deste *período "científico"*, Freire da Silva (1894) não separa uma seção específica para tratar da colocação pronominal. Ao invés disso, há uma seção intitulada "Collocação dos complementos", que se dirige de uma forma geral a todos os termos que exerçam a função sintática de complemento verbal. Nesse contexto, os pronomes *me, te, se, lhe(s), o(s), a(s), nos* e *vos* se inserem entre as *exceções* ao que se consideraria como *regra*:

> Quando os verbos, participios e gerundios teem por complementos os pronomes pessoaes *me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes*, podem estes **antepor-se**, **pospor-se**, ou **collocar-se entre as fórmas verbaes**, conforme melhor convier á boa harmonia, e á clareza que deve reinar no discurso (FREIRE DA SILVA, 1894, p. 295, negritos nossos).

Com isso, o autor destaca os três posicionamentos hoje reconhecidos no tratamento da colocação pronominal: a anteposição (próclise), a posposição (ênclise) e a intercalação (mesóclise). Entretanto, salientamos o fato de que o autor não faz uso de nenhum termo específico para se referir a esses diferentes posicionamentos, tampouco estabelece quaisquer relações entre eles e outros aspectos da língua – como as *palavras encliticas* que mencionara em outro momento da obra.

Em seguida, o autor apresenta uma série de regras para a "boa harmonia" na colocação desses pronomes, as quais sistematizamos no Quadro 10:

Quadro 11 – Quadro normativo da colocação pronominal segundo Freire da Silva (1894)

Caso	Subcasos	Regra	Exemplo	Exceção
(1) Em início de período ou proposição absoluta	–	Nunca deve começar por um pronome oblíquo.	***Me*** *parece*. [exemplo proscrito]	Apenas regidos de preposição. Ex. *A* ***mim*** *me parece*.
(2) Com verbos simples em início de período	–	Pospõe-se o pronome ao verbo.	*Amo*-***te***. *Dize*-***me*** *tu uma cousa.*	–
(3) Com proposições na ordem direta	(a) quando o sujeito é um substantivo e o verbo está no presente, no imperfeito, no perfeito ou no mais que perfeito do indicativo:	Antepõe-se ou pospõe-se o pronome ao verbo.	*Pedro* ***me*** *estima*. *Pedro* ***me*** *estimava.* *Pedro* ***me*** *estimou.* *Pedro* ***me*** *estimara*. *Pedro estima*-***me***.	Casos há, porém, em que é melhor faze-lo *preceder* o verbo. Só a conduta do ouvido poderá determiná-los.
(4) Com verbos precedidos por pronome como sujeito	–	Antepõe-se sempre.	*Elle* ***me*** *chama.* *Eu* ***me*** *condoo de ti.* *Tu* ***te*** *feriste.*	–
(5) Com verbos no futuro absoluto ou no futuro simples do condicional	(a) quando não iniciarem a frase:	Antepõe-se sempre.	*Eu* ***te*** *darei.* *Tu* ***me*** *amarias.*	–
	(b) quando iniciarem a frase:	Deve-se dizer por *tmese*.	*Dar*-***te***-*ei.* *Amar*-***me***-*ias.*	–
(6) Com verbos esdrúxulos[58]	(a) quando não iniciarem a frase:	Antepõe-se sempre.	*Si fosse assim, como dizes,* ***te*** *amaramos muito.*	–
	(b) quando iniciarem a frase:	Ou se dará outro torneio ao dizer, ou se apelará	[sem exemplos]	–

[58] Os verbos chamados "esdrúxulos" correspondem aos verbos proparoxítonos, cujo acento tônico recai sobre a antepenúltima sílaba.

		para a figura da *tmese*, caso seja a forma verbal a primeira pessoa do plural do futuro simples do condicional.		
(7) Com verbos precedidos por advérbios	–	Antepõe-se sempre.	*Já me encontrei com elle.*	–
(8) Em frases negativas	–	Antepõe-se sempre.	*Ninguém* ***se*** *incommoda com isso.* *Nada* ***te*** *estimula.*	–
(9) Com proposições	(a) conjuncionais:	Antepõe-se sempre.	*Terás de receber bons mimos, si* ***te*** *applicares ao estudo.*	–
	(b) qualificativas:		*Quem* ***me*** *avisa, meu amigo é.*	–
	(c) subjunctivas:		*Consente que* ***te*** *felicite pelo bom exito dos teus estudos.*	–
	(d) interrogativas:		*Que* ***me*** *queres?*	–
	(e) infinitivas preposicionaes de infinito pessoal:		*Ocorreu o facto, antes de* ***me*** *avisarem.*	Si porem a proposição infinitiva, tanto de infinito *pessoal* como de *impessoal*, tiver por liame a preposição *a*, o pronome só se pospõe *ao verbo.* Ex.: *A darem-****se*** *dissabores com a tua presença, é melhor que não vás; Accorreu a defender-****me*** *dos maus tratos que me davam; Ao recolherem-****se*** *os presos, houve grande tumulto; Continuem a portar-****se*** *bem.*
(10) Com proposições infinitas preposicionaes de infinito impessoal	(a) circumstancial:	Colloca-se o pronome ou antes, ou depois do verbo.	*Teem sido improficuos os meus esforços, para* ***te*** *convencer.* *Teem sido improficuos os meus esforços, para convencer-****te.***	
	(b) integrante:		*Bem contra a minha vontade deixo de* ***te*** *ensinar.* *Bem contra a minha vontade deixo de ensinar-****te****.*	
(11) Com formas verbais compostas com os auxiliares *haver* e *ter*	(a) quando formadas pela estrutura *haver/ter + supino* e que não inicie a frase:	O pronome se lhe antepõe, ou se lhe mette de permeio.	*Esta minha pretenção* ***me*** *tem custado muitos dissabores.* *Esta minha pretenção tem* ***me*** *custado muitos dissabores.*	Sendo o verbo alguma fórma dos futuros indicados, por *tmese* intercala-se o pronome no auxiliar. Ex.: *Ter-****me****-á elle apreciado?; Ter-****nos****-ia acompanhado?*
	(b) quando formadas pela estrutura *haver/ter + supino* e que inicie a frase:	O pronome é collocado depois do auxiliar.	*Tem-****me*** *custado muitos dissabores esta minha pretenção.*	
	(c) no futuro formado pela estrutura *haver/ter + de + presente do infinito impessoal* e que não inicie a frase:	O pronome pode ser anteposto, intercalado ou posposto.	*Eu* ***te*** *hei de amar.* *Eu hei de* ***te*** *amar.* *Eu hei de amar-****te****.*	–

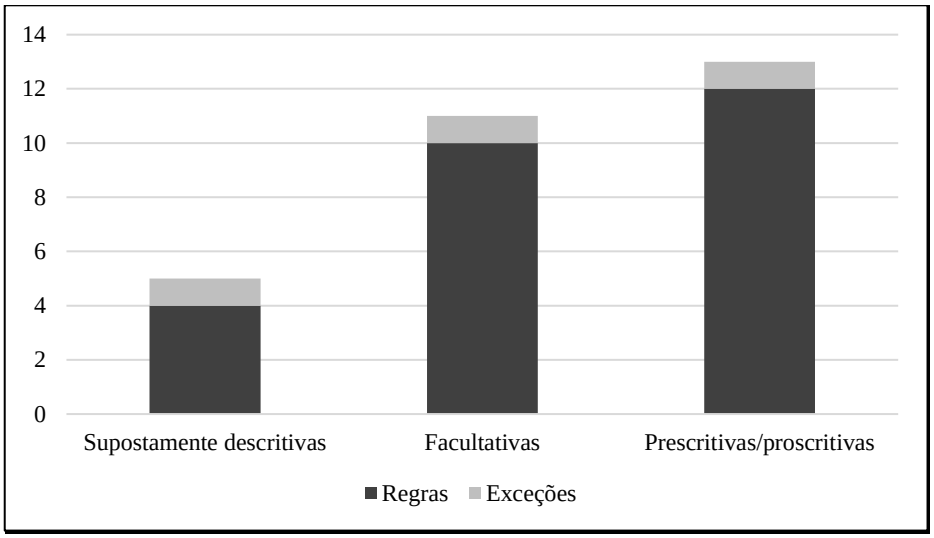
	(d) no futuro anterior perfeito composto formado pela estrutura *haver/ter + de + presente do infinito impessoal*:		*Elle **me** há de ter escripto.* *Elle há de **me** ter escripto.* *Elle há de ter-**me** escripto.*	–
	(e) no futuro anterior mais que perfeito composto formado pela estrutura *haver/ter + de + presente do infinito impessoal*:		*Eu **te** havia de ter amado.* *Eu havia de **te** ter amado.* *Eu havia de ter-**te** amado.*	–
	(f) quando o verbo for a primeira palavra da phrase:	O pronome ou se intercala, ou se pospõe.	*Ha de **te** amar.* *Ha de amar-**te**.* *Ha de **me** ter escripto.* *Ha de ter-**me** escripto.*	–
(12) Com verbos seguidos de proposição integrante infinitiva pura	–	O pronome ou se intercala, ou se pospõe.	*Eu quero **te** dar uma boa notícia.* *Eu **te** quero dar uma boa notícia.* *Eu quero dar-**te** uma boa notícia.*	–
(13) Com verbos frequentativos compostos de *estar, ficar, andar, ir, vir,* etc. + gerundio	(a) não iniciando a frase:	O pronome ou se antepõe, ou se intercala.	*Eu **me** estou apoquentando muito contigo.* *Eu estou **me** apoquentando muito contigo.*	–
	(b) iniciando a frase:	Antepõe-se o pronome ao gerundio.	*Estou **me** queixando.* *Ando **me** divertindo.*	–

Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: □ normas supostamente descritivas; ■ normas em que consta facultatividade; ■ normas de caráter explicitamente prescritivo e/ou proscritivo.

A partir deste quadro, observamos 26 regras de colocação pronominal distribuídas em 13 casos, sendo seis deles dividido em subcasos. Além disso, há quatro exceções.

Distribuímos também as regras de Freire da Silva (1894) segundo as ideias de prescrição e/ou proscrição explícita – em geral marcadas pela noção de dever, pela presença do advérbio "sempre" ou pela proibição a determinadas formas; facultatividade; e suposta descrição. Em termos quantitativos, a proporção entre elas pode ser observada conforme demonstramos no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Quantificação das normas da colocação pronominal em Freire da Silva (1894)



Fonte: Elaboração própria (2021).

Contamos quatro regras supostamente descritivas (2, 6b, 11b, 13b), dez facultativas (3, 10a, 10b, 11a, 11c, 11d, 11e, 11f, 12, 13a) e 12 prescritivas e/ou proscritivas (1, 4, 5a, 5b, 6a, 7, 8, 9a, 9b, 9c, 9d, 9e). Portanto, entendemos que a abordagem da colocação pronominal em Freire da Silva (1894) é caracterizada por um viés normativo majoritariamente doutrinador e prescritivista. Em relação às três exceções, não temos uma diferença significativa em termos numéricos, uma vez que cada uma delas corresponde a um dos três tratamentos normativos (supostamente descritivo, facultativo, prescritivo/proscritivo).

Todo o quadro normativo é acompanhado por exemplos. Estes correspondem a frases curtas, elaboradas pelo próprio autor, para demonstrar a sua aplicabilidade na construção do texto. Isso significa que o recorte de língua evidenciado por ele nessa disposição de regras e exceções é feito a partir da sua própria intuição, assim como o fizeram todos os autores anteriormente analisados.

Uma última questão à qual chamamos a atenção, na obra de Freire da Silva (1894), é o uso do termo *tmese* ao longo da exposição dessas regras. Até esse ponto da obra, o autor ainda não havia abordado esse conceito. De fato, a *tmese* é apresentada apenas no segundo livro da *syntaxe*, intitulado “Syntaxe litteraria ou estylistica”, como uma das *figuras de pensamento e de palavras*:

(i) por *accrescentamento* – epizeuxis ou reduplicação, diácope ou separação, anáphora, epistrophe, symploce, anaphora alternada, ploce, epanalépse, epánodos/regressão,

polyptóton/derivação, anadiplósis, exergásia/synonymia, polysyndeton, climax/gradação, pleonasmo, periphrasis;

(ii) por *diminuição* – ellipse, zeugma; ou

(iii) por *situação* – *consonância* (paranomásia ou agnominacio, anataclásis ou repercussão); *symetria* (párison, homeoteleuton ou desinencia semelhante, homeoptoton ou cadencia semelhante, isocólon); *contraposição* (antithese, antimetábole); *hyperbato* ou *transposição* (anastrophe, parenthesis, synchisis, tmese).

A *tmese* seria, então, entendida como uma das *figura de transposição*, definida como aquela responsável por deslocar a *enclitica* para o interior do vocábulo do qual depende (como em "chama-lo-á" e "amar-me-ia"). Entretanto, essa explicação é posterior à própria normatização do fenômeno, que se insere quando da abordagem da colocação pronominal (vide Quadro 10). Desse modo, prosseguimos com a compreensão de que, ao longo do século 19, sucedeu-se, juntamente com o desenvolvimento do processo de gramatização da colocação pronominal, a naturalização dos conceitos atrelados a ela – conforme também constatamos em relação ao termo *encliticas*, por exemplo, em outros momentos desta pesquisa.

5.3.6 *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1899)

A última gramática a analisarmos foi a 5ª edição da *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, que veio a lume em 1899. Comparando a exposição gramatical desta edição às das duas anteriormente examinadas, pudemos perceber que esta é não apenas uma nova impressão, mas também uma nova revisão da obra. Isso fica claro no acréscimos de ideias linguísticas, a exemplo das considerações acerca da sintaxe dos *pronomes substantivos em relação adverbial*[59]. Entretanto, no que diz respeito à abordagem da colocação pronominal, não identificamos nenhuma diferença em relação à 2ª edição, de 1885, o que nos sugere estabilidade na perspectiva do autor frente a esse fenômeno da língua.

[59] Cf. Julio Ribeiro (1899, p. 246-249).

6 RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES

> O passado inteiro, mesmo em um período limitado, se torna grande demais.
>
> *A história é bobagem*,
> de Clive Staples Lewis. 1957.

Nesta dissertação, buscamos compreender a emergência e o desenvolvimento do processo de gramatização da colocação pronominal no português em gramáticas brasileiras oitocentistas. Dentre as razões que nos levaram a estudar o tema, destacamos a ausência de uma pesquisa anterior que se debruçasse sobre como este conceito foi inicialmente concebido na gramaticografia brasileira.

Optamos pelo século 19 como recorte temporal considerando, principalmente, duas razões: (i) é nesse período que se dá o estopim da gramatização nacional, concebida *por* brasileiros e *para* brasileiros (cf. VIEIRA, 2018; BORGES NETO, 2018); e (ii) a literatura aponta para uma estabilidade na presença da colocação pronominal nas obras do século 20. Para tanto, selecionamos como fontes primárias 16 gramáticas brasileiras, de autoria de Antonio de Moraes Silva (1806; 1824); Pe. Antonio da Costa Duarte (1829; 1877); Manoel Soares da Silva Beserra (1861); Frederico Ernesto Estrella Villeroy (1870); Francisco Sotero dos Reis (1871); Laurindo José da Silva Rabello (1872); Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca (1876); Ernesto Carneiro Ribeiro (1881); Julio Cezar Ribeiro (1881; 1885; 1899); Manuel Pacheco da Silva Júnior & Boaventura Plácido Lameira de Andrade (1887); João Ribeiro (1889); e Augusto Freire da Silva (1894).

Ancoramos nosso estudo no domínio da Historiografia da Linguística, entendida, consoante Koerner (1996; 2014a; 2014b) e Swiggers (2010; 2012; 2013; 2015; 2019), como um empreendimento metodológica e epistemologicamente consciente de se registrar a história dos estudos sobre a linguagem. Além do conceito de *gramatização* (AUROUX, 2014 [1992]), tomamos por base teorico-metodológica o *modelo de conflitos* de Murray (1994); o conceito de *agenda de pesquisa*, de Swiggers (2013); e as *camadas do conhecimento linguístico*, também propostas por Swiggers (2004; 2019).

Nos procedimentos de análise, realizamos a leitura integral de cada uma das gramáticas, o que nos permitiu observar a rede conceitual e terminológica que constitui o conceito em sua imanência. Posteriormente, alinhamos as obras segundo uma perspectiva cronológica dos estudos gramaticográficos brasileiros delimitada em três períodos: o *período*

embrionário (1801-1820), o *período racionalista* (1821-1880) e o *período "científico"* (1881-1900). Nossa hipótese era que encontraríamos, ao mesmo tempo, uma série de mudanças nas camadas *contextuais* e *teóricas* de cada obra, em particular, e um processo de aprofundamento e detalhamento nas camadas *técnicas* e *documentais* do conjunto examinado.

Este último capítulo se divide em duas seções. Na seção 6.1 "A gramatização da colocação pronominal: mapeamento cronológico", sistematizamos nossos principais achados na análise da colocação pronominal na gramaticografia oitocentista brasileira. Para tanto, dialogamos com **questões de pesquisa** elencadas no início desse estudo.

Por fim, na seção 6.2 "Considerações finais", refletimos sobre algumas implicações da narrativa aqui exposta, em direção a um possível desfecho para nossa **problemática**: *de que modo o(s) conceito(s) e a(s) norma(s) de colocação pronominal no português foram construídos e desenvolvidos durante seu processo de gramatização no Brasil?*

6.1 Gramatização brasileira da colocação pronominal: mapeamentos cronológicos

Para sintetizar nossos principais achados relacionados ao processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal, apresentamos nesta seção mapeamentos de nossos resultados em sequências cronológicas. O primeiro deles é referente à *camada contextual* das 16 obras examinadas. Mais especificamente, retratamos a *autopercepção* dos autores, revelada nos movimentos retóricos das apresentações das obras, e os compromissos sociopolíticos assumidos por eles, isto é, os objetivos práticos almejados e/ou alcançados. Vejamos o Quadro 11:

Quadro 12 – Camadas contextuais em síntese

ANO	AUTOR(ES)	CAMADAS CONTEXTUAIS	
		Autopercepção	Compromissos sociopolíticos
1806	Moraes Silva	Retórica de contraposição: descontinuidade com a abordagem latinizada	Dar ideias mais claras e exatas do que comumente se vê na gramática de língua portuguesa [Para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos]
1824	Moraes Silva	Indeterminada: não possui seção de apresentação	Alcançar um bom reconhecimento da obra para uso das escolas de primeiras letras da província
1829	Costa Duarte	Indeterminada: não possui seção de apresentação	–

1861	Beserra	Retórica de contraposição: ruptura com o empirismo e com a abordagem latinizada	Promover o estudo da gramática da língua portuguesa segundo sua própria imanência [Adotada para uso do Liceu do Ceará]
1870	Villeroy	Retórica de continuidade: em relação à tradição greco-latina e à perspectiva filosófica	Facilitar o estudo e o ensino da língua portuguesa [Adotada em escolas públicas]
1871	Sotero dos Reis	Indeterminada: apresentação escrita pelos filhos do autor	[Aperfeiçoar e imprimir novos exemplares da obra] [Proposta pedagógica]
1872	Rabello	Indeterminada: apresentação escrita pela viúva do autor	[Tornar públicas as ideias linguísticas do autor]
1876	Caneca	Indeterminada: não possui seção de apresentação	Adaptar os conteúdos gramaticais à capacidade dos alunos
1877	Costa Duarte	Indeterminada: não possui seção de apresentação	[Escolhida pela Congregação do Liceu do Maranhão para uso próprio e das escolas de primeiras letras]
1881	Carneiro Ribeiro	Indeterminada: não possui seção de apresentação	–
1881	Julio Ribeiro	Indeterminada: não possui seção de apresentação	–
1885	Julio Ribeiro	Retórica de contraposição: ruptura com o modelo gramatical vigente	Aperfeiçoar os estudos gramaticais desenvolvidos na ed. de 1881
1887	Pacheco & Lameira	Retórica de contraposição: ruptura com a tradição; Retórica de continuidade: filiação ao programa oficial instituído pelo governo	Esclarecer os conteúdos exigidos nos exames gerais preparatórios
1889	João Ribeiro	Retórica de continuidade: em relação à abordagem filológica; Retórica de contraposição: descontinuidade a perspectivas filológicas correntes	Esclarecer e facilitar o estudo de gramática de acordo com a abordagem filológica
1894	Freire da Silva	Indeterminada: não possui seção de apresentação	[Fundo pedagógico]
1899	Julio Ribeiro	Indeterminada: não possui seção de apresentação	–

Fonte: Elaboração própria (2021).

No decorrer da pesquisa, levantamos a hipótese de que haveria uma série de mudanças na camada contextual das obras vistas em conjunto. Ao nosso ver, essa hipótese se confirma em partes. Como podemos perceber a partir do Quadro 11, a gramaticografia brasileira oitocentista é atravessada pelo propósito pedagógico vinculado à produção gramatical. Seja nos propósitos explicitados pelos autores, seja na função prática alcançada,

a maioria dessas obras têm uma relação com o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa. Nesse aspecto, há uma *linha de continuidade* que sustenta a orientação externa desse fazer gramatical.

Por outro lado, há o atravessamento de diferentes perspectivas sobre a língua: ideias oriundas da tradição greco-latina, do empirismo da filosofia sensualista, do racionalismo de Port-Royal, da corrente histórico-comparativa, dos estudos filológicos. Aliás, como vimos, por exemplo, na análise de João Ribeiro (1889), esse período foi marcado também por divergências no interior das correntes de estudos. A ideia de uma periodização não implica homogeneidade e constância dentro dos estudos gramaticográficos.

É mister frisarmos o fato de que dez das 16 obras não possuem qualquer tipo de seção de apresentação. Isso poderia indicar uma aceitação ou continuidade em relação à tradição gramatical mais forte em cada período, ou seja, uma adequação ao *clima de opinião* em vigência. Além disso, é provável que a autopercepção dos autores atravesse a constituição dessas gramáticas nas próprias seções de abordagem gramatical; contudo, não nos detivemos a essa análise, haja vista a especificidade de nosso tema aqui estudado.

A **primeira questão** que levantamos, no início desta pesquisa, indagava *se* e *como* a atmosfera intelectual do Brasil oitocentista e, em particular, as agendas de pesquisa dos gramáticos brasileiros influenciaram a abordagem da colocação pronominal. Em resposta a essa pergunta, conforme veremos adiante, nos Quadros 12 e 13, observamos que a "pedagogia" da colocação pronominal do português se desenvolve na gramaticografia brasileira à medida que o século 19 avança, o que para nós é um reflexo desse atravessamento do ensino nos compromissos sociopolíticos das gramáticas.

Quanto às *agendas de pesquisa* dos autores, podemos correlacionar as perspectivas teóricas à abordagem da colocação pronominal apenas no que diz respeito às influências recebidas dos estudos linguísticos desenvolvidos fora do Brasil. A maioria das gramáticas do *período racionalista*, por exemplo, foi influenciada pela gramática de Port-Royal; ainda que determinadas ideias linguísticas se relacionem com a colocação pronominal conforme firmada na tradição gramatical luso-brasileira, elas se encontram espaçadas em diferentes lugares das obras, sem uma sistematização propriamente voltada a esse fenômeno. Por outro lado, as obras do *período "científico"* passam a retratar a colocação pronominal com detalhes, regras e conceitos mais fechados, o que pode ser motivado pela influência dos estudos de ordem filológica, por exemplo.

O segundo mapeamento dispõe nossas análises das *camadas teóricas* (Quadro 12):

Quadro 13 – Camadas teóricas em síntese

ANO	AUTOR(ES)	CAMADA TEÓRICA			
		Pressupostos teóricos	Temas gerais	Temas específicos	Definições da colocação pronominal
1806	Moraes Silva	Continuidade à filosofia sensualista e ao racionalismo de Port-Royal; contraposição (descontinuidade) à abordagem latinizada do português.	Gramática; gramática universal e gramática particular; partes da sentença; sintaxe.	Nomes ou substantivos; pronomes; adjetivos articulares; sintaxe de regência [casos dos pronomes]; figuras de dicção.	Não há definição de colocação pronominal. Figuras de dicção: quando se divide a palavra e intromete outra.
1824	Moraes Silva	Continuidade à filosofia sensualista e ao racionalismo de Port-Royal; contraposição (descontinuidade) à abordagem latinizada do português.	Gramática; gramática universal e gramática particular; partes da sentença; sintaxe.	Nomes ou substantivos; pronomes; adjetivos articulares; sintaxe de regência [casos dos pronomes]; figuras de dicção.	Não há definição de colocação pronominal. Figuras de dicção: quando se divide a palavra e intromete outra.
1829	Costa Duarte	Continuidade à filosofia sensualista e ao racionalismo de Port-Royal.	Gramática universal; gramática particular; ortoepia; etimologia; sintaxe e construção.	Enclíticas; nomes adjetivos; artigos; adjetivos determinativos; demonstrativos pessoais; casos	Não há definição de colocação pronominal.
1861	Beserra	Contraposição (ruptura) à filosofia sensualista e à abordagem latinizada do português.	Gramática; gramática geral ou universal; gramática particular; etimologia verbal; sintaxe.	Substantivos; pronomes; artigos; figuras de dicção; sintaxe figurada.	Não há definição de colocação pronominal.
1870	Villeroy	Continuidade à tradição greco-latina.	Gramática portuguesa; etimologia; sintaxe; prosódia; ortografia.	Pronomes; pronomes pessoais; sintaxe figurada; hipérbato; figura de dicção; tmese; enclíticas; risca de união.	Não há definição de colocação pronominal. Tmese [figura de dicção]: se decompõe uma palavra composta, separando seus elementos e metendo outros de permeio. Enclíticas: não têm acento próprio e são subordinadas ao acento da palavra a que se ligam.

1871	Sotero dos Reis	Continuidade à tradição greco-latina e ao racionalismo de Port-Royal.	Gramática geral; gramática particular; etimologia; sintaxe; ortografia; prosódia.	Pronomes; pronomes pessoais; casos reto e oblíquo; nomes adjetivos; adjetivos pronominais; sintaxe de palavras; risca de união; acento prosódico.	Não há definição de colocação pronominal.
1872	Rabello	–	Sintaxe; prosódia.	Pronomes; substantivos; artigos; pronomes pessoais; figuras da sintaxe; hipérbato; tmese; enclíticas; figuras de dicção.	Não há definição de colocação pronominal. Tmese [figura de sintaxe]: divisão das palavras compostas por outras, que se metem de permeio. Enclíticas; monossílabos sem acento próprio que se subordinam ao acento dominante da palavra à qual se unem.
1876	Caneca	Continuidade à tradição greco-latina, ao racionalismo de Port-Royal e à obra de Jeronymo Soares Barbosa.	Gramática; gramática portuguesa; etimologia; ortografia; prosódia; sintaxe;	Pronomes; nomes; pronomes pessoais; hífen; figuras de dicção; sintaxe simples e sintaxe figurada; regência; figuras de sintaxe; hipérbato; tmese.	Não há definição de colocação pronominal. Tmese [figura de sintaxe]: quando se interpõe uma palavra em outra.
1877	Costa Duarte	Continuidade à filosofia sensualista e ao racionalismo de Port-Royal.	Gramática universal; gramática particular; ortoepia; etimologia; sintaxe e construção.	Enclíticas; nomes adjetivos; artigos; adjetivos determinativos; demonstrativos pessoais; casos.	Não há definição de colocação pronominal.
1881	Carneiro Ribeiro	Continuidade ao racionalismo de Port-Royal, à tradição greco-latina e à abordagem histórico-comparativa; contraposições (rupturas) a determinados conceitos da teoria clássica.	Gramática; gramática geral; gramática particular; gramática comparada; fonologia ou fonética; ortografia; lexicologia; fraseologia ou sintaxe.	Figuras de dicção; tmese; variações enclíticas dos pronomes; risca de união; substantivos; pronomes; pronomes pessoais; variações diretas e variações indiretas ou oblíquas; regência.	Não há definição de colocação pronominal. Tmese [figura de dicção]: divide um vocábulo em duas partes, entrepondo uma dicção.
1881	Julio Ribeiro	Filiação a pressupostos de filólogos e lexicógrafos.	Gramática; gramática geral; gramática particular; gramática	Enclíticas; figuras de metaplasmo; metathese; tmese; substantivos; pronomes; pronomes	Não há definição de colocação pronominal. [Posição e influência dos pronomes substantivos em relação objetiva adverbial].

			portuguesa; fonologia; morfologia; sintaxe.	pessoais; pronomes objetivos adverbiais;	Tmese [figura de metaplasmo]: transposição morfológica em que os verbos do futuro do indicativo e do imperfeito condicional admitem a inserção das formas complementares dos pronomes pessoais entre o radical e a desinência. Pronomes enclíticos: sempre se acostam ao verbo depois do qual vêm.
1885	Julio Ribeiro	Filiação a pressupostos de filólogos e lexicógrafos.	Gramática; gramática geral; gramática particular; gramática portuguesa; fonologia; morfologia; sintaxe.	Enclíticas; figuras de metaplasmo; metathese; tmese; substantivos; pronomes; pronomes pessoais; pronomes objetivos adverbiais;	Não há definição de colocação pronominal. [Posição e influência dos pronomes substantivos em relação objetiva adverbial]. Tmese [figura de metaplasmo]: transposição morfológica em que os verbos do futuro do indicativo e do imperfeito condicional admitem a inserção das formas complementares dos pronomes pessoais entre o radical e a desinência. Pronomes enclíticos: sempre se acostam ao verbo depois do qual vêm.
1887	Pacheco & Lameira	Filiação a uma perspectiva mais tradicional.	Gramática geral; gramática histórica ou comparativa; gramática descritiva ou expositiva; gramática portuguesa; morfologia; taxionomia; sintaxe.	Pronomes; pronomes substantivos; pronomes pessoais; proclíticos; pronomes proclíticos; colocação dos pronomes pessoais; função sintática; enclíticas.	Não há definição de colocação pronominal. Os pronomes podem ser proclíticos, mesoclíticos e enclíticos [categorização]. Pronomes proclíticos: muitas vezes posicionados imediatamente antes do verbo.
1889	João Ribeiro	–	Gramática geral; gramática particular; gramática histórica; gramática comparativa;	Quantidade; ênclises; próclises; tmese; pronomes; pronomes pessoais; artigo definido; casos oblíquos;	Conceito de colocação pronominal: às diversas posições assumidas pelos pronomes chama-se clises ou clise.

			gramática descritiva ou expositiva; fonologia; taxinomia; sintaxe.	sínclise, clise(s); combinações.	Pronomes enclíticos: colocados depois do verbo; em posposição. Pronomes proclíticos: colocados antes do verbo; em anteposição. Pronomes em sínclise: intercalação do pronome oblíquo ao verbo.
1894	Freire da Silva	Continuidade ao racionalismo de Port-Royal e à abordagem histórico-comparativa.	Gramática geral; gramática particular; gramática comparativa ou histórica; gramática descritiva ou expositiva; lexicologia; morfologia; sintaxe.	Acento tônico; ênclise; hífen; pronomes; pronomes pessoais; pessoas gramaticais; casos oblíquos; sintaxe de palavras; colocação dos complementos; figuras de pensamento e de palavras; figuras de situação; hipérbato ou transposição.	Não há definição de colocação pronominal. [Quando os verbos, particípios e gerúndios têm por complemento os pronomes pessoais, podem estes antepor-se, pospor-se ou colocar-se entre as formas verbais.] Ênclise [infração prosódica]: pronomes como *me*, *te*, *se*, *lhe* (entre outros) são atonizados e pospostos às formas verbais. Tmese [figura de transposição]: desloca a enclítica para o interior do vocábulo do qual depende.
1899	Julio Ribeiro	Filiação a pressupostos de filólogos e lexicógrafos.	Gramática; gramática geral; gramática particular; gramática portuguesa; fonologia; morfologia; sintaxe.	Enclíticas; figuras de metaplasmo; metathese; tmese; substantivos; pronomes; pronomes pessoais; pronomes objetivos adverbiais;	Não há definição de colocação pronominal. [Posição e influência dos pronomes substantivos em relação objetiva adverbial]. Tmese [figura de metaplasmo]: transposição morfológica em que os verbos do futuro do indicativo e do imperfeito condicional admitem a inserção das formas complementares dos pronomes pessoais entre o radical e a desinência. Pronomes enclíticos: sempre se acostam ao verbo depois do qual vêm.

Fonte: Elaboração própria (2021).

A **segunda questão** nos direcionava ao mapeamento dos conceitos gerais e específicos que constituem as gramáticas brasileiras oitocentistas e fundamentam sua abordagem da colocação pronominal. Nossa hipótese inicial era de que também na *camada teórica* do conjunto de obras encontraríamos uma série de transformações, decorrentes dos diferentes *climas de opinião* que atravessam o século.

No que diz respeito aos pressupostos teóricos, conforme podemos ver no Quadro 12, de fato identificamos diferentes posicionamentos; entretanto, eles se mantêm relativamente estáveis em cada período: (i) no *período embrionário*, a gramática de Moraes Silva (1806) se fundamenta no racionalismo de Port-Royal, no empirismo da filosofia sensualista e na ruptura em relação à abordagem latinizada do português; (ii) no *período racionalista*, permanece majoritário o embasamento em Port-Royal, dialogando também com questões histórico-comparativas; (iii) no *período "científico"*, o que passa a alicerçar a abordagem gramatical são os estudos de ordem filológica. A exceção mais forte a este último período é a gramática de Freire da Silva (1894), que se baseia também na perspectiva racionalista; isso pode ser explicado, porém, tanto pelo fato de a edição original ter sido publicada ainda no *período racionalista*, em 1875, quanto pela influência recebida da obra de Sotero dos Reis.

A **terceira questão**, por sua vez, indaga sobre os metatermos e suas respectivas conceptualizações utilizados no trato da colocação pronominal ao longo do século 19. Se a hipótese inicial se confirma no que diz respeito à segunda questão, aqui, ela toma outros rumos. Identificamos que as mudanças ocorridas nos conceitos gerais e específicos, bem como as definições apresentadas para o fenômeno da colocação pronominal, constituem um processo de emergência e autonomização desse conceito, ainda que haja divergências, às vezes explícitas, nas abordagens dos autores.

À medida que essa cronologia avança, podemos observar que é muito mais frequente a reformulação e naturalização das ideias já apresentadas do que o entrave entre conceitos de diferentes origens. A propósito, se nos voltarmos à definição de *gramatização* conforme proposta por Auroux (2014), o conjunto de obras analisadas parece apontar para uma provável consolidação do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal apenas a partir do *período "científico"*. Isso porque é apenas nas gramáticas que vieram após a publicação de Julio Ribeiro (1881) que nos deparamos com uma abordagem explicitamente voltada para esse fenômeno e que todos os critérios de Auroux (2014)[60] são obedecidos.

[60] Conforme apresentamos no Capítulo 2 (cf. 2.1.1), esses critérios são: (i) a categorização das unidades; (ii) exemplos; e (iii) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados.

Nossa **quarta e última questão de pesquisa** se dirige à caracterização do exemplário e do tratamento normativo específicos da colocação pronominal, respectivamente analisados na *camada técnica* e na *camada documental* das obras. Com relação a estas, esperávamos nos deparar com um aprofundamento e um detalhamento na abordagem desse fenômeno linguístico, em paralelo ao desenvolvimento do conceito na *camada teórica*. No Quadro 13, terceiro mapeamento cronológico de nossos resultados, descrevemos as principais propriedades dessas camadas, considerando o tratamento normativo concedido à colocação pronominal, a quantidade de regras presentes em cada obra e a caracterização do exemplário.

Quadro 14 – Camadas técnicas e documentais em síntese

ANO	AUTOR(ES)	CAMADAS TÉCNICAS E DOCUMENTAIS		
		Tratamento(s) normativo(s)	Quantidade de regras	Caracterização do exemplário
1806	Moraes Silva	Não contempla a colocação pronominal.	0	Não contempla a colocação pronominal.
1824	Moraes Silva	Não contempla a colocação pronominal.	0	Não contempla a colocação pronominal.
1829	Costa Duarte	Facultatividade (1); prescrição e/ou proscrição (1).	2R	Frases curtas de crivo do autor.
1861	Beserra	Não contempla a colocação pronominal.	0	Não contempla a colocação pronominal.
1870	Villeroy	Não contempla a colocação pronominal.	0	Não contempla a colocação pronominal.
1871	Sotero dos Reis	Não contempla a colocação pronominal.	0	Não contempla a colocação pronominal.
1872	Rabello	Não contempla a colocação pronominal.	0	Não contempla a colocação pronominal.
1876	Caneca	Não contempla a colocação pronominal.	0	Não contempla a colocação pronominal.
1877	Costa Duarte	Facultatividade (1); prescrição e/ou proscrição (1).	2R	Frases curtas de crivo do autor.
1881	Carneiro Ribeiro	Suposta descrição (3).	2R, 1E	Frases curtas de crivo do autor.
1881	Julio Ribeiro	Suposta descrição (8); facultatividade (6); prescrição e/ou proscrição (8).	16R, 6E	Frases curtas de crivo do autor.
1885	Julio Ribeiro	Suposta descrição (7); facultatividade (6); prescrição e/ou proscrição (7).	14R, 6E	Frases curtas de crivo do autor.
1887	Pacheco & Lameira	Suposta descrição (12); facultatividade (1); prescrição e/ou proscrição (6).	18R, 1E	Frases curtas de crivo dos autores.
1889	João Ribeiro	Suposta descrição (11); facultatividade (2); prescrição e/ou proscrição (5).	15R, 3E	Frases curtas de crivo do autor.
1894	Freire da Silva	Suposta descrição (5); facultatividade (11); prescrição e/ou proscrição (13).	26R, 4E	Frases curtas de crivo do autor.

1899	Julio Ribeiro	Suposta descrição (7); facultatividade (6); prescrição e/ou proscrição (7).	14R, 6E	Frases curtas de crivo do autor.

Fonte: Elaboração própria (2021).
Legenda: R – regras; E – exceções.

A partir desse quadro, é evidente que, apesar de já encontrarmos parte da rede conceitual e terminológica que fundamentaria a abordagem da colocação pronominal, a maioria das gramáticas publicadas nos *períodos embrionário* e *racionalista* não lhe concedem um tratamento específico. As exceções a isto são as duas edições de Costa Duarte (1824; 1877) e Carneiro Ribeiro (1881), que pontuam poucas regras de colocação pronominal e têm entre si um distanciamento temporal considerável – uma vez que a obra de 1877, do primeiro autor, é uma nova edição daquela publicada em 1824.

Consequentemente, a normatização da colocação pronominal parece ganhar força especificamente no correr do *período "científico"*. As seis obras examinadas dedicam seções específicas para o tratamento desse fenômeno linguístico, cuja frequência e quantidade de regras cresce exponencialmente em relação aos dois períodos anteriores. É interessante percebermos a ausência de estabilidade em relação à quantidade e à caracterização das regras. A proporção na classificação das supostamente descritivas, das facultativas e das prescritivas e/ou proscritivas toma formas específicas em cada gramática; a única repetição ocorre da edição de 1899 de Julio Ribeiro em relação à de 1885, e se explica pelo fato de ser aquela uma nova edição desta.

Por último, chamamos a atenção para o fato de que o exemplário de todas as obras é constituído por frases curtas de elaboração dos próprios autores, mesmo nas regras facultativas e supostamente descritivas. Com isso, compreendemos que cada um dos autores legitima um padrão linguístico específico e idealizado, que se distancia da diversidade característica da língua e ratifica a interdição de determinadas construções. Ademais, ainda que não tomem a escrita literária pregressa como modelo de língua, a oração permanece sendo a unidade máxima de análise nesses exemplos. Desse modo, independentemente dos pressupostos, dos objetivos, da agenda de pesquisa dos autores ou do tratamento normativo presentes no texto, e ainda que esse conceito tenha emergido, desenvolvido e se estabelecido na gramática de língua portuguesa apenas a partir do final do século 19, a gramatização da colocação pronominal também é atravessada por aspectos da perspectiva tradicional de origem greco-latina.

6.2 Considerações finais

Feitas as devidas considerações a partir do mapeamento cronológico, em 6.1, finalmente podemos responder à **problemática** de nossa pesquisa: *de que modo o(s) conceito(s) e a(s) norma(s) de colocação pronominal no português foram construídos e desenvolvidos durante seu processo de gramatização no Brasil?*

Entendemos que o processo de gramatização brasileiro da colocação pronominal no português se desenvolveu de modo gradativo, em diferentes etapas. Antes mesmo de ser percebido e normatizado como um fenômeno linguístico em particular, figuravam certos conceitos que paulatinamente se estabilizariam na gramaticografia brasileira.

Mesmo se deixássemos de lado questões mais gerais e observássemos apenas as definições de *tmese* e *enclíticas*, por exemplo, poderíamos distinguir diferentes abordagens: ora como figuras fonéticas, ora como figuras sintáticas, ora como parte dos aspectos morfológicos da língua. Em suma, até alcançar a sua autonomização enquanto um tema gramatical da língua portuguesa no Brasil, em termos conceituais ou aplicados, a ideia da colocação pronominal emergiu e foi se moldando como um aspecto secundário a outros conceitos, como *pronome*, *acento* ou *metathese*.

É interessante percebermos, também, que aquilo que aprendemos e comumente ensinamos como colocação pronominal teve diferentes abordagens conceituais ao longo do tempo. Essa multiplicidade se estende até os dias de hoje, conforme pudemos observar no desenvolvimento de uma das etapas do projeto de pesquisa intitulado "Norma gramatical em instrumentos linguísticos do século XXI: sistematização e implicações pedagógicas", concebido no âmbito do grupo de pesquisa HGEL (UFPB/CNPq) entre 2017 e 2020. Realizamos um levantamento descritivo-analítico da abordagem da colocação pronominal em 13 gramáticas brasileiras contemporâneas. Como resultado, identificamos justamente uma diversidade característica da abordagem da colocação pronominal, que se manifesta tanto na quantidade de regras estabelecidas quanto em termos de descrição, facultatividade ou prescrição/proscrição no tratamento normativo.[61]

[61] Uma iniciativa em direção à didatização de questões gramaticais alinhadas ao português brasileiro contemporâneo pode ser encontrada na coleção "Escrever na universidade", de Vieira & Faraco (2019-2021). O volume 5 da coleção, intitulado *Escrever na universidade: gramática da norma de referência* (2021), trata, entre outras questões, dos aspectos sintáticos da colocação pronominal a partir dos resultados do projeto "Norma gramatical em instrumentos linguísticos do século XXI: sistematização e implicações pedagógicas" (UFPB/PROLING/HGEL 2017-2020).

Por fim, ressaltamos que nossa análise se restringe a um conjunto de 16 fontes, enquanto o levantamento de Polachini (2018) relata a existência de pelo menos 216 gramáticas brasileiras oitocentistas. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa podem ser ampliados na medida em que o acesso a outras dessas gramáticas seja viabilizado. Ademais, a história do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal pode ter também outras nuances em fontes de outra natureza, como dicionários e obras com temas gramaticais específicos. Essas e outras questões podem ser levadas em consideração em pesquisas historiográficas futuras.

REFERÊNCIAS

(i) Fontes Primárias

BESERRA, M. S. da S. **Compendio de Grammatica Philosophica**. Ceará, 1861.

CANECA, Fr. J. do A. D. **Breve Compêndio de Grammatica Portugueza, organizado em fôrma systematica, com adaptação á capacidade dos alumnos**. Recife, 1876.

CARNEIRO RIBEIRO, E. **Grammatica portugueza philosophica**. Salvador: Imprensa Econômica, 1881.

COSTA DUARTE, Pe. A. da. **Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. 6. ed. Maranhão: Livraria do Editor Antonio Pereira Ramos D'Almeida, 1877 [1859].

COSTA DUARTE, Pe. A. da. **Compendio da grammatica portugueza**. Maranhão, 1829.

FREIRE DA SILVA, A. **Grammatica Portugueza**. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1894 [1875]. Consultada na CLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/obras/navegar.bv?idObr=6&pagina=0. Último acesso: 14 out. 2021.

MORAES SILVA, A. de. **Epitome da grammatica de lingua portugueza**. Lisboa, 1806.

MORAES SILVA, A. de. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro, 1824.

PACHECO, M.; LAMEIRA, B. P. **Noções de grammatica portugueza, de acordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatórios do corrente anno**. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.

RABELLO, L. J. da S. **Compendio de grammatica da lingua portugueza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Esperança – de Gaspar João José Velloso, 1872.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**: Curso Medio, 3o Anno de Português. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clarissa de Alves & C., 1889 [1887].

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1885 [1881].

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. 5. ed. São Paulo: Miguel Melillo-Editor, 1899 [1881].

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Tipographia de Jorge Seckler, 1881.

SOTERO DOS REIS, F. **Grammatica Portugueza, accommodada aos princípios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica**. 2. ed. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1871 [1866].

VILLEROY, F. E. E. de. **Compendio da grammatica portugueza**. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1870.

(ii) Fontes Secundárias

ALONSO, R. P. O. **Colocação de pronomes oblíquos átonos**: norma e uso. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ALBUQUERQUE, J. G de; COX, M. I. P. A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno de língua do Brasil na segunda metade do século XIX. **Polifonia**, EdUFMT, n. 3, p. 31-59, 1997.

ALBUQUERQUE, J. G. de. O discurso separatista sobre o português do Braisil, na segunda metade do século XIX: o tom. **ÍCONE – Revista de Letras**, São Luís de Montes Belos, v. 1, p. 95-106, 2007.

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004 [1998].

ALTMAN, C. História, Estórias e Historiografia da Linguística brasileira. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012. p. 14-37.

ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista Argentina de Historiografia Linguística**, v. 1, n. 2, 2009.

ANDRADE, A. L. de; CARNEIRO, Z. de O. N. A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 16, n. spe, p. 125-161, 2014.

ASENCIO, J. J. G.; DEL ARCO, E. T. M.; SWIGGERS, P. Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografia linguística. *In*: CALERO, M. L. A.; ZAMORANO, A.; PEREA, F. J. *et al*. (Eds.). **Métodos y resultados actuales en historiografia de la linguística**. Nodus Publikationen, 2014. p. 266-301.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1992].

BASTOS, N. Classes gramaticais: um tratamento historiográfico – século XX. **Limite**. n. 6, 2012, p. 237-258.

BATISTA, R. de O. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2014. [Capítulo III – p. 69-99.]

BIAZOLLI, C. C. Clíticos pronominais em gêneros jornalísticos escritos das variedades europeia e brasileira do português: (re)discutindo a atuação dos fatores condicionantes linguísticos. **Estudos Linguísticos**, v. 45, n. 1, p. 332-37, 2016.

BIAZOLLI, C. C. **Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português**: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

BORGES NETO, J. **A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar**. Texto de conferência proferia no VIII Congresso da ABRALIN, Natal, RN, 02/02/2013. (mimeo)

BORGES NETO, J. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012.

BORGES NETO, J. **História da Gramática**. Curitiba, 2018. (mimeo)

CARDOZO, R. W. **A ordem pronominal do português brasileiro atual**: uma análise via Teoria da Otimidade. Dissertação (Mestrado em Teoria e Análise Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARNEIRO, Z. de O. N. **Cartas brasileiras (1809-1904)**: um estudo linguístico-filológico. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARVALHO, C. de. Aspectos lexicais do português do Brasil no século XIX. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 203-222, jan.-jun. 2006.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos. **Confluência**, Rio de Janeiro, vol. 23, p. 102-119, 1º sem. 2002.

COELHO, O. F.; DANNA, S. M. D. G.; POLACHINI, B. S. O português do Brasil em gramáticas do século XIX**. Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 115-141, 2014.

COELHO, O.; DANNA, S. M. D. G. História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX. **Confluência**, n. 49, p. 215-235, 2015.

COLOMBAT, B. *et al*. **Uma história das ideias linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

COSTA, T. de A. da. Cicatrizes: traços de discursos outros nas gramáticas pós-NGB. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 1532-1544, 2011.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 163-175.

DOMINGUES, D. A colocação pronominal sob a perspectiva das gramáticas: tensões, contradições e propostas para o ensino. **Cadernos do CNLF**, v. 19, n. 3, p. 22-30, 2015.

ELIA, S. Os estudos filológicos no Brasil. *In*: **Ensaios de filologia e lingüística**. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.

FARACO, C. A. **Lingüística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FÁVERO, L. L. Gramática é a arte... *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 59-70.

FERRARI, L. de A. **Aspectos prosódicos e sintáticos dos pronomes clíticos em português do Brasil e no vernáculo florentino**. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERREIRA, A. C. F.; NOGUEIRA, L. A colocação dos pronomes na Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 38, p. 11-33, 2016.

FIORIN, J. L. Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 33/34, 2º sem. 2007 / 1º sem. 2008, p. 53-68.

FRANCO, M. I. S. de M. Primeira metade do século XIX: em busca da identidade nacional: Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca. *In*: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). **História Entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 91-116.

GALISON, P. **How Experiments End**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

GALISON, P. **Image and Logic**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

GOMES, L. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Globo, 2014.

GRAÇA, T. S. N. V. **(des)Usos do clítico em orações com verbos pronominais**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GUILHERME, M. R. de C. **A relação entre a colocação dos clíticos e o parâmetro *pro-drop* no português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-

Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GURGEL, S. O período dito científico dos estudos linguísticos brasileiros na questão da colocação pronominal (1880-1920). **ANAIS DO SETA**, n. 1, p. 481-486, 2007.

GURGEL, S. **O período dos estudos linguísticos dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GURPILHARES, M. S. S. As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica. **Janus**, Lorena, ano 1, n. 1, p. 41-51, jul.-dez. 2004.

KOERNER, E. F. K. A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem. *In*: KOERNER. E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014a. p. 9-15.

KOERNER, E. F. K. Historiografia Linguística. *In*: KOERNER. E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 17-28.

KOERNER, E. F. K. **Professing Linguistic Historiography**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1989.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

LEITE, M. Q. A gramatização da colocação dos pronomes átonos em gramáticas portuguesas e brasileiras. **Todas as Letras V**, v. 15, n. 2, p. 127-140, 2013.

LOBO, T. C. F. **A colocação dos clíticos em português**: duas sincronias em confronto. Dissertação (Mestrado em Linguística Histórica) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

LOPES, A. L. A. **A ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu (Séc. 16 a 19)**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MATOS, F. I. de A. **Subespecificação de traços-*phi* e *clitic climbing* do lhe na escrita brasileira dos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MEDEIROS, E. G. de. **A abordagem da colocação pronominal em duas edições da Moderna Gramática Portuguesa, de E. Bechara (1961 e 1999)**: relações de (des)continuidade com a tradição gramatical do século XX. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MEDEIROS, E. G. de.; VIEIRA, F. E. **A abordagem da colocação pronominal na *Moderna Gramática Portuguesa* (1961, 1999), de Evanildo Bechara**. (no prelo)

MEIRELLES, J. G. **Política e cultura no governo de D. João VI (1792-1821)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MELO, H. L. A. S. de. **Clíticos**: variação da colocação pronominal no português em documento do século XVII. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MORAES SILVA, A. de. **Epitome da grammatica portuguesa agora mais resumido, e em fórma de dialogo, para uso de meninos**. Porto Alegre: C. Dubreuil, 1832. 91 p.

MORAES SILVA, A. de. Epitome da grammatica portuguesa. *In*. MORAES SILVA, A. de. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 2. Ed. Lisboa: Typographia Lacerdena, 1813. 48 p.

MOTA, N. A.; CERQUEIRA, I. B.; AZEVEDO, I. C. M. de. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 552-567, 2017.

MURRAY, S. O. **Theory Groups and the Study of Language in North America**: a Social History. Amsterdã: John Benjamins, 1994.

NAMIUTI, C. **Aspectos da história gramatical do português**: interpolação, negação e mudança. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NAMIUTI, C. Ordem e clíticos: fronteamento e interpolação na diacronia do português. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralin**, Curitiba, p. 923-938, 2011.

NASCENTES, A. A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico). *In*: NASCENTES, A. **Estudos Filológicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. p. 21-45.

NUNES, C. da S. **A ordenação do clítico "se" em complexos verbais nas produções escritas do Brasil e de Portugal nos séculos XIX e XX segundo a perspectiva sociolinguística**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NUNES, C. da S. **Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, C. da S.; VIEIRA, S. R. A colocação pronominal em complexos verbais na escrita de jornais brasileiros e europeus nos séculos XIX e XX. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 85-99, 2013.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Produção de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. Separata de: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001, p. 21-38.

OTHERO, G. de A.; CARDOZO, R. W. A ordem pronominal em português brasileiro: da ênclise à próclise, do clítico ao tônico (or there and back again, a word order's holiday). **Fórum linguistic.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 1717-1734, 2017.

PAGOTTO, E. G. **A posição dos clíticos em português**: um estudo diacrônico. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

PAULA, T. F. de. **A posição dos clíticos pronominais no português sob a perspectiva dos sistemas adaptativos complexos**: um estudo diacrônico. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PESSOA SANTOS, M. H. **As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos**. Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2010.

PETERSON, M. S. **A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor**: uma contribuição da Sociolinguística Variacionista. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

POLACHINI, B. S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RICCIARDI, M. L. P. Segunda metade do século XIX: da apoteose do sentimento à anatomia da língua. *In*: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). **História Entrelaçada**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 117-140.

RODRIGUES COELHO, A. L. **A ordem dos clíticos pronominais**: uma análise sociolinguística da escrita escolar do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, D. C. de O. **Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do português literário**: um estudo segundo o conjugado "Variação-Mudança & Cliticização". Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, J. T. **Descrição do pronome na tradição gramatical brasileira do século XX**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SARAIVA, L. M. S. **A colocação dos pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico e nos inquéritos do projeto NURC**: uma análise contrastiva. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SCHEI, A. **A colocação pronominal do português brasileiro**: a língua literária contemporânea. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

SCHEI, A. A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX. **Filol. Linguíst. Port.**, n. 5, p. 57-84, 2002.

SILVA, A. R. C. da. **Colocação pronominal em gramáticas contemporâneas do português**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras/Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2018.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Directions for linguistic historiography. **Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH: VII MiniEnapol de Historiografia Linguística (2013)**. São Paulo, v. 1, p. 8-17, 2015.

SWIGGERS, P. História, Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. **Eutomia**, ano III, v. 2, p. 1- 17, dez. 2010.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. *In*: BATISTA, R. de O. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Todas as letras**, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografia de la Linguística. *In*: ZUMBADO, C. et al. (eds.). **Nuevas aportaciones a la Historiografía Linguística**. Congresso Internacional de Lasehl. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

THIESSE. A. M. **La création des identités nationales**. Europe XVIIIe - XXe siècle. Paris: Editions du Seuil, 1999.

TOMANIN, C. R. **A cristalização da nova modalidade de mesóclise no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional**: história crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VIEIRA, F. E. A sintaxe no Brasil: notas historiográficas e eixos temáticos de investigação. **Alfa**, v. 64, e. 12288, p. 1-29, 2020.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português**: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

VIEIRA, F. E. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? *In*: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. **Escrever na universidade**: gramática da norma de referência. São Paulo: Parábola Editorial, 2022. (Escrever na universidade; 5) [no prelo]

VIEIRA, M. de F. **A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo**: uma investigação sociolinguística. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, S. R. **Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, S. R.; CORRÊA, C. M. M. de L. A Ordem dos Clíticos em Complexos Verbais na Sincronia Atual: Uma Regra Variável? **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 15/1, p. 357-380, 2012.

VIEIRA, S. R.; CORRÊA, C. M. M. de L. Colocação pronominal no Português do Brasil: a contribuição de estudos de percepção auditiva. **Let. Hoje**, v. 52, n. 1, 2017.

WINK, C. O.; FINKENAUER, L.; OTHERO, G. de A. Quadro pronominal e colocação dos pronomes à luz de cinco gramáticas do português brasileiro. **Domínios de Lingu@gem**, v. 6, n. 1, p. 434-448, 2012.

APÊNDICE | Fichas Descritivas

(Por ordem alfabética)

Ficha 1. Antonio da Costa Duarte (1829)
Ficha 2. Antonio da Costa Duarte (1877)
Ficha 3. Antonio de Moraes Silva (1806)
Ficha 4. Antonio de Moraes Silva (1824)
Ficha 5. Augusto Freire da Silva (1894)
Ficha 6. Ernesto Carneiro Ribeiro (1881)
Ficha 7. Francisco Sotero dos Reis (1871)
Ficha 8. Frederico Ernesto Estrella de Villeroy (1870)
Ficha 9. João Ribeiro Fernandes (1889)
Ficha 10. Joaquim do Amor Divino Caneca (1876)
Ficha 11. Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1881)
Ficha 12. Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1885)
Ficha 13. Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1899)
Ficha 14. Laurindo José da Silva Rabello (1872)
Ficha 15. Manoel Soares da Silva Beserra (1861)
Ficha 16. Manuel Pacheco da Silva Jr. & Boaventura P. Lameira de Andrade (1887)

FICHA DESCRITIVA 1 – A. DA COSTA DUARTE (1829)	
Título e subtítulo (se houver)	Compendio da grammatica portuguesa
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Pe. Antonio da Costa Duarte (?? – ??)
Ano de publicação	1829
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Typographia Nacional
Local de impressão	Maranhão
Edição/Impressão	1ª edição
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Compendio da grammatica portuguesa: para uso das escolas de primeiras letras, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos e offerecido ao Illm.º e Exm.º Sñr. Candido Joze de Araujo Vianna, Presidente da Provincia do Maranhão, Deputado nas Córtes Legislativas, Cavalleiro da Ordem de Christo, e Desembargador da Relaçaõ de Pernambuco pelo Padre Antonio da Costa Duarte. Maranhaõ. Na Typographia Nacional. Anno de 1829. Epígrafe: "Quod munis adferre maius meliusve reipublioe possumus, quam si docemus et erudimus juventutem? (Cic)". Dedicatória: ILLM.º EXM.º SNR. A voz publica e a nossa experiencia comprovão assás o desvelo, com que V. Ex.ª emprega todas as suas faculdades em beneficio dos Póvos, felizmente confiados á direção de V. Ex.ª, usando para o bem estar deles dos meios que amplamente lhe ministrão a profunda sabedoria e as eminentes virtudes, que a Providencia concedeo a V. Ex.ª Isto, a mui transcendente matéria, de que tracta o presente Compendio, o ter-me V. Ex.ª incumbido da sua composição, todos estes motivos me convencem de que V. Ex.ª se não dedignará de o lêr e de corrigil-o, para que a sua Doutrina seja interessante á instrucção da Mocidade; e estas mesmas ponderosas razões me animão a offerecel-o a V. Ex.ª, que em o acceitar, me concede o prazer de mostrar o affecto, respeito, e veneraçaõ com que sou De V. Ex.ª O mais referente súbdito Padre Antonio da Costa Duarte. Trecho final: Ninguém se persuada de que póde ser bastantemente profundo em material alguma, estudando só por Compendios. Assinatura: Maranhão 31 de Março de 1830. Número de páginas: 100.
Público leitor	Escolas de primeiras letras.
Apresentação da obra	_
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 2 – A. DA COSTA DUARTE (1877)	
Título e subtítulo (se houver)	Compendio de grammatica philosophica da lingua portuguesa
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Pe. Antonio da Costa Duarte (?? – ??)
Ano de publicação	1877
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Livraria de Magalhães
Local de impressão	Maranhão
Edição/Impressão	6ª
Descrição da edição consultada	Transcrita e disponibilizada na Coleção Gramáticas do Brasil, organizada por Marli Quadros Leite e Arnaud Pelfrêne – Universidade de São Paulo (USP), 2018. Folha de rosto: Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza Escolhida pela Congregação do Licêo do Maranhão para uso do mesmo, e das aulas de primeiras letras da Província, pelo Padre Antonio da Costa Duarte. Lente da Grammatica Philosophica da Lingua, e Analyse dos nossos Classicos. 6.ª Edicção. Maranhão. A´ venda na Livraria do Edictor Antonio Pereira Ramos D'Almeida Rue da Palma n. 3. 1877. Número de páginas: 146.
Público leitor	Escolhida pela Congregação do Licêo do Maranhão para uso do mesmo, e das aulas de primeiras letras da Província.
Apresentação da obra	_
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 3 – A. DE MORAES SILVA (1806)	
Título e subtítulo (se houver)	Epitome da grammatica da língua portuguesa
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Antonio de Moraes Silva (1757, Rio de Janeiro – 1824, Pernambuco)
Ano de publicação	1806
Período dos estudos gramaticais	Período embrionário
Tipografia	Officina de Simão Thaddeo Ferreira
Local de impressão	Lisboa
Edição/Impressão	1ª
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Epitome da Grammatica de Lingua Portugueza, composta por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro. Lisboa. M. DCCCVL. Na Off. De Simão Thaddeo Ferreira. Com licença da Meza de Desembargo do Paço. Vende-se na loja Borel Borel, e Companhia. Epígrafe: Nous avons complique nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'aprés les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours. Condillac, Gramm. P. 2. Chap. 21. Note (*) pag. 205. Édit. De 1780, á Genève. Assinatura (última página): Acabouse este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15. De Julho de 1802. Número de páginas: 165.
Público leitor	Não explicitado.
Apresentação da obra	"AO LEITOR BENEVOLO. Propuz me nesta Grammatica dar te idéyas mais claras, e exactas, do que cómummente se achão nos livros d'este assumpto, que tenho visto no nosso idioma, tanto á cerca das Partes Elementares da Oração, como da sua emendada composição. Nelles não se explica por exemplo o que é artigo; dizem te que se ajunta aos nomes para mostrar os numeros, e os casos. Mas os nomes Portuguezes, exceptos Eu, Tu e Elle, não tem casos; e estes não se usão com artigos. Demais, sendo o artigo um adjectivo, quem fala, ou escreve deve saber o gênero do nome, a que o artigo precede, para usar dele na variação correspondente ao gênero, e numero do nome, como se faz com qualquer outro adjectivo. Nenhum Grammativo, á excepção de Duarte Nunes do Lião [NDR: Na Ortografia da Lingua Portugueza, pag. 306. e seg. da edição de 1784.] te diz quando deves usar do artigo, e quando omitti-lo. Ensinão te que se não diz, v.g. *navego Tejo* sem preceder *o* a *Tejo*, porque soaria mal. Mas os nossos bons Poetas dicerão = *Tejo* leva na mão o gran Tridente ,, e ,, *Guadiana* atras tornou as aguas ,, sem o artigo [NDR: Ferreira, Egloga 1. e Camões na Lusiada. 4. 28.]. Passando aos nomes, fazem te não sei quantas declinações, e dão lhes não sei quantos casos: mas os nossos nomes não tem casos, ou desinencias finais diversas, senão *eu, tu, elle:* os mais só se varião para indicar o nmero plural, v.g. casa, casas; templo, templos. A estes sonhados casos são lhes nomes de Nominativos, Genitivos, Dativos, Accusativos, &c. Se lhes perguntares o que é isto, dir-te hão, que em Latim são diversas terminações do mesmo nome, que servem para indicar as varias relações, em que se representa o objecto significado pelo nome. Mas além de que são idéyas falsas dizes, que ha genitivos, dativos, &c. em Portuguez, tambem serião falsas noções as que se dessem de correspondencias entre o Latim, e Portuguez. *Me* v.g. parece se com o acusativo Latino, quando dizemos feriu *me*, matou *me*: mas *me* tambem indica o termo da acção, quando esta tem paciente, e termo, v. g. matou *me* um Livro, as quaes relações no Latim se representão por outro caso diverso: (*mihi* e não *me*) e no Portuguez müitas vezes *me*, e *a mim* representão o mesmo. Alem d'isto;

	a tua lingua deve servir te de meyo para aprenderes as estranhas, e seria absurdo querer te explicar o artificio da Sintaxe, ou composição d'ella, por meio de outra lingua, e suas regras, que demais de serem inapplicaveis aos idiotismos Portuguezes, te são ignotas, e mais difficeis. Quasi todos os Grammaticos, que tenho visto, engrossão os seus livros com conjugações: a composição, parte tão principal das Grammaticas, reduzem nas a m~uito poucas. Eu cuido que te expliquei esta parte da Grammatica com assás curiosidade, propondo-te o que nella é mais recondito, e muitos exemplos dos bons autores, que seguramente imites porque tambem a copia delles te fará caïr mais facilmente na intelligencia, e applicação das regras. Ajuntei alg~uas observações á cerca de frases, e construcções erradas, ou menos seguidas, para que imitando o bom dos livros Classicos, não sigas tambem os erros, e descuidos, ou o que já hoje se não usa geralmente [NDR: Isto mesmo praticárão na lingua Ingleza o Bispo Lowth na sua *Short Introduction to the English Grammar*, o Dr. Priestley; e Mr. Wailly em Francez.]. Acharás neste Compendio alg~uas palavras, conjugações, e frases, que te dou como antiquadas, para que não as estranhes nos bons autores, e não as imites. Não te contentes toda vida com as noções elementares deste compendio: Sirvão te sómente de guia para leres os bons autores, que desde os annos de 1500 fixárão, e aperfeiçoárão a nossa lingua, e começárão a escrever tão cultamente, ao menos os seus Dramas, como os Italianos que primeiro o fizerão na Europa moderna, antes que os Francesezes, Inglezes, e outros tivessem Poetas correctos, e elegantes, nem Historiadores, e Oradores dignos de se lerem como os nossos Castanheda, Barros, Couto, Antonio Pinto Pereira, Lucena, Diogo de Paiva d'Andrada, Gil Vicente, Francisco de Sá de Miranda, Antonio Ferreira, e a immortal Lusiada, tão superior aos nossos Epicos em invenção, grandeza e interesse do assumto, elegancia, pureza, e majestade d'estilo, e tão justamente invejada do grande Tasso [NDR: Voltaire diz que Tasso é mui superior a Camões, a pezar das invejas, que o nosso Epico fazia ao Italiano. Mas Voltaire nunca leu Camões senão na má traducção Ingleza do Fanshaw: e se entendia bem a *Gerusaleme Liberata*, entederia melhor Camões, do que o Tasso, que reconhece a propria inferioridade? Sei que Gabriel Pereira de Castro, na Ulissea, Vasco Mausinho de Quevedo, no Afonso Africano, e a Malaca Conquistada do Menezes tem m~uito merecimento; mas estes tiverão em Camões um grande exemplar; e elle só pòde ler para formar o seu estilo, a Castanheda, e Barros; e Jorge Ferreira de Vasconcellos; poetas só a Gil Vicente, e Bernardim Ribeiro; e os do Cancioneiro de Resende; porque Sá de Miranda, e Ferreira &c. sairão á luz depois de composto o seu poema, ou no mesmo anno, em que se imprimiu. A 1ª e a 2ª parte dos Palmeirins publicárão se em 1572, anno em que se fizerão as duas rimeiras edições da Lusiada: Camões formou se a si mesmo na sua lingua, e teve felicidade em todos os estilos, quando não foi grande, e sublime. A inveja, que o perseguíra na sua vida, resuscitou ha pouco, preferindo lhe a Ulissea de Gabriel Pereira, e até a Malaca Conquistada. Mas a Ulissea só tem o merecimento da dicção, em que Camões lhe foi mestre, e guia. A fabula é imitada, e copiada das de Homero e Virgilio, e despedia das bellezas dos Originaes, e das suas excellentes allegorias. Quanto á grandeza, e interesse dos assumtos, não é necessario gastar palavras. Se Camões introduziu nomes, e allegorias tiradas das Divindades do Paganismo, elle dá a sua descarga; e deviamos lembrar nos, que no seu tempo o Papa Clemente X., os Cardeaes, &c. escrevião *per Deos atque homines*, e usavão os imitadores de Cicero, e Virgilio dos seus modos de dizer conformes á religião dos antigos Romanos. Voltaire censurava a Camões por ter falado ao Reis de Melinde nas navegações de Ulisses, e Eneas, como se um barbaro Africanos das Costas de Zanguebar tivesse lido Homero, e Virgilio. Mas elle mesmo não leu o que Camões diz na est. 111. do Canto 2, para prevenir esta censura; e não sabia, que na India, e especialmente em Ormuz, d'onde se navegava até á Costa de Zanguebar, os Reis ouvião ler Chronicas das historias Romana, e Grega; e não sabia, que pola India toda andavão obras dos Poetas de todas as idades, e de todas as nações, que trazião os Soldados e Elches Europeus, e m~uitas vezes os nossos tomárão entre os despojos? Que inverisemelhança ha logo, ou impossibilidade de que um Reis tivesse noticia das navegações de Ulisses, e de Eneas? Quanto ao silencio dos Poetas seus contemporaneos, que todos se regalárão de elogios reciprocos, e nenhum (salvo Diogo Bernardes) derão a Camões, Horario nos predice ha m~uito a causa destas desgraças (Epist. I. L. 2.). / Urit enim fulgore suo, qui praegravat artes /

	Infra se positas / Mas com quanta vergonha dos detractores do nosso Epico não se verifica a predicção do Lyrico Romano, *extinctus amabitur idem.*]. Delles tirei os exemplos, que te propuz; nelles te exercita; conversa-os de dia e de noite, porque se basta o estudo de um anno para saberes meyãmente um idioma estrangeiro, quando quizeres saber a lingua patria perfeita, e elegantemente, deves estudar toda a vida, e com m~uita reflexão os autores Classicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma. E deste modo poderás imita los, não repetindo sempre servilmente as suas palavras, e frazes, e remendando com ellas as tuas composições, como alguns tem feito, mas dizendo coisas novas, sem barbarismos, sem Gallicismos, Italianismos, e Anglicismos, como m~ui vulgarmente se lem, e mais de ordinarios nas traducções dos pouco versados nas linguas estrangeiras, e talvez menos ainda na sua. Sigamos o exemplo dos bons ingenhos, que na Arcadia Portugueza rescuscitárão as elegancias do idioma materno; aproveitemos as reflexões sobre a lingua, que tem feito alguns membros da Real Academia das Sciencias de Lisboa, e chegaremos a fazer nos capazes de produzir mais copiosas advertencias sobre o artificio, purezas, e elegancias do nosso isioma, do que por hora temos, sendo elle m~uito digno de occupar os desvelos dos patriotas eruditos. Assim teremos quem suppra as faltas d'esses Grammaticos, com quem Cesar, Augusto, e o mesmo Cicero estudavão, e conferião, [NDR: V. o Tratado *De Illustrib. Grammat.* e Sueton nas Vidas de Cesar, e Augusto.] depois de serem já m~ui distinctos Oradores, porque ainda que não tinhão em m~uito o merecimento de falar correctamente, havião que era grande torpeza não o saberem falar emendada, e puramente. Nam ipsum Latine loqui est illud quidem in magna laude ponendum, sed non tam sua spoute, quam quod est a plerisque neglectum. Non enunm tam praeclarum est scire Latine, quam turpe nescire; neque tam id mihi Oratoris, quam Civis Romani proprium videtur. Cicero. Vale."
Autopercepção	Retórica de contraposição (descontinuidade com a abordagem latinizada).

FICHA DESCRITIVA 4 – A. DE MORAES SILVA (1824)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica portugueza
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Antonio de Moraes Silva (1757, Rio de Janeiro – 1824, Pernambuco)
Ano de publicação	1824
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Typographia de Silva Porto, e Comp.
Local de impressão	Rio de Janeiro
Edição/Impressão	1ª edição
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Grammatica portugueza por Antonio de Moraes Silva. Rio de Janeiro, na Typographia de Silva Porto, e Comp. 1824. Assinatura (última página): Acabouse este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15. De Julho de 1802. Número de páginas: 158.
Público leitor	–
Apresentação da obra	–
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 5 – A. FREIRE DA SILVA (1894)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica Portugueza
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Augusto Freire da Silva (1836, Maranhão – ??)
Ano de publicação	1894
Período dos estudos gramaticais	Período "científico"
Tipografia	Livraria Clássica
Local de impressão	Rio de Janeiro
Edição/Impressão	8ª
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Grammatica portugueza por Augusto Freire da Silva, bacharel em Direito e lente cathedratico da grammatica expositiva e historica de lingua portugueza, no curso de preparatorios, annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo. (Obra premiada pelo governo geral, em 1877, e quando ainda em segunda edição). Oitava edição. Epígrafe: De toda a educação do espirito a grammatica é a base. A grammatica é a sciencia das palavras, isto é, dos signaes de nossas idéas e, entre estas e aquellas, – pela construcção physica do homem, por suas relações com os outros e com o resto do mundo visivel, por sua educação e por sua natureza, – é tão intima a connexão, tão estreita e quase [indivisivel] que jamais conhecerá bem as cousas o que não conhecer bem as palavras, amais admirirá idéas exactas, ou formará juizos distinctos, o que das palavras, suas combinações e ligações, não tiver noção exacta, – e, no modo de as empregar e usar, não for igualmente correcto e habil. GARRETT. – Da Educação. Dedicatória: Á memória do Doutor José Cell Ferrão, meu sempre lembrado amigo. Número de páginas: 442
Público leitor	–
Apresentação da obra	–
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 6 – E. CARNEIRO RIBEIRO (1881)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica portugueza philosophica
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Ernesto Carneiro Ribeiro (??, Bahia – ??)
Ano de publicação	1881
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Imprensa Economica
Local de impressão	Bahia
Edição/Impressão	Única edição conhecida
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Grammatica Portugueza Philosophica pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro professor de grammatica philosophica no Lyceo da Bahia – Obra approvada pelo conselho Superior de Instrucção Publica. Epígrafe: Lex sum sermonis, linguarum regula certa; qui me non dedict coetera aulla pelat. BACON. – Bahia, Imprensa Economica, 16 - Rua Nova das Princezas - 16 – 1881. Número de páginas: 447
Público leitor	–
Apresentação da obra	–
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 7 – F. SOTERO DOS REIS (1871)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Francisco Sotero dos Reis (1800, São Luiz do Maranhão – 1871, São Luiz do Maranhão)
Ano de publicação	1871
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Typ. de R. d'Almeida & C.
Local de impressão	Maranhão
Edição/Impressão	2ª
Descrição da edição consultada	Transcrita e disponibilizada na Coleção Gramáticas do Brasil, organizada por Marli Quadros Leite e Arnaud Pelfrêne – Universidade de São Paulo (USP), 2019. Folha de rosto: Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica, composta por Francisco Sotero dos Reis, professor jubilado de lingua latina, e professor da mesma lingua e de literatura no Instituto de Humanidades da provincia do Maranhão, dedicada pelo auctor ao director do mesmo Instituto o Dr. Pedro Nunes Leal. Segunda edição, Revista, corrigida e annotada por Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Despuncio dos Reis. Maranhão. Typ. de R. d'Almeida & C. Editores e proprietarios desta edição – Rua da Palma n. 3. 1871. Número de páginas: 296.
Público leitor	Não especificado.
Apresentação da obra	"Ao público. A «Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação prática», composta por Francisco Sotero dos Reis, a qual desde o seu apparecimento foi logo saudada por todos como um dos melhores compendios grammaticaes da Lingua Portugueza, não teve ainda hoje outra que se lhe avantajasse, e nem ao menos se lhe pudesse equiparar, não só na concisão, clareza e perfeição do estylo, mas também na perspicuidade e precisão das definições e regras doutrinaes; por isso, acha-se ella com justiça adoptada nas aulas públicas das principaes provindas do Imperio. Com tal acolhimento tem sido tão grande a procura dos exemplares de sua primeira edição, que ficou ésta completamente esgotada, a ponto de não restar nas livrarias d'esta provincia mais um só exemplar á venda. Em semelhante conjunctura, nós, filhos e herdeiros do Auctor, os unicos a quem como taes cabe presentemente o direito de reimprimir as suas producções, julgámos conveniente dar a toda a pressa uma segunda edição de tão util quão excellente obra, e resolutos mettêmos hombros á empreza, com a mira menos no interesse que d'ahi nos poderia provir, do que na satisfação d'alma, que nos causaria o cumprimento de tão grato dever. Contractámos, pois, com os Senrs. Antonio Pereira Ramos de Almeida & C.ª a impressão e publicação da segunda edição da « Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes da palavra », ficando elles como editores e proprietarios da mesma edição, e nós como os revisores e annotadores da obra. Em trabalho de tal ordem e de tanto momento, sem dúvida superior ás nossas fôrças, fômos guiados e aconselhados pelo Senr. Luiz Carlos Pereira de Castro, distincto professor de grammatica da Lingua Portugueza no Lycêo d'esta Cidade, e, a nosso vêr, um dos mais abalisados mestres da disciplina hoj'em dia; o qual, como nosso amigo particular, e como amigo e discipulo que foi do Auctor, prestou-se de bom grado a auxiliar-nos com suas luzes em tarefa tão espinhosa, e que demanda por certo conhecimentos profundos e especiaes da materia. Como o diz o Auctor no final dos «Prolegomenos», e nós o confirmamos, foi ésta grammatica feita por partes, indo os originaes para o prelo á medida que iam sendo compostos, e isto mesmo com grandes e repetidas

	interrupções, porque a esse tempo achava-se elle com outros trabalhos litterarios entre mãos. Assim, não é de admirar que a primeira edição sahisse com alguns pequenos defeitos, os quaes entretanto foram na sua mór parte resalvados na errata. N'esta segunda edição que damos a lume, foi nosso principal intento expurgar a obra dos senões apontados, já corrigindo os erros typographicos da primeira, já tornando mais completos e perfeitos alguns tópicos, já finalmente esclarecendo por meio de notas alguns outros. Quanto á orthographia e á pontuação, conservámos as do Auctor, procurando tão somente uniformisal-as. Sob a poderosa égide do Senr. Luiz Carlos, com cuja auctoridade supprimos a nossa deficiencia, chegámos emfim ao cabo da empreza. Tanto n'uma, como n'outra daquellas partes, presumimos haver conseguido alguma cousa, melhorando a grammatica de que tractamos; si bem estejamos convencidos de que, no que respeita á orthographia e á pontuação, apesar dos nossos esforços, muito ha ainda que retocar, pois a urgencia e celeridade da impressão não deram logar a uma revisão das provas mais demorada e reflectida, como era mister. Maranhão 13 de Novembro de 1871. Francisco Sotero dos Reis Junior. Americo Vespucio dos Reis"
Autopercepção	Indeterminada (apresentação escrita pelos filhos do autor).

FICHA DESCRITIVA 8 – F. ERNESTO ESTRELLA DE VILLEROY (1870)	
Título e subtítulo (se houver)	Compendio da Grammatica Portugueza
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Frederico Ernesto Estrella de Villeroy (??, Porto Alegre – ??)
Ano de publicação	1870
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Typ. do Rio-grandense
Local de impressão	Porto Alegre
Edição/Impressão	Única edição conhecida
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Compendio da Grammatica Portugueza composto pelo professor particular Frederico Ernesto Estrella de Villeroy e adoptado para uso das escolas da provincia do Rio Grande do Sul pelo respectivo Conselho Director da Instrucção Publica. / [Epígrafe e Tradução] Quod munus maiusvè, meliusvè Reipublicae possumus afferre, quàm si docemus juventutem? (Cicero.) Que serviço mais importante podemos prestar ao paiz do que instruir a mocidade (T. do Autôr.) / Porto Alegre. Typ. do Rio-grandense. – Praça d'Alfandega n. 4. 1870. Aviso: Vende se unicamente em Porto Alegre na casa do edictor Rodolpho José Machado, rua dos Andradas n. 447, loja de livros e objectos de armarinho. Serão aprehendidos como falsos todos os volumes que não levarem no fim d'esta indicação a assignatura do edictor, que procederá legalmente contra os autores da fraude. Número de páginas: 80.
Público leitor	Adoptado para uso das escolas da provincia do Rio Grande do Sul pelo respectivo Conselho Director da Instrucção Publica.
Apresentação da obra	"*Duas palavras* AO LEITOR. Em minha longa prática do magisterio reconheci a necessidade de um Compendio de Grammatica da Lingua vernacula que, mais que o até agora seguido, facilitasse ao discipulo o estudo e ao mestre o ensino d'esta disciplina, a mais importante e necessaria por certo, e então decidi-me a emprehender esse trabalho, colleccionando em resumo as lições que dava aos meus alimnos e que constituem o Compendio que hoje vos offereço. Para ensinar estudei com dedicação a Lingua, consultando sempre os autôres de melhor nota que pude obter e aproveitando de cada um d'elles, especialmente de J. S. Barboza, aquillo que o meu raciocinio e pratica me aconselhavão e que o resultado me tem provado ser o melhor. Não sei se consegui o fim a que me propuz; o tempo e a experiencia m'o dirão em breve. E' um primeiro ensaio, com muitas imperfeições talvez, mas consciencioso e sem pretenções. Se fôr animado pelo favor publico, em breve darei 2.ª edição mais ampliada e com as correcções que possão ser necessarias á 1.ª, e talvez mesmo que antes publique alguns outros trabalhos que tenho em mãos, destinados á instrucção da mocidade. Ao verdadeiro critico não só sujeito meu trabalho, como agradeço desde já as observações que se dignar fazer-me; ao zoilo porêm não dou cavaco. *Vale*."
Autopercepção	Retórica de continuidade (à tradição greco-latina e à perspectiva filosófica).

.

FICHA DESCRITIVA 9 – J. RIBEIRO FERNANDES (1889)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica Portugueza (3º anno)
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	João Ribeiro Fernandes (1860, Sergipe – 1934, Rio de Janeiro)
Ano de publicação	1889
Período dos estudos gramaticais	Período "científico"
Tipografia	Livraria Classica de ALVEZ & C.
Local de impressão	Rio de Janeiro
Edição/Impressão	3ª
Descrição da edição consultada	Transcrição disponibilizada pelo Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) na Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Capa: Exame de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno) por João Ribeiro, autor do "Diccionario Gramatical". Terceira edição. Rio de Janeiro. Livraria Classica de ALVEZ & C. 48 – Rua Gonçalves Dias – 48. 1889. Advertencia: Ainda não ha dous annos que appareceu á luz publica (em setembro de 1887) a *Grammatica Portugueza* e já imprimimos hoje a terceira edição. Nesta, poucas alterações fizemos; supprimiu-se o appendice em cujo lugar se reeditou o prefacio da edição anterior. Nos lugares em que este livro fôr menos abundante em informações, aconselhamos ao leitor a consulta do *Diccionario Grammatical* do mesmo autor. Junho, 1889. Os Editores. Obras do mesmo autor: Estudos philologicos – *Rio – typ. da Gazeta de Noticias* – 1884 in-8º (esgotado); Morphologia e collocação dos pronomes. Dissertação – *Ibi – typ. Hildebrandt* – 1885 (esgotado); Grammatica portugueza elementar. Curso medio. (2º anno) – 2$000 – *Rio, Alves & Compl., editores*, 1888; Grammatica portugueza da Infancia Curso primário. (1º anno) 1$000 – *Rio, Alves & Compl., editores*, 1888. Diccionario Grammatical, contendo em resumo as matérias que se referem ao estudo historico-comparativo da lingua portugueza. – *Rio Alves & Comp.*, 1889. 4$000. | Em elaboração: Estudos e notas philologicas. Chestomathia Historica da lingua portugueza. Trecho final: Possa este livro encontrar o apoio que merecem os esforços do mais humilde discípulo da nova escola. Número de páginas: 329.
Público leitor	Para uso escolar.
Propósito da obra	"APPENDICE – PROLOGO DA 2ª EDIÇÃO – Na primeira edição, em advertencia preliminar escrevi as seguintes palavras: «Este livro, pela qualidade do assumpto, póde ser dividido em duas partes. A primeira é uma synopse reduzida das grammaticas vulgares, trata perfunctoria ou detidamente das materias conforme se julgou necessario e exige por parte dos leitores o conhecimento prévio da grammatica elementar descriptiva. – «A segunda parte, porém, ás mais vezes escripta em caracteres de corpo menor, encerra o texto critico, declarações e desenvolvimentos de maior difficuldade de interpretação. Puz todo o cuidado em que fossem as partes ambas expurgadas de conjecturas, de doutrina controvertida ou ainda de algumas verdadades averiguadas que exigem notavel esforço de comprehensão. – «Logo de começo me lembrou dar mais avultado incremento á parte historica; mas a poucos passos que dei reconhecí que era de melhor parecer voltar ao intento primitivo, mas

	moderado e mas modesto. – «A minha intenção foi a de escrever um livrinho util e claro desaffrontasse a glottologia elementar do imminente descredito que, a olhos profanos, parece entre nós ameaçal-a. O criterio *histórico*, por já não ser novidade, não necessita dos calamitosos excessos de alguns dos seus propugnadores. Tudo o-que ha, houve, e vem de longe; é tempo de olharmos para atraz, de desabusarmos-nos dos nossos defeitos de revolucionarios. Hoje, com alegria o digo, é já impossivel desterrar o criterio philologico do estudo das linguas, realisado o triumpho, convém que uma temperada sensatez o consolide tanto quanto podem desacredital-o os desconcertos de varios devotos errados.» – A primeira edição de mais de dous mil exemplares esgotou-se em quatro mezes e poucos dias. O bom exito do livro resultou de causas varias, entre as quaes se devé ter em conta a exaggerada benevolencia dos nossos inais abalisados criticos. O Dr. Carlos de Laet, illustradissimo presidente do Instituto Philologico e o mais correcto dos nossos escriptores, augurava para o meu livro a popularidade que obteve, entre os franeezes, o do eminente romanista Brachet. [NDR: "Ou muito me engano, ou o livro do Sr. João Ribeiro está destinado á popularidade e ás successivas edições que coroaram a identica tentativa de Brachet.» Do *Microcosmo* de 25 de setembro de 1887.] Outro critico de grande e incontestada competencia (nota: Capistrano de Abreu, pela *Gazeta de Noticias:* «O substancial é que temos um livro bem pensado, bem escripto, contendo novidades, e que em poucas edições fará honra á glottologia indígena. Sobre 0 assumpto nas proporções em que o autor teve de limitar-se, não ha Igual em Portugal, onde aliaz, sendo mais facil o estudo da sciencia, já devería ter sido feito.» Esta opinião é a mesma do nosso illustrado critico, o Dr. Sylvio Rôméro.) affirmava não ter a minha grammatica rival no seu genero, na lingua portugueza. Outros ainda nas principaes provincias do imperío [NDR: Nomeadamente no Pará, em S. Paulo, no Ceará, em Pernambuco. Especialiso a opinião do erudito Dr. Felisbello Freire.] encomiaram de tal sorte a minha producção, que não me causou extranheza a rapida sahida dos exemplares da primeira tampa. – Tão excellentes testemunhos do favor publico obrigaram-me a cuidar sériamente de melhorar o meu trabalho quanto estivesse nas minhas forças. Nessa ardua tarefa fui singularmente ajudado por dous amigos que me forneceram notas e corrigendas: que aceitei com verdadeiro jubilo. O illustrâdíssimo Sr. Aureliano Pimentel, honra do professorado do Collegio de D. Pedro II, propoz-me algumas observações que, por muito conformes á razão, aceitei sem escrupulos; as notas versavam sobre a etymologia de *cigarra,* sobre os prefíxos *de, dis, des, in* e os suffixos *izar, ela*, acrescimo de exemplos de futuros que se differençaram das fórmas infinitivas e sobre a correcção do genéro latino de *fons, manus*, etc. O nosso americanista e esclarecido phliologo, o Dr. Macedo Soares, notou alguns erros – concernentes ás linguas tupi e africana, que me apressei em corrigir com o reconhecimento que devo ao mais habilitado dos que, entre nós, estudam o dialecto brasileiro. Por mim mesmo reparei e emendei tudo o que me pareceu erroneo ou mal feito e com o intuito de tornar o meu trabalho mais digno da aceitação publica, fiz accrescísmos notaveis e dei capitulos novos de materias essenciaes á disciplina grammatical. Entre os capitulos novos chamarei a attenção dos competentes para os que se intitulam: *Analyse das proposições* – baseado nos trabalhos de Latham e Mason; – Concordancia – complexo de regras extrahidas integral mente, com alguns retoques, do vigoroso compêndio castelhano de Andres Bello; – *Verbos irregulares,* capitulo necessario á etymologia dos verbos:– *Theoria da, phonetica,* estudo doutrinario cuja cópia de exemplos foi toda bebida nos trabalhos de A. Coelho e Karl von Reinhard Stoettner. – A lingua portugueza nos últimos quinze annos tem tido estudiosos de mérito e no estrangeiro basta lembrar os nomes de Reinhadstcettner (*Gramm. der portugieschen Sprache)* Carolina Michaelis (*Studien,* edições philologicas e artigos no *Zeitschrift für rom. Phil.)* Cornu (artigos na *Romania, Muséon* etc.) D'Ovidio e Monaci (edição do *Canc,*, e *Manualetti neo-lat, –Portoghese)* Hugo Schuchardt (varios estudos de dialectologia) e outros mais. No Brazil existe uma pleiade notabilissima de philologos, cuja manifestação collectiva mais importante é o *Instituto Philologico.* Em Portugal basta o nome unico de Adolpho Coelho. – Possa este livro encontrar o apoio que merecem os esforços do mais humilde discipulo da nova escola.”

Autopercepção	Retórica de continuidade (abordagem filológica); retórica de contraposição (descontinuidade a perspectivas filológicas correntes).

FICHA DESCRITIVA 10 – J. DO AMOR DIVINO CANECA (1876)	
Título e subtítulo (se houver)	Breve compendio de Grammatica Portugueza organisado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alunos
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca [Joaquim da Silva Rabelo] (1779, Recife – 1824, Recife)
Ano de publicação	1876
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Typographia Mercantil
Local de impressão	Recife
Edição/Impressão	Única edição conhecida
Descrição da edição consultada	O *Breve compendio* compõe o Tomo II de *Obras politicas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, entre as páginas 23 e 62. Folha de rosto [do volume]: Obras politicas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca coleccionadas pelo Commendedor Antonio Joaquim de Mello em virtude da lei provincial n.º 900 de 25 de junho de 1869 mandadas publicar pelo Exm. Sr. Commendador Presidente da Provincia Desembargador Henrique Pereira de Lucena / Tomo II / 1.ª edicção / Recife / Typographia Mercantil / 1876. Folha de rosto [da gramática]: Breve Compendio de Grammatica Portugueza organisado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alumnos / [Epígrafe] Poucas regras e muita reflexão com uso mui frequente, eis a maneira das artes aprender com perfeição. Duclos. Por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Número de páginas: 39.
Público leitor	–
Apresentação da obra	–
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 11 – J. CEZAR RIBEIRO VAUGHAN (1881)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica Portugueza
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1845, Minas Gerais – 1890, São Paulo)
Ano de publicação	1881
Período dos estudos gramaticais	Período "científico"
Tipografia	Typ. de Jorge Seckler
Local de impressão	São Paulo
Edição/Impressão	1ª
Descrição da edição consultada	Dedicatória: *Suum cuique tribuere*. A' Província de São Paulo e em particular á cidade de Campinas dedica esta Grammatica Julio Ribeiro. // A Friedrich Diez e Émile Littré, de saudosa memoria; aos Senhores William Dwight Whitney, Max Müller, Auguste Brachet, Gaston Daris, Michel Bréal, Theophilo Braga, Adolpho Coelho, Paulino de Souza, Pacheco Julior, Sylvio Roméro, Capistrano de Abreu: *Voi duchi, voi signir, voi maestri*. DANTE, *Inferno*, II, 140. // A Manoel José da Fonseca e á Exm.ª Sra. D. Carolina Florence: *vulgare amici nomen, sed rara est fides*. PHAEDRUS, *Lib. III*, Fab. 9. Advertência: "Peço á critica illustrada e honesta o que ella não pode recusar – toda a severidade para com esta Grammatica. Não é um orgulho tolo que me leva a fazer tal pedido: é o desejo de melhorar o meu trabalho em bem dos que estudam Portuguez. Dos directores da imprensa espero uma fineza — que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas em que saiam noticias e apreciações desta obra. Endereço: Julio Ribeiro. Collegio "Culto á Sciencia". Campinas. Província de São Paulo. Número de páginas: 298.
Público leitor	–
Propósito da obra	–
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 12 – J. CEZAR RIBEIRO VAUGHAN (1885)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica Portugueza
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1845, Minas Gerais – 1890, São Paulo)
Ano de publicação	1885
Período dos estudos gramaticais	Período "científico"
Tipografia	Teixeira & Irmão, Editores, Rua S. Bento 54ª
Local de impressão	São Paulo
Edição/Impressão	2ª
Descrição da edição consultada	Capa: Grammatica Portugueza, por Julio Ribeiro. Epig.: Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude apprendrer. DUARTE NUNES DE LEÃO. – Pour les langes, la methode essentielle est dans la comparaison et la filiation. – Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne si nous ne connaisons notre grammaire ancienne. LITTRE – En aucune chose, peut-êtrê, il n'est donné à l'homme d'arriver au but: su gloire est d'y avoir marché. GUIZOT.) Segunda edição, refundida e muito augmentada. São Paulo: Teixeira & Irmão, Editores, Rua de S. Bento, 54A. 1885. Dedicatória: Á memoria veneranda de Luiz de Camões, Friederich Diez e Émile Littré; áos colendos mestres André Lefèvre, Michel Bréal e Adolpho Coelho; ao eruditissimo polugrapho Theophilo Braga; ao mais robusto manejador actual da Lingua Portugueza, Camillo Castello Branco; á maior gloria do magisterio official brazileiro, Capistrano de Abreu; aos distinctissimos professores Vieira de Almeira (Campinas), Thomaz Galhardo (S. Paulo) e Serafim de Mello (Capivary) dedica esta segunda edição da Grammatica Portugueza. O auctor. Advertência: "Peço á critica illustrada e hones o que ella não pode recusar – toda a severidade para com esta Grammatica. Não é um orgulho tolo que me leva a fazer tal pedido: é o desejo de melhorar o meu trabalho em bem dos que estudam Portuguez. Dos directores da imprensa espero uma fineza—que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas em que saiam noticias e apreciações desta obra. Endereço: Julio Ribeiro. S. João de Capivary, Província de São Paulo. Brazil. Número de páginas: 298
Público leitor	–
Apresentação da obra	PREFÁCIO. As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua. Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos do fallar vernaculo, não me poupei trabalhos. Creio ter ferido o meu alvo. Os erros de etymologia e de distribuição de materia que a critica honesta e illustrada de Karl von Reinhardstoettner [NDR: Professor da Polytekhnica de Munich.] e de Alexandre Ilummel [NDR: Distincto professor dinamarquez, residente em Tietê] descobriram na primeira edição de meu livro, corrigi-os eu n'esta segunda. Acceitei grato os elogios da imprensa brazileira: com os louvores dos competentes, de Ruy Barbosa, de Theophilo Braga, do conselheiro Viale, exultei. A's criticas injustas e virulentas de gente atrabiliaria que, à mingua de sciencia, lança mão do insulto, não havia resposta a dar. Não é de bom conselho perder tempo com cousas que a ninguem aproveitam. Duas palavras sobre esta grammatica, e em particular sobre esta edição. Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomara de Burgraff preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas, e mais claras. O systema de syntaxe é o systema germánico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por. C. P. Mason, e adoptado por Whitney, por

	Bain, por Holmes, por todas as summidades da grammaticographia saxonia. O meu modo de expôr, a ordem que segui em distribuir as matérias é de Bain. Cumpre notar que, ao dar á luz em 1881 a primeira edição desta grammatica, eu ainda não tinha visto a "A Higher English Grammar". Folgo de que, sem previo accordo, eu tenha no campo do pensamento caminhado a par de espirito tão elevado. Que se concluirá de ter a minha obscuridade achado sem guia o mesmo caminho seguido pelo eminente logico inglez? E' que, sendo identicos os processos que empregamos na distribuição dos factos glotticos e na maneira de encaral-os, identico foi o resultado. E' de crer que tenhamos ambos acertado; que se possam applicar ao caso as palavras do sr. Michel Bréal [NDR: Mélanges de Mythologie et de Linguistique, Paris, pag. 335, 1877.] sobre facto similhante, o encontro, a homogeneidade das grammaticas gregas dos srs. Ghassang e Bailly: "Quoique les auteurs aient travaillé d'une façon indépendante, leurs ouvrages prêsentent de nombreuses analogies, qui prouvent en faveur de l'um et de l'autre, puisque le champ de l'erreur est trop vaste pour qu'on puisse aisement s'y rencontrer ». Agora faço minhas as seguintes considerações de Bain, mutatis levemente mutandis: "While availing myself of the best works on the English Language, I have kept steadily in view the following plan, Under Etymology (Lexeologia) the three departments: 1.st, Classification of Words or the Parts of Speeche (Taxeonomia); 2nd Inflexion (Kampenonimia); 3rd., Derivation (Etymologia), have been soparately discussed. This method I think better adapted for conveying grammatical information than the Elder one, of exhausting successively each of the Parts of Speeeh in all itst relations. For the sake of the accurate definition of the Parts o f Speech, as well as for General Syntax, the recently introduced system of the Analysis of Sentences is fully explained, On this subject the method given by Mr, C. P. Mason has been principally followed [NDR: Desvaneço-me de que até na escolha de guia a seguir me tenha eu encontrado com o grande philosopho inglez.]». Ocioso seria confessar o muito que devo a Paulino de Sousa, a Theophilo Braga e a outros grammaticographos portuguezes, Quem for versado em estudos de lingua vernacula , facilmente verá de quanto me valeram esses mestres. Pelo que respeita a Adolpho Coelho, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza sem tomal-o por guia, sem se ver forçado a copiai-o a cada passo? Apresento ao publico esta segunda edição de meu livro, escudando-o com os louvores de tres homens venerandos, Ruy Barbosa, o conselheiro Viale, André Lefèvre. Por falta de espaço deixo com pezar de adduzir as opiniões de Sylvo Romero, de Capistrano, de Arthur, de Theophilo Braga, de tantos outros competentissimos. Faço votos para que uma critica severa mas honesta auxilie-me sempre em melhorar um trabalho que tanto favor tem merecido. Capivary, 30 de Dezembro de 1884.
Autopercepção	Retórica de contraposição (ruptura com o modelo gramatical vigente).

FICHA DESCRITIVA 13 – J. CEZAR RIBEIRO VAUGHAN (1899)	
Título e subtítulo (se houver)	Grammatica portugueza
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Julio Cezar Ribeiro Vaughan (1845, Minas Gerais – 1890, São Paulo)
Ano de publicação	1899
Período dos estudos gramaticais	Período "científico"
Tipografia	Miguel Melillo-Editor
Local de impressão	São Paulo
Edição/Impressão	5ª
Descrição da edição consultada	Edição digital disponibilizada na Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil. Número de páginas: 365
Público leitor	–
Apresentação da obra	–
Autopercepção	Indeterminada.

FICHA DESCRITIVA 14 – L. JOSÉ DA SILVA RABELLO (1872)	
Título e subtítulo (se houver)	Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Laurindo José da Silva Rabello (1826, Rio de Janeiro – 1864, ?)
Ano de publicação	1872
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Typographia Esperança
Local de impressão	Rio de Janeiro
Edição/Impressão	2ª
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Compendio de Grammatica da Lingua Portugueza pelo Dr. Laurindo José da Silva Rabello / Obra adoptada pelo Governo Imperial para uso das escolas regimentaes do exercito e para o ensino dos aprendizes artilheiros. Segunda edição, mais correcta. Rio de Janeiro. Typographya – ESPERANÇA – de Gaspar João Jose Vellozo / 14 Rua de S. José 14 / 1872. Nota: Todos os direitos de propriedade são reservados á viuva do autor. Comunicado: Directoria Central. – 1ª *Secção*. – Rio de Janeiro. – Ministerio dos Negocios da Guerra, 8 de Janeiro de 1867. S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra me autorisa a remmeter a Vmce., afim de que sejão corrigidos os erros do copista, o manuscripto do *Compendio de Grammatica da lingua portugueza*, organisado pelo seu fallecido marido, o Dr. Laurindo José da Silva Rabello, e bem assim a communicar a Vmce. que foi elle approvado para uso das Escolas Regimentaes do Exercito e para o ensino dos aprendizes artilheiros. Deus guarde a Vmce. – Sra. D. Adelaide Cordeiro da Silva Rabello. – *Marianno Carlos de Souza Corrêa*. Número de páginas: 158.
Público leitor	–
Apresentação da obra	"AO ILLUSTRE CORPO PROFESSORAL da cidade do Rio de Janeiro. Os unicos bens que me deixou meu infeliz e sempre lembrado esposo, forão os fructos de sua fecunda intelligencia. Publicando este Compendio de Grammatica que encontrei entre seus manuscriptos, hei mister poderosos patronos, sob cuja protecção o colloque, para que não pereça ao gelido sopro da indifferença, de que em vida tanto se queixava o autor. E' ao illustrado corpo professoral desta côrte, no qual comprehendo os Srs. directores do collegio, que recorro: sob seu amparo e protecção colloco o livro ignorado de seu finado collega. De tão nobres protectores imploro indulgencia para as faltas e lacunas que a inexoravel morte não permittiu corrigir, e auxilio para aquella que só delles espera os meios de minorar os soffrimentos da triste e desolada viuvez. Eia, pois, senhores, recebi benignos a mesquinha offerta que em vossas mãos deposito. *Adelaide Cordeiro da Silva Rabello.*"
Autopercepção	Indeterminada (apresentação escrita pela viúva do autor).

FICHA DESCRITIVA 15 – M. SOARES DA SILVA BESERRA (1861)	
Título e subtítulo (se houver)	Compendio de Grammatica Philosophica
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Manoel Soares da Silva Beserra (1810, Riacho do Sangue, CE – 1888, Fortaleza, CE)
Ano de publicação	1861
Período dos estudos gramaticais	Período racionalista
Tipografia	Typographia Social
Local de impressão	Ceará
Edição/Impressão	Única edição conhecida
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Compendio de Grammatica Philosophica por Manoel soares da Silva Beserra, bacharel formado em Sciencias Sociaes e Juridicas, procurador fiscal e dos feitos da Fazenda, lente substituto de Geometria e membro do Conselho Director da Instrucção Publica no Lyceu do Ceará. Ceará: Á venda na Typographia Social. 1861. Assinatura [após o prefácio]: Fortaleza 24 de Dezembro de 1861. Manoel Soares da Silva Beserra. Trecho final: PS: A parte analytica deste compendio de Grammatica philosophica, segundo os principios nella contidos, só será publicada, quando for reimpresso, se merecer a approvação publica. Número de páginas: 128.
Público leitor	Não explicitado.
Apresentação da obra	"PREFACIO. Publicando este Compendio de Grammatica philosophica, tão extranho e excêntrico de quantos ha ahi sobre esta matéria, como se vê, estou tão longe de presumir ser um trabalho bem acabado, que pelo contrario o julgo tão imperfeito, que quasi tenho por certo o descredito, em vez de applauso, assim por seus defeitos, como por suas novidades. Mas, sem embargos disto, tendo estudado e meditado mui attentamente os que tem merecido mais approvação e nomeada no ensino publico, não julgo este meu indigno de entrar em juizo e medir-se com elles. Digo isto por que parece-me incontestavel que, quanto se ha escripto sobre Grammatica em nossa lingua, não passa de modificações mais ou menos bem assombradas e illusorias de dous grandes erros, que por sem critica e sem reflexão tem passado desapercebidos até hoje. Fallo da philosphia sensualista, que occupou o vasto imperio do mundo, e da imitação servil da lingua latina, que tem dominado a nossa. A philosophia sensualista tem materializado a ideologia e logica da nossa lingua, e a imitação servil da lingua latina a tem escravizado de tal sorte, que lhe não tem deixado mostrar a sua indole e genio natural e proprio. Quer-se por força que por ser a lingua portugueza oriunda da latina tenha o mesmo genio e natureza, e seja sujeita ás mesmas leis de classificação, de conjugação e de construcção e regencia, esquecendo-se que a latina, filha de uma philosophia barbara e caduca, não pode acompanhar a philosophia moderna em seus progressos, e modificar-se por elles por ser lingua morta, para ter direito de submetter ás suas leis uma lingua viva, que no correr dos seculos se tem vindo transformando e aperfeiçoando por estes mesmos progressos. Não se desnega a nossa lingua dessa filiação; mas tão outra se acha, não só por seu caracter proprio, como por suas transformações, que todo o seu parentesco com a latina se reduz ao etymologico e orthographico, de que o uso pela pronuncia a tem em muita parte dispensado. Os artigos e as preposições da nossa, substituindo os casos da latina, a tem constituido com feições e caracter tão proprio nas suas combinações logicas e grammaticaes, que é força consideral-a como emancipada, vivendo a vida propria na sua independencia e soberania. Pelo que escrevi, se deixa ao menos entrever, creio eu, que procurei

	libertar a nossa lingua dessa servidão que nos legaram os antigos classicos, os quaes, como disse o grande Frei Francisco de S. Luis no seu Glossario, por falta de estudo philosophico da lingua, cahiram em muitos defeitos no que respeita a organização da phrase e discurso, que hoje seriam erros graves, e talvez indesculpaveis. Conto, porem, com muita extranheza e critica pela innovação e introducção de uma Etymologia idealogica, e de uma Syntaxe logica; mas é preciso saber-se que primeiro tractou da idealogia Soares Barbosa na sua Grammatica philosophica, somente com a differença de lhe não dar o nome, como lhe dei; e delle mesmo, alem de Charma na sua Linguagem, tirei auctorização para admittir uma Syntaxe logica, por que entendo que uma suppõe a outra. De mais, o uso da Analyse logica exige, em meu parecer, uma Syntaxe logica; alem de que, se a Etymologia idealogica funda-se na idéa que a palavra encerra, a Syntaxe logica deve fundar-se no juizo que encerra a proposição. Não duvido que eu tenha mal comprehendido e mal harmonizado o que introduzi de novo com o que adoptei de velho; mas não serei o primeiro a quem isto tenha succedido; e mesmo, qual é a obra, ainda de grandes homens, que não tenha sido arguida destes e de outros defeitos? Reconheço o meu atrevimento por emprehender o que na verdade é superior á minha capacidade; mas entendi que sem esse atrevimento não pode haver progresso no que domina a rotina. Quis tirar della a nossa lingua, chamando á attenção dos sabios sobre as innovações que fiz, e creio que obrei bem; por que dahi pode nascer uma discussão luminosa, que lhe aproveite muito: o que me não succederia, se me limitasse como os outros aos Tractadinhos de palavras, que estam em moda com as novidades de algumas subtilezas e argucias. Não me perdoarám os criticos, estou certo; mas a quem perdoáram elles? Não espero ser a excepção: nem é possivel; porque Deus deu ao homem a variedade no pensar para convencer a cada um da fallibilidade da razão individual, e sujeital-o á razão social ou universal. Mas destingo os que criticam com bom senso e civilidade por amor somente da sciencia, dos que criticam, de modo por divertir a sua malignidade habitual; dos que tudo criticam, por que se presumem os unicos capazes de fazer cousa irreprehensivel; e dos que criticam de tudo, por que não podem por sua inveja soffrer que outrem faça o que elles não podem fazer. A estes só esta resposta: Censurae os erros; mas ensinae a emenda; por que do contrario, não sabeis o que dizeis. Os primeiros, que censuram somente no interesse da sciencia, não quero que me perdoem; por que não desejo introduzir na circulação moeda falsa por verdadeira; pelo contrario desejo o seu concurso para aperfeiçoar este meu trabalho por amor da nossa mocidade, a quem o dedico no intuito de libertal-a do latinismo que nos traz atrasados. Fortaleza 24 de Dezembro de 1861. Manoel Soares da Silva Beserra.”
Autopercepção	Retórica de contraposição (ruptura com o empirismo e com a abordagem latinizada).

FICHA DESCRITIVA 16 – M. PACHECO DA SILVA JR. & B. P. LAMEIRA DE ANDRADE (1887)	
Título e subtítulo (se houver)	Noções de grammatica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno
Autor(es), biodatas e locais de nascimento e de morte	Pacheco da Silva Junior (??-??) Boaventura Plácido Lameira de Andrade (??-??)
Ano de publicação	1887
Período dos estudos gramaticais	Período "científico"
Tipografia	J. G. de Azevedo – Editor
Local de impressão	Rio de Janeiro
Edição/Impressão	1ª
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: grammatica portugueza de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno pelos professores Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade. Epígrafe: Ainda quando a grammatica historica só désse em resultado tornar as grammaticas ordinarias mais logicas e mais simples, já não prestava pequeno serviço. Rio de Janeiro. J. G. de Azevedo – Editor. Rua da Uruguayana, 33 – 1887. Número de páginas: 537
Público leitor	Alunos que participariam dos exames gerais preparatórios
Apresentação da obra	"Tinhamos emprehendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição, e fazíamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar do proposito. E' que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa. Não apresentamos este trabalho como merecedor de gabos de excellente nem no intuito de nos revelarmos professores de sciencia jubilada. O tempo urgia; bosquejamos apenas o assumpto. Nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programma official; seguimos todavia, para maior segurança dos viajantes novéis, o roteiro apresentado pelo governo. A unica difificuldade, e não pequena, com que tivemos de pleitear, foi a dosagem. Acertadamente escreveu o illustre pedagogista Alberto Brandão: A grande difficuldade com que vão arcar os professores é a dosagem, porquanto, como disse Michel Bréal, não ha methodo mais perigoso do que o historico, quando mal applicado, e os autores do livro a apparecer têm de pôr de parte a vaidade natural aos que muito estudam para formularem um livro modesto e comprehendido pelos que começam a estudar. E isso, parece, ficará de accôrdo com os organi- sadores do programma, que levem saber que muitos dos pontos exigidos só poderiam ser tratados em theses, não de exames de preparatórios, mas de concurso no imperial Collegio. Seguindo esse conselho de mestre, fizemos o que deviamos; se o nosso trabalho, porem, não agradar a alguns, escrevam elles um outro — a maior aproveitamento dos estudantes—, e mostrem o que sabem e o que podem. NOTA. — A matéria que o alumno é obrigado a encerebrar vae impressa em typo maior; as notas encasadas no texto, e as que vão embaixo da pagina são destinadas aos que mais desejam aprender. Entendemos dever forrar-nos á tarefa de nos occuparmos de definições e outras cousas elementares, que o alumno já deve conhecer desde a escola primaria."
Autopercepção	Retórica de contraposição (ruptura com a tradição); retórica de continuidade (filiação ao programa oficial).